

Teorias Contemporâneas da Tradução

Teorias Contemporâneas da Tradução

Teorias Contemporâneas da Tradução delineia o crescimento da teoria da tradução a partir de suas raízes tradicionais por meio da recente proliferação de teorias incentivadas por pesquisas em investigações feministas, pós-estruturais e pós-coloniais. Edwin Gentzler examina cinco novas abordagens – oficina de tradução, ciência da tradução, estudos da tradução, teoria dos polissistemas e desconstrução –, as quais começaram em meados dos anos de 1960 e continuam a ser influentes hoje.

Nesse panorama crítico, ele explora os pontos fortes e fracos de cada método, detectando as conexões entre as diferentes escolas de pensamento. Ao ilustrar a importância da teoria da tradução para os debates atuais nos estudos culturais, Gentzler levanta importantes questões teóricas que desafiam hipóteses das principais teorias de tradução.

O autor atualiza de forma produtiva cada uma das abordagens, incorporando as mais recentes pesquisas, e inclui uma nova conclusão sobre o futuro dos estudos de tradução. Ao oferecer novas ideias sobre a natureza da tradução, linguagem e comunicação intercultural, este livro é de interesse para estudantes e especialistas em tradução, linguística, teoria literária, filosofia da linguagem e estudos culturais.

ISBN 978-85-370-0431-7



Teorias Contemporâneas da Tradução

Edwin Gentzler

Edwin Gentzler

Teorias Contemporâneas da Tradução

Teorias Contemporâneas da Tradução



Edwin Gentzler é diretor do Centro de Tradução e professor adjunto de Literatura Comparada na Universidade de Massachusetts Amherst. Ele é coeditor (com Maria Tymoczko) de *Translation and Power* (Amherst: University of Massachusetts Press) e autor de vários artigos sobre teoria e prática da tradução. Trabalha como coeditor (com Susan Bassnett) da série *Topics in Translation para a Multilingual Matters* e está no quadro editorial de várias publicações, incluindo *Metamorphoses* (Amherst/Northampton), *Across* (Hungria) e *cadernos de Tradução* (Brasil).

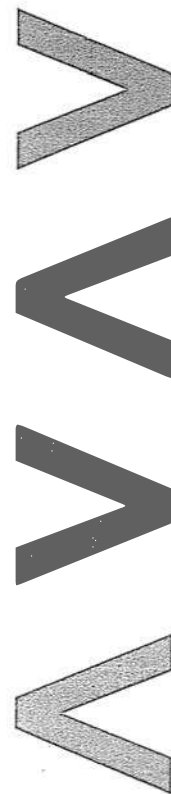
Em *Teorias Contemporâneas da Tradução*, o autor explica que "teoria da tradução" é uma área que parece nova, mas, na verdade, é tão antiga quanto a Torre de Babel. A tradução é inerente a todas as línguas por meio de suas relações com outros sistemas significativos.



MADRAS

Teorias Contemporâneas da Tradução

Conforme Novo Acordo Ortográfico



Edwin Gentzler

Teorias Contemporâneas da Tradução

Conforme Novo Acordo Ortográfico



Tradução:
Marcos Malvezzi



MADRAS[®]

Publicado originalmente em inglês sob o título *Contemporary Translation Theories* (revised 2nd edition), por Multilingual Matters Ltd.

© 2001, Edwin Gentzler.

Direitos de edição e tradução para todos os países de língua portuguesa.

Tradução autorizada do inglês, por conciliação com a Multilingual Matters Ltd.

© 2009, Madras Editora Ltda.

Editor:

Wagner Veneziani Costa

Produção e Capa:

Equipe Técnica Madras

Tradução:

Marcos Malvezzi

Revisão:

Silvia Massimini Felix

Maria Cristina Scomparini

Tania Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gentzler, Edwin

Teorias contemporâneas da tradução/Edwin Gentzler; [tradução Marcos Malvezzi].

2. ed. rev. – São Paulo: Madras, 2009.

Título original: Contemporary translation theories (revised 2nd edition).

ISBN 978-85-370-0451-7

1. Tradução e interpretação I. Título.

09-00388 CDD-418.02

Índices para catálogo sistemático:

1. Tradução e interpretação: Linguística

418.02

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, incluindo ainda o uso da internet, sem a permissão expressa da Madras Editora, na pessoa de seu editor (Lei nº 9.610, de 19.2.98).

Todos os direitos desta edição, em língua portuguesa, reservados pela



MADRAS EDITORA LTDA.

Rua Paulo Gonçalves, 88 – Santana

CEP: 02403-020 – São Paulo/SP

Caixa Postal: 12299 – CEP: 02013-970 – SP

Tel.: (11) 2281-5555 – Fax: (11) 2959-3090

www.madras.com.br



Em memória de Paul Engle

Contents

Índice

<i>Prefácio da editora da série</i>	9
<i>Prefácio da primeira edição</i>	11
<i>Prefácio da edição revisada</i>	15
Capítulo 1: Introdução	21
Capítulo 2: A oficina norte-americana de tradução	27
A premissa da oficina de tradução	30
I. A. Richards: nova crítica e tradução	32
Ezra Pound: teoria dos detalhes luminosos	38
Frederic Will: o paradoxo da tradução	48
O processo de tradução literária	56
Lawrence Venuti: repensando a tradução	62
Capítulo 3: A “ciência” da tradução	71
Noam Chomsky: estruturas “subjacentes”	76
Eugene Nida: aplicando a gramática gerativa à tradução	79
Wolfram Wilss: a ciência da tradução na Alemanha	88
Teorias funcionalistas em países de língua alemã	94

Capítulo 4: Primeiros estudos de tradução.....	107
Jiří Levý e as conexões checas e eslovacas	111
James Holmes, Raymond van den Broeck e André Lefevere	122
Ostranenie como padrão avaliativo	131
O lugar dos estudos de tradução na história	133
Capítulo 5: Teoria dos polissistemas	139
Jurij Tynjanov: acerca da evolução literária.....	143
Itamar Even-Zohar: explorando relações literárias intrassistêmicas.....	148
Gideon Toury: uma teoria da tradução voltada para o texto-alvo.....	158
Estudos de tradução na década de 1980.....	167
Gideon Toury: estudos descritivos de tradução e além.....	175
Capítulo 6: Desconstrução	183
Foucault: desestruturando o original	188
Heidegger: os limites da denominação.....	192
Derrida: tradução e <i>différance</i>	197
Discussões de tradução pós-Derrida	207
Desconstrução e tradução pós-colonial	217
Capítulo 7: O futuro dos estudos de tradução	229
Índice remissivo	247
Bibliografia	259

Series editor's preface *Prefácio da editora da série*

A decisão de publicar uma nova edição revisada e atualizada do inovador livro de Edwin Gentzler, *Teorias Contemporâneas da Tradução*, é bastante oportuna. À medida que a pesquisa em estudos de tradução continua a se expandir, temos, mais do que nunca, a necessidade de um livro que exponha de forma clara e concisa o que está acontecendo nos diferentes campos da disciplina. A extensa e ampla perspectiva de Gentzler abrange desde o desenvolvimento dos estudos de tradução literária do programa americano de tradução e a pesquisa dos polissistemas das décadas de 1970 e 1980 até a desconstrução, a virada cultural e a teoria pós-colonial da tradução, seguindo além.

As habilidades de Gentzler para a tradução não se restringem à teoria. Este livro é efetivamente também uma tradução, pois o autor transforma uma gama do complexo material teórico em linguagem acessível; qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento prévio do assunto, pode aprender com a obra. E esse fato não é acidental: à medida que os estudos de tradução ampliam seus horizontes, tomando emprestado de outras disciplinas e, por sua vez, fertilizando algumas delas, é importante sempre haver uma acessibilidade terminológica. Neste livro, Gentzler conduz o leitor a áreas de grande sofisticação teórica, mantendo, porém, a discussão de termos e conceitos em padrão acessível.

Os estudos de tradução superaram todas as expectativas nos últimos 25 anos. Gentzler esboça alguns dos processos de mudança que essa disciplina sofreu em seu empenho para conquistar respeitabilidade acadêmica e se estabelecer em terreno próprio e distinto. Ele também aponta caminhos para o possível desenvolvimento dos estudos de tradução no futuro, defendendo com grande entusiasmo as relações mais íntimas com disciplinas associadas, tais como estudos literários, linguística, história, etnografia, antropologia e sociologia. O futuro dos estudos de tradução parece brilhante: o livro de Gentzler oferece uma análise astuciosa do que se tem conseguido até agora e uma visão de como poderá ser a próxima fase de desenvolvimento. Esta obra nova e estimulante será muito bem recebida por qualquer pessoa interessada em estudar tradução no século XXI.

Susan Bassnett

Preface to first edition Prefácio da primeira edição

A formulação deste projeto começou no início da década de 1980, no *International Writing Program* (IWP) [Programa Internacional de Redação], da Universidade de Iowa, onde eu trabalhei na tradução de poemas e contos e ajudei a organizar painéis de discussão a respeito da situação literária de vários países. Uma vez que a Universidade de Iowa possui não apenas notáveis departamentos de inglês e língua estrangeira, mas também a célebre Oficina dos Escritores (Writers' Workshop), os membros do IWP raramente tinham pouco público. Leituras de ficção e poesia em livrarias locais, bem como painéis de discussão na escola, ficavam invariavelmente lotados. Entretanto, embora os autores criativos, estudantes universitários e membros do corpo docente estivessem presentes e escutassem as apresentações do IWP, a obra dos escritores internacionais continuava sendo mais uma curiosidade do que uma parte integrante da comunidade literária, geralmente considerada por estudantes e professores “menor” ou “secundária” – algo separado e, em grande extensão, desigual.

A recepção da obra dos escritores estrangeiros, por sua vez, afetou a natureza do trabalho de tradução do Programa Internacional de Redação. O desejo por parte de muitos escritores internacionais de ter suas obras traduzidas, publicadas e valorizadas em inglês era enorme. Embora certa dose de aceitabilidade fosse conquistada na cidade de Iowa e em determinados *campi* universitários nos Estados Unidos, era quase impossível incluir traduções nos periódicos literários mais importantes. Os escritores visitantes tinham uma reação diferente a esse desinteresse cultural. Alguns membros, que haviam chegado aos Estados Unidos ansiosos para ler, falar e trocar ideias e textos retiraram-se porque suas obras não eram compatíveis com as normas que norteavam o presente gosto literário nos Estados Unidos. De um modo geral, esses participantes do IWP retornaram aos seus países, escreveram um ensaio sobre sua estada nos Estados Unidos e continuaram escrevendo projetos que visavam ao público nativo, talvez dispostos a voltar em ocasião posterior, quando as condições fossem mais favoráveis. Outros escritores visitantes reconheceram o problema e redirecionaram suas energias para se conformar a uma temática e a estilos que

despertassem uma recepção mais propícia – mas por um certo preço. Reescritos para “agradar” ao público ocidental, certos temas, estilos, modos de referência e os próprios referentes foram suprimidos dos textos traduzidos. Aquele “silêncio” no texto, geralmente só conhecido pelo tradutor, era, com frequência, não só interessantíssimo em termos de criatividade, mas também muito revelador quanto às diferenças culturais.

Ainda que nossas traduções fossem “boas”, não correspondiam a determinadas expectativas “literárias” do público, um “problema” que pode ser operativo, independentemente das culturas originárias e receptoras. Afinal de contas, professores, editores e escritores criativos ganham a vida perpetuando determinado conjunto de valores literários em detrimento de outro; por mais “objetivo” ou “aberto” que qualquer sistema literário tente ser, o gosto é condicionado e certas economias predominam. Embora as restrições linguísticas e culturais na América do Norte pareçam enormes, a possibilidade de desafiar normas e criar novos métodos de expressão está sempre presente. Naqueles raros momentos em que as barreiras culturais desaparecem e um escritor internacional se depara com o sucesso, a “dupla constituição” do ato da tradução se torna visível. Tal “teoria” motivou o trabalho de tradução em Iowa e me levou à investigação de outras “teorias” de tradução para este livro.

Paul e Hualing Nieh Engle, cofundadores e diretores do Programa Internacional de Redação, conheciam bem as restrições sociopolíticas do contexto no qual as traduções ocorrem e dedicaram a vida a derrubar essas barreiras. Com essa influência em mente, eu tento, neste livro, focar não só as várias teorias de tradução, mas também as “realidades políticas” que cercam a prática da tradução literária, incluindo-as nas respectivas discussões. Um dos objetivos do livro é levantar questões a respeito de como as traduções literárias são estudadas no Ocidente e ajudar os leitores a repensar, conceitualmente, como as traduções são definidas e categorizadas. Agradeço a Engles, Peter e Mary Nazareth, Daniel Weissbort, ao pessoal do IWP, a todos os escritores visitantes e à Universidade de Iowa por seu compromisso inabalável em promover a tradução e pelos contínuos esforços para efetuar a comunicação internacional.

Meus sinceros agradecimentos vão também para Hans-Joachim Shulz, diretor do Programa de Literatura Comparada da Universidade Vanderbilt, não só por me permitir criar, em grande parte, meu currículo na busca por uma relativa vasta gama de interesses literários e teóricos, muitos dos quais formam a base para algumas seções do livro, mas também por sua

amizade e confiança. Eugene van Erven, colega no Programa de Literatura Comparada em Vanderbilt e ex-diretor de McTyeire International House, partilhou de minha crença na relevância da redação criativa internacional, principalmente de poesia política popular, para os interesses acadêmicos. Seu envolvimento e apoio em muitos de meus projetos “extracurriculares” foram inestimáveis. Boa parte de meu prazer em escrever este livro veio das discussões que tive com condiscípulos durante os estágios formativos de cada seção; um agradecimento em particular vai para os estudantes dos seminários de Charles Scott sobre Filosofia Continental, em Vanderbilt, especialmente Gene DiMugno, e aos estudantes no seminário Pound, de Donald Davie. Os professores Alice Harris e Franstisek Galan, do Departamento de Linguística e do Programa de Literatura Comparada em Vanderbilt, ajudaram-me com valiosos comentários a respeito do manuscrito desta obra. Os professores de inglês Jack Prostko, Phyllis Frus e Mark Jarman, também em Vanderbilt, não só leram e responderam de forma positiva ao texto, mas também me incluíram em seu círculo de amigos, fazendo de Nashville um local mais agradável para trabalhar.

Um agradecimento especial também a Maria Tymoczko, da Universidade de Massachusetts/Amherst, por sua leitura meticulosa do manuscrito original e pelo incentivo e companheirismo intelectual durante as revisões. As conversas com a equipe e com os participantes no Seminário de Verão CERA para Tradução, Comunicação e Culturas na Universidade Católica, em Leuven, Bélgica, também foram muito úteis no estágio final. As palestras de Susan Bassnett, professora do CERA em 1991 e coeditora desta série, mostraram-se verdadeiramente instigadoras do pensamento; além disso, ela me deu um valioso *feedback* sobre algumas das seções mais controvertidas do livro. O interesse especial do coeditor da série, André Lefevre, por teoria da tradução e suas incisivas sugestões fazem de todo o processo de publicação uma empreitada prazerosa. A editora Janice Price apoiou o projeto do início ao fim.

Mais importante, Janet Gentzler Studer e Marianne Gentzler apoiaram-me com seu amor e afeição no decorrer de todo o processo de redação deste livro. O amor, a criatividade e a companhia de Megan Gentzler renovaram minha energia durante as fases críticas. E, por fim, minha gratidão pelo amor, pelo envolvimento intelectual e pela confiança inabalável de Jenny Spencer se estende além das palavras.

Preface to the revised edition *Prefácio da edição revisada*

Enquanto escrevo o prefácio da segunda edição de *Teorias Contemporâneas da Tradução*, publicado pela primeira vez em 1993, eu me pergunto quem teria pensado, oito anos atrás, que essa área cresceria de tal maneira. Na época, poucos estudiosos viam no fenômeno da tradução algo além da relativamente tradicional abordagem binária do texto traduzido, texto-fonte. Nos últimos anos, houve uma verdadeira explosão de teorias na área de tradução – uma abundância de teorias de estudos culturais, teorias feministas, novas teorias linguísticas, teorias pós-coloniais e desconstrutivistas. Na verdade, existem hoje tantas teorias que nenhum teórico ou livro é capaz de acompanhar ou abordar todas elas. A St. Jerome Press fundou uma nova série, com o título bastante apropriado de *Translation Theories Explained* [Teorias da Tradução Explicadas], para auxiliar os estudiosos e estudantes.

Ironicamente, em sua primeira publicação, este livro foi criticado a princípio por incluir um excesso de teorias; muitos estudiosos na área sentiam que essa proliferação de teorias era um fenômeno passageiro. Hoje, o livro pode parecer limitado no número de teorias, restringindo-se a apresentar apenas cinco abordagens. À medida que a área cresce, com novos estudiosos de diferentes países e diferentes tradições linguísticas e culturais conduzindo suas pesquisas, teorias adicionais começam a emergir, complicando ainda mais o mapa. Com o colapso do império soviético, a abertura da China, a emergência do mundo em desenvolvimento e o fortalecimento de comunidades étnicas em países maiores, a atividade da tradução está em alta por todo o globo. As condições culturais que cercam essas comunidades, no entanto, são tão variadas e as situações econômicas e sociais tão diversas que as estratégias para tradução apresentam uma divergência correspondente. Se aprendemos algo com os estudos de tradução nestes últimos oito anos, é que as antigas teorias e modelos nem sempre são aplicáveis. O tradutor das sagas dos *vikings* tem metas diferentes e um público diferente do tradutor de poetas latino-americanos. Os grupos de refugiados do Camboja tentando se ajustar à vida no mundo ocidental têm necessidades e prioridades diferentes daquelas dos empresários norte-americanos tentando alcançar compradores

na União Europeia. Não devemos nos surpreender com o fato de que os métodos e as estratégias para tradução sejam tão distintos.

Como poderíamos prever essa explosão? No fim da década de 1980, quando comecei a estudar tradução, a área estava tentando se libertar do domínio das teorias orientadas pelo texto-fonte. Tendo encontrado as teorias primárias responsáveis pelo passo inicial em afrouxar essas amarras – isto é, a oficina norte-americana de tradução, a “ciência” da tradução, os primeiros estudos de tradução, a teoria dos polissistemas e a desconstrução –, nem eu mesmo pude prever a explosão que se seguiria. De fato, quando escrevi o livro, muitos de meus colegas achavam que eu jamais encontraria uma editora que aceitasse uma obra cujo único tema era teoria da tradução. No entanto, o livro logo esgotou, e o interesse pelo assunto cresceu de maneira significativa. Sinto-me profundamente gratificado pelo fato de que os avanços na área contribuíram para transmitir as ideias apresentadas em *Teorias Contemporâneas da Tradução* de uma maneira muito melhor do que eu teria julgado possível, na época.

Com certeza, relendo o livro hoje, sinto que ele permanece atualizado. A despeito dos grandes movimentos na área, *Teorias Contemporâneas da Tradução* ainda oferece uma valiosa visão geral, histórica e crítica, dos eventos basicamente responsáveis para a abertura no campo da tradução. Não que as ideias apresentadas não criassem certas controvérsias. Na verdade, cada capítulo atraiu um grupo específico de críticos. Estudiosos que faziam parte do primeiro grupo de estudos de tradução afirmavam que eu havia descharacterizado muitos eventos em minha exposição no capítulo 4. Quando lhes pedi a documentação apontando meus erros, eles alegaram que, embora existissem poucos artigos publicados, conversas particulares haviam ocorrido naqueles anos que foram importantes para o desenvolvimento da área, as quais eu tinha omitido. Talvez os teóricos dos polissistemas tenham sido os mais tocados, em virtude da minha afirmação acerca das limitações de sua abordagem; mas, de um modo geral, com o passar dos anos, um número cada vez maior de estudiosos compartilha minha insatisfação com a natureza hierárquica daquela teoria e de sua propensão a generalizar, com base em poucos dados. Na verdade, o capítulo menos controverso em termos de receptividade do livro, o que trata da desconstrução, foi o que julguei que seria o mais polêmico. Muitos estudiosos, porém, principalmente os mais jovens, mostraram-se vividamente interessados nas possibilidades da desconstrução e pareciam dar as boas-vindas a essa contribuição.

Além de criar controvérsias nos respectivos ramos da área, muitos estudiosos me escreveram para dizer que a maior falha do livro era a de não ter incluído a teoria deles – estudiosos da Finlândia se sentiram ignorados, estudiosos da Alemanha se consideraram pouco citados e estudiosos da China se sentiram excluídos. Nunca foi a intenção deste livro, porém, oferecer uma visão quantitativa; para tal, um livro muito maior teria sido necessário e com um tratamento muito mais superficial de cada teoria abordada. A teoria da tradução não é fácil; pelo contrário, ela envolve teorias complexas de significado e complexas forças sociais criando numerosas barreiras, além de barreiras linguísticas já proibitivas. Para um teórico como eu representar de maneira adequada e em seguida avaliar de forma crítica as teorias escolhidas, era preciso limitar o número de teorias incluídas. Preferi discutir cinco das mais importantes; e ainda penso que essas cinco refletem, com certeza, inovações cruciais para o desenvolvimento dessa área ainda jovem.

Para uma segunda edição, permanece a pergunta se eu não deveria rever meus argumentos à luz das respectivas críticas ou adicionar novos capítulos para abordar o que não foi incluído na primeira edição. É verdade que, na última década, o estudo da tradução mudou de forma drástica, com novos métodos, teorias, estudos de casos e conexões interdisciplinares. Temos visto novos periódicos, novas séries de livros, novos programas acadêmicos e uma pletera de conferências por todo o globo. Toda essa atividade de conferência, publicação e treinamento reflete a natureza dinâmica e envolvente da área, e seria impossível cobrir toda a sua extensão em um único volume, algo muito mais difícil hoje do que oito anos atrás. Atualmente, há várias enciclopédias disponíveis ou no prelo, incluindo a *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (1998), *The Encyclopedia of Literary Translation into English* (2000) e *Übersetzung, Translation, Traduction: Ein Internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung* (a sair), que oferecem uma boa visão geral da miríade de abordagens disponíveis atualmente.

Preferi, enfim, não ter uma reação exagerada às vastas mudanças na área e resolvi, por outro lado, deixar meu livro praticamente intacto. Se eu tivesse de escrevê-lo hoje, talvez mudasse um pouco o estilo; alguns dos argumentos apresentados são articulados em um tom talvez um tanto mais antagônico do que seria necessário. Decidi, porém, manter minha voz original, pois sinto que ela refletia o tenor dos tempos. Nos primeiros dias da teoria da tradução, simplesmente não existiam múltiplas teorias. A meta, naquela época, e que, apesar das evidências prevaletentes, continua a ser a de alguns estudiosos de hoje, era estabelecer uma teoria geral da tradução

válida para diferentes culturas e línguas. Minha voz confrontadora, seja ela geracional ou política, também refletia a urgência do período, se reflete e costuma ser partilhada por outros autores que participaram do crescimento da área. Quero crer também que é uma voz que faz parte de um coro de novas vozes, o qual continua alargando as margens da teoria da tradução hoje.

Esta segunda edição me permitiu corrigir os erros de impressão e de conteúdo, além de atualizar algumas seções para refletir novos desenvolvimentos em áreas específicas. Houve momentos em que moderei minha voz, quando percebi que ela levava a distorções das ideias apresentadas por determinado estudioso – surpreendentemente, porém, essas mudanças foram poucas. O fim de cada capítulo foi atualizado para abordar novos materiais publicados por estudiosos mencionados no respectivo capítulo. A crítica de Lawrence Venuti à tradução literária norte-americana de *The Translator's Invisibility* (1995) foi acrescentada ao capítulo 2; a discussão das abordagens funcionalistas foi expandida no capítulo 3; as reflexões de Theo Hermans sobre os primeiros estudos de tradução, extraídas de *Translation in Systems* (1999), foram acrescentadas ao capítulo 4; a teoria revisada de Gideon Toury em *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995) foi incorporada ao capítulo 5; teorias pós-coloniais de Tejaswini Niranjani e Gayatri Spivak foram incluídas no capítulo 6. E, como se poderia esperar, eu revisei o capítulo final, “O Futuro dos Estudos de Tradução”, pois o futuro contém uma gama de possibilidades que em tempo algum teriam sido previstas. Também atualizei a bibliografia correspondente, para incluir novos desenvolvimentos na área.

A segunda edição, portanto, é também um contínuo envolvimento crítico com algumas das mais importantes teorias na área que levaram à proliferação de teorias recentemente. Para os estudantes de tradução, a análise e o registro histórico terão grande valia. As mais gratificantes cartas e mensagens por *e-mail* que tenho recebido no decorrer dos anos são de professores de tradução e de seus alunos, que usaram o livro e dele se beneficiaram, ganhando uma maior visão geral dos múltiplos avanços na área. O livro teve uma tradução magnífica para o italiano, elaborada por Maria Teresa Musacchio, com o título de *Teorie della Traduzione: Tendenze Contemporanee* (1998); há uma no prelo em persa, e fala-se de traduções adicionais desta segunda edição. A popularidade do livro entre os jovens estudiosos tem sido surpreendente, e é principalmente a vocês que eu dedico esta segunda edição. Para estudiosos de outras áreas, que estão tendo contato pela primeira vez com a teoria da tradução, este livro oferece uma revisão de várias teorias significativas das últimas três décadas,

além de uma análise crítica da filosofia da linguagem, de como o significado se movimenta e é recebido e como fatores extralinguísticos, tais como igrejas, Estados soberanos, escolas e editoras, contribuem para criar a comunicação entre as culturas. Eu espero que vocês o apreciem.

Antes de terminar, quero expressar meus sinceros agradecimentos aos anfitriões das escolas que me convidaram para fazer apresentações, durante as quais muitas das ideias para novas seções da segunda edição foram formuladas pela primeira vez, de um modo especial a Susan Bassnett, da Universidade de Warwick; Theo Hermans, da University College London; Christina Schaefer, da Universidade Aston; John Milton, da Universidade de São Paulo; Neusa da Silva Matte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Rosemary Arrojo, da Universidade de Campinas; Else Vieira e Adriana Pagano, da Universidade Federal de Minas Gerais; Sherry Simon, da Universidade Concórdia; e Marilyn Gaddis Rose, da State University of New York – Binghamton, por sua hospitalidade e pelo envolvimento com os conceitos. Agradeço de modo especial também a Lee Edwards, reitora da Faculdade de Ciências Humanas e Belas Artes na Universidade de Massachusetts Amherst, por sua visão dos estudos de tradução no meio acadêmico, e a meus colegas no Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Massachusetts Amherst, em especial a Maria Tymoczko, por seu compromisso com a tradução e pelo *feedback* a respeito de muitas das ideias que se seguem. Quero agradecer à minha equipe no Centro de Tradução da Universidade de Massachusetts, principalmente a Shawn Lindholm, por ter assumido muitos de meus encargos para me possibilitar a oportunidade de escrever. Por fim, pelo amor e apoio de minha filha Megan e minha mulher, Jenny, minha eterna gratidão.

Edwin Gentzler

Chapter 1 Capítulo 1

Introdução

“Teoria da tradução” é e ao mesmo tempo não é uma área nova; embora exista apenas desde 1983 como item na *Modern Language Association International Bibliography*, é tão antiga quanto a Torre de Babel. Alguns estudiosos literários afirmam nunca ter ouvido falar da teoria da tradução como uma disciplina em si; outros, talvez tradutores também, alegam saber tudo o que precisam saber. Qualquer indivíduo cujo trabalho seja “monolíngue” pode dizer que não precisa da teoria da tradução; a tradução, porém, é inerente a todas as línguas por meio de suas relações com outros sistemas significativos, tanto do passado quanto da atualidade. Apesar de considerada uma disciplina marginal no meio acadêmico, a teoria da tradução é central para qualquer pessoa interpretando literatura; em um período histórico caracterizado pela proliferação de teorias literárias, a teoria da tradução tornando-se cada vez mais relevante para todas elas.

O que é a “teoria contemporânea da tradução”? Roman Jakobson divide a área em três subáreas: tradução *intra*lingual, uma reescrita de sinais em uma língua com sinais da mesma língua; tradução *inter*lingual, ou a interpretação de sinais em uma língua com sinais de outra (a tradução “propriamente dita”); e tradução *inter*semiótica, ou a transferência (“transmutação”) dos sinais em uma língua para sistemas de sinais (de língua em arte ou música). Todas as subáreas de Jakobson se reforçam mutuamente e, se aceitarmos essa definição, podemos logo ver que a teoria da tradução pode envolver o estudante em toda a rede intersemiótica de língua e cultura, tocando todas as disciplinas e discursos. Meu enfoque principal é o segundo aspecto da definição de Jakobson – tradução interlingual –, mas espero demonstrar também

que esse isolamento é impossível e que mesmo a tradução “propriamente dita” acarreta múltiplos aspectos linguísticos, literários e culturais.

Em anos recentes, a teoria da tradução expandiu com novo desenvolvimento. George Steiner caracterizou a história da teoria da tradução até Jakobson como um refazer contínuo da mesma distinção teórica formal (condizente com a forma do original) em contrapartida com a distinção teórica livre (usando formas inovadoras para simular a intenção do original). A “moderna” teoria da tradução, como teoria literária atual, começa com o estruturalismo e reflete a proliferação da época. Os capítulos seguintes enfocam apenas cinco diferentes abordagens à tradução, que começaram em meados da década de 1960 e são influentes até hoje: (1) a oficina norte-americana de tradução; (2) a “ciência” da tradução; (3) os primeiros estudos de tradução; (4) a teoria dos polissistemas e (5) a desconstrução.

Considerando o estado marginal da teoria da tradução dentro dos estudos literários, parto do pressuposto que o leitor tem pouca familiaridade com a teoria apresentada aqui. As próprias investigações divergem muito, fato que se reflete na terminologia específica de cada área, bem como nas ideias em si. Tradutores literários, por exemplo, distanciam-se do “jargão” das abordagens linguísticas; os desconstrucionistas subvertem a própria terminologia “científica” exigida pelos semioticistas; e a agressiva retórica dos desconstrucionistas torna os estudiosos alheios a muitas outras áreas. Faz-se necessário que cada um dos capítulos seguintes aborde, de uma maneira gradual, a terminologia preferida dentro do ramo de estudo, pois certas ideias são dependentes dos termos usados para descrevê-las.

Além das diferenças terminológicas, porém, outras barreiras obstruem a troca de ideias entre estudiosos de várias abordagens. Embora os proponentes de “novas” abordagens como os estudos de tradução tenham desenvolvido suas ideias e publicado seus dados há mais de duas décadas, essas ideias permanecem estranhas às abordagens com bases mais tradicionais. Tradutores euro-americanos, por exemplo, costumam resistir à sugestão de que a manipulação institucional influencia a tradução. Estudiosos da tradução não gostam da ideia de que seus dados meticulosamente coletados podem revelar brechas e repressão literária aos olhos dos desconstrucionistas, em vez de evolução literária sistemática. Conferências interdisciplinares de tradução já foram feitas, mas muitas incompatibilidades persistem; um dos propósitos deste estudo é mostrar que esses problemas em comunicação e intercâmbio se baseiam em diferentes pressuposições teóricas de cada abordagem.

Foi feita uma tentativa de uma leitura sintomática, de uma observação do “discurso” de determinado texto, para se apontar o que pode e não pode ser dito, tendo em vista as premissas filosóficas do estudioso. Por exemplo, após reavaliar as pressuposições religiosas e metas missionárias de Eugene Nida, percebo que sua adoção de um modelo de estrutura profunda/estrutura superficial derivado da “moderna” linguística como base sobre a qual ele fundou sua “ciência” é altamente suspeita. O que ele quer dizer com estrutura “profunda” – algo vago e relacionado à Palavra de Deus – e o que Noam Chomsky pretendia – também algo vago, porém relacionado a estruturas inatas do cérebro humano – são dois conceitos diferentes. Com frequência, as pressuposições teóricas são menos evidentes que as de Nida, mas ainda podem ser discernidas pela terminologia, pela retórica e pelo estilo escolhidos por determinado estudioso. Portanto, quando os teóricos dos primeiros estudos de tradução adotam conceitos como “literariedade”, “alienação”, “primário” e “secundário”, vejo que os próprios termos revelam suposições acerca da natureza hierárquica de uma cultura. Embora tais termos possam ajudar o estudioso de tradução a articular o modo como as traduções funcionam em uma sociedade, também contribuem para inibir a natureza da investigação.

Diante dessa metodologia, as fontes originais se mostram mais valiosas que a literatura secundária, a maior parte da qual tem origem “externa” a uma disciplina orientada para a tradução ou sequer comparativa, ou, em outras palavras, advém da disciplina específica – seja ela teoria literária, linguística ou filosofia. Retornando, porém, à fonte “original”, posso analisar não apenas o que o texto diz explicitamente, mas também o que ele *não* diz ou só cita de forma implícita. Por exemplo, quando Jonas Zdanys, diretor da Oficina de Tradução em Yale, diz que evita “teorias estéticas predeterminadas” e depois fala de seu compromisso com a “solidade criativa”, ou, de modo ainda mais revelador, menciona sua esperança de converter para as suas crenças um estudante de linguística, digo que ele tem interesses próprios predeterminados, embora mudos. Ou, quando I. A. Richards argumenta pela primeira vez, em *Practical Criticism*, que está procurando uma nova teoria que permita às pessoas descobrirem a si mesmas e encontrarem novos métodos, e depois assume outra posição, descartando as variadas respostas de seus alunos como erros, e afirma que a meta é também alcançar “perfeita compreensão” e uma resposta unificada e correta, sugiro que seus argumentos não são coerentes.

Parte do trabalho dos “precursores” podia ou não ter sido pretendida para tradução. Richards, por exemplo, estava evidentemente ensinando aos alunos técnicas para aprender o cânone inglês; entretanto, as oficinas de tradução nos Estados Unidos usam os novos métodos críticos para interpretar e avaliar as traduções. A abordagem de Richards – consciente ou inconscientemente – continua sendo o enfoque da sala de aula. Chomsky não pretendia que seu modelo fosse usado para tradução, mas Nida e Wolfram Wilss – diretor de um instituto de tradução em Saarbrücken – incorporaram, correta ou incorretamente, aspectos do modelo de Chomsky em seus trabalhos; assim, o estudioso de tradução deve fazer essas perguntas de peso acerca da conveniência de determinado modelo para a teoria da tradução. Outros abordam de forma direta questões ligadas à tradução. Formalistas russos mais recentes como Jurij Tynjanov e Roman Jakobson inseriram a tradução, bem como outros fenômenos culturais, em sua teoria da arte, mas não se aprofundaram em elementos específicos. Perguntas acerca da natureza da tradução se encontram sempre inseridas no movimento do pensamento que norteia o trabalho de Heidegger e Derrida, dando assim cor a uma subsequente geração de “estudiosos”. Contudo, em muitos sentidos, parte da terminologia de Derrida parece ultrapassada à luz da recente teoria da tradução – como, por exemplo, sua referência à “impossibilidade” da tradução –, e os estudos de tradução devem apontar o progresso que tem sido feito.

De um modo geral, eu me sinto fortemente encorajado pelos desenvolvimentos na área da teoria da tradução “moderna”. O foco na investigação de tradução está mudando do abstrato para o específico, das profundas formas hipotéticas subjacentes para a superfície de textos com todos os seus saltos, erros, ambiguidades, múltiplos referentes e desordem “estrangeira”. Tudo isso está sendo analisado – e não por padrões de equivalente/inequivalente, certo/errado, bom/ruim e correto/incorreto. Esses padrões implicam noções de substancialismo que limitam outras possibilidades da prática de tradução, marginalizam a tradução não ortodoxa e comprometem uma real troca intercultural. Como acontece na teoria literária em geral, uma reavaliação dos nossos padrões está em andamento e, na área da teoria da tradução, noções substancialistas já começam a se dissipar (embora, sem dúvida, elas venham a morrer devagar). Para a história literária, os estudos de caso de tradução já estão se revelando um valioso recurso, mostrando como a ideologia cultural influencia diretamente decisões literárias específicas. Para a teoria literária, este pode ser um momento excitante de renovado

estudo de textos reais a partir de uma nova disciplina, que deverá nos ajudar a discernir melhor não só a natureza da tradução, mas a natureza da linguagem e da comunicação (internacional). Todo o meu otimismo, porém, é matizado pelo sentimento de que todas as teorias de tradução discutidas neste texto refletem certos valores e pressuposições estéticas a respeito de literatura, conforme a visão dos críticos ocidentais. À medida que as teorias de tradução esboçadas neste livro se tornam cada vez mais complexas, elas parecem ganhar maior apoio do meio acadêmico, o que, por sua vez, também aumenta seu poder de excluir.

Chapter 2 Capítulo 2

A oficina norte-americana de tradução

Em muitos círculos acadêmicos na América do Norte, a tradução literária ainda é considerada atividade secundária, mecânica em vez de criativa, indigna de atenção crítica séria ou do interesse geral do público. Os tradutores também costumam lamentar o fato de não existir um mercado para o seu trabalho, e aquilo que chega a ser publicado é imediatamente relegado às margens da investigação acadêmica. Todavia, uma análise mais apurada dos desenvolvimentos nas últimas quatro décadas revela que, em alguns círculos, a tradução literária tem atraído cada vez mais interesse público e acadêmico.

No início da década de 1960, não havia oficinas de tradução em instituições de aprendizado superior nos Estados Unidos. A tradução era, na melhor das hipóteses, uma atividade marginal, não considerada pelo meio acadêmico uma área devida de estudo no sistema universitário. Em seu ensaio *The State of Translation*, Edmund Keeley, diretor das oficinas de tradução primeiro em Iowa e depois em Princeton, escreveu: “Em 1963, não havia um fórum público estabelecido e contínuo para o propósito: não havia centros de tradução, nem associações de tradutores literários, nem publicações dedicadas basicamente a traduções, tradutores e seus problemas” (Keeley, 1981: 11; citado por Weissbort, 1983: 7). Nesse ambiente, Paul Engle, diretor da Oficina dos Escritores na Universidade de Iowa, foi quem promoveu a primeira abertura; argumentando que a escrita criativa não conhece fronteiras nacionais, ele expandiu o Programa de Redação Criativa para incluir escritores internacionais. Em 1964, Engle contratou

um diretor em tempo integral para o que seria a primeira oficina de tradução nos Estados Unidos e começou a oferecer crédito acadêmico para traduções literárias. No ano seguinte, a Fundação Ford conferiu uma bolsa de 150 mil dólares à Universidade do Texas em Austin para o estabelecimento do Centro Nacional de Tradução. Também em 1965, o primeiro exemplar de *Modern Poetry in Translation*, editado por Ted Hughes e Daniel Weissbort, foi publicado, proporcionando aos tradutores literários um lugar para o seu trabalho criativo. Em 1968, o Centro Nacional de Tradução publicou o primeiro exemplar de *Delos*, um periódico dedicado à história e à estética da tradução. A tradução literária havia estabelecido um lugar, embora pequeno, na produção da cultura americana.

O processo de crescimento e aceitação continuou na década de 1970. Logo, cursos e *workshops* de tradução estavam sendo dados em várias universidades – Yale, Princeton, Columbia, Iowa, Texas e a State University of New York, incluindo Binghamton. Certificados avançados eram conferidos aos estudantes por trabalhos criativos, históricos e teóricos na área de tradução literária. Isso, por sua vez, levou ao estabelecimento da organização profissional conhecida como Associação Americana de Tradutores Literários (*American Literary Translators Association* – ALTA) no fim da década de 1970, bem como à fundação do periódico *Translation*, da mesma organização. Em 1977, o governo dos Estados Unidos estendeu sua autoridade a esse processo com o estabelecimento das bolsas do Fundo Nacional das Ciências Humanas (*National Endowment of the Humanities*), específicas para traduções literárias. Durante algum tempo, no fim da década de 1970 e início da seguinte, parecia que a oficina de tradução seguiria o caminho da escrita criativa, também considerada outrora uma área não acadêmica, e que logo seria oferecida em todas as escolas que tivessem oficinas de redação.

Contudo, apesar do aumento na atividade de tradução e sua conquista de um apoio institucional limitado nas décadas de 1970 e 1980, o processo de crescimento estagnou. Persistiam muitas das pressuposições acerca do *status* secundário da área. Hoje, enquanto muitas universidades oferecem certificação avançada em redação criativa, poucas, em comparação, oferecem crédito acadêmico para tradução literária. Um motivo para isso é, sem dúvida, a natureza monolíngue da cultura. Entretanto, essa tipificação também tem origens socioeconômicas: colocar na tradução o rótulo de derivativa acaba reforçando um *status quo* existente, que dá maior ênfase não ao processo, mas sim à busca e à consumação de significado “original”. A atividade de tradução representa um processo de antítese a certas crenças literárias dominantes, daí o fato de ser

relegada a um *status* marginal nas instituições educacionais e econômicas e de sua posição nessa sociedade como parte de um movimento de contracultura.

De fato, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, a prática de tradução literária se tornou profundamente envolvida em representações de alternados sistemas de valor e visões da realidade. Embora não fossem levadas a sério pelos acadêmicos, as vendas de textos literários traduzidos desfrutavam um pico sem precedentes no mercado aberto. Talvez ninguém tenha articulado tão bem a urgência política e a atração popular das traduções literárias nesse período quanto Ted Hughes:

Essa explosão das vendas populares de poesia moderna traduzida foi algo inédito. Embora refletisse apenas um aspecto da onda de energias mescladas que galvanizaram aqueles anos com tantos extremos, ela foi ao mesmo tempo alimentada por quase todos eles – Budismo,* à moda da ideologia *hippie*, a revolta dos jovens, a música *pop* dos Beatles* e sua geração... Esse momento histórico pode ser visto como... um desenvolvimento de dentro para fora, uma mudança do milênio na visão da realidade por parte do Ocidente industrial. (Hughes, 1983: 9)

Para Hughes, a explosão da tradução dos anos de 1960 foi simplesmente um aspecto do movimento de uma geração que se articulava nas mais variadas formas de mídia. Embora sua visão da tradução como *anti-establishment* possa não ser correta quanto a toda a tradução feita nesse período, aplicava-se a um grande e influente grupo de poetas americanos contemporâneos envolvidos ativamente no trabalho de tradução na época: Robert Lowell, Robert Bly, W. S. Merwin, Gary Snyder, Denise Levertov, Galway Kinnel, Elizabeth Bishop, W. D. Snodgrass e Lawrence Ferlinghetti, entre os mais importantes. Esses poetas se rebelaram não só contra as instituições literárias tradicionais, mas também contra as políticas nacionais e internacionais de seu governo e da sociedade ocidental, de um modo geral. Uma década depois, no prefácio de *Writing from the World II* (1985), uma antologia de traduções literárias do fim da década de 1970 e início da de 1980, Paul Engle assim resumiu a causa socialmente ativa, politicamente urgente da tradução no mundo contemporâneo:

À medida que este mundo encolhe como uma laranja passada e todos os seus povos em todas as culturas se aproximam mais (embora relutantes e cheios de suspeita), é possível que a frase crucial para os nossos anos restantes na Terra seja simplesmente:

*N.E.: Sugerimos a leitura de *Zen-Budismo e Literatura*, de Antônio Carlos Pereira Rocha, e *Os Beatles e a Filosofia*, de Willian Irwin, Madras Editora.

TRADUZIR OU MORRER.

A vida de toda criatura na Terra pode um dia depender da tradução instantânea e correta de uma palavra. (Engle & Engle, 1985: 2)

A premissa da oficina de tradução

Apesar do aumento de interesse popular pela tradução literária e das importantes questões levantadas a respeito da natureza teórica da linguagem por parte dos críticos literários norte-americanos nas últimas décadas, poucos se deram ao trabalho de considerar as ligações entre as duas práticas. Uma explicação para essa falta de atenção crítica pode ser atribuída às premissas “ateóricas” daqueles que praticam e ensinam tradução conforme é revelado nos numerosos prefácios e introduções de textos contendo tradução. Um ensaio de Jonas Zdanys da oficina de tradução de Yale ilustra o problema. Em *Teaching Translation: Some Notes Toward a Course Structure* (1987), Zdanys fala de sua inicial ambivalência quanto ao ensino da tradução literária, porque sente que esse processo criativo não pode ser ensinado. Em seguida, ele vence a própria relutância e concorda em ensinar tradução, na esperança de atrair estudantes de literatura interessados em “explorar os aspectos teóricos e práticos da tradução poética” (Zdanys, 1987: 10). Zdanys, então, reavalia o curso, os livros ensinados, a estrutura do seminário e seus sucessos, enfatizando de modo especial a apreciação dos poemas e das traduções dos estudantes. O artigo conclui com Zdanys mudando de opinião acerca da impropriedade do ensino de tradução, argumentando agora o contrário, que a arte da tradução não só pode ser ensinada, mas também pode deixar o estudante mais ciente de aspectos da poesia, língua, estética e interpretação.

As observações de Zdanys parecem características de pressuposições prevalentes quanto ao ensino da tradução nos Estados Unidos. Ele concorda com a premissa de que a escrita criativa não pode ser ensinada, que o talento criativo é algo com que o indivíduo nasce. Essa crença comprometeu durante anos a escrita criativa, até esta ser aceita como disciplina universitária. Em segundo lugar, Zdanys revela um preconceito ao ensinar os alunos a apreciar o poema original, condizente com as premissas da Nova Crítica. Sua conclusão não é uma surpresa total – embora argumente contra a sabedoria convencional, concluindo que a tradução pode ser ensinada na universidade, ele não faz isso pelas razões sugeridas por Ted Hughes (que esse ensino

poderia levar a uma mudança no modo como o Ocidente vê a realidade), mas sim porque reforça uma ideologia humanística relativamente conservadora. Nada revela melhor essa postura que uma contradição no ensaio em torno da base teórica do curso. Por um lado, Zdanys espera que o curso atraia estudantes interessados em pontos teóricos; por outro lado, argumenta que ele mesmo se opõe às restrições das “teorias estéticas predeterminadas”. Além disso, sem nos dizer por que, Zdanys diz que “este ensaio infelizmente não considera” a contribuição da desconstrução para a área, embora, por ironia, na própria Yale haja numerosos críticos que, na verdade, fazem parte do mesmo departamento (um programa interdepartamental especial) no qual o curso foi oferecido. Apesar de afirmações contrárias, Zdanys revela as predisposições estéticas que sustentam sua abordagem:

Embora eu não esteja disposto a abandonar meu compromisso com a solitude criativa, acredito que as discussões dos vários ensaios teóricos, a leitura atenta de poemas originais, os primeiros rascunhos de texto e as traduções completadas, bem como a consideração dos vários aspectos da tradução, tornaram os participantes muito mais cientes do processo dinâmico que é a literatura. No fim do curso, os estudantes, com certeza, tinham uma compreensão mais rica da complexidade literária. (Zdanys, 1987: 11)

É evidente que Zdanys considera a tradução uma atividade subjetiva, subsumindo-a sob a meta maior de interpretação de literatura. Seu argumento de que o estudo da tradução pode levar a uma compreensão qualitativa “mais rica” revela o propósito humanista. Sua meta é mais bem revelada em uma seção do mesmo ensaio, na qual ele fala da presença de uma aluna de linguística que, apesar das “dúvidas iniciais” de Zdanys quanto à capacidade dela de contribuir para o seminário, na verdade, trouxe uma perspectiva “valiosa e intrigante” ao processo estético que ele estava ensinando. Zdanys contradiz sua premissa afirmada – uma rejeição das teorias estéticas predeterminadas – quando conclui que, embora a abordagem da aluna fosse um “estimulante” acréscimo ao curso, ele “secretamente espera” que a tenha “convertido” no decorrer do curso. A pergunta que fica é: “convertido para o quê?”.

Esse “o quê” inarticulado é o tema que eu quero abordar neste capítulo. Estudiosos associados à premissa da oficina norte-americana de tradução costumam dizer que sua abordagem não é teoricamente pré-condicionada; este capítulo tenta formular o *non-dit* presente em seus trabalhos, analisar essas pressuposições subjacentes e mostrar como elas reforçam os edifícios literários existentes ou oferecem uma contra-afirmação que merece maiores

considerações. Com essa abordagem, eu espero mostrar que a oficina de tradução faz as duas coisas, isto é, ao mesmo tempo reforça e subverte, e que essa atividade dual, necessariamente operativa por causa da metodologia, é em si uma contribuição para a contínua investigação não apenas dos fenômenos da tradução, mas da linguagem em geral.

I. A. Richards: nova crítica e tradução

O texto que melhor exemplifica a teoria da abordagem da oficina, orientada pela prática, é *Practical Criticism* (1929), de I. A. Richards. Precursor da oficina de escrita criativa e da oficina de tradução, a primeira oficina de leitura de I. A. Richards ocorreu em Harvard no fim da década de 1920. Seu famoso experimento consistiu em dar aos seus melhores alunos em Harvard 13 poemas de autores, desde Shakespeare a Ella Wheeler Wilcox. Os estudantes receberam os poemas sem mais informações (sem título, nome do autor ou dados bibliográficos) e tinham uma semana para responder, quando então Richards recolheria os “protocolos”. Três eram os seus objetivos: (1) introduzir uma nova espécie de documentação à cultura americana contemporânea; (2) oferecer uma nova técnica para as pessoas descobrirem, por conta própria, o que pensam da poesia e (3) descobrir novos métodos educacionais. Com uma abordagem que isolava da sociedade tanto o estudante quanto o texto, Richards esperava introduzir nova documentação que apoiasse suas crenças estéticas: que um “sentido” unificado existe e pode ser discernido e que há também um sistema avaliativo unificado que permite ao leitor julgar o valor desse “sentido”.

Qual seria a relação da oficina de leitura de Richards da década de 1920 com a oficina de tradução de hoje? Em primeiro lugar, ambas introduzem nova documentação à cultura, geralmente consistindo nas respostas do crítico literário não totalmente formado. Como indica o artigo de Zdanys, as oficinas de tradução posteriores seguiram o precedente de Richards, orgulhoso do fato de que seus estudantes ainda não tinham uma metodologia predeterminada. Embora essa liberdade das restrições pareça permitir uma investigação “mais verdadeira” dos processos de tradução, na prática, para os projetos de Richards e subsequentes projetos de tradução em instituições de educação superior, o efeito se restringe aos alunos se conformarem aos existentes gostos e preconceitos daqueles que têm

o controle das instituições literárias. Em segundo lugar, apesar da ênfase de Richards no fato de as pessoas “se descobrirem” parecer magnânima e democrática, não deixa de ter um propósito humanista. A abordagem de Richards parecia aberta a múltiplas interpretações, a leituras que eram libertadoras, individuais e potencialmente *anti-establishment*, e também àquelas que reforçam a interpretação tradicional. Na verdade, o objetivo de seu projeto era exatamente o oposto: estabelecer novas técnicas educacionais que levariam à “perfeita compreensão” do texto e resultariam em uma resposta unificada e correta. Em sua oficina, Richards não procurou respostas variáveis, e sim soluções unificadas para problemas de comunicação, gerando regras e princípios segundo os quais interpretações individuais podiam ser feitas e devidamente julgadas:

Todo o aparato de regras e princípios críticos é um meio para se alcançar uma comunicação mais refinada, mais precisa e mais discriminante (...). Quando resolvermos completamente o problema da comunicação, quando tivermos a experiência perfeita, a condição mental relevante para o poema, ainda teremos de julgá-lo, decidir seu valor. (Richards, 1929: 11)

Esse modelo presumia uma experiência poética primária que poderia ser comunicada de forma exata e completa a outra pessoa, desde que devidamente educada. A avaliação do poema era determinada da mesma maneira, isto é, pelo consenso daqueles cujas habilidades treinadas lhes permitiam ver a luz e julgar de acordo. O poder avaliativo estava nas mãos da elite, revelando as metas didáticas com grande clareza: os estudantes de Richards em Harvard aprenderam a pensar e julgar exatamente da mesma forma que ele. Richards chegou a argumentar que as deficiências dos redatores dos protocolos não eram “defeitos” na mente humana, mas “erros” que podiam ser evitados com o devido treinamento (Richards, 1929: 309).

Em termos de estrutura, a metodologia da oficina de tradução adotou certos aspectos da oficina de leitura de Richards. Primeiro, segue-se a tentativa de descobrir regras e princípios que ajudem a obter uma comunicação mais refinada, “mais discriminante”, com a única diferença de que os participantes da oficina de tradução tentam gerar regras para leitura e para escrita. Segundo, a mesma meta – alcançar experiência primária e rearticulá-la – existe, tendo como única diferença os meios

nos quais essa experiência é expressa. A tradução literária na América costuma ser vista como uma forma de leitura apurada – alguns afirmam, a mais apurada de todas. A perfeita rearticulação da experiência em uma perfeita interpretação/tradução é a meta. O sumário de Richards do objetivo de sua oficina de leitura poderia servir também para a oficina de tradução: “Uma perfeita compreensão envolveria não apenas uma direção precisa de pensamento, uma evocação correta de sentimento, uma apreensão exata de tom e um reconhecimento perfeito de intenção; mas, além disso, colocaria esses significados contributivos na ordem certa” (Richards, 1929: 332).

Assim, longe de ser uma novidade, ou seja, algo único e diferente que as pessoas de diversas origens e pressuposições ideológicas podem trazer para um texto, o modelo de leitura de Richards apresenta um “significado” unificado bem onde se supunha que ele existia, em um “reconhecimento preciso da intenção [do autor]”. Richards pressupunha *a fortiori* que os leitores são capazes de entender precisamente o que o autor diz e que, por meio de uma interpretação, podem recuperar esse mesmo significado. Não é surpresa que, em *Practical Criticism*, Richards defendesse um regime educacional muito rígido – aumentar a lição de casa, avançar a maturidade, controlar as respostas prontas e proteger os leitores contra suas próprias ideias preconcebidas –, por meio do qual, os problemas de leitura pudessem ser resolvidos e se chegasse a um consenso. O argumento que a princípio parecia tão democrático – ensinar os alunos a pensar por si mesmos – se converteu em uma condenação do sistema educacional americano. René Wellek, autor de *A History of Modern Criticism: 1750-1950*, argumenta que a solução de Richards falhou por causa de seus “dogmas ocultos” e que suas conclusões, baseadas na variedade “anárquica” das respostas dos leitores, são “absurdas” (Wellek, 1986: 229). Richards acreditava que o leitor da boa poesia era mais valioso para a sociedade do que uma pessoa que não lesse, e seus valores políticos se confundiram com sua prática literária, resultando em uma teoria que apresentava a possibilidade de um leitor perfeito, capaz de recuperar o significado pretendido do autor. Longe de oferecer alguma coisa nova, a abordagem de Richards, na verdade, reforçava as instituições literárias e as estruturas políticas conservadoras.

Além de sua bem conhecida contribuição para a crítica americana deste século, Richards também deu um avanço na área da teoria da tradução. Em *Toward a Theory of Translating*, publicado em 1953, Richards refinou sua teoria do significado, enquanto discutia como era possível comparar traduções com os textos originais. Seu projeto inicial, na tentativa de

resolver problemas que inibiam a compreensão perfeita, ficara cada vez mais problemático sob a luz de três décadas de investigação teórica, fortemente influenciadas pelas teorias da relatividade e da referencialidade. Richards não se deixou tocar pela teoria crítica em evolução:

Como podemos comparar uma oração em inglês na poesia com uma em prosa (por mais parecidas que sejam)? Ou mesmo quaisquer duas orações, ou a mesma oração, em contextos diferentes? O que é sinonímia?* Uma prolifera literatura de teoria crítica e interpretativa atesta a dificuldade. Isso parece ter sido sentido cada vez mais em décadas recentes. (Richards, 1953: 249, nota de rodapé no original)

Richards citou Quine na questão da “sinonímia” porque o significado e sua tradução em uma língua ou entre duas línguas estava se tornando cada vez mais problemático para os críticos literários. Para Quine e a tradição filosófica anglo-americana, o problema da sinonímia – equiparar identidade com exatidão semântica – estendia-se além das leis da lógica.

Alguns anos depois, em *Word and Object* (1960), Quine usaria a tradução para demonstrar a complexidade e a indeterminação da língua. No prefácio, ele escreve: “A língua é uma arte social. Ao adquiri-la, nós temos de depender inteiramente das sugestões intersubjetivas disponíveis quanto ao que dizer e quando. Portanto, não há uma justificação para justapor significados linguísticos” (Quine, 1960: IX). No capítulo “Translation and Meaning”, Quine recorreu à tradução para “tornar mais realista” o que costumava ser um ponto abstrato quando as línguas eram observadas sob uma premissa monolíngue. Ele introduziu o “escopo” para “variação empiricamente incondicional”, citando o exemplo de que “dois homens podem ser iguais em todas as suas disposições para o comportamento verbal, sob todas as estimulações sensoriais possíveis e, no entanto, os significados e ideias exprimidos em suas manifestações de idêntica origem e com idêntica sonoridade podem divergir radicalmente” (Quine, 1960: 26). A conclusão de Quine contradizia de maneira direta qualquer teoria da tradução baseada em noções de equivalência:

Manuais para tradução de uma língua em outra podem ser elaborados de maneiras divergentes, todos compatíveis com a totalidade das disposições de discurso. Em inúmeros lugares, nas suas traduções de uma frase, eles

*N.A.: Ver, por exemplo, Willard V. O. Quine, *Two Dogmas of Empiricism*, *Philosophical Review*, 60 (1951).

divergem ao dar frases da outra língua que se correspondam sem nenhuma espécie plausível de equivalência, ainda que mínima. (Quine, 1960: 27)

No decorrer da história, os problemas da referencialidade e da indeterminação têm perturbado a teoria da tradução, assumindo posições que exigem uma transferência do tipo um a um, bem como métodos que implicam um processo de decodificação e recodificação cada vez mais difícil de sustentar. Richards, que esperara descobrir as leis reveladoras do significado literário, descobriu, tarde na vida, que a quantidade de diferentes interpretações e diferentes traduções tinha, na verdade, comprometido seu projeto. Décadas depois de *Practical Criticism*, Richards concluiu que o motivo pelo qual seu projeto inicial não deu certo foi que as áreas de comparação dentro do processo de tradução eram amplas demais e permitiam especulação ilimitada. Sua solução em *Toward a Theory of Translating* consistiu em estreitar a área e escolher a metodologia certa para o propósito relevante. Ele acreditava que, se os tradutores concordassem quanto ao propósito (como deveria ser o caso dos tradutores literários ativos), a metodologia apropriada não seria difícil de determinar:

Nos elementos particulares concretos, minuciosos, da prática, essas áreas de comparação são suficientemente familiares... Só o que precisamos fazer é providenciar, em um esquema parcimonioso adequado, um corpo de experiência tão comum que, se o propósito de nosso arranjo fosse concordado, teríamos pouco do que divergir. (Richards, 1953: 252-3)

Apesar da revisão, as premissas iniciais de Richards permanecem intactas: ele ainda acreditava que a área consiste em textos contendo um “corpo de experiência” primário que os leitores (uma elite pequena) pudessem discernir; com o devido treino, poder-se-ia chegar a um consenso quanto ao que seria essa experiência. Ele não conseguiu se libertar do impulso de reduzir todas as diferenças de interpretação a uma resposta única.

Essa premissa permitiu a Richards esboçar um modelo de comunicação codificador/decodificador semelhante àqueles usados por teóricos da comunicação. O diagrama de Richards era ligeiramente mais complexo, dividindo a mensagem original em sete componentes, todos os quais contendo significado e exigindo uma decodificação. Richards argumentava que o tradutor deveria estar ciente de que um signo não só (I) indica alguma coisa; mas também que (II) caracteriza (diz a mesma coisa ou algo novo a respeito das coisas); (III) realiza (apresenta com variados graus de vividez); (IV) valoriza; (V) influencia (deseja mudança); (VI) conecta e (VII) tenciona (tenta persuadir)

(Richards, 1953: 252-3). Jurar, como exemplo de seu componente IV, dá valor a algo além de indicar algo. Portanto, “significado”, para Richards, tornara-se algo muito complexo, tendo aspectos implícitos e explícitos. Por exemplo, por “realizar”, ele admitia que “o que é altamente realizado pode ser distinto, explicitamente estruturado, detalhado, definido na maioria dos sentidos dessa palavra estratégica. Mas pode, por outro lado, ser bastante indefinido”. Além disso, o inverso pode ser verdadeiro: “Por outro lado, muitos artificios – desde cabeçalhos até as rotinas do editor e comentador – reduzem a realidade do que é apresentado” (Richards, 1953: 257). Richards sabia muito bem que os signos nunca são desprovidos de tentativas de persuasão.

Todavia, a despeito das revisões de Richards e de seu uso de categorias complexas de significado inerentes a cada mensagem, suas premissas teóricas permaneceram, em grande parte, iguais. Seu modelo de 1953 visava a servir, de maneira específica, o tradutor cujo intento era chegar à tradução “apropriada”. Richards sabia que a ideia de alcançar uma leitura unificada estava se tornando cada vez mais difícil de sustentar, diante do fato de que as teorias de relatividade haviam sido introduzidas à estrutura teórica da investigação literária do século XX. Enquanto a questão motivava esse ensaio específico sobre tradução, no fim, ela permanece sem solução. Por um lado, ele admitiu, no ensaio, que o processo de tradução “deve ser o tipo mais complexo de evento já produzido na evolução do Cosmos” (Richards, 1953: 250). Por outro lado, ele argumentava que os tradutores, com a devida educação e prática, podem conhecer a devida metodologia para alcançar a correta compreensão do texto primário. Apesar das concessões feitas à complexidade, o modelo também sugeria que a mensagem original podia ser decodificada e posteriormente recodificada em outra língua. Richards ainda afirmava que o estudioso literário podia desenvolver regras como um meio de resolver um problema de comunicação, de chegar à compreensão perfeita e reformular corretamente essa mensagem específica.

Se Richards tivesse apresentado um modelo complexo na década de 1930, teria sido um *tour de force* na área; na época em que foi apresentado, porém, o ensaio parecia uma jogada desesperada para garantir o poder dentro da instituição, sob a luz de novos desenvolvimentos teóricos, e indica que já estava na hora de novas visões. O argumento concludente foi muito revelador:

Nós somos guardiões, IV [valorizadores], e sujeitos, portanto, ao paradoxo do governo: o de que devemos auferir nossos poderes, de uma forma ou de outra, das próprias forças as quais precisamos fazer o possível para

controlar. A teoria da tradução não tem apenas de funcionar para uma melhor compreensão mútua entre usuários de diversas línguas – mais crucial em seu propósito é uma visão mais completa de si e da compreensão a que deve servir. (Richards, 1953: 261)

Ciente de que seu poder provinha de seu controle da crítica literária, Richardstentou subordinar a teoria da tradução à meta maior de “compreensão” no novo senso crítico. E ele conseguiu alcançar essa meta. Com a disseminação dos estudantes do projeto Harvard por todo o sistema universitário americano, a Nova Crítica se tornou a abordagem predominante durante décadas.

A língua, contudo, não cedia a tais forças controladoras, fato evidente na área de tradução. Em vez de estabelecer um conjunto de regras que subjugasse o texto a uma interpretação limitada, unificada e “visão completa”, as traduções em si ofereciam novos modos de ver as coisas e subvertiam os modos antigos. Apesar de todo o ensino e da devida prática nas metodologias certas, a pesquisa mostra que, se a dois tradutores da oficina for dado o mesmo texto, dali sairão duas traduções diferentes. Surgem sempre textos novos que não são idênticos aos originais nem a outras traduções. Embora o poder de Richards venha da língua, parece que ele não compreendeu a própria entidade da fonte desse poder. Se a oficina norte-americana de tradução mostrou alguma coisa, foi que o texto traduzido parece ter vida própria, respondendo não só ao conjunto de regras do intérprete, mas a leis que são próprias do modo de tradução em si.

Ezra Pound: teoria dos detalhes luminosos

Diferentemente da teoria de Richards da tradução apropriada, a teoria de tradução de Ezra Pound enfocava a transmissão precisa de detalhes, de palavras individuais e das imagens únicas ou até fragmentadas. Em vez de presumir o significado único, unificado de toda a obra, a “teoria” de Pound se baseava em um conceito de energia na língua; as palavras em uma página, os detalhes específicos, não eram vistos simplesmente como marcas tipografadas pretas e brancas em papel, representando outra coisa, mas sim como imagens esculpidas – palavras gravadas em pedra. Tal abordagem permitia mais latitude para a resposta

do tradutor individual; o tradutor era visto como um artista, um gravurista ou um calígrafo, aquele que molda as palavras. Apesar de ser um dos tradutores e críticos mais influentes, Pound é talvez o menos compreendido, ou lido, pela atual geração de tradutores na América. Os escritos teóricos de Pound se dividem em dois períodos: a fase inicial de imagista, que, embora partisse de formas tradicionais de lógica, ainda continha, por vezes, impressões e conceitos abstratos; e a segunda fase de imagista, ou de vorticista, que se baseava inteiramente em ação e detalhes “luminosos”, na qual a importância do objeto representado diminui e a energia ou a forma que a língua assume no processo de representar se torna mais importante.

A distinção entre os dois períodos da teoria de Pound não foi criada pelo próprio Pound, que não via essa divisão, mas pela recepção crítica de seu trabalho. Como as primeiras obras de Pound pareciam românticas, seu trabalho inicial na teoria imagista parecia metafísico. Entretanto, quando Amy Lowell e outros começaram a se apropriar de suas ideias e a transformar o imagismo em algo metafísico – como uma forma de poesia simbolizando ideias –, Pound sentiu a necessidade de se distanciar do movimento imagista. Nesse período, o pós-simbolismo assumiu muitas formas; Pound sentia que o próprio Eliot, por exemplo, nunca saía muito do simbolismo. Em sua poesia, Pound se utilizava cada vez mais de discurso direto, captando detalhes exatos, ainda que diminutos. Suas palavras se referiam a objetos reais – uma pintura, o pigmento, a pedra, um corte na pedra – e não a conceitos abstratos. Para expressar de modo mais preciso sua teoria, ele recorreu ao “vorticismo” e a articulações mais radicais, muitas das quais permanecem não compiladas, ainda localizadas em artigos não autorizados em *New Age*, *BLAST* e outras revistas já extintas.

Em sua evolução do imagismo para o vorticismo, os pensamentos de Pound a respeito da tradução foram de suma importância. Hugh Kenner, em *The Pound Era* (1971), observa que, em 1911, Pound começou a pensar “em tradução como um modelo para a arte poética: sangue revitalizando os fantasmas” (Kenner, 1971: 150). A teoria de tradução de Pound apareceu pela primeira vez em um livro sobre Arnaut Daniel, que infelizmente nunca foi publicado e hoje só está disponível em uma série de 12 artigos publicados na revista *New Age*, de A. R. Orage, sob o título de *I Gather the Limbs of Osiris* [Eu Junto os Membros de Osiris*].

*N.E.: Sugerimos a leitura de *Rumo aos Mistérios – Osiris Vive*, de Jorge Adoum, Madras Editora.

Osíris, que, tendo sido esquartejado, teve seus membros recolhidos e juntados novamente, torna-se não só o deus dos mortos, mas também a fonte da vida renovada, as energias reunidas dos membros reafirmando-se a si mesmos. Um subtítulo dos artigos explicava como Pound usava traduções para ilustrar o “Novo Método em Aprendizagem”, que, segundo Kenner, consiste em um método de recapturar a energia padronizada e de articular os “detalhes luminosos”, capazes de gerar um súbito *insight* (Kenner, 1971: 150-52). O primeiro artigo da série *Osíris* se chamava *A Translation from the Early Anglo-Saxon Text* [Uma Tradução do Primitivo Texto Anglo-Saxão], a tradução de Pound de *The Seafarer*, e marcou implicitamente o início do vorticismo (Pound, 1911-12: 107). A ênfase de Pound não era tanto o “significado” do texto traduzido, nem sequer o significado de palavras específicas. Ele enfatizava, isso sim, o ritmo, a dicção e o movimento das palavras. Associações inconscientes, reverberações de sons dentro de palavras e padrões de energia eram usados para reenergizar, em inglês do século XX, o “original”, ou pelo menos o mais antigo poema inglês. (A mesma técnica seria usada no Primeiro Canto, a tradução de Pound do começo da *Odisséia* de Homero.) O nono artigo da série *Osíris* se intitulava *On Technique* [Sobre a técnica] e continha a primeira referência ao vórtice. Nela, Pound dizia que as palavras eram “cones eletrificados”, palavras carregadas com “o poder da tradição, de séculos de consciência de raça, de concordância, de associação” (Pound, 1911-12: 297; citado por Kenner, 1971: 238).

BLAST, uma revista de arte com reproduções de desenhos, pinturas e escultura, fundada na primavera de 1914 por Wyndham Lewis, continuou com essa linha de pensamento, e o vórtice, um cone e um fio se tornaram o emblema do periódico. Vórtice era compreendido como uma forma – ou um sistema em evolução de formas, ou um sistema de energias – que revolia em torno de um centro (uma pessoa ou um lugar) e atraía tudo o que se aproximasse. O vórtice era visto como uma aglomeração de palavras, uma rede de palavras, unidas em um nodo radiante. Na primeira edição de *BLAST*, Pound definiu a nova abordagem, contrastando-a com o impressionismo:

O vórtice é o ponto de energia máxima. (...) Toda experiência converge para esse vórtice. Todo o passado energizado, todo o passado que é vivo. (...) Impressionismo, futurismo, que é só uma espécie acelerada de impressionismo, NEGAM o vórtice. (...) O vorticista não conta com a similaridade nem

com a analogia, tampouco com a semelhança ou imitação. (...) Uma imagem é aquilo que apresenta um complexo intelectual e emocional em um instante do tempo. (...) Picasso, Kandinski, pai e mãe, classicismo e romantismo do movimento. (Pound: 1914: 153-4)

Em *Gaudier-Brzeska: A Memoir*, de Pound, o autor tenta esclarecer os problemas da interpretação do que ele entende por imagismo. Por “imagem”, ele se referia “não a uma equação matemática, não a um conceito de *a*, *b* e *c* que tenha algo a ver com forma, mas sim a conceitos de *mar*, *penhascos*, *noite*, que tenham tudo a ver com a disposição”. E, ele continua, “a imagem não é uma ideia. É um nodo radiante ou um agrupamento; é o que eu posso, e devo, em consequência, chamar de um VÓRTICE, do qual, por meio do qual e para o qual as ideias convergem constantemente” (Pound, 1970a: 92).

O movimento, a partir do imagismo primitivo, para uma teoria da energia da língua também é muito influenciado pela “leitura” de Pound dos ideogramas chineses. Pound recebeu os manuscritos Fenollosa em 1913 e começou suas primeiras traduções de Li Po dali a um ano. Embora seja verdade que, na época, Pound não sabia ler chinês – só começou um estudo sério dos caracteres chineses em 1936 (Kenner, 1971: 447) –, ele vivia imerso em questões teóricas e na *cultura* da língua que ele iria traduzir. Já tinha lido *History of Chinese Literature*, de Giles, e reescrito algumas das traduções de Giles (Kenner, 1971: 194-5). Sua esposa havia encontrado e comprado os sete volumes do *Chinese-English Dictionary* de Morrison (Kenner, 1971: 250). Nesse mesmo período de 1913-1914, Henri Gaudier-Brzeska estava esculpindo um busto de Pound, e os dois se encontravam regularmente não só para falar de escultura e teorias da arte, mas também para interpretar caracteres chineses. Após ter lido, por exemplo, o 187º radical do dicionário de Morrison, no apartamento de Pound em Londres, Gaudier-Brzeska teria dito: “Será que eles não veem que é um cavalo?” (Kenner, 1971: 250). A ligação entre os artigos de Pound nos vociferantes, hoje extintos, periódicos sobre esculturas e as artes plásticas e o desenvolvimento de um método ideográfico de tradução era muito acentuada. Tendo em vista seu interesse pela escultura como um meio de libertar contornos e energia na matéria-prima e pela poesia como meio de focar a energia dos detalhes concretos, individuais, não devemos nos surpreender com o fato de ele ter adotado o ideograma chinês.

Teoricamente, para Pound, os caracteres chineses não representavam significados nem estruturas, mas coisas, ou, de uma maneira tão fundamental, coisas em ação, em processo, coisas com energia, sua forma. As palavras, segundo Pound, eram sempre vistas em uma rede de relações; palavras anglo-americanas eram sinais semelhantes aos caracteres chineses – sempre capazes de ser compostas e metamorfoseadas. Assim como Fenollosa reagia à tirania da lógica medieval (Kenner, 1971: 225), argumentando que não existe o verbo “ser/estar” (*to be*) em chinês, também Pound estava usando os chineses em uma luta cultural que tomava de assalto as relações sujeito/objeto e as distinções metafísicas estáticas que tinham paralisado o discurso literário e acadêmico no Ocidente. Contribuiu para a alienação de Pound o fato de que, naquela época, toda a Europa estava em guerra e os artistas serviam nas linhas de frente, suficiente para abalar em qualquer pessoa a crença na racionalidade dos modos ocidentais do pensamento. Em 1915, Pound estava escrevendo suas memórias de Gaudier-Brzeska, morto nas trincheiras, na França.

O impressionismo era uma teoria estática, mimética da arte; o imagismo, embora não tivesse esse intento, estava sendo usado de modo semelhante, muito contrário à conceituação de Pound. Os ensaios sobre pintura e escultura, os ensaios sobre métodos ideográficos, não menos reveladores que a teoria literária de Pound, foram deliberadamente excluídos da antologia de T. S. Eliot de *Literary Essays*, de Pound. A riqueza da crítica gerada contra a teoria literária de Pound se baseia invariavelmente na obra anterior e é de fácil acesso, sendo influenciada pela recepção de Lowell e Eliot, encaixando-se melhor com as normas estéticas predominantes dentro dos círculos literários (uma delas sendo a revista *Poetry*) da cultura. Talvez influenciados pelas tendências correntes na crítica literária, estudiosos em épocas mais recentes começaram a reconhecer a extensão do trabalho de Pound e estão estabelecendo conexões com teorias pós-estruturalistas da língua (Korn, 1983; Rabate, 1986).

Para Pound, a precisão e a acuidade da referência à realidade material na arte permaneceram fundamentais em ambos os períodos, mas, na teoria posterior, o objeto apresentado era muitíssimo diferente. Os escritos de Pound sobre tradução e as traduções em si, frequentemente autorreflexivos, revelam melhor sua teoria posterior da energia da língua. Enquanto ele escrevia *The Cantos*, as línguas de Pound deixaram de ter uma distinção clara; inglês, para ele, era apenas parte de uma língua greco-romana-latina-italiana-francesa-espanhola-inglesa em evolução, na qual todos os significados se inter-relacionavam. Em *The Cantos*, a teoria de tradução de Pound é tão

visível quanto sua teoria da arte. Ele não pensa em termos de línguas separadas, mas sim em uma mistura de palavras entrelaçadas que unem as pessoas, independentemente de nacionalidade. As linhas de língua retrocedem no tempo, e, quando as traçamos até seu passado, podemos estabelecer conexões. Os povos são unidos por variadas continuidades de fala. O que era estável, aos olhos de Pound, não era um significado unificado de determinada palavra ou tema no curso da história, mas a forma em que língua e objeto se combinam. As ideias de Pound não visavam a coisas fixas, mas a coisas que podem mudar. Assim, objetos materiais eram vistos como carregados de energias ou forças e existentes em relação ou em oposição a outros objetos. Donald Davie, em *Pound* (1975), cita imagens de lutadores de luta livre, quando se engalfinham; ou do padrão em rosa formado pela propriedade magnética de raspas de ferro; ou da tromba-d'água ou rodadoiro sugando tudo para baixo, como “imagens-chave” que expressam a visão de Pound do fôlego ou da energia inerente a todas as coisas materiais (Davie, 1975: 66-7).

Diante de uma concepção tão dinâmica das coisas, o “significado” de uma obra de arte também nunca pode ser fixo; ele muda à medida que a língua muda. O escopo de associações das palavras dentro de uma obra de arte mais antiga difere de sua nova reinscrição em uma época ou cultura diferente. Algo acontece com todo o repertório precedendo uma tradução no processo de sua gênese. A língua, segundo essa visão, parece ter vida própria; um poder de se adaptar, sofrer mutação e sobreviver que se expande além de teorias como a de Richards, que tentam capturá-la e explicar suas complexidades. Na seção intitulada “língua” de seu ensaio *How to Read*, na coletânea *Polite Essays* (1937), Pound esboça os vários modos pelos quais a “língua é carregada ou energizada”. São eles *melopoeia*, ou a propriedade musical; *phanopoeia*, ou a propriedade visual; e *logopoeia*, a propriedade mais complexa, que inclui tanto o “significado direto” quanto o “jogo” de palavras em seu contexto. Pound escreveu:

Logopoeia, “a dança do intelecto em meio às palavras”, isto é, emprega palavras não apenas por seu significado direto, mas leva em conta, de uma maneira especial, os hábitos de uso, do contexto que *esperamos* encontrar com a palavra, seus costumeiros concomitantes, suas aceitações conhecidas e de jogo irônico. Ela mantém o conceito estético que é o peculiar domínio da manifestação verbal, e não pode estar presente na plástica ou na música. É o modo mais recente, e talvez o mais fugidio e não confiável. (Pound, 1937: 170)

Essa notável afirmação pós-estruturalista – jogo irônico na frente e o domínio da manifestação verbal – não só abre o caminho para associações com a estrela dançante de Nietzsche (Nietzsche, 1954: 129), mas também para ressonâncias evocadas por uma palavra por meio de suas associações intertextuais com um paradigma de significados, habituais ou não. Pound esmiúça esse difícil conceito, falando da tradução: *melopoeia* é difícil de traduzir, exceto por “meia linha por vez”; *phanopoeia* pode ser traduzido como “quase, ou totalmente, intacta” e *logopoeia* “não se traduz”. Pound explica:

Logopoeia não se traduz; embora a atitude mental que ela expressa passe por meio de uma paráfrase. Ou, poder-se-ia dizer, *não* se pode traduzi-la “localmente”, mas, uma vez determinado o estado de espírito do autor original, torna-se possível ou não encontrar um derivado ou um equivalente. (Pound, 1937: 170-71)

O problema para interpretarmos a estética de Pound começa aqui: ele estava se referindo à intuição, adivinhando a intenção original do autor, ou a alguma outra coisa? Talvez estivesse tentando determinar e traduzir o modo como determinada palavra era usada em uma situação histórica definida, principalmente se fosse usada de uma maneira nova e não convencional. A qualidade de “torná-la nova”, de construir novas relações com outras palavras em qualquer lugar específico e tempo, empresta à língua sua energia. Pound não dizia “intua”, mas sim “determine”, estudando a língua, o tempo, a biografia do autor, outros textos do mesmo autor e outros durante o período, a lógica das categorias de pensamento em outro tempo e contexto, e se rendendo a esse estado “de espírito”. Em seguida, sugeria ele, é preciso retornar ao presente e tentar criar novas relações, derivadas das velhas, que revelam a lógica das outras.

A teoria de tradução de Pound, portanto, envolve ao mesmo tempo o estar dentro de uma tradição e fora de qualquer lógica institucionalizada. Para compreender a *logopoeia* de um texto, o tradutor deve entender o tempo, o lugar e as restrições ideológicas do texto sendo traduzido. Pound pede aos tradutores que se permitam submeter-se à disposição, ao clima e aos processos de pensamento do texto no tempo. Simultaneamente, a disposição e a sensibilidade em tempo e lugar devem ser transportadas para a cultura presente para que a tradução se torne um texto contemporâneo. O único modo de fazer isso acontecer sem cair na “translatorese” é criar novas ligações no presente, atrair atenção ao tradutor, como um sujeito vivente e criador.

Um exemplo de uma tradução que cria novas relações na cultura contemporânea é *Homage to Sextus Propertius*, de Pound, que provocou fortes reações emocionais entre os estudiosos ocidentais. Sua recepção foi dominada por aqueles que favorecem a tradução “fiel”, que argumentam que Pound era incompetente, sustentando esse parecer com a documentação do número de erros na tradução (Peachy & Lattimore, 1919; Graves, 1955), e por aqueles que defendem a tradução “livre”, argumentando que Pound plantou “uivadores” de propósito e que ele traduzia algo além do sentido literal (Sullivan, 1964). No caso da *Homage to Sextus Propertius*, contudo, o que fica claro é que nenhuma posição está sequer remotamente próxima do que o próprio Pound tentou articular. O texto de Pound parecia o tipo de inglês estranho, insípido e entediante que tinha se tornado característico da tradução literal do estudioso; segundo Donald Davie, um dos significados do poema é como *não* traduzir (Davie, 1975: 58). Ao mesmo tempo, Pound não defendia a licença poética nem a liberdade de interpretação; na verdade, ele se opunha com veemência à liberdade da forma e da métrica do texto-fonte. Pound usava o texto clássico para o seu propósito, ou seja, criar novas relações no presente. Sem dúvida, em *Homage*, ele realizou isso, ridicularizando as teorias de tradução em voga do sistema educacional e literário e abrindo novos caminhos para a apropriação dos clássicos.

Embora a voz pessoal de Pound, como se encontra em *Homage*, fosse inserida em outras traduções, tais como *The River Merchant's Wife*, *The Seafarer* ou no começo da *Odisséia*, como aparece no Canto I, ele não estava necessariamente sendo “infel” ao original. A indignação de Pound com as noções conceituais obscuras dos estudiosos do Ocidente, e sua ênfase nos particulares históricos concretos dentro de sua teoria da tradução, é muito bem ilustrada em suas cartas a W. H. D. Rouse, que estava traduzindo a *Odisséia* na época da correspondência. As cartas revelam a crença de Pound de que não é a intuição, mas o conhecimento da língua, da história e da economia que permite a uma pessoa compreender os clássicos: “Além do ensinamento direto da língua, há alguma tentativa de se ensinar história real? ‘Hipotecas romanas 6%, na Bitínia 12%’” (Pound, 1950: 262). Ele continua: “Enquanto o ensinamento de latim não enfrentar o fato econômico da história latina, ele pode deixar de fora a história”. Pound acreditava que a história real fora encoberta pelo estudioso ocidental. A “repetição de papagaio” dos professores e o texto “empolado” oferecido por traduções “adornadas” obscureceram os clássicos e os tornaram inacessíveis, criando

uma elite que tinha acesso às ideias e cuja função passou a ser transmitir esse conhecimento. Pound estava ciente dos motivos socioeconômicos da criação dessa classe de intérpretes: “Tendo em vista o tamanho da sabotagem e da obstrução, o motivo é econômico, e nada mais” (Pound, 1950: 263). Rouse contava a história de que, quando lia suas traduções a garotinhos, eles entendiam cada palavra; mas, quando as enfeitava, as crianças ficavam entediadas. A aventura, a narração de Homero, era sacrificada à custa de verdades superiores e da língua embelezada. Rouse, com o apoio de Pound, visava à língua simples, à modéstia pessoal e ao impulso narrativo. Pound percebia a dificuldade de Rouse em manter seus princípios, diante do *status* mítico da história de Homero e das implicações políticas para instituições literárias se os clássicos fossem acessíveis a toda a população.

Quando Rouse se desviou de seus objetivos declarados, Pound insistiu em aconselhá-lo a voltar às bases:

Vejamos os objetivos:

1. Discurso (fala) real na versão inglesa.
2. Fidelidade ao original
 - a. significado
 - b. clima.

(Pound, 1950: 263)

Embora Pound usasse o termo “fidelidade” em um sentido humanista/idealista, ele ampliou o conceito para incluir “clima” (atmosfera), bem como significado original. Sua menção de “clima” se referia tanto às associações contextuais quanto intertextuais. Ele esclareceu a importância das relações contextuais em sua veemente crítica de Rouse, sempre que este deixava de localizar as palavras na história: “A primeira página do segundo livro é *ruim*. Quero dizer, não passa de tradução de palavras, sem *suficiente* imaginação da cena e do evento” (Pound, 1950: 271). Porque as palavras nunca existem fora de contexto, o tradutor precisa, o tempo todo, estar presente na imaginação do contexto (“cena”) e na expressão desse contexto (“evento”). De acordo com a teoria de tradução de Pound, o significado não é uma coisa abstrata nem parte de uma língua universal, mas é, isso sim, algo que já está sempre localizado no fluxo histórico – o “clima” no qual ocorre o significado. Para desvendar esse significado, é preciso conhecer a história e reconstruir o clima/ambiente em que ele – o significado – ocorreu.

Na mesma carta, Pound ressaltava a importância das relações intertextuais, a *logopoeia*, o jogo da palavra no tempo: “Não é tanto o que um homem vê, mas sim o que ele quer dizer que o tradutor deve captar. A *implicação* da palavra” (Pound, 1950: 271). A implicação da palavra enleia o tradutor na rede das relações intertextuais e significados inter-relacionados. A teoria de tradução de Pound requer que o tradutor tenha sempre em vista o clima histórico no qual as palavras ocorrem, para que o processo de tradução revele não apenas o que as palavras significam, mas as várias implicações da palavra em sua “manifestação verbal”. Todas as palavras invocam um *paradigma* de associações esperadas e habituais e, ao mesmo tempo, vão contra esse mesmo paradigma. A teoria de Pound sugere que o uso livre da palavra e o distanciamento do que ela significa podem ser tão importantes quanto sua correspondência um a um. A *logopoeia* oferece uma construção teórica mais interessada em preservar a ironia, o significado implícito, que o literal. Pois a energia da língua – o objeto no meio, sempre mudando e criando o novo – só pode ser vista na ironia e no jogo da palavra no contexto histórico.

Em *The Pound Era*, Hugh Kenner resalta a ênfase de Pound em se apegar ao “real”, citando a sensibilidade de Pound às formas esculpidas detalhadas como uma razão primária (Kenner, 1971: 67). Pound não estava interessado em conceitos abstratos; ele preferia focar a forma, os fragmentos e os detalhes específicos, porque só em momentos, em vislumbres, é que se pode “apreender o real”. Kenner cita o exemplo da indignação de Pound quanto às traduções que J. L. Edmonds fez de Sappho, nas quais 50% das palavras do texto final eram acréscimos de Edmonds. Da maior parte da obra de Sappho só restam fragmentos, e Edmonds sentia-se suficientemente qualificado para preencher as lacunas e suprir as ideias faltantes. Pound, por sua vez, preferia as traduções de Richard Aldington, embora este tivesse apenas 19 anos na época e não fosse versado nos clássicos. Ainda que sua interpretação suscite dúvidas, Aldington pelo menos não se perdeu em “adivinhações”, tampouco acrescentou versos quando os originais se haviam perdido. Pound defendia a concisão, a clareza e a apresentação de imagens de coisas concretas, justamente o motivo de seu louvor aos poemas de Sappho (Pound, 1915: 55; 1975: 17-18).

Para Pound, evitar conceitos abstratos não significava uma aderência estrita aos aspectos linguísticos do texto, tampouco. Pound não enfocava as ligações sintáticas e, segundo Kenner, até sugeria que “uma preocupação com a sintaxe pode atrapalhar o trabalho do tradutor” (Kenner, 1971: 68). Os textos de Pound a respeito de tradução enfatizavam a atenção a imagens

específicas, palavras individuais, fragmentos e detalhes luminosos. Seu método era moderno (não pós-moderno), pois enfatizava a justaposição e a combinação, na esperança de que novas configurações reagissem de maneira química, combinando-se em um novo composto e emanando energia. Ritmo e dicção eram mais importantes que a sintaxe. O tradutor e poeta era visto como o catalisador trabalhando com palavras específicas, individuais. Cada palavra com sua etimologia, sua forma de combinação, abria novas possibilidades. Em nossos dias, o estilo gráfico de Pound se perdeu – os rascunhos de poemas que ele enviava às editoras continham espaços duplos entre as palavras. Em *In a Station of the Metro*, por exemplo, ele queria as imagens separadas; mas os editores, posteriormente, mesclaram-nas e fecharam os espaços, dando ao texto uma “leitura” mais correta, em termos de sintaxe (Kenner, 1971: 197). Para Pound, as palavras definiam outras direções, que não a linear; elas se movem para trás, na história, e para os lados, em justaposição, bem como para a frente. “Sin”-taxe se mescla com “sin”-tetizar, ou alguma forma de colocar informações em uma ordem lógica ou em um todo coerente, que, por definição, obscurece a precisão, os detalhes e as imagens específicas que Pound queria tanto preservar.

Essa tendência a generalizar, categorizar e extrair abstrações prevalecia nas instituições acadêmicas e literárias do Ocidente e explica em parte a rebelião de Pound e seu apelo aos ideogramas chineses, com seus monossílabos únicos, distintos, e suas fronteiras semânticas próprias. Pound, portanto, conseguiu usar a tradução para desafiar e mudar as normas literárias em voga. Trabalhando a partir da tradição, como em *Homage*, e importando textos alheios à tradição, como com Li Po, Pound atacava sem hesitar os gostos literários vitorianos/eduardianos. Assim como ele usava as traduções como ferramentas em sua luta cultural, também os tradutores euro-americanos das décadas de 1960 e 1970 usaram a tradução para desafiar os gostos e as concepções culturais predominantes na sociedade ocidental (norte-americana) e para emprestar energia ao movimento de contracultura.

Frederic Will: o paradoxo da tradução

Enquanto o trabalho de Richards em tradução pode ser caracterizado como uma extensão de sua crítica literária, a teoria literária de Frederic Will

– inicialmente igual à de Richards – mudou muito por conta de seu envolvimento com tradução. A teoria de tradução de Will é sintomática da abordagem de muitos seguidores da oficina americana. Will, a princípio, ensinava os clássicos na Universidade do Texas, onde fundou o periódico *Arion*, com William Arrowsmith. Em seguida, ele ganhou destaque em tradução ao aceitar o cargo de diretor da oficina de tradução na Universidade de Iowa em 1964. Em 1965, fundou *Micromegas*, um periódico dedicado à tradução literária, cada edição se concentrando na poesia de um país diferente. Seu primeiro texto teórico, *Literature Inside Out*, publicado em 1966, levantou questões em torno de nomes e significados, sugerindo, de modo indireto, que a tradução pode ser vista como uma forma de dar nomes, fazer ficção e conhecer (Will, 1966: 15). Seu livro seguinte, *The Knife in the Stone*, publicado em 1973, lidava diretamente com a prática da tradução; e partes da obra rearticulavam sua experiência na oficina, em Iowa.

Embora o texto inicial de Will não abordasse problemas específicos de tradução, certas pressuposições teóricas relevantes são visíveis. O projeto de Will continua do ponto onde termina o de Richards: ele usa crenças da Nova Crítica para tentar reconciliar teorias críticas recentes. O primeiro ensaio de Will, *From Naming to Fiction Making*, em *Literature Inside Out*, parece concordar com uma teoria de relativismo cultural. Afirmando que diferentes línguas constroem realidades separadas e que aquilo a que qualquer palavra específica se refere não pode ser determinado com precisão, Will chama a atenção para teorias de tradução baseadas em referência a uma realidade objetiva universal. A realidade só pode ser aprendida, ele argumenta, por meio dos nomes que nós lhe damos; portanto, até certo ponto, a língua é a criadora da realidade. Will também se distancia de teorias que apresentam uma noção de temas ou motivos universais, teorias estas que não veem a criação de símbolos como parte de uma atividade humana. Ao mesmo tempo, porém, Will argumenta que o conhecimento da essência é possível: “A essência do eu, o tema de seus esforços, é o amor”, que é um poder em si e pode colocar a realidade externa “no foco da consciência” (Will, 1966: 9). Dar nomes às coisas, para Will, é a atividade fundamental do homem – sem o poder de dar nomes, nós continuaríamos como selvagens. A língua, argumenta ele, assume nosso caráter, nosso ritmo, nossos desejos e revela nosso verdadeiro eu. Will diz ainda que

o esforço do eu, em dar nomes, não é um mero jogo verbal, mas faz parte de seu esforço global de traduzir o externo em humano. Essa situação se ori-

gina na unidade do eu. Em tal unidade, todas as expressões de um movimento da essência, o eu, assumem o caráter desse movimento. Cada expressão assume o caráter do essencial. (Will, 1966: 13)

Em oposição a uma realidade externa que pode ser traduzida entre culturas, Will apresenta uma essência comum central da experiência e das emoções humanas que pode superar a natureza indeterminada da língua e colocar em foco essa “realidade externa”. Traduzimos nosso eu em língua; dar nomes não nos permite necessariamente discernir qualquer realidade exterior (à qual se refira a língua), mas nos ajuda a conhecer melhor o próprio eu.

O poder dessa compreensão e conhecimento interior é esmiuçado no segundo ensaio, *Literature and Knowledge*, no qual a influência de Richards é notada em grande extensão. Segundo Will, a literatura também “personifica a verdade e o conhecimento” (1966: 17). A premissa da Nova Crítica da unidade do texto original também é adotada; Will argumenta que uma obra de literatura “é um evento verbal profundamente unificado, ocorrendo no eu”. As palavras que compõem uma obra de literatura, tão importantes para Pound, se mesclam com o todo, segundo Will, pois “são, em certo sentido, literalmente uma”. No trabalho literário, “a maioria ou todos” os níveis de significado de palavras, e Will enumera cinco – dicionário, contextual, simbólico, interpretativo e implicações aurais e visuais internas – “se tornam um” (Will, 1966: 18). O intento de Will, assim como o de Richards, é fundamentalmente didático não apenas em termos de desenvolver críticos literários competentes, mas também de uma meta maior, humanista. Para Will, a literatura não só “nos dá o poder de entender”, mas também serve como um meio para compreendermos um poder metafísico superior. Will acredita que “o poder de entender algo é ‘conhecimento’ de algo”. Vimos, no entanto, que Will é cético quanto à nossa habilidade para conhecer a realidade objetiva. Ele conclui com a pergunta retórica: “O que mais o conhecimento pode ser, mesmo acerca do mundo natural ou de Deus, além do poder de compreendê-los?” (Will, 1966: 24). As obras literárias nos apresentam modelos pelos quais podemos “esclarecer” o mundo real, irracional, que experimentamos como uma “confusão de espaço, ação e caráter misturados”. A literatura, portanto, aprofunda e enriquece nossa vida e nos dá uma melhor compreensão de nosso verdadeiro eu.

Após sua experiência na oficina de tradução na Universidade de Iowa e depois de ter lido Pound, Will reexamina sua teoria. Embora seu próximo texto teórico, *The Knife in the Stone*, retenha conceitos metafísicos, muitas de suas noções românticas de amor e crenças humanísticas no poder do coração se dissipam. Seu conceito de texto se torna menos um todo unificado e coerente; passa a ser visto, ao contrário, como mais entrelaçado com a realidade, passível de uso, mudança e interpretações variáveis. Em *The Knife in the Stone*, Will usa a tradução como “terreno de teste” para a sua teoria; e sua meta agora é substanciar as crenças metafísicas que ele traz para o projeto:

A traduzibilidade entre as línguas é o terreno de teste mais firme, e de demonstração, para a existência de um único corpo ideal de literatura. Se há algum significado para a ideia de tal corpo, ele se manifestará como um esforço para equiparar a literatura em uma língua com a de outra. (Will, 1973: 42)

Mais uma vez, os opositores são aqueles céticos quanto à possibilidade da tradução; aqueles que questionam conceitos de literariedade, e os que consideram problemático o conceito de referencialidade. Will cita Sartre e Mead, cujas teorias postulam um “eu” interior que não sabe da essência universal da experiência humana, mas que é, na terminologia de Will, “sem fundamento” e “socialmente construído”, nessa ordem. Por meio do teste da tradução, Will pretende contestar a tese da “relatividade” e mostrar que um fundamento comum universal – do corpo ideal único de literatura – desfruta, indubitavelmente, da “intertraduzibilidade”. O argumento de Will, contudo, posto à prova, não confirma suas pressuposições iniciais, mas o leva a alterar seu conceito de tradução de uma maneira que pode ser interessante para a teoria contemporânea.

Seu primeiro teste, relatado no ensaio *The Oneness of Literature*, envolve uma experiência pessoal que ocorreu durante uma viagem à Hungria, na qual ele trabalhou com outro poeta na tradução de vários poemas de Gyula Illyes. Embora Will admita no artigo que seu conhecimento de literatura húngara é praticamente nulo, ele já sabe que o texto que tem em mãos, as traduções dos poemas de Gyula Illyes feitas por outro escritor, é “fraco”. Como? Porque o “sentimento” emitido não é como o da poesia inglesa (Will, 1973: 42-3). Vemos que a abordagem de Will é muito subjetiva e, no fim, determinada por sua visão transcendental do poder da poesia. Ele é capaz de “sentir por trás” da tradução e do original uma forma ideal do poema, como parte desse corpo ideal de literatura. Por pertencer a essa classe privilegiada

de poeta e tradutor, por gostar do poder do “amor”, ele acredita que pode superar essa ignorância específica da língua em questão, bem como de seu uso normal indeterminado, e ganhar acesso àquela “essência” por trás do poema. Robert Frost argumentava que a poesia é aquilo que se perde na tradução (Frost, 1973: 159). Will acredita exatamente no contrário; na verdade, tendo em vista sua falta de conhecimento do idioma húngaro, talvez só seja capaz de traduzir mesmo a essência. Will crê que a poesia pode se tornar “inteligível”, isto é, pode adquirir “uma espécie de ‘transcendência’ e um tipo de saliência” (Will, 1973: 50). Sintomática de uma tendência na tradução literária norte-americana, a metodologia de Will evita toda a teoria e retorna à abordagem prática do “senso comum” que confia na intuição (“amor” ou “êxtase”) do significado desses poemas. Longe de oferecer novas visões teóricas, a teoria de Will, nesse estágio, meramente reflete teorias metafísicas tradicionais do poder da poesia. Ele pode pensar que seu “sucesso” com tradução confirma sua teoria, mas, para os que ainda não foram convertidos, isso “prova” muito pouco. Uma mudança na teoria de tradução de Will ocorre pela primeira vez em *Translation and the Limits of Inter-cultural Understanding*, parte de *The Knife in the Stone*. Em contraste com muitos tradutores anglo-americanos, Will enfoca o período-chave no desenvolvimento de Pound – 1912-1914, no qual Pound começou a pensar em termos de vorticism, o período em que ele se tornou mais interessado nas artes plásticas e visuais. Will cita Pound, de *How I began* (1913):

Resolvi (...) distinguir entre o conteúdo dinâmico e a casca (...) qual parte da poesia era “indestrutível”, qual parte não podia ser perdida na tradução e – menos importante – quais efeitos só se obtinham em uma língua, sendo absolutamente impossíveis de traduzir. (Pound, 1913; citado por Will, 1973: 59)

As pressuposições de Will continuam a afetar sua leitura de Pound. Por exemplo, ao citar as traduções chinesas de Pound, Will argumenta que Pound é capaz de saltar para além das palavras na página, até o “sentido/sentimento do original”. Quando Pound diz, literalmente, que as “palavras” são como cones de aço, Will afirma que, na verdade, essa é uma referência ao “núcleo”, essência, ou ao “conteúdo dinâmico”.

A despeito das pressuposições estéticas, Will também usa Pound no mesmo ensaio para levantar uma importante questão epistemológica – o paradoxo do tradutor – de como é possível saber qualquer coisa que nós já não sabemos, e o que se segue acentua uma mudança na abordagem teórica de Will. Para resolver esse problema epistemológico, Will examina, primeiro,

os linguistas Noam Chomsky e Norbert Weiner, segundo os quais a estrutura profunda que eles veem entre as línguas é apenas obliquamente relacionada à estrutura superficial, e que existe uma “considerável chance de erro”, se procurarmos, abaixo da estrutura superficial, o “argumento real” (Will, 1973: 69-72). Em seguida, ele se refere ao teórico da comunicação Donald MacKay, que defende a noção de que “cada indivíduo é um sistema orientado por metas” e que a comunicação só adquire significado quando uma pessoa percebe que os outros tentam influenciar comportamentos a partir dos seus sistemas de crença. A unidade social formada por tal interação de sistemas individuais torna-se, em si, um sistema que visa a metas (Will, 1973: 74-5). Will reinterpreta, agora, sua análise anterior de Pound. Se o poema de Li Po for visto como uma atividade ocorrendo dentro de todo o complexo de metas de Po, isto é, se Li Po se orientou pela cultura à sua volta e tentou mudar ou influenciar essa mesma sociedade, então Pound, por extensão, está ao mesmo tempo tentando se localizar dentro do mundo de Li Po e influenciar, ele próprio, eventos contemporâneos. Como está trabalhando em uma tradução, Pound deve se conscientizar das metas de Po; e, colocando-se em uma noção própria de relações literárias nessa diferente situação histórica, ele conclui que “as noções de ‘eu’ e do ‘outro’ não são tão unitárias ou sólidas. São, isso sim, noções que se entrelaçam, referentes a entidades que se enredam (ou *abstractionentities*). O paradoxo permanece, mas ele mesmo é traduzido; o eu, que significa, entre outras coisas, o que alguém se torna por intermédio dos outros retorna do outro, que o é parcialmente” (Will, 1973: 76).

A mudança na lógica do argumento de Will é mais evidente no ensaio final de *The Knife in the Stone*, chamado paradoxalmente de *Faithful Traitors* (traidores fiéis), uma brincadeira com o aforismo italiano *traduttore, traditore*. Em suma, o artigo aborda sua experiência como professor, em Iowa. No decorrer da atividade de tradução em si, ficou claro para Will que o que ele traduzia tinha menos a ver com o significado do texto e mais com a energia da expressão, o modo como o significado se expressava na língua. Ele percebeu que estava usando uma espécie de teoria poundiana. A tese da relatividade cultural, antes tão problemática, é adotada quando se volta para si mesma, não para se opor à sua prática, mas para contribuir como uma parte igualmente sempre presente. Sendo a língua indeterminada, e uma vez que nós não temos acesso ao significado por trás da língua específica, maior é nosso motivo para ser livres e confiar não no que a língua diz, mas no que ela faz. A noção tradicional de tradução como “transportar” é por demais restritiva e faz com que a tradução caia em categorias de

“equivalências errôneas” e de “versões” do original. O que Will defende, por outro lado, é uma abordagem que traduza não o que a obra significa, mas a energia ou o “ímpeto” da obra, para o qual não existe uma tradução “correta”. Ele escreve:

Tradução é por excelência o processo pelo qual o ímpeto por trás das obras verbais do homem (...) pode ser diretamente transferido, prosseguido, ou continuado. (...) Obras de literatura podem ser exemplos altamente organizados desse ímpeto (...) esses blocos se impõem, com o passar do tempo, de uma cultura a outra. (Will, 1973: 155)

Esse “ímpeto” é um conceito novo no argumento, e não algo representado pela língua *per se*, mas um termo cunhado por Will e derivado diretamente dos ensaios sobre Osíris, de Pound. Além de ser dionisíaco, Osíris é uma referência ao princípio produtivo masculino na natureza. A tradução é menos vista como um ato de “transportar” o conteúdo, mas sim como um ato de “prosseguir” com o conteúdo na língua. Em tradução, os textos renascem, ganham nova vida, são estimulados com uma nova energia. O paradoxo presente no título do ensaio é resolvido na ideia de que o tradutor pode ser mais fiel ao verdadeiro significado do texto se for infiel ao significado específico (significado “indicativo”, na teoria de Richards) da língua do texto.

Will entra em terreno perigoso, dando ao tradutor uma licença “poética” para fazer as mudanças necessárias com o intuito de reter algo inferido, a princípio, em nível intuitivo. Essa metodologia ofende a maioria dos teóricos contemporâneos da tradução, em especial os estudiosos e linguistas, porque é antiética à própria definição de tradução como transferência de uma mensagem de um código para outro. Independentemente do que se diga a respeito de Will, eu gostaria de atentar para a complexidade desse pensamento específico e considerar essa redefinição do processo. Will redefine significado como algo por trás das palavras ou do texto, não como uma “essência” no sentido metafísico tradicional, mas como algo diferente, como ímpeto ou energia, algo que é ao mesmo tempo indeterminado e infundado (como em Sartre) e universal e originário (como em Descartes). A tradução é possível porque os universais dinâmicos são um ímpeto constante e contínuo e também porque a língua é impenetrável. Na tradução, Will parece encontrar um paradoxo possível/impossível de língua que não define apenas o processo de tradução, mas também o modo como conhecemos a nós mesmos por intermédio da língua.

A contradição na última postura de Will é, enfim, diferente daquela encontrada no argumento de Richards. Enquanto Richards combatia a contradição e tentava resolver o problema estreitando o foco do objeto investigado e esclarecendo as regras da investigação, Will expande os parâmetros para incluir a contradição e fazê-la voltar-se sobre si mesma. A dificuldade na compreensão do texto de Will se deve ao fato de que tenta dizer algo obscurecido por suas próprias concepções metafísicas. O fim do ensaio a respeito da oficina de tradução de Iowa é determinado pela necessidade de fechamento por parte de Will e por suas noções quase românticas de poesia, bem como por sua nova hipótese acerca da língua. Ele diz que, na oficina, havia “um trabalho comunal visando à língua única que se encontra entre, ou em meio – metáforas espaciais se diluem aqui – de todas as línguas nacionais” (1973: 158). Entretanto, continua Will, em tom diferente:

Claro que não estávamos considerando, literalmente, uma língua intermediária ou pura ou perfeita, mas sempre as línguas x e y, uma das quais tentávamos traduzir para outra. O horizonte teórico, porém, que possibilitava a noção de atravessar áreas linguísticas, era a convicção de um único repositório de significado, um *tertium quid*, do qual tanto x quanto y se alimentavam, do qual ambas as línguas eram nutridas em igual nível, o que de certa forma garantia a relação entre as duas. (Will, 1973: 158)

A atividade de tradução, segundo Will, revela ao tradutor que a língua é ao mesmo tempo instável e estável, que os textos se entrelaçam na realidade e em uma tradição de ficção, que o homem, como sistema complexo, é subordinado à língua e a sistemas de discurso e é capaz também de criar língua ou novas relações no presente. A língua sempre se refere a alguma (outra) coisa, seja a realidade ou um conceito metafísico. Ao mesmo tempo, a língua humana é necessariamente sempre inovadora, aditiva e passível de recolocação em diferentes contextos, com referentes variados. Aquilo que, para Will, possibilita a tradução (universais/estruturas profundas) também a impossibilita. A língua, portanto, sempre retrocede ou segue adiante, presa em uma rede intertextual. Os preconceitos ideológicos conservadores de Will servem meramente para obscurecer uma hipótese provocativa (e talvez progressiva) do tema da teoria da tradução, inferido, em grande parte, por meio da leitura de Pound e do trabalho na oficina de tradução americana.

O processo de tradução literária

Embora os praticantes da oficina invoquem Pound como alguém que libertou a tradução das amarras do literalismo, eles raramente abordam em confronto direto a teoria estética de Pound ou de qualquer outro. Essa posição ateorica lhes permite apropriar-se da teoria de Pound – libertando-se das metodologias que privilegiam a correspondência literal – e lhes confere a licença para promover qualquer aspecto do texto original que quizerem. Por exemplo, a interpretação da teoria de Pound, oferecida pelo poeta e tradutor Ronnie Apter, autor de um livro intitulado *Digging for the Treasure: Translation After Pound* (1984), ilustra essa questão. Apter pensa em termos de “fiel” (chamado “vitoriano”) e “livre” (chamado “moderno”). Ele usa Pound para sustentar uma defesa da abordagem livre, concluindo:

As inovações de Pound libertaram os tradutores modernos da aderência servil ao sentido pelo sentido, rima pela rima, metro por metro. Elas se voltam, isso sim, a uma bateria de estratégias *ad hoc* (geralmente sugeridas por Pound) em torno do poema original, na tentativa de elucidar por que esse poema original é importante. (Apter, 1984: 75)

Certamente, as estratégias de Pound não eram *ad hoc*; sempre que Rouse se desviava da estratégia primária, Pound o admoestava com rigor. É verdade que ele não defendia o sentido pelo sentido, mas isso não implica, por outro lado, abrir o campo para qualquer visão intuitiva ou de inspiração divina. O problema com a apropriação por parte de Apter e outros da teoria de tradução de Pound é que eles a derivam de suas primeiras traduções provençais, seus antigos ensaios estéticos e seus escritos imagistas, que por sua vez se baseavam em intuição estética e levantes de imaginação poética. Apter, porém, não consulta os ensaios de Pound sobre vorticismo ou sua crítica sobre a pintura e as artes plásticas, tampouco *The Cantos*, mencionado apenas em notas de rodapé ocasionais. Como resultado, a conclusão de Apter parece mais influenciada pelas vagas estratégias *ad hoc*, apoiadas pela predileção contemporânea na América em torno da poesia e da tradução, do que pela estratégia específica e bem definida exigida por Pound.

Se a teoria de tradução de Pound não é levada a sério pelos escritores criativos e tradutores de hoje, quais são as premissas teóricas da metodologia da oficina? Em primeiro lugar, o que se adota da teoria de Pound é basicamente seu gosto – falta de adornos, discurso claro e poesia tão bem

escrita como a prosa. Embora eu também prefira essa tendência, há pouca base teórica para tal preferência, e o gosto predominante poderia muito bem ser por algo diverso. Apesar de o “discurso claro” ser um fenômeno intrinsecamente americano e “democrático” de uma forma mais aberta, o perigo em elevar uma posição nacionalista é que isso pode reforçar as instituições literárias. Em termos de gosto, o que era revolucionário e inovador na época de Pound se tornou convencional hoje. É dada aos tradutores a permissão para intuir bons poemas de outra língua, sem conhecimento da língua ou cultura original; e, desde que tenham certa sensibilidade poética e bom gosto, e sejam orientados pelo discurso claro e pela falta de adorno, suas traduções são aceitas. O periódico *Micromegas* era uma publicação que refletia essa tendência; enquanto muitas edições traziam seleções e traduções feitas por tradutores com profundo conhecimento, outras continham traduções elaboradas por escritores cujas habilidades linguísticas eram limitadas. A facilidade para línguas estrangeiras não parece ser uma exigência para admissão a uma oficina; os critérios mais importantes são sensibilidade e habilidade para escrever bem em inglês.

Por causa das habilidades linguísticas de Pound, tem-se a impressão de que talvez estivesse intuindo uma língua universal; e a suposição de que existe tal língua é muito popular entre os tradutores literários americanos. Na verdade, Pound tinha aprendido as línguas da tradição ocidental greco-romana. Ele sabia um pouco de grego, mais do latim, era fluente em provençal e italiano, tinha excelente domínio do francês e do espanhol e seu inglês/americano era lendário. Seu pensamento percorria livremente a história do desenvolvimento da cultura ocidental, e ele era capaz de pensar em várias línguas e diversos sistemas de pensamentos de períodos históricos específicos. Pound passou boa parte da vida tentando demitologizar uma tradição elevada e reificada pelos estudiosos ocidentais e reescrever a história literária para torná-la mais difundida e acessível. Infelizmente, muitos tradutores se sentem capazes de intuir determinada língua e tradição e têm acesso à mitologia sem conhecimento da língua, muito menos do contexto histórico/cultural que Pound tinha. No artigo no *New York Times Review*, Milan Kundera escreve a respeito desse fenômeno no Ocidente:

Em 1968 e 1969, *A Brincadeira* foi traduzida em todas as línguas ocidentais. Mas que surpresa! Na França, o tradutor reescreveu a novela, ornamentando meu estilo. Na Inglaterra, o editor cortou todas as passagens refletivas, eliminou os capítulos musicológicos, mudou a ordem das partes, recompôs

a novela. Em outro país, sou apresentado ao tradutor, que não falava uma palavra da língua checa. “Como você a traduziu, então?” “Com o coração.” E tira da carteira uma foto minha. (Kundera, 1988: 3)

A premissa teórica de que tal forma de tradução é possível é claramente platônica, não poundiana. Ela permite que tradutores sem a facilidade para traduzir determinada língua usem como suporte folhas de referência, das quais intuem a “essência”, o tempo todo solicitando que Pound lhes empreste uma autoridade modernista.

Com o método da oficina que consiste em usar apenas uma folha de referência e um escritor criativo – na maioria dos casos, o tradutor é ou afirma ser esse escritor –, quase tudo é possível. Um exemplo da prática da oficina norte-americana de traduzir línguas que o tradutor desconhece foi publicado por Angela Elston em seu artigo *The Golden Crane Anthology of Translation* (1980). Uma folha de referência contendo informações, semelhantes às que Pound usou quando traduziu o *Yellow Crane Pavilion*, de Tsui Hao, foi enviada a mais de 20 escritores criativos, os quais, na maioria, já eram renomados como poetas/tradutores na América ou na Inglaterra, e aos quais se solicitou que “traduzissem” o poema. A folha de referência continha o poema original, uma tradução palavra por palavra, uma tradução de versos e notas quanto à forma, à linguagem e à legenda. A variação entre os resultados foi enorme – diferenças semânticas, mudanças de sintaxe, mudanças de versos, imagens alteradas, inovações formais múltiplas, discrepâncias metafóricas, até o tipo e o padrão das palavras na página foram mudados. A diversidade das versões individuais certamente lança dúvidas quanto à capacidade de qualquer modelo de tradução que prescreva um modo de traduzir textos literários, seja esse modelo o de Richards ou de qualquer outro. Embora o exercício usasse uma folha de referência semelhante à que Pound obteve de Fenollosa, o próprio Pound teria estremeado diante dos resultados. Apesar da criatividade de alguns dos poemas, eles quase nada tinham a ver com a “teoria” apregoada por Pound.

Em um ensaio acompanhando as traduções, Elston argumenta que o significado pode se expressar de numerosas maneiras; a folha de referência, ela diz, nos dá o conteúdo por meio do qual podemos ver o significado. A autora chega a sugerir que pode ser *mais fácil* trabalhar a partir de uma folha de referência, pois parte do trabalho já está feita, consistindo em separar um pouco do que é traduzível daquilo que não é. Conhecendo o original, o tradutor, com certeza, imitaria as características formais – estilo,

tom, música, repetição de som –; mas, ao trabalhar com a folha de referência, não conhecendo as características originais, o tradutor não teria tais restrições (Elston, 1980: 16). Inadvertidamente, Elston inverte a teoria de tradução de Pound; o estilo, o tom, a música, a repetição de som eram as características que ele mais valorizava. Escrevendo sobre o processo por trás da tradução que ela mesma fez de *The Brown Crane Blues*, Elston afirma que consultou um estudioso de línguas árabes, mas diz que a maior parte das informações que ele lhe deu não era do tipo que sobrevivesse à tradução, mais uma vez contradizendo a teoria de Pound, que enfatizava a importância da informação cultural em determinar implicação, o jogo de palavras no contexto.

Vislumbramos, às vezes, uma compreensão mais apurada da teoria de tradução de Pound em prefácios e introduções de textos traduzidos publicados na América. De um modo geral, esses ensaios enfocam os problemas da tradução de uma língua para outra; mas W. S. Merwin, por exemplo, que não costuma mergulhar na língua-fonte e na cultura, nos dá um *insight* nesse sentido, na introdução de *Selected Translations, 1968-1978*:

Mas, se pegarmos uma única palavra de qualquer língua e tentarmos encontrar um termo equivalente em outra (...), teremos de admitir que isso não pode ser feito. Uma única denotação primária pode ser partilhada; mas a constelação de significados secundários, o movimento de associações, os ecos etimológicos, o som e seus níveis próprios de associação não têm equivalentes porque não podem ter. (...) Se prosseguirmos, porém, chegaremos a um ponto em que alguma sequência da primeira língua transmite uma unidade dinâmica, um rudimento de forma. Alguma energia da primeira língua começa a se manifestar, não só em palavras isoladas, mas na carga de sua relação. (Merwin, 1979: VIII)

Podem ser vistos traços de uma teoria tirada de Richards, Pound e Will. Merwin não é tão ingênuo a ponto de sugerir que uma leitura unificada é possível; ele tem total consciência das diferenças que desafiam a tradução, nuances que escapam e conotações que se perdem. Ao mesmo tempo, porém, ele também sabe que, no processo de tradução, aquilo que se manifesta é menos o que a língua diz e mais o que ela faz; isto é, as palavras absorvem uma energia em sua vida contextual, intertextual.

O que emerge, enfim, da contribuição norte-americana para a teoria contemporânea da tradução literária não é tanto uma teoria articulada, coerente e racional quanto uma nova série de perguntas. A contribuição vê a tradução menos em termos de identidades e equivalentes e mais em termos

de associações de língua, etimologias e ressonâncias que não seriam vistas ou ouvidas se não fosse feita sua tradução. O processo geralmente apreendido envolve ceder a alguma espécie de “outra” voz, ouvindo a energia da língua e permitindo que ressurgam associações secundárias, marginalizadas e esquecidas, por sua vez usadas para emprestar profundidade e ressonância às versões traduzidas. Documentar um conceito de energia em língua, de palavras em ação, é difícil, quando não impossível. Está surgindo nos Estados Unidos, contudo, um gênero talvez iniciado pela obra de John Felsteiner, *Translating Neruda: The Way to Macchu Picchu* (1980), continuando com Robert Bly, *Eight Stages of Translation* (1984); e Edwin Honig, *The Poet's Other Voice: Conversations on Literary Translation* (1985), que tenta nos dar uma visão do processo de traduzir. Daniel Weissbort, codiretor da oficina de tradução em Iowa, continua essa linha de investigação em *Translating Poetry: The Double Labyrinth* (1989), uma coletânea de ensaios feitos por tradutores, alguns intimamente associados com a abordagem da oficina norte-americana de tradução, na qual eles revelam determinados vislumbres, bem como impasses, encontrados durante o processo de tradução. O texto inclui vários rascunhos do texto traduzido, na medida em que os tradutores brincam com várias formas de possibilidades linguísticas antes da versão final, além de comentários sobre algumas das escolhas mais difíceis.

É muito cedo para tirarmos conclusões de tais documentos, e são necessários muitos mais deles. Na América, contudo, já é visível o começo de uma contribuição única por parte da abordagem da oficina americana: um primeiro vislumbre da caixa preta da mente humana, o modo como ela trabalha e retrabalha no decorrer da atividade da tradução. Como muitas decisões são claramente subjetivas e, com frequência, inconscientes, a análise desse processo de tradução tem sido a área mais negligenciada da teoria da tradução. Historicamente, a tradução nos Estados Unidos parece subverter a si mesma, desaparecendo no processo, à medida que o texto traduzido emerge como uma obra literária de caráter próprio na língua receptora. Na verdade, nos círculos americanos, por causa da ênfase dada à obra acabada funcionando como obra literária na cultura receptora, as traduções costumam parecer autorreferenciais, atraindo atenção para si ou para o tradutor, não por causa de seu nível de correção ou coesão, mas por causa de suas diferenças e desvios. Há uma espécie de atividade canibal envolvida, e os que não canibalizam são a minoria.

Com textos como os que estão reunidos na edição de Weissbort, uma ligeira abertura para uma nova via de pensamento começa a surgir, e nós

ficamos com mais perguntas que respostas. A pergunta mais óbvia tem a ver com a própria definição do termo tradução. O termo de Jakobson, “transposição criativa”, com ênfase no criativo, parece mais operante (Jakobson, 1959: 238). A segunda pergunta ainda envolve o problema epistemológico. Quando se assume uma posição poundiana quanto à tradução literária, quais são os referentes? Significados? Coisas? A energia na língua parece um conceito vago demais para qualquer tipo de investigação racional. Será que os critérios são totalmente subjetivos? Podemos chamar a teoria de Pound de teoria material? Com que se compromete o tradutor, o texto escrito original ou algo ouvido ou intuído? A tradução tem alguma coisa a ver com identidade? Mais perguntas surgem quando se tenta generalizar acerca da metodologia. Existem regras que governam a geração do texto traduzido? Quais são as exigências mínimas para um tradutor em termos de conhecimento da cultura-fonte e da língua? Por fim, a abordagem da oficina norte-americana de tradução levanta outras tantas perguntas a respeito da natureza dos padrões avaliativos. Será que eles dependem do gosto predominante da cultura receptora? Há muitos livros, antologias e artigos que tratam de uma ou mais das questões levantadas nas perguntas anteriores, geralmente com uma boa visão de cada. Tais textos, porém, tendem a ser mais prescritivos que analíticos e enfocam mais as técnicas para resolução de problemas e a arte da tradução do que a teoria.

Ironicamente, talvez graças à falta de uma teoria institucionalizada já articulada e por causa do enfoque no processo da tradução e das perguntas surgidas a partir de tal perspectiva, os proponentes da oficina norte-americana de tradução podem se encontrar em uma posição vantajosa no sentido de contribuir para discussões em torno dos recentes desenvolvimentos na teoria da tradução. Enquanto a estética na Nova Crítica ainda mal forma a base da contribuição norte-americana, devemos reconhecer que muitas formas tradicionais de gênero e representação parecem ser subvertidas de uma maneira ou de outra por esses poetas tradutores americanos. Os próprios limites e restrições da atividade de traduzir parecem possibilitar novas construções verbais, daí a atratividade da tradução como um modo em si para essa geração de poetas norte-americanos. Will ressalta que, em tal situação, as metáforas espaciais se dissolvem e novos horizontes teóricos emergem. Uma abrangente teoria da tradução também deve abordar esse movimento duplo – que perpetua determinadas crenças estéticas e, ao mesmo tempo, subverte essas mesmas concepções.

Lawrence Venuti: repensando a tradução

Neste capítulo, procurei articular as premissas teóricas por trás da posição crítica ateórica assumida por muitos tradutores literários e professores nos Estados Unidos. Tentei analisar essas pressuposições subjacentes, as quais vejo expressas em tradições humanísticas e da Nova Crítica, mostrando que elas reforçam pressupostos literários predominantes ou oferecem novas visões. Vejo a tradução literária nos Estados Unidos como algo que ao mesmo tempo reforça e subverte as formas reinantes para os textos literários em geral, contribuindo assim para uma contínua investigação da evolução linguística, literária e cultural.

Não sou o único a repensar a tradução por esses caminhos. Talvez o estudioso de tradução mais influente da última década na América do Norte seja Lawrence Venuti, editor da antologia pioneira *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology* (1992); autor de dois importantes livros sobre tradução – *The Translator's Invisibility: A History of Translation* (1995) e *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference* (1998); e compilador de *The Translation Studies Reader* (2000). As contribuições de Venuti para os estudos de tradução são múltiplas. A primeira e mais importante é o fato de ele criticar a fundamentação humanista de grande parte da tradução literária nos Estados Unidos e mostrar que ela reforça crenças e ideologias domésticas predominantes. Em segundo lugar, ele oferece um novo conjunto de termos e métodos para analisar as traduções. E, por fim, apresenta uma série de estratégias alternativas que gostaria que os tradutores experimentassem.

A principal tese de Venuti é que a tradução tende a ser uma prática invisível nos Estados Unidos. Por invisível, ele quer dizer que os tradutores costumam se ocultar em seu trabalho, negando a própria voz em favor da voz dos autores e/ou dos estilos preponderantes na cultura receptora, e que, na crítica a obras traduzidas, os estudiosos são propensos a ignorar as decisões e mediações dos tradutores, tecendo comentários como se eles próprios tivessem acesso ao autor original. As traduções são consideradas boas quando sua leitura é “fluyente”, dando a impressão de que não se trata de um texto traduzido. Como indicou Frederic Will, a crença cultural dominante é que os melhores tradutores têm acesso a algum tipo de sentido universal do significado e são capazes de refletir, com clareza, a essência do texto traduzido. Essa crença, compartilhada por uma rede de profissionais na indústria da

tradução, incluindo editores, organizadores, revisores, leitores críticos e até os próprios tradutores, reforça as noções relativamente tradicionais, quase românticas de autoria e conceitos neoplatônicos de construção de uma imagem que reproduz o original (Venuti, 1992: 3-5).

Há dois problemas nessa situação, segundo Venuti: primeiro, ela marginaliza os tradutores praticantes, tornando-os subservientes ao autor e definindo sua prática como derivativa e secundária, ficando muito abaixo da escrita criativa de qualidade e da análise literária crítica; segundo, e talvez mais importante, apaga as diferenças linguísticas e culturais do texto estrangeiro que o próprio ato de traduzir alega transpor para a cultura receptora. Ao reescrever o texto de acordo com os estilos predominantes dessa cultura e ao adaptar imagens e metáforas do texto estrangeiro aos sistemas de crenças preferidos da cultura-alvo, os tradutores são não apenas severamente tolhidos em termos de opções para executar a tarefa, mas também forçados a alterar o texto para adequá-lo às formas e ideias da cultura receptora.

As repercussões de tal visão por parte dessa rede na indústria editorial são extensas. Esse tipo de tradução realiza um ato de domesticação, convertendo o estranho em familiar, propiciando aos leitores a experiência de reconhecer sua cultura no estrangeiro e de ordenar, segundo Venuti, uma espécie de imperialismo cultural, que preserva as hierarquias sociais, mantém os conceitos políticos e religiosos e auxilia na econômica como-dificação e consumo. O repensar a tradução, de acordo com Venuti, é uma tentativa de acessar o não dito inarticulado, subjacente à maior parte da tradução literária nos Estados Unidos. Mas o projeto de Venuti vai mais longe, pois também é político; ele aborda questões de língua, discurso e subjetividade em termos de suas ideologias e sua relação com as construções sociais, e tem noções muito definidas do que é conservador e do que é progressista. Ele questiona conceitos de originalidade e autoria que subordinam a tradução ao texto-fonte, acreditando, por outro lado, que ambos são derivativos e heterogêneos (ver capítulo 6, a respeito da desconstrução). Põe em dúvida também as noções fáceis de equivalência, presumindo que os múltiplos discursos que compreendem qualquer texto excluem noções de correspondência simples. Por outro lado, Venuti acha que todo ato de tradução é transformativo e criativo, quase nunca transparente, invariavelmente interpretativo. As traduções são textos complexos, repletos de múltiplas conotações intertextuais e alusões, contendo múltiplos discursos e materiais linguísticos, dando aos tradutores várias escolhas para apoiar ou resistir às visões literárias e ideológicas predominantes.

Venuti, porém, oferece mais de uma teoria. No que vejo como sua mais significativa contribuição para os estudos de tradução, ele dá também um modelo para analisar as traduções, explicando como elas participam da evolução cultural. E isso Venuti faz não por referência a prefácios do tradutor, entrevistas e palestras, que ele considera beletrísticas; mas sim apresentando um método de estudo comparado e análise sintomática. A análise humanística da tradução tende a encobrir os múltiplos discursos e alusões, defendendo uma unidade semântica no cerne do texto e enfatizando a comunicação clara e transparente desse núcleo central. A análise semântica, lendo não o que é imediatamente visível, e sim o opaco ou invisível, revela os conflitantes discursos e as contradições do texto traduzido. Venuti faz frequentes referências a esse processo como uma análise do “restante”, um termo derivado da *The Violence of Language* (1990: 182), de Jean-Jacques Lecercle, que menciona a exposição daquilo que excede o uso transparente da língua (Venuti, 1995: 216; 1998: 10).

Em *The Translator's Invisibility* (1995), Venuti dá um exemplo de tal método de análise sintomática, examinando traduções de textos de Sigmund Freud para a *Standard Edition*. A norma cultural para textos psicanalíticos ao mesmo tempo enfatizava o discurso científico e tendia a um estilo abstrato, impessoal e bastante erudito. O problema para os tradutores, no entanto, era que os textos de Freud costumavam ser simples e coloquiais, usando linguagem corriqueira, em vez de altamente culta e teórica. Uma palavra inglesa como “parapraxis”, por exemplo, usada como tradução do termo alemão simples *Fehlleistung*, que significa “função defeituosa”, salta aos olhos do leitor como algo inconsistente com o resto do texto. Por meio de uma leitura sintomática dessas inconsistências estilísticas, palavras como “cathexis” para “energia” e “libidinal” para “sexual”, Venuti, apoiando-se na crítica de Bruno Bettelheim dos tradutores de Freud em *Freud and Man's Soul* (1983), expõe o processo de tradução, mostrando como os tradutores, consciente ou inconscientemente, revelam suas alianças por meio da escolha de estilo (1995: 25-9). Entretanto, enquanto Bettelheim não hesitava em chamar tais escolhas de “distorções” e de uma “traição” do Freud essencial, Venuti prefere ver as decisões dos tradutores como parte de forças culturais maiores em ação, devidas não tanto à traição por parte do tradutor quanto ao seu desejo de ver Freud aceito dentro do enquadramento do discurso médico padrão. De fato, os tradutores, por meio de tais escolhas, ajudaram a constituir o discurso, participando da articulação da definição emergente de psicanálise

nos Estados Unidos. Portanto, o método de Venuti vê as escolhas interpretativas sendo determinadas, em grande parte, por uma vasta gama de instituições sociais e culturais, muitas das quais os próprios tradutores nem sabem existir. O fato de os críticos também demorarem tanto a notar tais inconsistências revela o nível da colusão cultural. Todavia, ao mostrar os pontos em que uma tradução apresenta falhas ou contradições, ou em que os tradutores se prendem demais aos estilos e valores dominantes da cultura receptora, bem como quando deles se separam, Venuti deixa o processo de tradução mais visível, desmistificando a ilusão de transparência e equivalência e mostrando como os tradutores estão profundamente envolvidos na construção de uma cultura.

Além de oferecer um novo método para analisar traduções, Venuti também faz recomendações para o ofício do tradutor, recomendações estas que se tornaram a parte mais controvertida de sua teoria. Ele defende o que chama, em diferentes ocasiões, de “tradução estrangeirizada” e/ou “fidelidade abusiva”. Por “estrangeirizada”, ele se refere a qualquer estratégia de tradução que resista à domesticação, à fluência e à transparência (Venuti, 1995: 148 em diante). Com o termo “fidelidade abusiva”, ele quer dizer quase a mesma coisa: o tradutor procura reproduzir aquelas mesmas características do texto estrangeiro que “abusam” ou resistem às formas prevaletentes e aos valores na cultura receptora, permitindo ao tradutor, assim, ser fiel a aspectos do texto-fonte e, ainda assim, participar da realização de uma mudança cultural na língua-alvo (Venuti, 1992: 12-13; 1995: 182-83).

Quais são as características que Venuti sugere que o tradutor reproduza? Justamente aquelas que assinalam diferença linguística e cultural. Ele aprecia as estratégias pós-estruturais que colocam em primeiro plano o intercâmbio de significadores, trocadilhos, neologismos, arcaísmos, dialetos, sátira, sintaxe fragmentada e formas experimentais, todos resultando em textos finais descontínuos, fragmentados e menos unificados. Tais técnicas de tradução expõem a ilusão de transparência, tornando o trabalho do tradutor visível e encorajando, assim, o repensar de seu *status* secundário, derivativo. Ironicamente, elas também preservam importantes elementos do texto-fonte que costumam ser suavizados, elididos e/ou adaptados a ponto de não serem mais reconhecíveis. Essas estratégias são, por sua natureza, diametralmente opostas àquelas preferidas pela oficina norte-americana de tradução, que favorecem unidade, coesão, similaridade, fluência e aceitabilidade. Apesar do sucesso internacional

das ideias de Venuti, em *workshops* de tradução e nos círculos de tradução literária nos Estados Unidos, elas têm sido descartadas ou ignoradas; os tradutores, em seu ofício, têm grande dificuldade para escapar às tradicionais estratégias e fidelidades.

Grande parte do ímpeto por trás do desenvolvimento dessa teoria de Venuti provém de seu trabalho como tradutor e crítico de Iginio Ugo Tarchetti (1839-1869), um escritor milanês do século XIX que empregava estratégias estrangeirizadas em seus escritos criativos. O que atraía Venuti a Tarchetti era seu *status* dissidente: ele fazia parte de um grupo de escritores chamados de *scapigliatura* (“desalinhados”), que contestavam valores burgueses, tanto em estilo de vida quanto em texto. A norma literária reinante para a ficção do período era um tipo de realismo burguês altamente conservador; Tarchetti, por sua vez, preferia os contos mais góticos, fantásticos, fantasmagóricos, como os de E. T. A. Hoffman, Edgar Allan Poe, Gérard Nerval e Théophile Gautier. O que faz de Tarchetti um tema de estudo tão fascinante é o fato de que ele mesclava tradução e adaptação em seu trabalho criativo, fazendo esvaecer as fronteiras entre os dois gêneros, e incorporava muitos artifícios fantásticos, irônicos e alienantes (Venuti, 1992: 196 em diante; 1995: 159 em diante).

A análise de Venuti da tradução feita por Tarchetti de *The Immortal Mortal*, de Mary Wollstonecraft Shelley, é particularmente perspicaz. Na verdade, Tarchetti publicou o texto como de sua autoria (1995: 162), não citando o nome de Shelley e comentando apenas que o conto era “dos ingleses” (1995: 162). Ele só mudou alguns elementos, como os nomes dos dois personagens e a data. Venuti sugere que esse “plágio” por meio de tradução exemplifica as tendências não conformistas dos *scapigliatura*, debochando do decoro e da propriedade privada. Também expande as fronteiras do discurso ficcional italiano aceitável, apresentando a obra como um conto italiano gótico original. Outros elementos sublinhados pela tradução de Tarchetti são o uso de um dialeto padrão que desafia o predominante dialeto da Toscana, a ênfase dos elementos fantásticos e a retenção da crítica feminista de Shelley contra a representação patriarcal. Venuti chama tais elementos de “abusivos”, apresentando uma crítica da cultura italiana e da forma preferida de ficção realista. Ironicamente, a tradução de Tarchetti é mais abusiva por ser fiel ao texto original inglês, seu uso de dialeto italiano *padrão*, sua *repetição* do discurso fantástico do original e da *retenção* das visões feministas.

A crítica de Venuti quanto às práticas de tradução na Itália no século XIX se aplica muito bem à situação nos Estados Unidos, hoje. Suas pro-

postas para repensar a tradução oferecem alternativas que agora estão sendo consideradas por tradutoras como Suzanne Jill Levine e Carol Maier, e integradas na sala de aula em locais como Kent State, SUNY Binghamton e a Universidade de Massachusetts Amherst. Suas propostas para estudar de maneira sintomática as traduções são menos influentes, embora absolutamente necessárias. Estudos de tradução em si não existem nos Estados Unidos. Embora exista uma Associação Americana de Estudos de Tradução (ATSA), com grupo de discussão na internet e que realizou um encontro em uma recente conferência anual da Associação Americana dos Tradutores (ATA), ela é mais restrita ao ciberespaço, e muito pouco trabalho em torno de estudos de caso foi feito. Venuti consegue mostrar como os professores de literatura, principalmente aqueles que lecionam literatura mundial em departamentos de inglês e de línguas, reprimem as questões concernentes à tradução quando usam textos traduzidos, fazendo com que as ideias pareçam flutuar, livres, transcendendo fronteiras nacionais e diferenças culturais (Venuti, 1998: 92-3). Suas propostas, que têm base sólida em uma tradição de crítica literária althusseriana,* revelam como as diferentes formas de recepção em diferentes culturas moldam a tradução e ganham predileção, a qualquer momento. Esse método proporciona uma alternativa revigorante aos estudos de caso quase científicos, empíricos, preferidos pelos estudiosos da tradução na Bélgica e na Holanda, ou pela teoria dos polissistemas usada por estudiosos israelitas (ver capítulos 4 e 5).

Teoricamente, no entanto, ainda restam dúvidas quanto à abordagem de Venuti. Embora ele aprecie as teorias pós-estruturalistas e não poupe referências a Derrida, Cixous, de Man, Deleuze e Guattari em seus textos, o vocabulário pós-estruturalista pode ser enganador. A teoria de Venuti pode ser mais modernista que pós-moderna, e sua “alternativa” ainda se fundamenta no mesmo debate entre “fiel” e “livre” que caracteriza a tradução há milhares de anos. Em sua história da tradução na América do Norte, esboçada em *The Translator's Invisibility*, Venuti é claro em sua predileção por tradutores como Pound (ver anteriormente), Dudley Fitts (tradutor de textos clássicos), Celia e Louis Zukovsky (tradutores da poesia de Catulo), Paul Blackburn (tradutor dos poetas provençais e, mais tarde, de Julio Cortázar), elogiando-os por suas estratégias estrangeirizadas. Entretanto, ele afirma também que esses tradutores são “marginais”. O termo “controlado” seria mais apropriado, tendo em vista suas escolhas linguísticas,

*N.T.: Althusseriano: relativo ao teórico francês Louis Althusser (1918-1990), famoso pela interpretação de conceitos fundamentais ao marxismo à luz do estruturalismo.

sexuais e políticas de tradução, desafiadoras e até ofensivas; e muitos críticos acadêmicos são detratores de tais escolhas linguísticas e culturais. Mas, em termos de escrita criativa e prática de tradução nos Estados Unidos, os trabalhos desses tradutores são bem conhecidos e influentes. As estratégias empregadas – uma ênfase em vitalidade e energia; ausência de referências estéticas em favor de materiais; a franqueza sexual; o uso de vários léxicos, dialetos, coloquialismo e vernáculos; a atenção à música e ao tom e o uso de arcaísmos e termos estrangeiros –, todas refletem convenções bem conhecidas em textos modernistas.

Ademais, Venuti estabelece dois paradigmas para a tradução: um que ele chama de fluente e outro, de estrangeirizador; enquanto o primeiro opta por usos aceitáveis de imagens e termos linguísticos e culturais, o outro abusa ou escolhe alternativas. Para Venuti, parece que não há um meio-termo. Com relação à história da tradução nos Estados Unidos, nem todos os que ele categoriza como tradutores que produzem traduções fluentes concordariam; muitos, incluindo Felsteiner, Kunitz, Merwin, Bly, Weissbort, Auster e Wilbur – tradutores que não adotam as estratégias preferidas de Venuti – se sentem à vontade para importar ideias e conceitos estrangeiros. Além disso, muitos dos tradutores que ele afirma serem marginais e abusivos apegam-se a longas tradições de uso da tradução como desafio às normas culturais da sociedade receptora. Muitas das propostas de Venuti para os tradutores fazem os estudiosos se lembrarem dos efeitos alienantes brechtianos ou dos elementos de *ostranenie* formalistas russos, em vez dos artifícios pós-estruturalistas aos quais ele alude.

Sob o ponto de vista político, porém, a contribuição de Venuti é notável, pois o que ele conseguiu realizar foi uma inversão dos termos do debate. Nos Estados Unidos, aqueles que defendem a fluência, entre os quais não só os novos críticos e discípulos de Pound, mas também os seguidores de Nida e os tradutores funcionais (ver capítulo 3), alegam que a precisão e a fidelidade fazem parte de seu arsenal de defesa. Tradutores como Pound, Fitts, os Zukovsky e Venuti foram criticados por sua infidelidade linguística, por transgredir fronteiras e distorcer parte da verdade essencial ou do significado invariável. Na verdade, o que a teoria de Venuti mostra é que as manipulações da tradução em termos de fidelidade a algum núcleo essencial resultaram em vastas distorções – sintaxe estrangeira e estilos manuseados para parecerem iguais ao inglês, metáforas e imagens alteradas para se encaixarem em nosso sistema conceitual, valores culturais omitidos ou adaptados para condizerem com nosso modo de pensar e, em especial, formas inovadoras manipuladas

para se parecerem com formas praticadas nos Estados Unidos. Em muitos sentidos, as ideias de Venuti foram adiantadas por estudiosos da tradução nas décadas de 1970 e 1980 (ver capítulos 4 e 5).

Quando acabar a controvérsia em torno do repensar a tradução de Venuti, muitas de suas ideias entrarão para a oficina norte-americana. Os tradutores que ele respeita são também respeitados em programas de escrita criativa; alguns tradutores bem conhecidos começam a experimentar suas ideias. Além disso, a aceitação internacional de Venuti é muito forte, particularmente na Europa e na América Latina. A indústria editorial nos Estados Unidos, que se mostra cada vez mais aberta a encontrar novas maneiras de introduzir diferença cultural na sociedade anglo-americana, logo seguirá o mesmo caminho. Já estão sendo experimentadas novas formas de apresentar traduções, incluindo o uso de materiais suplementares adicionais, como prefácios, introduções, entrevistas, notas de rodapé, para ajudar os leitores a se ajustarem às ideias e estruturas estrangeiras. A abordagem de Venuti esboça o primeiro passo para se repensar a tradução, expondo determinadas pressuposições por parte daqueles que pertencem a instituições que regem a tradução e abrindo o caminho para abordagens alternativas, de Venuti e de outros.

Chapter 3

Capítulo 3

A “ciência” da tradução

Apesar de abrir novas perspectivas, a abordagem geral praticada pelas oficinas norte-americanas de tradução são mais bem caracterizadas por uma *ingenuidade* teórica e por metodologias subjetivas que tendem a reforçar quaisquer valores teóricos por parte dos tradutores individuais. Assim resume Joseph Graham as contribuições teóricas da abordagem da oficina:

Muito do que já foi escrito a respeito da tradução produz pouca substância, quando filtrado, justamente por ter sido escrito como se fosse dito na oficina. As anedotas pessoais e os conselhos podem ser de alguma ajuda, mas estão longe da teoria coerente e consistente exigida para a tradução. (Graham, 1981: 23)

O problema não é apenas um fenômeno contemporâneo na América do Norte, mas tem preocupado historicamente a teoria da tradução. As pessoas *praticavam* tradução, mas nunca tinham certeza do que estavam fazendo. Nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, a oficina de tradução perpetuou a mesma prática. Sem dúvida, uma abordagem mais sistemática da tradução era necessária, e a disciplina que parecia ter as ferramentas teóricas e linguísticas necessárias para tratar do problema era a linguística.

Até o fim dos anos de 1960, a linguística era caracterizada por pesquisa altamente descritiva, na qual as gramáticas individuais eram detalhadas, mas não comparadas, tendo, portanto, pouco valor teórico para os tradutores. O desenvolvimento simultâneo de duas teorias de gramática alterou de maneira significativa a teoria da tradução; tais teorias permanecem influentes ainda hoje. O ápice das teorias em evolução pode ser representado por *Syntactic Structures* (1957), de Noam Chomsky; *Message and Mission* (1960), de Eugene Nida; *Toward a Science of Translating* (1964), de Nida; e *Aspects*

of the Theory of Syntax (1965), de Chomsky. A gramática transformacional gerativa, com sua legitimidade no campo da linguística, trouxe credibilidade e influência à “ciência” da tradução de Nida. A teoria de Nida se baseava em sua experiência de traduzir a Bíblia; suas primeiras premissas teóricas apareciam em artigos escritos na década de 1950 e em seu livro *Message and Mission* (1960). Embora Chomsky tenha publicado uma versão experimental de sua teoria, chamada *Syntactic Structures*, na Holanda em 1957, Nida afirmava que sua teoria de tradução já estava bem desenvolvida antes da formulação de Chomsky. Em um artigo intitulado *A Framework for the Analysis and Evaluation of Theories of Translation*, Nida argumenta:

Antes da formulação da gramática transformacional gerativa de Chomsky, Nida já havia adotado uma abordagem essencialmente de estrutura profunda a certos problemas de exegese. Em um artigo intitulado *A New Methodology in Biblical Exegesis* (1952), ele advogava a transformação reversa de complexas estruturas de superfície em um nível subjacente, no qual os elementos fundamentais são objetos, eventos, abstratos e relações. (Nida, 1976: 71)

Apesar de afirmações contrárias, a teoria de Nida se cristalizou com o acréscimo do componente transformacional de Chomsky – Nida leu *Syntactic Structures*, de Chomsky, em forma mimeográfica dois anos antes da publicação. Com a adoção da premissa teórica de Chomsky, suas regras transformacionais e sua terminologia, a teoria de Nida se solidificou, e o resultado – *Toward a Science of Translating* – tornou-se a “Bíblia” não só para a tradução da Bíblia, mas para a teoria da tradução em geral.

O trabalho de Nida na área de tradução bíblica foi, a princípio, mais orientado para a prática que para a teoria. O paradigma histórico que ele usou para as suas estratégias era um tanto estreito, dominado por traduções da Bíblia. Seu desenvolvimento de uma ciência da tradução foi motivado por um desgosto pessoal por aquilo que ele via como uma revivificação clássica no século XIX, uma ênfase na precisão técnica, uma aderência à forma e uma transliteração literal de significado. O principal expoente em inglês desse movimento, segundo Nida, foi Matthew Arnold, cuja abordagem era, sem dúvida, demasiado erudita e pedante para o gosto de Nida, impondo um excesso de exigências ao leitor para que este se informasse acerca de cultura original. O literalismo de Arnold, de acordo com Nida, afetou de forma negativa a tradução da Bíblia no início do século XX. Ele cita como exemplo a versão padrão americana, que, embora popular entre os estudantes de teologia, nunca conquistou a simpatia do público. Nida

escreveu: “As palavras [da versão padrão americana da Bíblia] podem ser inglesas, mas a gramática não é; e há uma falta de sentido” (Nida, 1964: 20-1). Eu afirmo que os argumentos de Nida contra a abordagem de Arnold são ditados por seu gosto, pela opinião pública geral e pela economia de seu projeto (converter as pessoas ao Cristianismo). Implícita em sua abordagem, há uma crença cristã evangélica (e uma posição anti-intelectual) de que a palavra deve ser acessível a todos.

Apesar de relegada a um *status* de “manual prático” dentro do campo da teologia chamado de “missiologia”, por causa do vasto número de exemplos, *Toward a Science of Translating* conquistou uma posição de especial influência em outra área, a de tradução. De fato, a tradução bíblica tem gerado mais dados em diversas línguas do que qualquer outra prática de tradução: é uma atividade com uma história longa, que alcança muitas pessoas nas mais diversas culturas e envolve mais tradutores de origens diferentes do que qualquer outra prática na área. Também em termos genéricos, a tradução bíblica abrange todos os campos, pois, no texto, se encontram passagens de poesia e prosa, narrativa e diálogo, parábolas e leis. A enorme quantidade de exemplos e a abrangência da escrita bíblica fazem de sua tradução uma parte necessária de qualquer estudo sobre a teoria da tradução. Entretanto, em termos de sua contribuição teórica, também pode ser vista sob aspectos semelhantes à abordagem prática, anedótica, característica da teoria norte-americana da tradução literária.

Nida, ciente da natureza assistemática de uma postura orientada por prática, tentou validar cientificamente sua metodologia e aplicá-la à tradução como um todo. Suas crenças religiosas e seus objetivos missionários, porém, tentativas de unir as pessoas em torno de uma crença comum na palavra inviolável de Deus, ainda que não explícitas, permanecem inseridas na estrutura científica. Por causa da magnitude da importância teórica que a mensagem original recebe em qualquer tradução da Bíblia, o princípio governante fundamental da teoria de Nida foi predeterminado na mesma proporção: a comunicação entre as culturas do espírito da mensagem original é primária, em todo o trabalho. A forma particular em que a mensagem aparece é superficial enquanto o significado dessa mensagem for claro. Chomsky foi literalmente um presente de Deus enviado a Nida, pois, com a incorporação da estrutura teórica de Chomsky, o projeto de Nida deixou de ser direcionado apenas a outros missionários, mas tentou, isso sim, estabelecer as fundações para um público maior. Sua obra se tornou a base

sobre a qual um novo campo de investigação no século XX – a “ciência” da tradução – foi fundado.

A teoria de sintaxe e de gramática gerativa de Chomsky não era, nem pretendia ser, uma teoria da tradução. Na verdade, Chomsky alerta quanto à sua apropriação para tal uso. As formas universais que fascinavam Chomsky têm mais a ver com as regras que estruturam as gramáticas, regras estas que precedem qualquer conceito de estrutura profunda específica a uma determinada oração de qualquer língua. A teoria de Chomsky envolve três níveis de conceituação: (1) um componente-base feito de “regras para estrutura de frase” que gera (2) uma estrutura profunda, que por sua vez é mudada, por meio de regras transformacionais, em (3) uma estrutura superficial. Nida simplifica o modelo de Chomsky e adota somente as duas últimas partes para validar sua ciência. Ao mesmo tempo, o modelo de Chomsky se presta a essa apropriação errônea por teóricos da tradução; se Nida não o tivesse formalizado, outra pessoa o teria feito. É interessante observar que Frederic Will também adotara o trabalho de Chomsky como mais uma instância que prometia a possibilidade da “mútua interpenetrabilidade de todas as línguas” e tornava os limites da traduzibilidade “traduzíveis” (Will, 1984: 86). Os gramáticos transformacionais trabalham com várias línguas e apontam continuamente semelhanças estruturais entre elas. Essas semelhanças fascinavam Chomsky também, embora mais uma vez ele alertasse contra o erro de tirar conclusões, sabendo que o número de línguas é vasto em comparação às similitudes encontradas e que as estruturas profundas não precisam ser como nenhuma estrutura superficial existente.

Embora as duas teorias evoluíssem por diferentes razões, ambas pressupõem a existência de uma entidade profunda, coerente e unificada por trás de qualquer manifestação da língua: o “núcleo”, o “cerne”, a “estrutura profunda”, a “essência”, o “espírito” são todos termos usados por Nida, muitos dos quais derivados de Chomsky. Enquanto Chomsky, posteriormente, se distanciaria de termos como “cerne” (ainda está presente em *Aspects*, mas com uma relevância cada vez menor), ele ainda usava conceitos como “componente-base” e “universais formais” que são “inatos” nos seres humanos e atravessam as culturas. Tanto Chomsky quanto Nida faziam afirmações metafísicas acerca do objeto de investigação para suas respectivas teorias. A linguística de Chomsky sondava estruturas da mente, mudando o foco da linguística na era moderna; a teoria de tradução de Nida sondava estruturas profundas próprias de

todas as línguas, encontrando meios de transformar essas entidades em línguas diferentes. As duas abordagens tentam demonstrar diferentes tipos de objetos no centro – uma delas defendendo a existência de regras universais de gramática e formas lexicais universais; a outra fazendo afirmações metafísicas a respeito de uma mensagem divina original. Tanto a linguística quanto a teoria da tradução são revitalizadas por suas respectivas teorias. O modelo de estrutura profunda/estrutura superficial de Chomsky, suas regras transformacionais, embora de uma derivação monolinguística, são adequadas para justificar uma teoria da tradução. Quer aceitemos as crenças de Chomsky sobre como a mente humana é estruturada, quer não, suas estruturas profundas, postuladas para conter todas as informações sintáticas e semânticas necessárias para uma transformação correta em estrutura superficial e interpretação, são apropriadas para o praticante de tradução que tenta representar uma mensagem “subjacente” em uma segunda língua.

Tenho algumas questões quanto ao próprio objeto que a ciência da tradução afirma estar investigando. Ele foi identificado? Nida faz afirmações teóricas, mas existe um operativo não dito que afeta sua teoria? Quais são as pressuposições subjacentes? Pode haver uma “ciência” da tradução? Em termos de sua importância na área, a ciência de Nida não pode ser subestimada, pois sua abordagem está sendo disseminada nas salas de aula da Alemanha e dos Estados Unidos. Na Alemanha, nas décadas de 1970 e 1980, a ciência da tradução (*Übersetzungswissenschaft*) governava o ensino da tradução, tanto conceitualmente quanto na prática. Nos Estados Unidos, o advento da ciência de Nida gerou livros-texto, institutos linguísticos e periódicos, que hoje dominam a academia. A riqueza de dados linguísticos, numerosos exemplos, máquinas, computadores e fórmulas matemáticas empregadas parecem obscurecer de forma deliberada o ponto frágil da ciência: sua premissa teórica. Espero mostrar que a ciência da tradução é, em si, uma atividade dual: no processo de descobrir novas informações e resolver problemas de tradução, ela ao mesmo tempo encobre outros aspectos inerentes à natureza do sujeito sendo estudado. Se a tradução necessariamente subverte sua própria institucionalização, qualquer tentativa de criar uma ciência dessa área deverá, na verdade, reforçar um fim teórico diferente do pretendido.

Noam Chomsky: estruturas “subjacentes”

A gramática de Chomsky é mais complexa que um mero argumento em dois níveis, de estrutura profunda/estrutura superficial. Seu modelo tem vários níveis, sendo o mais básico um vago “elemento inicial” (abandonado depois de seu livro *Syntactic Structures* [1957], mas notado por sua ausência), seguido pelo “componente-base”, que é composto de duas espécies de regras para reescrita: “regras para estruturas de frase”, comuns a todas as línguas, e “regras lexicais”, que também derivam de categorias universais. As regras para estrutura de frases geram a estrutura profunda de uma oração, que, segundo Chomsky, quando escreveu *Aspects of the Theory of Syntax*, continha todas as informações sintáticas e semânticas que determinam seu significado. Por fim, as regras transformacionais modificam a estrutura profunda, resultando nas estruturas superficiais – todas as orações (sentenças) em determinada língua. Há, portanto, um movimento duplo inserido na teoria de Chomsky – da base até a estrutura profunda, passando pelas regras para estrutura de frases, e, em seguida, da estrutura profunda até a superfície, passando pelas regras transformacionais. Segundo Chomsky, as regras para estrutura de frase representam o funcionamento internalizado e inconsciente da mente humana; a estrutura profunda determina o significado subjacente nas orações; e a estrutura superficial determina o som (Chomsky, 1965: 22).

Muitas são as objeções filosóficas às premissas de Chomsky em torno da mente humana e do modo como ela “conhece” a língua. Entretanto, além de questionar tais conceitos como “inato”, “intuição” e conhecimento “tácito”, alguns críticos não acham convincentes as evidências de Chomsky. Ironicamente, a evidência “empírica” da estrutura da língua, segundo Chomsky, não se baseia na língua viva – o modo como os humanos usam a língua, de fato, em uma situação social –, mas em orações só encontradas em um estado ideal:

O interesse primário da teoria linguística é o falante-ouvinte ideal, em uma comunidade linguística completamente homogênea, que conhece muito bem sua língua e não é afetada por condições gramaticais irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse e erros. (...) Essa me parece ter sido a posição dos fundadores da linguística geral, que não oferecem nenhuma razão cogente para modificá-la. (Chomsky, 1965: 3-4)

Para quem acaba de ler essa afirmação, a terminologia está carregada de suposições – “falante-ouvinte ideal”, “comunidade linguística homogênea”, “conhece a língua perfeitamente”, “condições gramaticais irrelevantes” – que têm sido questionadas nas últimas duas décadas. Michel Foucault sugere que não só há diferenças filosóficas em torno de pressuposições sobre a “natureza humana” envolvida, mas também um conflito de gerações quanto ao modo como o “sujeito” – especificamente o “sujeito falante criativo” – é percebido (Chomsky & Foucault, 1974: 164). Chomsky idealizou o sujeito falante e o munuiu de habilidades únicas com respeito à sua habilidade para usar a língua. Por meio do processo de idealização, porém, certos usos envolvendo acidentes, erros e atos falhos não são incorporados ao modelo de Chomsky, embora sejam tão importantes quanto as formulações “corretas” de Foucault, de como ele entende o sujeito falante e sua “natureza” subjacente.

A despeito dessa crítica, em grande parte por causa dos princípios humanísticos e cartesianos de Chomsky, bem como de seu modelo de estrutura profunda/estrutura superficial, ele tem sido “usado” por cientistas da tradução para substanciar suas alegações. Embora o próprio Chomsky tivesse recomendado não usar sua obra com essa finalidade, não podemos ignorar esse corpo de material. George Steiner, cujo abrangente livro sobre teoria da tradução, *After Babel* (1975), serve como exemplo, achava importante lidar extensivamente com a teoria de Chomsky e sua relevância para compreendermos a tradução. Dois cientistas da tradução adotaram um modelo chomskiano para suas teorias. Eugene Nida, que argumenta que sua ciência da tradução se baseia em um modelo semelhante ao de estrutura profunda/estrutura superficial de Chomsky, talvez tenha simplificado a obra de Chomsky e a usado indevidamente para fins próprios. Wolfram Wilss, cientista alemão que é uma autoridade na área e que afirma que seu modelo *não* se baseia no trabalho de Chomsky, pode ter se apropriado mais dele do que gostaria de admitir.

O principal problema gira em torno da “profundidade” das propriedades formais e da questão se a estrutura-base ou estrutura da frase é ou não propriedade comum. Embora argumente a favor de universais formais comuns a todas as línguas, Chomsky afirma que essas propriedades formais são muito mais profundas que a estrutura profunda propriamente dita de uma oração em qualquer língua e que não são específicas de nenhuma língua em particular (Chomsky, 1965: 117). Embora Nida talvez pensasse que a mesma estrutura profunda poderia estar por trás de duas línguas específicas,

Chomsky não afirma que as estruturas profundas são universais. A forma de determinada língua, segundo Chomsky, não equivale necessariamente à forma de outra. Chomsky discernia as implicações de sua tese para a teoria da tradução e recomendava cautela:

A existência de universais formais profundamente enraizados (...) implica que todas as línguas são moldadas no mesmo padrão, mas não que exista uma correspondência ponto por ponto entre determinadas línguas. Não implica, por exemplo, que deva haver um procedimento razoável para tradução entre uma língua e outra. (Chomsky, 1965: 30)

Apesar de presumir a existência de regras gerativas no âmago da facilidade humana para a língua e de postular a possível presença de um artifício formal por trás de todas as línguas, ele não se apressava em tirar conclusões baseadas em correlações entre apenas duas línguas nem pressupunha que uma gramática específica de uma língua funcionasse sistematicamente para outra. As estruturas de superfície não precisam ser como suas subjacentes estruturas profundas. Nida ignorou essa advertência e elaborou um procedimento de tradução baseado em uma noção muito simplificada da teoria de Chomsky, que enfoca a estrutura profunda, as regras transformacionais e as estruturas superficiais que são semelhantes entre as línguas, mas não as regras para estrutura de frases que de fato permitem a real diversidade estrutural e as diferenças superficiais nas línguas humanas.

Sob a perspectiva dos praticantes de tradução, o problema com o modelo transformacional gerativo é ele ser exageradamente realista, separado de todos os *problemas* da tradução – dos neologismos contemporâneos a arcaísmos, dos nomes próprios a metáforas, da língua formal aos dialetos e “erros”, e todos aqueles problemas truncados que tornam a tradução tanto impossível quanto fascinante. O questionamento de Quine quanto à própria noção de sinonímia toca em um ponto delicado, sendo talvez mais relevante para os tradutores do que uma teoria de língua que apresenta estruturas universais. Uma metodologia linguística que isola seu modelo da língua falada é demasiado idealista e talvez muito “teórica”, para o gosto de muitos tradutores. Matematicamente, é possível desenvolver um sistema no qual um número finito de regras pode gerar um número infinito de manifestações; a língua, porém, eles argumentariam, opera de modo diverso da matemática, e, por mais precisa que seja a descrição feita por um linguista transformacional gerativo das regras gerativas que produzem estruturas superficiais, outros aspectos da língua cairão pelas frestas entre as linhas gerativas de produção.

O fato de a língua falada conter erros, desvios, elipses e falhas nos revela algo acerca do que significa e da natureza estrutural da língua. Em hipótese, pode-se argumentar que nenhuma oração está inteiramente livre de erro, que tal fato em si é uma condição da língua e que esta deriva sua energia dessa instabilidade inerente. A tendência da gramática transformacional gerativa de ignorar todos os erros ou de considerá-los irrelevantes provavelmente obscurece tanto quanto revela a estrutura da língua.

Embora a teoria de Chomsky tenha revolucionado o campo da linguística e muitos considerem sua obra uma das principais contribuições para o pensamento do século XX, muitos escritores criativos, teóricos literários e praticantes de tradução permanecem estranhamente alheios a ela. Distorcem seus exemplos, duvidam de suas premissas, questionam sua afirmação de que são científicas, incomodam-se com seus procedimentos empíricos e, acima de tudo, não parecem crer que seu modelo transformacional gerativo seja útil para o estudo de literatura. Uma série de perguntas feitas por Barbara Herrnstein Smith indica que os argumentos de Chomsky não convencem a todos:

A linguística é uma disciplina monolítica? Especificamente, ela é equivalente à gramática transformacional gerativa? Se não é, então a teoria linguística de Chomsky e o interesse dos gramáticos transformacionais gerativos por seu estudo seriam o único modelo, ou o modelo mais apropriado, para a teoria da literatura e seu estudo? Enfim, as pressuposições, os procedimentos, conceitos e conclusões da própria linguística estariam tão bem estabelecidos, tão livres de problemas internos ou crítica externa, que se recomendaria aos teóricos literários adotá-los e aplicá-los sem refletir? (Smith, 1978: 178)

Apesar das reservas dos escritores criativos, teóricos literários e tradutores literários, e a despeito da advertência do próprio Chomsky, um especialista de tradução achou muito atraentes os métodos e as premissas de Chomsky e construiu uma ciência da tradução com base em seu modelo. A teoria se tornou, enfim, a abordagem mais influente na área nas décadas subsequentes.

Eugene Nida: aplicando a gramática gerativa à tradução

Se a base teórica de Chomsky é platônica, a de Nida é protestante. As pressuposições religiosas sobre as quais se baseia o trabalho de Nida podem ser amplamente demonstradas por uma análise de seu texto de 1960,

Message and Mission, uma versão pré-Chomsky de *Toward a Science of Translation*. Na época, Nida ainda escrevia para missionários, não tradutores; assim, embora ele caminhasse na direção de uma análise científica, “abrindo novo terreno com novas ferramentas” (Nida, 1960: XVII) na comunicação da fé cristã, a discussão das motivações teológicas continuava em evidência. A tese geral do livro era que os tradutores bíblicos não deveriam subestimar a comunicação, e sim trazê-la à tona, empregando todos os recursos de linguística e teoria da comunicação para auxiliá-los na tarefa. Nida se apoiou em um extenso trabalho de campo que mostrava que a mensagem religiosa frequentemente deixava de ser comunicada por causa de diferentes contextos culturais e visões do mundo. Ele compreendeu, enfim, que o significado não pode ser separado da experiência pessoal e da estrutura conceitual da pessoa recebendo a mensagem. Concluiu que as ideias “devem ser modificadas” para se encaixar no mapa conceitual da experiência do contexto diferente (Nida, 1960: 87).

A primeira diferença entre a filosofia de Nida e a de Chomsky é, portanto, evidente: a experiência prática de Nida em apresentar novas ideias a uma cultura remota da sua sublinha a importância de incluir, com sua estrutura teórica, o contexto cultural em que a comunicação ocorre, um aspecto ausente no modelo de Chomsky. Embora Nida sustente seus argumentos para tal modelo fazendo referência à teoria da comunicação e cibernética, a inclusão desse componente específico tem mais que uma motivação pragmática: está enraizada em suas pressuposições religiosas. Por razões pragmáticas e teológicas, Nida mostra um forte interesse na resposta da pessoa recebendo a comunicação. Para ele, a fé cristã tem objetivos mais comportamentais que epistemológicos, e sua meta é, então, efetuar a resposta apropriada – uma resposta que *inicie um diálogo* não entre o receptor e um texto ou símbolos, mas entre o receptor e Deus. Para o protestante, a comunicação equivale a poder, e o enfoque da comunicação bíblica tem menos a ver com o problema epistemológico da relação da palavra com a realidade por trás dela, e mais com o *evento* da transferência do poder da palavra (Nida, 1960: 224).

Em teoria, portanto, Nida não privilegia o signo, como o fazem Chomsky e muitos linguistas estruturais, mas a resposta ao signo. Se sua tradução pode solicitar a resposta pretendida por Deus, então ela é bem-sucedida. Palavras e símbolos são meros rótulos, e a forma da mensagem é, assim, relegada a um *status* secundário. Considerações teológicas foram omitidas da publicação seguinte de Nida, *Toward a Science of Translating*

(1964), mas eu afirmo que elas estão implícitas em toda a obra. Enquanto Chomsky descontava a abordagem Sapir/Whorf à linguística, que ele sentia ser muito específica à cultura, Nida a incorpora em um modelo maior. Chomsky investiga o significado inerente ao signo isolado de um contexto cultural; o interesse primário de Nida não é pelo significado de um signo, mas sim pelas funções do signo em determinada sociedade. Ele afirma que essa “definição funcional de significado” marca um avanço sobre as definições tradicionais mentalísticas e imagísticas de significado, próprias das investigações filosóficas tradicionais. Se aceitarmos a caracterização de Chomsky de sua ciência como mentalística, por extensão, os interesses pragmáticos de Nida nos parecem, ao menos, um desvio das noções mais tradicionais da estrutura profunda.

Embora o conceito de significado de Nida pareça substancialmente diferente do conceito de Chomsky, sua pragmática não diverge do conceito de Chomsky de estrutura profunda, apenas acrescenta a ele. O aspecto pragmático de significado se fatora na estrutura profunda não em nível superficial, mas na base, com o resultado de que a base de Nida tem uma natureza dual – um centro de estruturas sintáticas e de experiência humana universal. Para realizar essa difícil manobra, ele deve necessariamente expandir a natureza do cerne de sua teoria, a fim de incluir uma experiência “universal” de receber a mensagem. Para incluir um componente de recepção no componente-base, Nida redefine a mensagem original agora como a “função da mensagem”. Ele argumenta que a estrutura profunda da língua – composta do signo no contexto – pode ser inferida pelo estudo da língua e da cultura e da exegese desses signos com o passar dos anos. Só assim a resposta apropriada a essa estrutura pode ser determinada e universalizada. Nida constrói sua teoria baseado na premissa de que a mensagem do texto original não só pode ser determinada, mas também traduzida, para que sua recepção seja a *mesma que foi percebida pelos receptores originais*. Além disso, já que a fonte é, sem dúvida, unitária – Deus –, a intenção da comunicação também pode ser considerada estável. A teoria de Nida não enfatiza a correspondência formal, mas sim a equivalência funcional; não o significado literal, mas a equivalência dinâmica; não “o que” a língua comunica, mas “como” ela comunica.

A teoria de Nida é vista como progressiva porque se fatora no contexto da mensagem, mas percebemos, aqui, que ela não é menos abstrata que a de Chomsky. “A mensagem em contexto” ou a “mensagem e sua recepção” é retirada da história, compreendida como unificada e uma essência de si,

e convertida em um conceito atemporal. O texto traduzido, segundo Nida, deveria produzir uma resposta na leitura, na atual cultura, “essencialmente igual” à resposta dos receptores “originais”; se isso não acontecer, ele sugere *que sejam feitas mudanças no texto* para que se obtenha essa resposta inicial (Nida & Taber, 1969: 202). Esse movimento resulta em uma redefinição de equivalência: às traduções que enfocam apenas o transferir da mensagem, Nida chama agora de “equivalência formal”; traduções focadas na produção do efeito equivalente dessa mensagem sobre o receptor passam a ser chamadas de “equivalência dinâmica”. Ele escreve: “Em tal tradução, não há tanto interesse em combinar a mensagem da língua receptora com a mensagem da língua-fonte, mas sim pela relação dinâmica; que a relação entre o receptor e a mensagem seja substancialmente a mesma que existia entre os receptores originais e a mensagem” (Nida, 1964: 159).

Eu argumento que essa teoria é menos derivada de princípios religiosos e mais um subproduto da natureza de suas inclinações religiosas. A pressuposição presente, mas elidida de sua ciência, é incrivelmente semelhante à crença protestante em torno da comunicação em geral; portanto, para Nida, a tradução se torna a rearticulação do poder da palavra (sobre as pessoas). Traduções contemporâneas são sempre comparadas a um modelo atemporal *a priori*, no qual significado e resposta são completamente identificados pelo tradutor ou, para sermos mais precisos, pelo teólogo, sendo em seguida retirados da história, traduzidos em um novo contexto e levados a funcionar da *mesma maneira*. A manifestação de superfície não importa para Nida; mudanças no texto, nas palavras e nas metáforas são permitidas, desde que o texto na língua-alvo funcione da mesma maneira que o texto-fonte.

Depois de Nida ter redefinido o significado em termos de sua função e abstraído o conceito a tal ponto que pode adquirir *status* estrutural universal, a apropriação do modelo de Chomsky com seu conceito de estruturas inatas da mente, suas regras “gerativas” de transformação e sua redução de signos de superfície a um *status* superficial seguem naturalmente. Com a autoridade adicional que o modelo linguístico de Chomsky dá ao seu projeto, Nida pode sugerir, agora, que seu trabalho missionário gerou uma análise “científica” objetiva do problema da tradução. Ele enumera alguns dos universais que conseguiu determinar por meio da “transformação reversa”, incluindo construções sujeito-predicado, distinções formais entre substantivos e verbos, e estruturas básicas por meio das quais os objetos são expressos por substantivos e os eventos, por verbo (Nida, 1964: 66-8). Após catalogar essas semelhanças, Nida conclui:

Pode-se dizer, portanto, que, em comparação com as possibilidades teóricas para diversidades de estruturas, as línguas mostram certas semelhanças surpreendentes, incluindo, em especial, (1) estruturas centrais de notável semelhança das quais todas as outras estruturas são desenvolvidas por permutações, substituições, adições e deleções, e (2), em seus mais simples níveis estruturais, um alto grau de paralelismo entre classes formais de palavras (ex.: substantivos, verbos, adjetivos, etc.) e as classes de função básica em transformações: objetos, eventos, abstratos e relacionais. (Nida, 1964: 68)

Embora o interesse e as metas de Nida sejam muito divergentes de Chomsky, os dois chegam a conclusões semelhantes acerca da natureza da língua, defendendo a existência de estruturas profundas inerentes a todas as estruturas superficiais. A terminologia é muito parecida, com o uso de “*cerne*” (*kernels*) e “transformações”. Embora Nida não esteja tão disposto quanto Chomsky a afirmar que esses cerne (estruturas básicas) são universais, se considerarmos a terminologia que ele usa diante de tal descoberta, isto é, “notável” e “incrível”, parece que lhes atribui um *status* sobrenatural dentro de sua abordagem “científica”.

Há diferenças significativas entre as teorias de Chomsky e de Nida, contudo, que servem para ilustrar que o modelo de Nida é uma versão simplificada do de Chomsky, em grande parte indevidamente apropriado para se aplicar à tradução. No cerne da teoria de Nida, há um sistema de “construções básicas” (*kernel constructions*), das quais tudo o mais é derivado (Nida, 1964: 68). O conceito de *kernel sentences* – orações básicas – é defendido por Harris e adotado por Chomsky nos primeiros modelos de sua gramática transformacional gerativa. Chomsky, porém, sentia que era um conceito ligeiramente elusivo, já caindo em desuso na época da publicação de *Aspects*. Para ele, embora a noção de orações básicas tenha uma “importante significação intuitiva”, não exerce um “papel distinto na geração e interpretação de orações” (Chomsky, 1965: 18). Nida parece fundir o conceito de orações básicas com o componente-base composto de estruturas de frase, e não se compreende com precisão onde ele quer chegar com tais referências. O componente-base de Chomsky permitia uma infinita diversidade de manifestações de superfície, um conceito que ele considerava fundamental para a criatividade revelada pelo sujeito falante.

Em termos metodológicos, as diferenças entre as duas teorias também são evidentes. Nida prefere trabalhar para trás, a partir da superfície do texto original até sua estrutura profunda, transferir a estrutura profunda para a

estrutura profunda da nova língua e gerar, enfim, uma estrutura superficial na segunda língua. Em outras palavras, ele apresenta um processo de decodificação e recodificação no qual a mensagem original nunca muda. Assim ele resume sua metodologia de tradução:

Ela é prática e cientificamente mais eficiente para (1) reduzir o texto-fonte às suas bases (*kernels*) evidentes estruturais e semânticas mais simples, (2) transferir o significado da língua-fonte para a língua receptora em um nível estruturalmente simples e (3) gerar a expressão estilística e semântica equivalente na língua receptora. (Nida, 1964: 68)

Trabalhar para trás e reduzir textos a orações estruturais simples e bases mais evidentes não são procedimentos chomskianos e sugerem, mais uma vez, uma apropriação indevida do modelo de Chomsky. As estruturas de Chomsky nada têm de simples ou evidentes. O uso de um conceito tal como “transformação reversa” para revelar universais de sintaxe e semântica também levanta dúvidas quanto ao conceito de Nida de regras transformacionais em geral. Embora Chomsky sugira que as regras transformacionais não são lineares, extrapolar um processo de decodificação/recodificação é uma representação errônea de sua teoria. Nida, assim como outros tradutores, decodifica e recodifica, e costuma “comprovar” seu trabalho traduzindo-o para a língua-alvo e depois de volta para a língua-fonte (Nida, 1964: 66-9), mas afirmar que tal metodologia deriva de Chomsky, ou reformular tal prática usando terminologia chomskiana, é uma distorção da teoria de gramática transformacional.

Segundo Nida, então, como o significado deve ser determinado, se não por meio de métodos linguísticos aceitos? Em uma seção chamada “Basic Requirements of the Translator” (exigências básicas do tradutor), ele escreve:

Ele [o tradutor] deve compreender não apenas o conteúdo óbvio da mensagem, mas também as sutilezas de significado, os valores emotivos significativos das palavras e das características estilísticas que determinam o “sabor e a sensação” da mensagem. (...) Em outras palavras, além de um conhecimento das duas ou mais línguas envolvidas no processo de tradução, o tradutor deve estar muito bem familiarizado com o assunto abordado. (Nida, 1964: 150-1)

Mais uma vez, as crenças religiosas de Nida tendem a ser instrumentais na formulação de sua abordagem científica. De fato, ele parece estar

fundindo o papel do tradutor com o do missionário. Na verdade, a diferença entre exegese e tradução começa a desaparecer na teoria de Nida, uma vez que o modo como a mensagem é transmitida e o que resta da formulação original parecem ser menos importantes que a explicação em si.

Além de um conhecimento completo da fonte, Nida exige que o tradutor tenha o mesmo espírito “empático” do autor e a habilidade para personificá-lo em postura, fala e modos, com a “máxima verossimilhança” (Nida, 1964: 151). Nida argumenta ainda que o tradutor deve admirar o autor, ter a mesma formação cultural, o mesmo talento (não mais nem menos) e apresentar ao leitor a mesma alegria que aparece no texto original. O “espírito empático” de Nida apregoa a total devoção e dependência ao intento do autor original. Se tais exigências não forem cumpridas, o tradutor perderá a mensagem original, bem como o modo como ela funciona. O problema com essa requisição é o que os críticos literários chamam de falácia intencional: o que uma obra transmite e o que o autor pretendia dizer com ela são duas coisas diferentes. Tal empatia, como Nida parece favorecer, pode, na verdade, obscurecer o que está sendo traduzido. A teoria de tradução de Nida parece menos cientificamente motivada e mais uma reafirmação positiva da obra. A tradução é equiparada à revelação, tornando visível a imagem original que agora adquire *status* arquetípico.

Eu sugiro que a relação entre autor e texto é complexa e potencialmente enganosa, a redução de uma obra a “estruturas simples” leva a inevitáveis distorções e a transferência dessas estruturas simples de uma estrutura profunda para outra – entre línguas e ao longo das eras – é provavelmente impossível. Mesmo em sua teoria simplificada, Nida não nos diz como a estrutura profunda ocorre. Tendo em vista a ênfase que a “empatia de espírito” recebe no modelo, a intuição deve entrar na equação em algum momento. Com certeza, fé, devoção e absoluta confiança tornam-se os principais veículos teóricos. A meu ver, o centro, a estrutura profunda, o significado do texto podem sempre estar ausentes. Mesmo o texto mais denso e a exegese mais lúcida nunca são completos. Sempre haverá lacunas, espaço para diferente interpretação e variável recepção. Aí que se encontra a energia do texto. Nida negaria isso, como uma questão de fé, defendendo o ponto de vista oposto, ou seja, que a mensagem original pode ser determinada e não muda. No entanto, como está trabalhando com palavras, nesse caso, a Palavra de Deus, e em razão de estar lidando com a língua, sempre estarão presentes a indeterminação metafórica e a mudança histórica. Nenhum texto jamais explicita sua própria recepção. A teoria de tradução de Nida

pretende decifrar o texto e o prepara para consumação. Ele quer explicar e descrever o texto, assim como a teoria de Chomsky almeja explicar as estruturas linguísticas, além de descrevê-las. Nida não confia que os leitores sejam capazes de decodificar textos sozinhos; por isso, ele conta com um leitor onipotente, de preferência o ideal missionário/tradutor, que fará o trabalho para o leitor. Sua meta, inclusive com a Bíblia, é dissipar o mistério, resolver as ambiguidades e reduzir as complexidades para a simples acumulação.

Uma das metas em *Toward a Science of Translating* é redefinir os princípios usados para governar e julgar a acuidade da tradução. Tradicionalmente, “fiel” é um termo reservado para traduções literais, aquelas que privilegiavam a forma, enquanto “livre” é usado para designar as traduções que valorizavam mais o conteúdo privilegiado. Nida prefere o segundo e, com ironia, reverteu o uso histórico do termo “fiel”, que agora aplica à sua abordagem dinâmica. Ele argumenta que os tradutores formais, que se ocupam primeiramente com correspondências, tais como de poesia para poesia, oração para oração e conceito para conceito, são mais propensos a cometer erros de interpretação quanto ao “intento do autor”, mais passíveis de escolher uma “interpretação menos apropriada, dentre várias possíveis”, e mais inclinados a “distorcer o significado” (Nida, 1964: 191-2). No decurso do argumento para a sua preferência pela equivalência dinâmica, ocorreu uma reversão em terminologia. Nida sente que o tradutor dinâmico é capaz de ser mais fiel que o tradutor literal, percebendo “de maneira mais plena e satisfatória o significado do texto original” (Nida, 1964: 192), e está em melhor posição para deixar esse significado intacto, enquanto, furtivamente, oferece explicações por meio de adições, elisões e transformações. Frederic Will ao menos viu o paradoxo envolvido na tradução e confrontou o problema do “traidor fiel” com uma nova visão. Nida não vê o paradoxo e deseja afirmar que uma metodologia é melhor que outra, perpetuando o mesmo e velho problema entre fiel e livre que Steiner sentia ser característico de toda a teoria da tradução pré-estruturalista. A teoria de tradução prescritiva de Nida, embora vise a elucidar a mensagem e resposta original, resulta invariavelmente em uma distorção do próprio sentido que ele alega querer preservar, uma vez que sua tradução – como exegese – obscurece o texto original a tal ponto que se torna inacessível ao leitor contemporâneo.

A tentativa de Nida de redefinir a terminologia e dar uma prescrição para a tradução propriamente dita também ajuda a revelar suas prioridades teóricas. Vemos que ele presume a existência de algum subjacente

“significado do texto original” acessível. Por causa da importância de reter esse significado, a forma da mensagem se torna dispensável, reduzindo a manifestação superficial da mensagem a um *status* secundário. Enfocando as estruturas subjacentes da estrutura superficial, a teoria de Chomsky tem uma construção semelhante, tornando a “lógica” dos dois modelos semelhante. As teorias de Nida e de Chomsky são autorreflexivas, tendo como maior diferença o fato de as formas universais de Chomsky existirem em um nível muito mais profundo, mais abstrato (e menos compreendido) que os *kernels* de Nida. Aí, terminam, porém, as semelhanças. Quando Chomsky escrevia, as regras de transformação eram tão experimentais que não existia outro processo real de tradução além da comparação ponto a ponto de campos limitados, uma abordagem rejeitada pela ciência de Nida.

Em suma, enquanto *Toward a Science of Translating*, de Nida, parece ser fundamentada na moderna linguística, o subtexto não dito, porém, sempre presente, é protestante. Nida acredita, como argumento em *Message and Mission*, que as palavras são essencialmente rótulos (Nida, 1960); se precisam ser mudadas ou substituídas para efetuar a comunicação, então deveriam ser ajustadas de acordo. Símbolos verbais são apenas rótulos de origem humana, e a “mensagem” vem de uma fonte superior. Os textos são igualmente flexíveis, adaptando-se a múltiplas formas sem alterar a intenção original. “Cordeiro” é traduzido como “foca” e “porco” e muitas outras “formas” ou “rótulos” para difundir a palavra de Deus. O trabalho missionário depende de estabelecer um ponto de contato – qualquer ponto de contato – e construir a partir dele. A premissa de que essa mensagem originária, superior, não só existe, mas que é eterna e precede a língua é sempre já pressuposta por Nida e afeta sua ciência. Ele “conhece” a mensagem dessa fonte superior e sabe como as pessoas devem responder a ela. Não confia que os leitores sejam capazes de decidir por si mesmos; para obter a resposta pretendida, ele tem licença para mudar, agilizar e simplificar. Todas as diferenças potenciais – ambiguidades, mistérios, atos falhos – são elididas para que se possa solicitar uma resposta unificada que transcenda a história. Essa metodologia pode ser muito útil para quem traduz propaganda ou publicidade, e parece funcionar bem com determinados tipos de religião, mas suas limitações dentro da margem de uma ciência da tradução são óbvias. Nida oferece um modelo excelente para a tradução que envolve a manipulação de um texto que serve aos interesses de uma crença religiosa, mas não é capaz de fornecer a base para o que o Ocidente, de um modo geral, concebe como uma “ciência”.

Wolfram Wilss: a ciência da tradução na Alemanha

Embora mais influente em termos de tradução da Bíblia, a obra de Nida também goza de surpreendente influência acadêmica nas áreas de linguística e tradução fora do contexto bíblico. A mais detalhada aplicação da teoria de Nida não ocorreu na Inglaterra nem na América, mas na Alemanha, onde a ciência da tradução (*Übersetzungswissenschaft*) domina o ensino de tradução em locais como a Universidade de Saarland, em Saarbrücken. Posso ilustrar muito bem sua influência analisando a obra de Wolfram Wilss, que leciona em Saarbrücken, e cujo texto, *Übersetzungswissenschaft. Probleme und Methoden* (1977) (*The Science of Translation: Problems and Methods* (1982)), talvez articule melhor sua teoria e prática. A ciência de Wilss ainda se encontra em forma experimental – documentando a pesquisa com poucos exemplos, os quais são tirados apenas de duas línguas (inglês e alemão). Os estudos ainda contêm muitas contradições não resolvidas, e o sistema como um todo ainda não tem padrões avaliativos. Entretanto, um trabalho suficiente já foi realizado em termos de análise linguística de exemplos específicos de pares – orientado tanto por orações quanto por texto – para que Wilss possa fazer generalizações relativamente grandes quanto a abordagens metodológicas apropriadas e filosóficas para uma ciência da tradução. Enfocarei aqui suas pressuposições teóricas, explícitas ou implícitas, mostrando como elas refletem premissas semelhantes às de Chomsky e Nida, e examinando, em seguida, o que ele entende por equivalência de tradução, que, apesar das afirmações de ser descritivo, também reflete uma tendência a universalizar.

A ciência da tradução de Wilss é dividida em três ramos de pesquisa, relacionados, porém, separados: (1) uma descrição de uma “ciência geral” da tradução que envolve teoria da tradução; (2) “estudos descritivos” de tradução relacionando fenômenos empíricos de equivalência de tradução e (3) “pesquisa aplicada” em tradução apontando dificuldades específicas e modos de resolver problemas específicos. A “ciência geral” (1) pesa para o lado de premissas linguísticas que categorizam textos tanto em termos temáticos quanto funcionais. Os tradutores devem ter o que Wilss denomina competência analítica de texto; os tipos de texto em si são classificados como “mais orientados para a tradução” ou “menos orientados para a tradução”. Os “estudos descritivos” (2) tendem a focar a “equivalência pragmática do texto” ou exemplos que evocam o mesmo conjunto de ideias

e conceitos. O método de Wilss envolve a tradução intralingual – paráfrase do significado de um original – e também a tradução interlingual – transferência desse significado para a língua-alvo – e dá grande ênfase à resposta psicológica. A “pesquisa aplicada” (3) oferece visões práticas em torno de dificuldades específicas de tradução e tenta resolvê-las por meio de uma abordagem que consiste em encontrar um meio para um fim. Além disso, essa ramificação do programa procura desenvolver uma margem de referência para analisar erros e se empenha em fornecer uma estrutura avaliativa para determinar a qualidade, ou pelo menos variantes aceitáveis. Das três ramificações do projeto de Wilss, a pesquisa aplicada é a menos definida e a que levanta mais perguntas; ele admite que sua “ciência” ainda tem de reconhecer muitas dificuldades em tradução, e também enfrenta problemas para encontrar uma estrutura avaliativa objetiva.

Mais desenvolvidos são os ramos teórico e metodológico, que examinarei com maior atenção agora. Assim começa *The Science of Translation*: “A moderna linguística é considerada uma disciplina basicamente comunicativa; esse desenvolvimento pode ter seu início localizado no momento em que passou a se libertar das amarras dos gerativistas” (Wilss, 1982: 11). O projeto de Wilss reage, portanto, contra duas teorias linguísticas dominantes: a da linguística descritiva e a da gramática gerativa, apesar do fato de ambas terem bases teóricas muito diferentes. A rejeição das abordagens linguísticas, tais como os estruturalismos taxonômicos, que se limitam a descrever a estrutura superficial de línguas específicas e mostram pouco interesse pela tradução, é fácil de entender. As razões de Wilss para se opor à gramática gerativa, porém, são um pouco menos claras. Ele argumenta que ocorre com a gramática transformacional gerativa um problema semelhante ao da linguística estrutural. Segundo Wilss, os gerativistas usam as mesmas ferramentas metodológicas disponíveis a uma “ciência científica” e tentam produzir “uma representação matematicamente explícita dos processos mentais que permitem verificação empírica e confirmação” (Wilss, 1982: 67). Ademais, ele se opõe à gramática transformacional gerativa por ser ela dominada pela sintaxe; não inclui psicolinguística; estuda somente sistemas individuais de língua; não oferece um modelo interlingual; ignora problemas de recepção e a função da mensagem em seu contexto original (Wilss, 1982: 68-70). Para ele, Chomsky está no mesmo nível dos estruturalistas e empiristas, pois Wilss não vê as raízes platônicas, idealistas, da teoria de Chomsky. Chega a dizer que a teoria linguística de Chomsky é regida por um “sistema de controle automático quase cibernético” e que “o componente gerativo na

teoria linguística de Chomsky (...) é, no fim das contas, mecanicista, não mentalístico” (Wilss, 1982: 15). Chomsky foi atacado por tantos linguistas por sua falta de componentes semânticos e pragmáticos na teoria, que Wilss, analisando unidades textuais, além das estruturas de orações, parece não perceber que adota um esquema de estrutura profunda/estrutura de superfície semelhante, com uma razão teórica similar.

Ironicamente, Wilss prefere invocar o paradigma “mentalístico” para sua “ciência”. Ele escreve que a ciência da tradução não é uma ciência “nomológica” fechada, e sim “cognitiva/hermenêutica/associativa”. Por isso, ela só precisa satisfazer “até certo ponto” as exigências de objetividade e de “métodos procedimentais livres de julgamentos de valor” que caracterizam a metodologia de pesquisa das ciências naturais. Assim, Wilss se vê livre para encontrar precedência histórica para a sua abordagem naquelas teorias de língua pré-estruturalistas que se baseiam em um conceito humanista/idealista de compreensão, para adotar as distinções entre competência e *performance* esboçadas por Chomsky e para aceitar a modificação de competência por parte de Nida, que inclui um componente contextual. Para Wilss, tradução é garantida pela existência, em estrutura profunda, de universais – sintáticos e semânticos, formas universais e, ao mesmo tempo, essências à experiência comum – e sua ciência se torna uma simples questão de criar equivalentes sintáticos, semânticos e de recepção. Essa “ciência” é muito mais parecida com a de Chomsky do que ele gostaria de admitir:

A traduzibilidade de um texto é, portanto, garantida pela existência de categorias universais em sintaxe, semântica e pela lógica (natural) da experiência. Caso, no entanto, uma tradução não esteja no nível do texto original em termos de qualidade, o motivo será (normalmente) não uma insuficiência de inventários sintáticos e lexicais na LA [língua-alvo] específica, mas sim a habilidade limitada do tradutor para análise de texto. (Wilss, 1982: 49)

Assim, com o devido treinamento em seu instituto, os estudantes podem aprender a expandir seus inventários de equivalentes apropriados, acentuar sua intuição hermenêutica e produzir traduções de qualidade. A posição didática de Wilss nos lembra do projeto da oficina de Richards, já que ambas consistem em ensinar aos alunos a interpretação correta de textos.

Um exame da história da teoria da tradução de Wilss nos fornece uma margem para compreendermos melhor suas pressuposições. Wilss passa rapidamente pelos romanos e gregos, por Cícero, Jerônimo e Lutero, resumindo

cada teoria em menos de um parágrafo. Em seguida, ele faz uma análise detalhada de dois teóricos alemães: Friedrich Schleiermacher e Wilhelm von Humboldt. Schleiermacher se torna importante para a ciência de Wilss porque oferece uma distinção qualitativa entre tradução “verdadeira” e “mecânica”, legitimando a necessidade de uma ciência que possa traduzir arte e urgindo por um tradutor capaz de dar o salto hermenêutico para a mensagem primária e a tradução “apropriada” (termo de Schleiermacher) do significado. O projeto didático de Wilss reforça a distinção linguística em alemão, que o inglês não faz: a diferença entre tradução (*Übersetzen*) e inter retação (*Dolmetschen*). Só recentemente, por instigação da escola de Leipzig, o termo “tradução” passou a ser usado tanto para o ato de traduzir quanto de interpretar.

Wilss enfatiza, em seguida, a contribuição de Humboldt para a teoria da tradução. Ele é ciente das contradições nos argumentos de Humboldt em torno da tradução. Humboldt não acreditava na existência *a priori* de sistemas conceituais universais que transgredissem as fronteiras das línguas individuais. Wilss sabe também que esse tipo de pensamento nega a possibilidade de encontrar um equivalente funcional, a pedra angular da ciência de Nida e da sua. Entretanto, apesar da visão de Humboldt, segundo a qual as línguas são, em essência, dissimilares e a tradução é impossível, Wilss o vê afirmando também “que a predisposição natural para a língua é universal e que *todas* [as línguas] devem conter a chave para a compreensão de todas as outras línguas” (citado por Klöpfer, 1967: 55; citado por Wilss, 1982: 36). Wilss conclui que a tradução é possível porque o processo hermenêutico nos dá acesso a esses universais e o potencial gerativo dos universais possibilita à língua transcender fronteiras sociais e culturais específicas. Excitado, ele conclui que “as reservas ‘gerativas’ desse potencial são tão grandes que permitem a uma comunidade linguística cobrir todo e qualquer estado extralinguístico, incluindo aqueles além do escopo de sua própria experiência sociocultural” (Wilss, 1982: 36). Wilss vê um argumento dual, simultâneo, e não uma contradição nas visões de Humboldt, concluindo que ambas as posições são verdadeiras, isto é, que os universais existem em um nível mais profundo, enquanto as estruturas de superfície são mutuamente exclusivas. Ele argumenta que há uma relação – as estruturas centrais (*core structures*) têm a capacidade de gerar estruturas de superfície – entre as duas. Em vez de quebrar as correntes da gramática gerativa de Chomsky, Wilss, na verdade, adota a

distinção chomskiana entre competência e desempenho e entre estrutura profunda e de superfície.

A teoria de tradução de Wilss tem suas raízes no idealismo alemão e se baseia no seguinte: (1) o conceito de uma língua universal, consistindo em formas universais e um núcleo essencial de experiência compartilhada; (2) uma crença de que a transferência em estrutura profunda é possível por meio de um processo hermenêutico; (3) um componente gerativo, que faz uma tradução intralingual da base para a superfície de determinada língua; e (4) uma classificação qualitativa de textos, de um nível alto incorporando textos de arte e ciência até um nível baixo incluindo textos comerciais e pragmáticos. A metodologia de pesquisa de Wilss se baseia em reduzir o texto original ao seu conteúdo temático e o tipo de texto por meio de uma transformação reversa "intralingual". Parafraseando significados, Wilss elimina diferenças, jogos de palavra específicos e implicações de textos, conforme ocorrem na história; pelo contrário, os textos são classificados em termos arquetípicos e anistóricos. O ramo de pesquisa de sua ciência revela, com clareza, tal metodologia:

A pesquisa de tradução deve desenvolver uma margem de referência que vê o texto como uma configuração comunicativamente orientada, com uma dimensão temática, funcional e pragmática; essas três dimensões de texto podem ser derivadas da respectiva estrutura de superfície do texto. (Wilss, 1982: 116)

Os textos são categorizados de acordo com tipos idealizados e relações complexas, reduzidos a fórmulas "empiricamente" derivadas que classificam os textos segundo gêneros e temas universais. Esses temas são reapresentados em língua e contexto diferentes, mas visam produzir o mesmo efeito que o original. As tipologias de Wilss caem na armadilha que os críticos literários chamam de falácia empírica: as categorias "empiricamente" derivadas jamais são vistas; elas existem apenas como uma construção ideal na imaginação de alguém, assim como a competência de Chomsky nunca é revelada, mas somente derivada. O sistema é designado para identificar e descrever produtos terminados e para preparar tais produtos para consumo em um diferente tempo e lugar. Tais abordagens universalizadoras tendem a omitir aquelas coisas que não se encaixam em categorias, tais como as contradições, as ironias e os artifícios de distanciamento, que são quase sempre parte de todo texto. Múltiplas referências temáticas ou genéricas tendem a ser agilizadas ou totalmente eliminadas.

Além disso, não é de surpreender que Wilss termine sua história com o pronunciamento otimista de que "tudo pode ser expressido em toda língua" e que essa visão seja "difundida na moderna linguística" (Wilss, 1982: 48). Infelizmente, aquilo que foi reduzido e reprimido para que se alcançasse esse sucesso total pode ser tão importante para o significado do texto quanto seu conteúdo tematizado.

Se examinarmos alguns desses linguistas "modernos" que, segundo Wilss, defendem a visão difundida anteriormente, veremos que eles não são, de modo alto, pós-chomskianos. Wilss reage contra a escola de Sapir/Whorf de pensamento, que nega a existência *a priori* de categorias universais de pensamento e cujos seguidores são céticos quanto à possibilidade de duas línguas terem um núcleo essencial de experiência. Para descartar essa linha de raciocínio, Wilss cita primeiro Chomsky e em seguida Eric H. Lenneberg, cuja obra *Biological Foundations of Language* (1967) apresenta universais biológicos na língua. Wilss sugere que a visão Chomsky/Lenneberg dos universais da língua "provém da hipótese, até hoje incontestada, de que existem universais semânticos e sintáticos, incluindo a pragmática universal; isso se aplica a muitas, senão a todas as línguas naturais (Wilss, 1982: 39). Wilss cita, em seguida, Erwin Koschmieder, que argumenta em *Beiträge zur Allgemeinen Syntax* (1965) que aquilo que se deixa significar não é necessariamente igual ao significado de um texto (1982: 43). Ele conclui, por fim, que a tese da relatividade de Sapir/Whorf é "exagerada e infundada" (se não insustentável)" (Wilss, 1982: 43). Em determinado momento de sua argumentação, ele insinua que essa tese é implicitamente "racista", referindo-se a um artigo de Otto Kade, *Ist Alles Übersetzbar?* (tudo é traduzível?) (1964) para sustentar esse provocante argumento político:

Se eu afirmo que uma tradução completa não é possível, alego que uma língua (aquela para a qual estou traduzindo) não pode expressar o que já é expresso em outra língua (...) isso implica a imposição de uma categorização àqueles que a falam, o que nos coloca, com certeza, no caminho para uma ideologia racista reacionária. (Kade, 1964: 88; citado por Wilss, 1982: 47-48)

A mudança de um exame das fundações teóricas prevaletentes na área para tais acusações indica não só o investimento de Wilss em sua "ciência", mas também seu medo de que a visão Sapir/Whorf possa ser mais difundida do que ele gostaria de admitir.

No fim, o argumento de Wilss se baseia menos em fundamentação científica e mais em intuição, pois ele afirma que qualquer pessoa que já

tenha lidado com as “realidades das traduções” compreenderá, intuitivamente, a veracidade de suas afirmações. Relembrando as afirmações feitas por teóricos da tradução como Frederic Will, Wilss argumenta que a estrutura profunda da língua (na qual inclui o signo em contexto) pode ser determinada (por meio de confiança hermenêutica) e transformada em “todas” as línguas em qualquer contexto contemporâneo. A estrutura profunda é, portanto, não menos abstrata que a de Chomsky ou de Nida. Wilss adota universais da forma da teoria de Chomsky e então acrescenta o componente experimental encontrado em Nida. Ele termina a sessão de linguística moderna citando o artigo de 1969 de Nida, *Science of Translation*, no qual o autor argumentava que a impressão de que a comunicação interlingual é sempre possível se baseia em dois fatores “fundamentais”: (1) que as semelhanças semânticas se devem à “essência comum da experiência humana” e (2) que existem semelhanças fundamentais nas “estruturas sintáticas das línguas, principalmente no que se chama de *kernel*, ou núcleo, ou nível” (Nida, 1969: 483; citado por Wilss, 1982: 49).

As “ciências” da tradução descritas até agora neste capítulo tendem, assim, a ter base teórica em uma pressuposição acerca da natureza da língua que não pode ser verificada empiricamente. Em um sentido metodológico, elas são propensas a universalizar e generalizar, a tal ponto que aquilo que é novo, único, diferente a respeito das ideias expressas na língua se torna obliterado. Em termos de padrões para avaliação, elas requerem que o tradutor seja a autoridade e não confiam que os leitores sejam capazes de interpretar o texto sozinhos. Por fim, investindo fortemente na noção de estrutura profunda, sejam elas sintáticas universais, semânticas ou pragmáticas, essas ciências trivializam os próprios produtos, ou seja, as obras em tradução e as contribuições prestadas pelo ato de tradução para o desenvolvimento e a evolução do texto original.

Teorias funcionalistas em países de língua alemã

O trabalho de Wilss tem evoluído nas últimas duas décadas, principalmente seus estudos descritivos, que funcionam com casos de pares e exploram as diversas possibilidades para a sua tradução. Tendo em vista as fundações teóricas de sua ciência, não devemos nos surpreender por ele ter começado a explorar os fatores mentais envolvidos primeiro na percepção e, em seguida, na tradução eficiente, que permitem intuir e iniciar o subsequente processo de decisão – fatores criativos que não são incompatíveis

com aquela que sempre foi uma abordagem humanista. Ele passou a se interessar pela psicologia cognitiva e por teorias do comportamento humano, em grande parte porque os resultados de estudos descritivos forçaram uma modificação do ramo da ciência geral. O que fica claro é o enorme grau de variabilidade nos textos traduzidos, que é visto por Wilss menos como falha do tradutor bem treinado e mais como um resultado dos diferentes contextos culturais em que os tradutores se encontram em suas decisões criativas, muito subjetivas. O componente cultural sempre esteve presente na obra de Nida, mas Wilss expande considerações extraliterárias para incorporar fatores culturais que não só influenciam o produto final, mas também pesam sobre o processo de decisão. O fator “subjetivo” também sempre fez parte do modelo chomskiano, o qual enfatizava o potencial criativo da linguagem humana. Mas o fator subjetivo esteve ausente na primeira década da “pesquisa aplicada” do grupo de Wilss, cujo trabalho visava à melhor solução “objetiva” possível para um problema de pares.

Em nenhum outro ponto, a proximidade entre Wilss e Nida é tão evidente quanto em seu argumento contra os modelos invasivos de tradução baseados na hipótese Sapir/Whorf, à qual ele se opunha, anos antes. Embora os dados acumulados em décadas passadas indiquem que o teórico da tradução deve levar em conta os variáveis contextos culturais em que trabalham os tradutores, Wilss chama a hipótese Sapir/Whorf de uma versão radical do relativismo línguo-cultural. Ele ainda afirma que “ninguém na pesquisa de tradução endossa essa versão radical” (Wilss, 1989: 134). Ele continua: “Pessoalmente, não creio que tudo seja determinado por caráter línguo-cultural. Acredito, isso sim, que existem muitos aspectos da tradução (...) que transcendem fronteiras culturais e que são, na verdade, universais”. Para substanciar essa posição, Wilss cita novamente Nida, dessa vez a partir de *Translating Meaning* (1982), em que Nida argumenta que uma razão para a possibilidade da comunicação interlingual é que “o que as pessoas de diversas culturas têm em comum é muito maior do que aquilo que as separa” e que “mesmo dentro de uma cultura individual há mais extremos radicais de comportamento e atitude do que podemos encontrar em uma comparação do tal comportamento normal ou padrão” (Nida, 1982: 9; citado por Wilss, 1989: 135).

Sustentando-se na linguística moderna e na psicolinguística, o trabalho de Wilss em pesquisa e na definição da intuição humana e da criatividade na tradução é, talvez, o aspecto teórico mais interessante de seu trabalho recente. Metade de seu livro *Kognition und Übersetzen* (1988) é dedicada

ao assunto, e há uma clara dissolução de certas noções rígidas na ciência da tradução. Ele escreve que a intuição é o oposto dos conceitos prototípicos e que, embora os tradutores devam se orientar sistematicamente por um plano conceitual, também precisam se colocar fora dos métodos aceitos e normais de tradução e intuir aspectos do texto, um comportamento que ele acha “arriscado”, mas que faz parte do processo. Wilss conclui que tanto a análise sistemática quanto a intuição precisam complementar-se uma à outra. O procedimento primário é sistemático, ou seja, determina a estrutura dominante do texto a partir de uma miríade de detalhes por meio de um mecanismo de abstração. Mas Wilss reconhece que esse procedimento não é o único imaginável, além de não ser praticado com frequência (Wilss, 1989; 142-43). Ele também argumenta que, mesmo em uma abordagem sistemática da tradução, a intuição tem uma importância fundamental no modo como pensamos e formulamos soluções. Assim, embora ainda se apegue aos princípios bem definidos em *Übersetzungswissenschaft*, o trabalho mais recente de Wilss é bastante aberto, analisando tanto os componentes culturais quanto fatores criativos de uma maneira que complica a investigação científica.

Enquanto os aspectos criativos da tradução são considerados, há muito tempo, além do campo da inquirição científica, estudiosos alemães como Hans Hönl e Paul Kußmaul têm desenvolvido métodos para fazer justamente isso. No ensaio *Holmes's "Mapping Theory" and the Landscape of Mental Translation Processes* (1991), Hönl discute os resultados de seu “protocolo da fala em voz alta”, no qual os tradutores falam em voz alta com um gravador, enquanto traduzem um documento, revelando os processos mentais em funcionamento. Ele descobriu que muitas estratégias ensinadas aos tradutores, na verdade, inibem o processo, levando-os a sacrificar a criatividade à custa do comportamento mais aprendido. Ele sugere que, geralmente, os julgamentos não controlados, inconscientes e intuitivos são talvez mais importantes que as escolhas cognitivas, intuitivas e racionais. Em *Creativity in the Translation Process: Empirical Approaches* (1991), Kußmaul expandiu o modelo, tendo dois tradutores que falavam no gravador, enquanto traduziam o mesmo texto, criando um diálogo dos processos mentais em funcionamento. Enquanto o monólogo cria um ambiente artificial – tradutor falando consigo mesmo –, sendo, portanto, sujeito à honestidade dos próprios tradutores, o modelo do diálogo cria uma atmosfera mais natural, crível. Mais uma vez, Kußmaul vê que as associações subconscientes costumam ser tão valiosas quanto as soluções mais racionais.

No processo de tradução, ocorrem bloqueios; e, para se libertar desses momentos, os tradutores precisam fantasiar, fazer *brainstorms*, desviar a atenção de sua tarefa imediata. O relaxamento e a liberdade da situação didática, segundo Kußmaul, parece ajudar os tradutores a encontrar soluções mais apropriadas. Ele conclui, sugerindo que a habilidade para brincar à vontade com a língua, gerar muitas associações, opções e possibilidades, é parte integrante do processo de produzir boas traduções, uma teoria elaborada em *Training the Translator* (1995).

Outras “escolas” na Alemanha seguem semelhante abordagem empírica para estudar e ensinar tradução. A escola de Leipzig, iniciada em meados da década de 1960, evoluiu consideravelmente. O trabalho inicial de Otto Kade, como, por exemplo, *Zufall und Gesetzmässigkeit in der Übersetzung* (1968), um texto que merece reconsideração hoje em dia, difere grandemente da abordagem atual. Kade permite uma escala bem mais ampla de *Textgattungen* (não necessariamente tipos, mas categorias gerais), que são integrados de acordo com forma e conteúdo, talvez nas linhas de um conceito da Nova Crítica da unidade do texto original. O interesse principal de Kade naquele momento, porém, concentrava-se mais na unidade ou nível da palavra, quando ele propunha quatro “tipos” de correspondência: um a um (*totale Äquivalenz*); um a muitos (*fakultative Äquivalenz*); um a parte de um (*approximative Äquivalenz*); e um a nenhum (*Null-Äquivalenz*). Depois de dividir o texto em quadros ou unidades, o tradutor deveria pegar o “equivalente ótimo” de um campo variado de equivalentes ou opções; a construção das unidades, então, prosseguiria para a criação de um todo integrado. Com a atenção ao detalhe e o foco em margens menores de referência, essa abordagem parece não ser diferente da sugerida por Pound.

À medida que a linguística “moderna” se tornou mais difundida internacionalmente, a escola de Leipzig evoluiu e, de uma abordagem de palavra por palavra, o foco mudou para um modelo transformacional. No artigo *Invarianz und Pragmatik*, publicado em 1973, Albrecht Neubert discute o “problema central” da ciência da tradução. Ele apresenta uma “invariante” de comparação para tradução que se baseia no original e consiste no tipo de texto. Neubert escreveu que os códigos que governam o uso da língua indicam que, em qualquer situação de comunicação, se pode esperar um tipo de texto característico, e esse tipo de texto é uma invariante da língua-fonte (Neubert, 1973: 16). Acrescenta ele que a invariância do tipo de texto, cujos parâmetros são determinados por pragmática e

semântica, também permite variáveis do produto específico, e o problema da tradução se torna, enfim, um problema de comparação ótima (Neubert, 1973: 19). Parece que falamos da gramática transformacional, e, quando lhe perguntaram como as traduções são possíveis, Neubert respondeu que elas são possíveis justamente pela unidade de suas estruturas profundas e que o processo de interpretação na estrutura superficial em seus segmentos gramaticais-lexicais e sua função pragmática são derivados da mesma estrutura (Neubert, 1973: 20).

Esse desvio para a moderna linguística levou Neubert a desenvolver o que se tornou conhecido como o “modelo top-down” para tradução. Em *Translatorische Relativität*, ele escreve que a unidade essencial de tradução é o texto inteiro, calculado de trás para diante para chegar à proposição global, que é, em seguida, dividido em unidades semânticas transportáveis, únicas, menores (Neubert, 1986: 101; ver também Neubert, 1985: 135). A terminologia mudou um pouco: o texto unificado é agora compreendido como tendo uma espécie de qualidade de “mosaico”, uma elasticidade que lhe permite ser traduzido em uma variedade de textos-alvo “relativos”. Neubert introduz o termo “relatividade translatorial” no processo de reconstrução, admitindo um processo “criativo” de transferência do texto-fonte para o texto-alvo. Essa “relatividade”, no entanto, é enganosa, pois nada tem a ver com a hipótese Sapir/Whorf. Pelo contrário, Neubert argumenta que a relatividade deriva de uma multiplicidade inerente das possibilidades estruturais no original (Neubert, 1986: 97). O modelo esboçado por ele nos lembra o de James Holmes, *On Matching and Making Maps* (1973-4): quando o tradutor escolhe determinada palavra, isto é, determinada estrutura, o resto do texto segue um padrão claramente definido, uma rede de unidades – palavras, sentenças e excertos do texto – que se constroem com coerência. Entretanto, diferentemente de Holmes, a língua na qual Neubert apresenta seu modelo varia do discurso linguístico para noções frequentemente transcendentais, visionárias. Por um lado, ele fala de equivalência de texto em termos de uma macroproposição que corresponde ao conteúdo semântico do texto-fonte e que é decomposta em uma malha de palavras mapeadas conforme estruturas sintáticas (Neubert, 1986: 95). Em outros momentos, o argumento adquire uma qualidade menos que científica. Ele concebe o texto-fonte como uma “ilha de invariância” e discorre em termos de salto, ou pulo, a partir desse texto. Argumenta que a “verdadeira coerência” (diferenciada da coesão da estrutura superficial) é, na verdade, a norma para seções maiores do texto e que as escolhas apresentadas

ao tradutor são “predestinadas” (Neubert, 1986: 92; ver também Neubert, 1985: 81 em diante).

Com a queda do muro que dividia a Alemanha e o novo regime político na antiga República Democrática Alemã, os estudiosos de Leipzig se espalharam mundo afora. Neubert, felizmente, foi para a Universidade de Kent, onde vários e bons estudiosos da tradução trabalham, incluindo Gregory Shreve, Carol Maier e outros. Shreve e Neubert escreveram *Translation as Text* (1992), obra na qual muitas das ideias acerca de modelos texto-linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos são discutidas. Os autores aplicam pesquisa cognitiva do processo de tradução aos modelos texto-linguísticos sem perder de vista o modelo de solução de problemas. Enquanto boa parte do livro enfoca as estruturas gramaticais e o processo de acessar o “conteúdo ideacional” e de reestruturar essas ideias em uma segunda língua, o tradutor é visto como um mediador no processo de comunicação bilingue, e são introduzidos conceitos como “gerenciamento de situação” (Neubert & Shreve, 1992: 85-6; cf. Beaugrande e Dressler, 1981: 168). A teoria é, assim, muito orientada por prática, tentando ao mesmo tempo descrever o processo de tradução e demonstrar como o conhecimento de tradução pode ter uma utilidade prática para os tradutores ainda em aprendizagem.

Intimamente relacionada à escola de Saarbrücken e à escola de Leipzig é o que se chama de abordagem funcionalista, praticada por muitos estudiosos em países de língua alemã, entre eles Katharina Reiss, Hans Vermeer, Mary Snell-Hornby, Christiane Nord e Justa Holz-Mänttari. Em *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik* (1971), Katharina Reiss argumenta que essa espécie de abordagem linear empregada por estudiosos como Otto Kade mais atrapalha que ajuda o desenvolvimento de uma “tipologia de texto relevante para o processo de tradução” (Reiss, 1971: 28). O trabalho de Reiss se baseia em avanços no ramo pragmático da linguística, e seus tipos se fundamentam na *função* da língua no texto. Usando o trabalho de Karl Bühler em *Sprachtheorie* (1965), ela divide a língua em questão em suas funções representacionais, expressivas e apelativas. Apesar de concordar que um único texto raramente representa apenas uma de suas funções, ela sugere que, mesmo em formas mistas, uma das funções predomina (Reiss, 1971: 32). Em seguida, ela categoriza os textos em *inhaltsbetonte* (ênfase em conteúdo ou informação), *formbetonte* (ênfase em forma da língua) e *appellbetonte* (ênfase em apelo ao leitor).

O trabalho de Reiss culminou na obra *Grundlegung Einer Allgemeinen Translationstheorie* (1984), em coautoria com Hans J. Vermeer, que se tornou

o texto fundamental para a abordagem funcionalista da tradução. Forçando as fronteiras do conceito de Nida de equivalência dinâmica a novos níveis de flexibilidade e adaptabilidade, os estudiosos funcionalistas, sendo o grupo mais influente de teóricos na Alemanha, Áustria e partes da Finlândia durante a última década, adaptaram-se bem às condições do novo mercado global. Embora a maior parte do trabalho só esteja disponível na Alemanha, há versões simplificadas de *Grundlegung* em finlandês (1985) e espanhol (1966). Vermeer é autor de um artigo em inglês que explica sua teoria, intitulado *Skopos and Commission in Translational Action* (1989). Mais útil para falantes de língua inglesa é o resumo da teoria feito por Christiane Nord, em *Translation as a Purposeful Activity; Functionalist Approaches Explained* (1997).

As duas mais importantes mudanças em desenvolvimentos teóricos na teoria da tradução nas últimas duas décadas foram (1) a de teorias orientadas pelo texto-fonte para teorias orientadas pelo texto-alvo e (2) a mudança para incluir fatores culturais, bem como elementos linguísticos, nos modelos de prática para tradução. Os que defendem abordagens funcionalistas foram pioneiros em ambas as áreas. Os teóricos funcionalistas concebem a tradução como uma *ação* realizada por uma pessoa que tem uma meta de comunicação específica, a que Reiss e Vermeer se referem como o *Skopos* do texto (termo grego que significa “o intento, a meta, a função”; Reiss e Vermeer, 1984: 96). Sendo o nível de propriedade da forma de comunicação sempre relacionado à realização da meta pretendida, o cultural-alvo adquire importância crucial. Vermeer escreve: “A regra do *Skopos*, portanto, consiste no seguinte: traduzir/interpretar/falar/escrever de uma maneira que possibilite ao seu texto/sua tradução funcionar na situação na qual é usado e com as pessoas que querem usá-lo, e exatamente do modo que querem que funcione” (Vermeer, 1989: 20; citado e traduzido por Nord, 1997: 29). Christiane Nord resume a regra do *Skopos* como “o fim justifica os meios” (1997: 29). Sem insistir na tradução perfeita como meta, ou em qualquer estratégia em particular, os funcionalistas, pragmáticos, só pedem que os tradutores se empenhem em obter soluções ótimas dentro das condições existentes e reais. Eles podem preferir ser fiéis ao espírito do texto-fonte ou podem escolher uma estratégia do tipo palavra por palavra, ou ainda podem acrescentar, deletar ou mudar informações como bem julgarem, dependendo das condições culturais e das necessidades do público/consumidor. De fato, os teóricos funcionalistas tendem a atenuar as fronteiras definicionais da própria tradução. Vermeer fala em

termos de “traduzir/interpretar/falar/escrever” como um conceito contínuo. Justa Holz-Mänttari, uma estudiosa funcionalista alemã que leciona na Finlândia, evita o termo “tradutor”, considerando-o muito restritivo. Em *Translatorisches Handeln; Theorie und Methode* (1984), ela usa o termo *Botschaftsträger* (“transmissores da mensagem”), por sentir que inclui uma variedade de gêneros de comunicação entre culturas, abrangendo textos combinados com outros meios de comunicação, tais como imagens, sons e movimentos do corpo.

O surgimento de uma teoria da tradução funcionalista marca um momento importante na evolução da teoria da tradução, quebrando a corrente teórica com 2 mil anos de idade que gira em torno do eixo fiel *versus* livre. As abordagens funcionalistas podem ser uma coisa ou outra, e ainda assim permanecer verdadeiras à teoria, desde que a abordagem escolhida seja suficiente para o objetivo da comunicação. Alguns textos, por exemplo, como descrições de produtos, talvez exijam uma descrição palavra por palavra; outros, como anúncios publicitários, por exemplo, sugerem um tratamento mais livre. A abordagem funcionalista permite que o tradutor tenha flexibilidade para decidir qual abordagem funciona melhor em determinada situação. O tradutor/trabalhador cultural goza, portanto, da licença para participar de maneira ativa da produção do texto final. De fato, essa mesma abordagem vê o tradutor como um profissional intercultural, não como um escriba secundário, mecânico. Para Holz-Mänttari, os tradutores são especialistas em comunicação intercultural e parceiros responsáveis em eventos de comunicação. Comparados com outros teóricos da tradução citados neste livro, os funcionalistas se empenham em valorizar os tradutores, elevando-os a um *status* igual ao dos autores, editores e clientes, confiando que são capazes de tomar decisões apropriadas, racionais, que levem à realização da comunicação entre as culturas.

O único ponto em que os funcionalistas parecem insistir é que o texto recebido deve ser coerente, fluente e natural, o que também é enfatizado por Nida, com seu conceito de equivalência dinâmica. Segundo Reiss e Vermeer, essa coerência depende do conceito que o tradutor tem do *Skopos* do texto em questão (1984: 114). Eles apresentam a “coerência textual” entre o texto-fonte e o texto-alvo. Escolhas “certas” e “erradas” são, então, julgadas de acordo com sua inconsistência com a compreensão do texto como um todo unificado por parte do tradutor. Um conceito tradicional sobre o qual se baseia a análise é invocado: se a derivação for condizente com o *Skopos* original, é chamada de fiel e aceita como boa tradução. Grande parte do trabalho

de Reiss não visa tanto à teoria quanto ao desenvolvimento de padrões de avaliação dos quais ela pode julgar a qualidade de um texto traduzido.

Aí é que se encontra um dos problemas da obra *Grundlegung*, assinada por dois autores: Vermeer, autor da primeira parte do livro, é mais prescritivo e teórico; Reiss, autora da segunda parte, parece mais interessada no produto e na avaliação. Os dois aparentam ter visões muito diferentes da própria definição do termo-chave *Skopos*, confundindo os estudiosos. Vermeer chega a dizer que o elemento constitucional do *Skopos* sempre será encontrado na cultura receptora. Reiss, em seu componente de avaliação, parece depender da identificação das tipologias do texto-fonte, incluindo o apelo ou o objetivo do texto e a reconstrução desses elementos na cultura receptora. Em sua parte do livro, Reiss discorre sobre o texto traduzido ocupando a mesma função ou funções comunicativas que o texto-fonte, preservando, assim, a “invariância de função entre o texto-fonte e o texto-alvo” (Reiss & Vermeer, 1984: 140; citado e traduzido por Nord, 1997: 36). Ficam dúvidas, porém, quanto a uma teoria que alega ter invariância histórica, cultural e/ou se refere à mesma função comunicativa dos dois textos, fonte e alvo (ver capítulos 4 e 5). Além disso, teóricos como Venuti, que prefere a incorporação de artifícios que perturbam a fluência e a coerência de um texto, também se distanciam da abordagem funcionalista.

A própria Nord não parece se perturbar pelas inconsistências acerca da fonte do *Skopos* de um texto traduzido. Em um capítulo intitulado “Crítica”, de seu livro *Translating as a Purposeful Activity* (1997), ela escreve:

Se eu compreendi bem, a visão de Venuti é a de que o *Skopos* (um conceito estático) se localiza, de fato, na cultura-alvo, definindo a situação na qual o texto-alvo será recebido. Por outro lado, o propósito (um conceito dinâmico) tem sua origem na situação-fonte; é a “força propulsora” dirigindo para o seu fim o objeto a ser transferido. Na maioria dos casos, essa nuance não é de vital importância, o que pode justificar o fato de Vermeer usar os termos como sinônimos. (Nord, 1997: 115)

Tal afirmação é indicativa da natureza pragmática da posição teórica funcionalista, que não se deixa afetar pelas contradições teóricas e frequentemente linguísticas. Vermeer não só trata *Skopos* (“meta”) e *Zweck* (“propósito”) como sinônimos, mas também mistura termos como *Ziel* (“objetivo”), *Funktion* (“função”) e *Absicht* (“intenção”) de uma forma inter-relacionada, todas as quais sendo complicadas ainda mais por sua tradução para usuários que não são de língua alemã.

Contudo, os componentes pragmáticos incorporados por aqueles que defendem uma abordagem funcionalista são um acréscimo bem-vindo aos estudos de tradução. Enquanto muitos teóricos sugerem, há muito tempo, que a teoria da tradução incorpora fatores extralinguísticos nas equações de tradução, poucos encontraram modelos apropriados para a tarefa. Os funcionalistas, entretanto, acrescentam fatores culturais facilmente e bem. Alguns desses acréscimos podem parecer óbvios: um cliente que contrata um tradutor tem metas específicas que necessitam de considerações; o público receptor tem certas expectativas que precisam ser respeitadas; a tradução é uma forma de ação, uma interação comunicativa. Talvez o acréscimo mais inovador ao modelo seja o que os funcionalistas chamam de o “iniciador” do processo de tradução – uma pessoa, um grupo ou uma instituição cujas metas ou objetivos podem ser muito diferentes do autor do texto-fonte, do receptor do texto-alvo e do tradutor. O iniciador é em grande parte responsável por definir e pagar pela tradução. Em quase todos os modelos, os teóricos funcionalistas incluem o que ficou conhecido como o “sumário da tradução” (*Übersetzungsauftrag*; ver Nord, 1997: 30); também chamado de “tarefa”, “encomenda” ou “instruções” por diferentes teóricos, o que é largamente determinado pelo cliente. O sumário dá ao tradutor quantos detalhes forem possíveis a respeito de objetivo, destinatário, tempo, lugar, ocasião e o meio para a tradução seguir. O iniciador, portanto, decide quanto à meta da tradução, não o autor, receptor ou tradutor. Na verdade, o conceito é muito parecido com o de André Lefevere, de “patronagem” (ver capítulo 5).

Por razões práticas, enfim, o *Skopos* não se localiza no texto-fonte nem no texto-alvo da cultura; ele é, antes, negociado entre o cliente e o tradutor, com referência tanto ao texto-fonte quanto ao público receptor. Mesmo quando nenhum sumário da tradução é oficialmente articulado, existe, invariavelmente, um resumo inaudito, o qual os tradutores profissionais inferirão a partir da experiência. Talvez não seja nenhuma surpresa que a teoria funcionalista tenha tido tanto sucesso na última década. Ela se adapta muito bem à tradução de textos comerciais – anúncios publicitários, brochuras, descrições de produtos e itens de *marketing*. Serve também para a política. Seus atuais defensores gostam de apontar quão vital essa forma de tradução é para a formação cultural. Christiane Nord menciona a situação na África do Sul, onde a tradução teve um papel ativo fundamental na criação da nova nação africana. Não só a tradução foi de vital importância para o sucesso da campanha do Congresso Nacional Africano (CNA)

na primeira eleição democrática – todos os materiais de campanha foram traduzidos para nove línguas africanas –, mas também foi importante na administração do novo governo em áreas como finanças, lei, segurança, saúde, educação e bem-estar público. Nord cita A. K. Walker, Alet Kruger e I. C. Andrews, que em *Translation as Transformation: A Process of Linguistic and Cultural Adaptation* (1995) escreve:

Para ensinarmos os futuros tradutores a produzir traduções acessíveis, precisamos contar com um tipo determinado de estrutura que não depende de rígidas definições de fidelidade, mas sim que seja suficientemente flexível para ser usada em qualquer trabalho de tradução que possa surgir, seja tradução convencional ou reformulação. (Walker *et al.*, 1995: 106; citado por Nord, 1997: 136-7)

Diante da utilidade de tal abordagem no mundo empresarial e político, o futuro da abordagem funcionalista parece garantido. Ela já nos levou a expandir os programas de treinamento para que os tradutores adquiram as ferramentas culturais e computadorizadas que lhes permitam praticar essa forma de ação comunicativa intercultural. Para aqueles que se incomodam diante da aceitação muito difundida e frequentemente acrítica de valores corporativos contemporâneos, a abordagem funcionalista pode continuar sendo um pouco inquietante. Assim como Nida tem motivos missionários por trás de sua equivalência dinâmica e sua “ciência” da tradução, também a abordagem funcionalista parece ter uma missão de venda por trás de sua equivalência funcional. O *não dito* por trás da abordagem funcionalista está intimamente ligado aos interesses econômicos das poderosíssimas instituições sociais e comerciais. Enquanto os tradutores praticantes dentro dessa estrutura podem gozar de maior prestígio e remuneração, percebem, por outro lado, que sacrificam sua independência, tornando-se subordinados aos iniciadores, autores do sumário e corretores na definição de *Skopos* do texto.

Modelos funcionalistas estão sendo continuamente revisados e expandidos para lidar melhor com avanços na linguística e em outras ciências. Mary Snell-Hornby, autora de *Translation Studies: An Integrated Approach* (1988), pensa que a abordagem de tipologia de texto de Reiss é por demais rígida e prescritiva e sugere, então, uma “prototipologia” mais flexível. Ela oferece um modelo de estratificação muito complicado com múltiplos planos verticais e horizontais, partindo de um nível geral (macronível) para níveis mais específicos (microníveis) (Snell-Hornby, 1988). Recorrendo à citação que Wilss faz de Lenneberg/Chomsky, Snell-Hornby

baseia suas afirmações no que poderia ser chamado de fundação Rorsch/Berlin. A teoria de Rorsch, que influenciou a semântica norte-americana, basicamente “contesta” teorias clássicas de categorização e levou a uma teoria de categorização “natural”, isto é, na forma de protótipos, um sistema do tipo *Gestalt* que envolve um “núcleo sólido” (*hard core*) com bordas desfocadas (Rorsch, 1973, citado por Snell-Hornby, 1988: 27)

Embora alguns estudiosos possam ter problemas com a desfocalização de Snell-Hornby de determinados conceitos essenciais, sua abordagem mais flexível lhe permite considerar problemas que costumam se estender além do escopo de modelos tradicionais para analisar traduções. Por exemplo, metáforas, trocadilhos e jogos de palavras costumam desafiar as “regras” da descrição linguística estabelecida e dos modelos transformacionais. As metáforas costumam ser referidas como “língua desviante” porque não seguem as regras de restrições de seleção. O modelo de Snell-Hornby permite ao estudioso analisar o lado criativo da tradução e “a perturbadora e interminável variedade de relações existentes entre regra, norma e a realização mais ou menos idiossincrática” (1988: 51). Seu modelo também lhe permite considerar fatores extralinguísticos e culturais que o estudo tradicional não podia incluir por serem muito complicados e variáveis para tais modelos. A importância dos itens individuais – unidades de palavras, frases, orações, parágrafos, textos – depende de sua relevância com o contexto maior da situação de comunicação e da cultura. Na verdade, Snell-Hornby é uma dentre os pioneiros da “virada cultural” nos estudos de tradução, argumentando em *Linguistic Transcoding or Cultural Transfer? A Critique of Translation Theory in Germany* (1990) que os estudiosos da tradução abandonam sua atitude “científica” e partem, do texto como unidade de tradução, para a “cultura”.

Ironicamente, o problema com todas essas “ciências” da tradução e modelos funcionalistas é que eles têm como diretriz primária ensinar tradutores ou avaliar traduções, não podendo, portanto, fugir à sua natureza prescritiva. Eles tendem também a contar demais com dicotomias muito tradicionais que, Steiner sugere, foram substituídas por abordagens estruturalistas modernas da língua. Se toda a linguística moderna pode ter sua origem atribuída a Chomsky, ficamos basicamente com uma teoria cartesiana, a despeito de revisões que permitem elementos semânticos e pragmáticos. Em outras palavras, as “ciências” existentes de tradução e os programas de treinamento funcionalistas ainda se baseiam muito em conceitos enraizados na religião, no idealismo alemão, em arquétipos, na

língua universal e, mais recentemente, em forças econômicas. A abordagem de estrutura profunda/estrutura superficial parece sempre apresentar alguma espécie de invariante hipotética, seja ela sintática, semântica ou de função, que é consistente e unificada, e à qual os tradutores competentes e críticos astutos parecem ter acesso. Apesar dos avanços em torno do debate de fiel *versus* livre, essas abordagens, em determinado ponto, ainda são orientadas pela fonte e investem o original com algum tipo de estrutura e informação que pode ser subsequentemente codificado em outra língua, à qual o tradutor deve permanecer fiel. Longe de serem científicas, essas abordagens tendem a reter um conceito transcendental, utópico, de tradução. Observam, em primeiro lugar, o que é um espaço não verificável – ou seja, a caixa preta da mente humana – e fazem afirmações de peso não apenas acerca da traduzibilidade, mas também de como os processos deveriam ocorrer. Era exatamente contra isso que Chomsky alertava, e que, mesmo assim, aconteceu.

Na Bélgica e na Holanda, há um grupo de estudiosos céticos dessas abordagens normativas e prescritivas. Eles ainda não se deixaram convencer pela complexa terminologia e pelos diagramas da linguística moderna, nem pelas definições esparsas da equivalência ou função dinâmica. Em vez de continuar especulando sobre os processos mentais e estruturas inatas, eles decidiram olhar para a “realidade”, ou seja, os textos reais na cultural-alvo que são chamados de tradução por grupos culturais específicos, e começar sua análise a partir daí. Seu objetivo nas últimas três décadas tem sido estabelecer um paradigma novo, menos prescritivo para o estudo da tradução. Teoricamente, eles mudam o foco de estudo, das traduções ideais hipotéticas para textos reais, ainda que inexatos, que funcionam como traduções em determinada sociedade. Embora os estudos de tradução e a teoria dos polissistemas tenham se desenvolvido separadamente em duas partes diferentes do mundo, ambos se tornaram inextricavelmente ligados. Assim, os dois capítulos seguintes abordarão a evolução dos estudos de tradução desde seus primeiros anos formativos, no capítulo 4, até sua união com a teoria dos polissistemas, no capítulo 5.

Chapter 4 Capítulo 4

Primeiros estudos de tradução

Os dois predominantes modos de pesquisa na área de tradução na década de 1970 foram aqueles que enfocavam basicamente os interesses literários, rejeitando pressuposições teóricas, regras normativas e jargão linguístico, e os que se concentravam em questões linguísticas, alegando uma abordagem “científica” e rejeitando soluções alógicas e especulação subjetiva. Ambos os lados limitavam os tipos de textos tratados para mostrar que suas metodologias tinham a maior vantagem, vendo o trabalho e as realizações do outro com ceticismo: os tradutores literários descartavam qualquer análise linguística científica; os linguistas dispensavam a análise literária não científica. Intervinham nessa situação conflitante alguns estudiosos mais jovens, na maioria da Holanda e da Bélgica. James Holmes, em *The Name and Nature of Translation Studies* (1972/5), distanciou-se das “teorias” da tradução, que costumam refletir a atitude e a abordagem do escritor, e das “ciências” da tradução, que podem não ser apropriadas para uma investigação de textos literários, e cunhou o termo “estudos de tradução” para uma abordagem não aliada e nova (Holmes, 1972/5: 8).

Alguns anos depois, André Lefevere expunha o ponto central do problema teórico. Em *Translation: The Focus of the Growth of Literary Knowledge* (1978), ele argumenta que o antagonismo entre as duas facções opostas – que ele chama de hermenêutica e neopositivista – se baseava em “mútuo desentendimento (intencional)” (Lefevere, 1978a: 8). Lefevere afirmou que a abordagem hermenêutica da tradução, usada principalmente

por pensadores individuais que tentam chegar, sozinhos, a ideias, verdades e formas gramáticas de validade universal, tendia a ser não científica, baseando seu sistema de ideias em premissas epistemológicas que tinham 300 anos de atraso e que, em anos mais recentes, eram contraditas por descobertas de outras disciplinas (Lefevere, 1978a: 9). O positivismo lógico, a estratégia dominante empregada pelos estruturalistas de tradução, gramáticos de textos e semióticos, reduzia o estudo de literatura a uma língua pretendida para a ciência física, baseava as verdades em dados sólidos e regras de correspondência e apresentava ideias de ciência que eram monísticas, reducionistas e fisicalistas (Lefevere, 1978a: 12-13). Lefevere argumenta que as teorias da tradução baseadas em tais posturas não promovem o crescimento do conhecimento literário, mas tendem a servir a interesses específicos – ideológicos, bem como corporativos – que impedem a descrição de uma teoria adequada de tradução. Seu parecer é característico da intervenção holandesa/belga na área:

Nisso é que consiste o grande escândalo da literatura em geral e da meta-literatura [tradução e comentário] em particular. Em vez de expor e derrubar ideologias que estultificam e escravizam, aqueles que afirmam ter um interesse profissional pelo conhecimento literário ocupam-se em construir suas ideologias particulares dentro de uma estrutura convencional e segura e em calcular seus lucros. (Lefevere, 1978a: 22)

Os estudiosos nos Países Baixos estavam interessados tanto na linguística (científica) quanto na tradução literária (não científica) e não viam por que uma deveria excluir a outra. Para fugir aos conceitos idealísticos e estáticos característicos das anteriores abordagens de tradução, Lefevere sugeriu que os estudos de tradução mudassem o foco teórico da investigação e baseassem sua pesquisa “em um conceito evolucionário de metaciência, não no conceito positivista lógico nem no hermenêutico” (1987a: 7).

Nações menores com populações menores falando línguas “de menor importância” passaram a depender da tradução para seu sustento comercial, político e cultural; por isso, não nos surpreende que estudiosos desses países não só saibam mais a respeito de tradução, mas ainda se adaptem com maior facilidade a situações de conflito. Considerando-se a localização geográfica dos países na encruzilhada da vida intelectual europeia, também não é uma surpresa que uma nova ideia ou pelo menos uma nova perspectiva quanto aos problemas enfrentados por uma teoria da tradução encontre sustentação entre os jovens e com eles cresça. A tradução pode ser uma área marginal de investigação em países com grandes populações

monolíngues, mas, na Bélgica e na Holanda, a área de tradução pode unir, ou ao menos mediar, diversas teorias literárias. Distanciando-se do investimento ideológico que caracteriza a história da teoria da tradução em outros lugares, uma nova abordagem emergiu dos Países Baixos.

Os estudos de tradução começaram com uma decisão de suspender temporariamente as tentativas de definir uma teoria de tradução, procurando em primeiro lugar aprender mais a respeito dos procedimentos de tradução. Em vez de tentar solucionar o problema filosófico da natureza do significado, os estudiosos da tradução passaram a se interessar pelo modo como o significado viaja. Uma importante característica desse novo campo era sua insistência na abertura para as abordagens interdisciplinares: estudiosos literários trabalhando com lógicos, linguistas ao lado de filósofos. As distinções limitantes, tais como certo e errado, formal e dinâmico, literal e livre, arte e ciência, teoria e prática, tornaram-se menos importantes. A tradução, como área de estudo, já não era mais vista como literária ou não literária, mas como ambas. Novas questões foram apresentadas com relação ao tema de investigação, à natureza do processo de tradução, ao modo como a mediação ocorre e como o processo afeta tanto o trabalho original (redefinido como texto-fonte) quanto o recebido (redefinido como texto-alvo). A própria distinção entre escritor original e tradutor foi questionada. O objeto de estudo não era um núcleo ausente de “significado” nem uma “estrutura profunda” linguística, mas sim o próprio texto traduzido.

Essa postura não está isenta de teorias, e uma das metas dos primeiros estudos de tradução era formular uma teoria da tradução. No início, porém, esse novo campo caracterizava-se por sua hesitação em impor pressuposições teóricas e seu sistema criterioso de testar todas as hipóteses em torno de descrições de traduções reais e estudos de caso históricos. Novamente, André Lefevere resume com precisão as metas teóricas dessa área de estudo:

A meta da disciplina é produzir uma teoria abrangente que possa ser usada como diretriz para a produção de traduções. A teoria se beneficiaria se fosse desenvolvida com base em argumentos que não tenham inspiração neopositivista nem hermenêutica. A teoria se beneficiaria se fosse elaborada sobre um terreno de históricos de caso constantemente testados. Ela não seria, enfim, estática; evoluiria de acordo com o consenso dinâmico de estudiosos qualificados, que constituem um fórum de competição. (...) Não é inconcebível que uma teoria elaborada dessa maneira ajudasse na formulação de uma teoria literária e linguística; como também não é inconcebível que as traduções feitas de acordo com as diretrizes experimentais na teoria possam influenciar o desenvolvimento da cultura receptora. (Lefevere, 1978b: 234)

Em vez de aplicar à tradução teorias preexistentes de literatura e linguística, Lefevere e seus colegas holandeses/flamengos inverteram a ordem de pensamento, sugerindo que se observasse primeiro o que era específico da tradução para, em seguida, aplicar o conhecimento à teoria literária e linguística. Como resultado, os estudiosos da tradução tentavam evitar prescrições preordenadas, fixas e imutáveis, e permaneciam abertos para constante autoavaliação e evolução. A abordagem variável reconhecia que o objeto investigado não é algo fixo no mundo real, que seja cientificamente estudado; tampouco é o objeto de uma verdade superior, transcendental, a ser revelado de uma maneira mística. Os objetos de estudo, porém, são as traduções em si, que se definem como mediações sujeitas à manipulação teórica e às normas artísticas prevalentes; ao mesmo tempo, como espelha Lefevere, as traduções podem ter uma influência recíproca sobre as mesmas normas que as determinam. Um objetivo deste capítulo é mostrar como os estudos de tradução deslocaram o problema epistemológico da representação, vendo o texto ao mesmo tempo como algo produzido e produtor. Sua função mediadora é mais que uma transferência sincrônica de significado entre as culturas; é também uma mediação diacrônica, em múltiplas tradições históricas.

Por ironia, o processo de ignorar a teoria literária existente e concentrar o estudo no *status* de textos historicamente marginalizados revelou, de fato, algo não apenas de relevância tangencial, mas central para a teoria literária. Com suas novas questões e mudança de foco, a intervenção por parte dos estudiosos flamengos e holandeses levantou muitos problemas para a teoria literária, incluindo a importância da práxis na teoria, a interdependência cultural dos sistemas literários e a natureza intertextual, não apenas da tradução, mas de todos os textos. A atividade de tradução pode ser marginal, porém os problemas teóricos levantados pelos praticantes são cruciais para qualquer teoria literária integrada.

O estabelecimento de um novo campo no domínio da análise literária não ocorreu da noite para o dia. Como argumento a seguir, as raízes dos primeiros estudos de tradução podem ser encontradas no formalismo russo, e entre os precursores da atual geração de estudiosos flamengos e holandeses havia um grupo de estudiosos checos e eslovacos – versados em poética. Dois estudiosos da Holanda, James Holmes e Franz de Haan, assistiram a uma conferência sobre “Tradução como Arte” realizada em Bratislava, em maio de 1968, e ajudaram a organizar (junto a Anton Popovič) e publicar os trabalhos em uma coletânea intitulada *The Nature of Translation* (1970).

Espero demonstrar como os estudos de tradução, apesar de alegadamente evitar descrições e limitar os julgamentos, refletiam, de um modo implícito, determinados preconceitos modernistas. Ao mesmo tempo, porém, as pressuposições epistemológicas dos estudos de tradução dependiam de se verem os textos como dinâmicos e produtivos, em vez de estáticos e fixos, contribuindo assim para a contínua reavaliação pós-moderna da natureza da língua. Nos dois capítulos seguintes, abordarei a evolução dos estudos de tradução, desde as primeiras tentativas realizadas por estudiosos flamengos e holandeses até a apresentação de um sistema minucioso – conhecido como teoria dos polissistemas – elaborado por um círculo israelense. Meus exames se baseiam em textos de três estudiosos checos e eslovacos, Jiří Levý, František Miko e Anton Popovič – cuja obra é não apenas vital para a nossa compreensão do trabalho feito pelo grupo de estudiosos holandeses, mas também efetua uma transição do formalismo russo ao atual paradigma da investigação de tradução.

Jiří Levý e as conexões checas e eslovacas

Para definir os parâmetros da discussão a seguir, eu apresentarei, primeiro, um resumo das principais premissas do formalismo russo, baseando minha análise fundamentalmente no ensaio *The Theory of the Formal Method*, de Boris M. Èjxenbaum, em *Readings in Russian Poetics* (Èjxenbaum, 1978; ver também Bann & Bowlt, 1973; Erlich, 1981; e Jackson & Rudy, 1985), e discutirei sua relevância para os estudos de tradução. Em primeiro lugar, os formalistas russos tentaram isolar e definir o que eles chamavam de “literariedade”, enfocando somente aquilo que viam como fato literário e separando os artefatos literários de outras disciplinas, tais como psicologia, sociologia e história cultural. A disciplina e os textos estudados eram vistos como possuindo autonomia. Essa noção é importante para a atual geração de estudiosos tradutores interessados em como a tradução literária pode contribuir com a teoria da tradução, pois lhes permite focar sua investigação em traços determinantes específicos de textos literários, em vez de noções metafísicas acerca da natureza da literatura e do significado. Os formalistas russos evitavam os argumentos de estrutura profunda, examinando, por outro lado, textos reais e elementos específicos de textos. O gesto para definir a literariedade levou os formalistas a tentar determinar o que faz os textos literários diferentes de outros textos, o que os torna novos, criativos, inovadores.

Estudiosos da tradução também se distanciam de teorias como as de Chomsky e Nida, que são mais voltadas para os componentes gerativos de estrutura profunda que para as características de estrutura superficial. O formalismo e os estudos de tradução privilegiam elementos estruturais superficiais e os analisam a fim de aprender o que determina o *status* literário. De fato, os formalistas russos, embora usassem conceitos temáticos, relegavam-nos a um *status* secundário e estavam mais interessados em conceitos composicionais. Argumentavam que as ideias abstratas frequentemente tinham a mesma aparência no decorrer da história; importante para eles era *como* os conceitos temáticos se expressavam. Os estudos da tradução usam conceitos temáticos de um modo semelhante, mudando-os de uma posição primária e determinante para um conceito dependente da cultura e língua na qual estão inseridos.

Talvez o aspecto mais importante e menos entendido do formalismo russo seja sua dimensão histórica. Os ataques contra a escola tendem a criticar suas crenças “decadentes” da arte pela arte e sua falta de parâmetros históricos. Os formalistas russos, contudo, não só analisavam os textos de maneira sincrônica, mas também diacrônica, tentando compreender como os textos se relacionam a uma tradição literária determinante. Sua análise formal incorporava, portanto, fatores intrínsecos e extrínsecos para determinar a contribuição de um texto específico para uma tradição literária em evolução ou seu distanciamento dela. Os estudiosos de tradução mostraram, realmente, o efeito diacrônico dos textos traduzidos sobre duas tradições: a da cultura-fonte e a da cultura-alvo. Tomando emprestado outro aspecto do formalismo russo, talvez seu princípio mais conhecido e mais facilmente adotado – o artifício de desfamiliarização (*ostranenie*) –, os estudiosos da tradução tentaram medir a relação do texto com sua tradição. Como não inflaram o valor do conteúdo, do significado, ou ideia original de uma obra, os formalistas russos podiam enfocar os aspectos não compatíveis e que tornavam o texto especial, diferente e estranho.

De modo semelhante, os estudiosos da tradução recusavam a tendência a enfocar o significado, determinar o conteúdo original (visto anteriormente em teorias como as de Nida) e preparar o texto para consumo fácil por parte de leitores na cultura receptora. Os primeiros estudos de tradução prescreviam que uma obra em tradução *retivesse* artifícios de desfamiliarização, e, se os artifícios existentes pudessem ser transpostos na segunda língua, o tradutor precisava inventar outros. Nomes próprios, por exemplo, sempre foram um problema para o tradutor, pois costumam ter um

significado especial, específico – como, por exemplo, nomes de lugares com uma especial ressonância, localização, história na cultura-fonte – que acaba se perdendo na tradução.

Por fim, os formalistas russos permaneceram abertos para novos problemas: sua metodologia podia se aplicar a si mesma; e eles insistiam que a disciplina dos estudos literários precisava estar em evolução. Èjxenbaum, por exemplo, escreveu:

Nós não possuímos uma teoria desse tipo que possa ser usada como um sistema rígido, pronto. Para nós, teoria e história se fundem, não apenas no que pregamos, mas também no que praticamos. Somos muito bem treinados pela própria história para imaginar que poderíamos viver sem ela. (Èjxenbaum, 1978: 35)

De modo semelhante, essa incorporação da história em seu modelo teórico tem ajudado os estudiosos da tradução a aplicar a teoria interna bem como externamente, possibilitando-lhes abordar problemas levantados por seus próprios campos de investigação. O espírito de descoberta, de evolução e de múltiplas aplicações caracteriza os primeiros estudos de tradução. Entretanto, limita também o campo de investigação a textos traduzidos específicos, o que talvez explique a hesitação dos membros em afirmar que os estudos da tradução podem ter uma relevância maior para a teoria literária em geral. Seus estudiosos se veem presos, de um lado, à tentativa de definir e limitar um campo de investigação e, de outro lado, à conscientização de que valiosas visões e descobertas relevantes para a teoria literária contemporânea acontecem quando se estudam textos traduzidos.

O grupo checo e eslovaco de estudiosos de tradução, incluindo Jiří Levý, František Miko e Anton Popovič, evoluiu a partir do formalismo russo, ao mesmo tempo refletindo e se distanciando de algumas das doutrinas citadas. Com certeza, eles se distanciaram do conceito de literatura como obra literária autônoma isolada do resto da mundo, um gesto que já começava a se manifestar nos estágios avançados do formalismo. Um dos motivos de o texto de Levý, *Umění Překladu* (Tradução literária) (1963), traduzido para o alemão como *Die Literarische Übersetzung* (1969), ser tão instrumental para os estudos da tradução foi justamente o fato de utilizar as doutrinas do formalismo russo, aplicando-as ao tema da tradução e mostrando como as leis estruturais formalistas se localizavam na história e como elas interagem com pelo menos duas tradições literárias ao mesmo tempo, a da cultura-fonte e a da cultura receptora.

As raízes formalistas de Levý são reveladas pela metodologia linguística específica que caracteriza seu projeto. Levý começou com as distinções linguísticas da tradução que seu colega Roman Jakobson, que saiu de Moscou para ajudar a fundar a escola de linguística de Praga, estabeleceu em *On Linguistic Aspects of Translation* (1959). Os estruturalistas de Praga viam os textos como incorporados em redes semióticas e a língua como um código ou complexo de elementos linguísticos que se combinam de acordo com certas regras. Cada palavra, assim, se relaciona com outros segmentos do mesmo texto (sincrônica) e outras palavras em textos na tradição literária (diacrônica). Levý também incorporou o aspecto interpretativo em sua teoria da tradução, baseando tal dedução na hipótese de Willard Quine de que o significado da tradução pode ser interpretado de maneira lógica. A teoria de Quine não envolvia um salto metafísico para o significado central, unificado e profundo, de um texto, mas foi construída lenta e cuidadosamente, não por meio de correlação palavra a palavra ou sentença a sentença – sinônimos e analogia sempre tendem a reter certa indefinição –, mas pela capacidade de aprender significado por meio de agrupamentos estruturais. Começando com palpite e intuição, passando para comparação, decifrando e combinando grupos de significado de estímulo positivo e negativo, Quine argumenta em um ensaio intitulado *Meaning and Translation* (1959) que o tradutor pode chegar a “hipóteses analíticas”, que são enfim testadas diante de uma rede de orações colocadas e de sinônimos já concordados (Quine, 1959; citado por Levý, 1969: 20).

Com o estabelecimento dos horizontes semióticos que entram em jogo no decorrer da tradução, e com a inserção do componente interpretativo que possibilita ao tradutor compreender o significado do texto em questão, Levý se viu apto a apresentar sua metodologia de tradução. De importância vital no modelo de Levý é que a qualidade literária da obra de arte não se perca. Para garantir a transferência de “literariedade”, Levý avançou o aspecto comunicativo particular dos traços formais específicos do estilo original do autor, que dão à obra de arte seu caráter literário específico. Levý baseou esse aspecto de sua teoria da tradução em outro membro do círculo linguístico de Praga, Vilém Mathesius, que já em 1913 escreveu que a meta fundamental da tradução literária era alcançar, ou pelos mesmos artifícios ou por outros, o mesmo efeito artístico que no original. A tradução significativa da poesia prova que a correspondência do efeito artístico é muito mais importante que os artifícios artísticos equivalentes. Mathesius afirmava que a tradução dos artifícios artísticos iguais ou

quase iguais costuma fazer com que a tradução exerça efeitos diferentes no leitor (Mathesius, 1913: 808). Levý, como outros formalistas, via a língua, em primeiro lugar, como um sistema semiótico com aspectos sincrônicos e diacrônicos. Ele também elevava o objeto de arte à mais privilegiada posição, acreditando que a “literariedade” pode ser logicamente deduzida e definida. Sua teoria da tradução, portanto, enfatizava menos o “significado” ou o “objeto sendo representado” na segunda língua, concentrando-se mais no estilo, nos traços literários específicos do texto que o tornam literário. Em seu famoso ensaio, publicado em checo em 1933-1934, *O Que É Poesia?*, Roman Jakobson ressaltou o valor dado pelos formalistas à qualidade “poética” específica de uma obra:

A função *poética*, poeticidade, é, como enfatizavam os formalistas, um elemento *sui generis*, que não pode ser mecanicamente reduzido a outros elementos. (...) Pode ser separado e se tornar independente, como os vários artifícios em uma pintura cubista, por exemplo (...), a poeticidade é apenas parte de uma estrutura complexa, mas que transforma os outros elementos e determina, com eles, a natureza do todo. (Jakobson, 1976: 174)

A crença formalista de que a poeticidade era uma qualidade formal, algo que podia ser separado de uma obra, é crucial para compreendermos a teoria de tradução de Levý. Ele acreditava que poderia determinar, pela lógica, aqueles aspectos que fazem de um texto uma obra de arte, separando-os do conteúdo, do mundo, do sistema linguístico, substituindo-os por elementos estilísticos de uma língua diferente, igualmente separados de tudo o mais, e chegar a uma obra igualmente artística. Ele chega à conclusão, baseando-se nos comentários de Mathesius e Jakobson, que a teoria da substituição de elementos de estilo foi construída sobre uma fundação objetiva (Levý, 1969: 21).

Enquanto a teoria de Chomsky analisava a estrutura profunda, particularmente seus elementos sintáticos, a de Levý examinava a estrutura de superfície e os elementos estilísticos. Ambas as teorias usaram a linguística e os métodos “científicos” de interpretação para ajudar a isolar aquele aspecto da língua que eles sentiam ser básicos. Nesse processo de Levý, de isolar os traços “poéticos”, desenvolveu-se ao mesmo tempo uma interessante subteoria. Se privilegiarmos características estruturais e estilísticas, o “conteúdo” geral do texto é, assim, rebaixado, porque não é estável, mas está temporariamente condicionado pelo sistema significante no qual é expresso. Se, porém, estivermos trabalhando com um sistema de um único signo,

as características, formas e o conteúdo podem parecer se reforçarem um ao outro, produzindo aquela “obra unificada”, impregnada com “literariedade”. Mas, se uma obra for colocada em sistemas significantes múltiplos, pelo menos duas no caso da tradução interlingual, a instabilidade e a natureza efêmera do objeto expresso se tornam visíveis. A tradução não é uma obra unificada, mas sim cheia de tensão e contradições, porque o conteúdo tem construção intertextual e é representado ao mesmo tempo por duas perspectivas: a do sistema significante original e a do sistema da segunda língua.

Embora reconheça, em *Die Literarische Übersetzung*, que tais tensões existem, Levý ameniza o problema e alega que, quanto melhor a tradução, mais fácil para ela superar os conflitos e as estruturas contraditórias (Levý, 1969: 72). O subtexto que vem sendo desenvolvido durante toda a argumentação, ou seja, o que acontece com o conteúdo, torna-se mais problemático nesse ponto de sua teoria. Levý quis argumentar que o texto traduzido deve ser consistente e unificado – as contradições podem ser resolvidas e a substituição objetiva das equivalências é possível. Ele escreve, por exemplo, que a tradução como um todo é mais plena e realizável se superar melhor suas próprias contradições inerentes (Levý, 1969: 73). Isso leva a uma conclusão muito semelhante à dos tradutores literários americanos: um método verdadeiro ou “fiel” que favorece a “recriação exata” da “beleza estética” do original na segunda língua (Levý, 1969: 68).

Ironicamente, portanto, em vez de apenas construir uma teoria de tradução que amenize o problema inerente de como fazer isso, uma vez que o texto traduzido é invariavelmente permeado de contradições, a teoria de Levý também reforça um subproduto do formalismo: além da percepção da correspondência entre signo e objeto, há, ao mesmo tempo, uma função oposta necessária em andamento: a relação entre signo e objeto é sempre insuficiente. O conteúdo é sempre instável, sempre mutável, construído por discurso, em constante fluxo, apenas “aparentando” estabilidade temporária em sua construção estética ficcional. Como a tradução sempre tem pelo menos dois referentes, o significado nunca parece estável. Aquilo que se manifesta no processo e no produto da tradução é a própria mobilidade de conceitos, a mutabilidade de signos e a evolução da relação entre os dois. A impressão é de que a teoria de tradução de Levý pedia o impossível, isto é, desenvolver critérios objetivos para isolar e catalogar em múltiplas línguas as características formais poéticas específicas, as quais transformam uma expressão normal em uma artística, e então estabelecer paradigmas que permitam a substituição daqueles elementos apropriados para tradução.

O trabalho nessa área aparentemente impossível, contudo, já começou; e eu cito o trabalho de František Miko como um exemplo que ilustra o processo. Em *La Théorie de L'Expression et la Traduction* (1970), ele relatava seu progresso, definindo o que chama de “categorias expressivas” (características ou qualidades expressivas) de língua que dão a ela sua qualidade artística (Miko, 1970; ver também Miko, 1969; e Miko & Popovič, 1978). A princípio, Miko faz uma distinção entre expressão como um todo, o caráter expressivo e as características ou traços expressivos. Tal distinção é importante, não só para esclarecer potenciais erros de interpretação de seu trabalho, mas por razões teóricas. Ele partilhava da distinção formalista entre forma e conteúdo, ou entre forma e tema, e defende a importância primária dos elementos linguísticos. O assunto é contingente e constituído pela estrutura linguística da língua. Antes de determinar o que uma expressão como um todo significa, o que determina sua poeticidade, precisamos observar os menores detalhes que, quando estruturalmente construídos juntos, determinam o estilo da obra de arte. As características expressivas formam uma hierarquia, construindo o significado e o valor da obra. Partindo da premissa fundamental de que a língua determina o conteúdo, Miko pergunta: o que acontece quando o sistema da língua é mudado? Tudo se perde? Ele conclui que não, acreditando que podia determinar e catalogar um sistema de características expressivas independentes de qualquer estilo específico, características estas que podem ser intercambiadas, o que se faz necessário no ato da tradução. Miko apontou a dificuldade e a complexidade do problema, principalmente em relação à tradução de textos literários, assinalando a necessidade de sua resolução, já que a alternativa – a substituição de sinônimos, estruturas sintáticas, temas similares – se mostrou historicamente inadequada.

As características expressivas do texto, segundo Miko, podem ser demonstradas, relacionando-se essas características de estilo de um texto específico com outras, usadas na tradição literária. Nesse lugar entre o texto e sua tradição, as qualidades subjetivas de estilo – emocionais, irracionais, expressivas –, bem como as idiossincrasias de estilo – ironia, abstração, brevidade, jovialidade –, podem ser determinadas. Somente por meio de tal análise histórica, a função do texto original pode ser compreendida, e permitir a tradução apropriada final. Para Miko, o problema de tradução é ou puramente linguístico ou estilístico. O problema de alcançar correspondência de estilo é delicado, porque as nuances são sutis, mas de importância primária: se esses elementos forem omitidos da tradução, ela perde sua

“literariedade”, a qualidade que o formalismo russo mais valoriza. A adição de um horizonte histórico, ainda que apenas literário, é importante para o desenvolvimento de estudos da tradução, pois não só oferece uma base de comparação, mas também implica uma evolução diacrônica da língua. Por ironia, os modernos estudiosos funcionalistas de tradução (ver seção anterior) costumam presumir que são capazes de acessar a função de um texto literário em sua tradição-fonte sem tal análise histórica.

Até que ponto se estendeu o inventário de Miko? Ele progrediu o suficiente para estabelecer certas hierarquias dentro de um sistema de catalogar qualidades de expressão. Além disso, identificou algumas categorias que, afirma, não permitem maior distinção. Miko admite a impossibilidade da tarefa; no entanto, pesquisas suficientes já foram feitas que lhe permitem chegar a certas conclusões (Miko, 1970: 67-70; ver também Miko e Popovič, 1978). Ele conseguiu equiparar algumas características expressivas com determinados tipos de fala encontrados em periódicos, literatura popular, discursos e textos literários. Por exemplo, as categorias de expressão próprias de textos literários incluem não só estética/emoção, mas variabilidade, ambiguidade, desequilíbrio (resoluções não cumpridas), bem como resolução convencional e, em alguns casos, até a irracionalidade (por exemplo, textos escritos em um fluxo de consciência). Miko sugeria que esses elementos podiam ser isolados, analisados e traduzidos utilizando-se uma metodologia que encontra equivalentes funcionais, em vez de literais. O tempo todo, as categorias de Miko estão sujeitas ao fluxo da história. Ele sabia muito bem que os traços estilísticos são passíveis de diferentes interpretações na medida em que as condições sociais mudam, alterando, assim, a adequação de certas características expressivas. Pesquisas detalhadas da característica específica na história são necessárias, tornando a tradução dependente da habilidade interpretativa bem como linguística e criativa do tradutor. Ele concluiu que o conceito de estilo estabelecido é funcional, usando categorias linguísticas, mas não necessariamente da mesma maneira que a linguística; baseia-se em uma definição “correlativa” de categorias expressivas, nunca perdendo de vista a importância de aspectos paradigmáticos e sintagmáticos para a análise do sistema de traços expressivos, levando em conta o aspecto evolucionário e social de estilo (Miko, 1970: 73).

O projeto de Anton Popovič começa onde o trabalho de Levý e Miko para: ele iniciou o trabalho comparativo de localizar as conformidades e as diferenças que ocorrem quando uma obra é traduzida e explica a relação entre a tradução e o original. Em vez de prescrever uma técnica que elimina

perdas e ameniza as mudanças, Popovič aceitava o fato de que perdas, ganhos e mudanças são uma parte necessária do processo por causa das diferenças inerentes de valores intelectuais e estéticos nas duas culturas. Em seu ensaio *The Concept ‘Shift of Expression’ in Translation Analysis* (1970), ele introduziu um termo novo para caracterizar esse processo:

Cada método individual de tradução é determinado pela presença ou ausência de mudanças nas diversas camadas da tradução. Tudo o que aparece como novo em relação ao original, ou deixa de aparecer quando deveria pode ser interpretado como uma mudança. (Popovič, 1970: 78)

Já foram notadas mudanças antes, em termos de análise de tradução, mas foram invariavelmente atribuídas a distorções deliberadas, incompetência do tradutor ou incompatibilidade linguística entre as duas línguas. Popovič ampliou o horizonte teórico analisando mudanças em termos de diferentes valores culturais e normas literárias. Em vez de acusar os tradutores de ignorância ou infidelidade, argumenta que eles recorrem a modificações justamente porque tentam ser fiéis ao conteúdo do original, apesar das diferenças entre as línguas. Essas modificações, ou mudanças, portanto, não revelam deficiência na tradução, mas sim algo acerca da qualidade estética primária do original. O projeto de Levý termina com a prescrição de que, se um traço expressivo não funciona na cultura receptora, então o tradutor deve substituí-lo ou até inventar um traço novo de modo que a qualidade literária total não se perca. Popovič extrapola:

Todo conceito de tradução de qualquer real significação e consistência vê sua principal manifestação nas mudanças de expressão, na escolha de meios estéticos e nos aspectos semânticos da obra. Assim, em uma tradução, podemos esperar, como regra, certas mudanças porque a questão de identidade e diferença na relação com o original nunca podem ser resolvidas sem algum resíduo. A identidade não pode ser o único traço caracterizando a relação. Essa conclusão é inevitável, se considerarmos a força dos fatores históricos e a impossibilidade de repetir o ato de tradução como um processo criativo. (Popovič, 1970: 81)

Aceitando o fato de que certos elementos caem pelas frestas quando se passa de um sistema de discurso para outro, Popovič procurava não aquilo que se encaixa, e sim o que não se encaixa, e pega o “resíduo” para examiná-lo mais de perto. A última oração citada revela a rejeição de Popovič da noção idealista de que as equivalências literais ou funcionais

podem ser encontradas, embora ele retivesse características formais como parte de seu sistema, com o intuito de demonstrar as diferenças de tradução e a força da história.

Assim como Miko acreditava que as diminutas e sutis nuances de expressão eram a chave para determinar a qualidade artística geral de uma obra, Popovič também pensava que a chave para a compreensão do meio estético principal de uma tradução se encontrava na análise das modificações dessas mesmas nuances. Em sua teoria, na qual as diferenças são tão importantes quanto as equivalências, os conceitos teóricos de *fiel*/livre caem no mesmo horizonte; os dois são sempre relativos, dependendo das pressuposições estéticas do tradutor. Popovič explica:

Não é a única função do tradutor se “identificar” com o original: isso só resultaria em uma tradução transparente. O tradutor também tem o direito de divergir organicamente, de ser independente (...) Entre a substância semântica básica do original e sua mudança em outra estrutura linguística, desenvolve-se uma espécie de tensão dialética ao longo do eixo de fidelidade-liberdade. (Popovič, 1970: 80)

Há vários métodos de tradução, e, enquanto as preferências de Popovič refletem as de Levý, seu modelo teórico serve para determinar as pressuposições estéticas do tradutor que motivam mudanças de expressão. Sua teoria interpreta as mudanças sintomaticamente para determinar as predominantes premissas literárias que controlam a tradução. Com a teoria de Popovič, o crítico pode rastrear as marcas deixadas pelas mudanças na obra traduzida até as normas culturais da cultura receptora que dirigem o texto. Em vez de propor uma unidade estilística com o original como a meta da tradução, Popovič aceitava a impossibilidade de chegar a um texto equivalente, e apresentou uma teoria para explicar, em vez de criticar, sua não identidade. Por meio de uma análise de mudanças de expressão e outra da relação entre a língua da obra original e a do trabalho traduzido, algo pôde ser revelado a respeito da natureza mediadora, heterogênea do processo de tradução.

Nesse ponto, várias observações com respeito às contribuições checas e eslovacas para os estudos de tradução podem ser feitas. Primeiro, um preconceito estético é revelado pelo tipo de tradução preferida, a que funcione como um objeto de arte na cultura receptora. A exigência de preservar a literariedade determina a metodologia preferida. Por mais abrangente que se torne o catálogo de traços estilísticos “objetivos” de Miko, ele sempre

permanecerá inadequado e, em grande parte, subjetivamente organizado. A hipótese de que o mérito artístico geral de uma obra é determinado, em termos estritos, por características estruturais pode ser apropriada para o exame de textos modernistas e futuristas, próprios do período em que a teoria se desenvolveu, mas permanecem dúvidas quanto à sua adequação para textos escritos em épocas anteriores. Até que ponto a teoria funciona com textos simbólicos ou alegóricos, com narrativas, poesia ou prosa, com teatro *agitprop* ou contos populares que exigem uma compreensão comum do referente? Além disso, tal preferência pode, de fato, influenciar na escolha de quais textos do Terceiro Mundo são traduzidos para línguas ocidentais. O formalismo russo define o que deve ser valorizado em um texto – aspectos como forma, autorreferencialidade, justaposição técnica – e avalia as traduções de acordo com a capacidade do texto-alvo de transferir essas características formais. Diferentes abordagens estéticas, contudo, bem como diferentes momentos históricos e culturas podem valorizar outros aspectos de um texto. Em muitos sentidos, a teoria da tradução derivada do formalismo russo reflete exatamente esses artificios – artificios de “desfamiliarização”, por exemplo –, que são próprios das normas artísticas prevalecentes e de teorias interpretativas de determinado tempo e espaço, ou seja, a moderna sociedade europeia.

Em segundo lugar, embora Popovič expandisse os parâmetros de uma teoria de modernismo para apontar estudos de tradução em uma direção nova, os estudiosos evitavam teorizar acerca da relação entre forma e conteúdo, deixando de interpretar sintomaticamente as implicações da teoria para a metodologia deles mesmos. Apesar de afirmações contrárias, o texto literário logo se separa dos outros fatores sociopolíticos. As palavras não se referem mais à vida real, e sim a outras palavras usadas na mesma tradição literária, criando assim um sistema construído sobre a própria autorreferencialidade e reforçando os próprios valores. A arte se torna autônoma à medida que a percepção da literariedade de uma obra se vincula diretamente com uma consciência de forma. É essa qualidade de chamar atenção para si que a teoria valoriza e quer que seja traduzida; a metodologia exige que o receptor perceba esses traços formais específicos que apartam uma obra da tradição, mais uma vez solicitando a incorporação de um leitor “competente” em seu modelo de tradução (a teoria de I. A. Richard também prescrevia esse leitor ideal). Há uma qualidade hermética, autorreferencial em textos “literários” que os formalistas percebem, valorizam e recomendam que seja perpetuada. Como Levý e outros tendiam para o

prescritivo, permanecem em aberto perguntas quanto ao horizonte avaliativo. Quem julga a adequação das substituições estilísticas? As exigências sobre o tradutor são enormes, entre elas competência como crítico literário, estudioso de história, técnico linguístico e artista criativo. Não é à toa que o horizonte avaliativo apresente problemas, pois as demandas se estendem para além da capacidade e habilidade de qualquer ser humano.

Apesar dessas ressalvas a respeito da escola checa e eslovaca, pode-se ver aí o começo de uma metodologia descritiva. Embora a teoria funcione melhor com textos modernos e contemporâneos, não se limita a eles. A metodologia de análise sistemática de mudanças pode ser aplicada também a teorias simbólicas, realistas, métricas, literais e fonéticas de tradução, porque ela começa a incluir horizontes históricos e ideológicos, além dos literários. Na verdade, para explicar as mudanças de maneira apropriada, a metodologia não pode se restringir às mudanças de tradições artísticas, mas precisa considerar as formas sociais em evolução, bem como as motivações psicológicas subjetivas. Por essas razões, os flamengos e holandeses ficaram muito interessados pela obra de seus colegas da Europa central.

James Holmes, Raymond van den Broeck e André Lefevere

Embora sua história seja relativamente curta, os estudos de tradução já podem ser divididos nos períodos inicial e posterior, sendo o primeiro o tema do restante deste capítulo; e o segundo, após unir forças com a teoria dos polissistemas, ficando para análise no capítulo 5. Diante da impossibilidade de examinar as contribuições de todos os membros para essa área emergente, deverei me concentrar nos textos de três membros fundadores cuja obra pode ser representativa: James Holmes, o primeiro a introduzir um novo modo de discutir a tradução na Europa Ocidental; Raymond van den Broeck, que abordou o problema da equivalência na tradução, sob a perspectiva dos estudos de tradução; e André Lefevere, cujo entendimento da posição teórica do grupo era singular. Van den Broeck e Lefevere são coautores do texto holandês *Uitnodiging tot de vertaalwetenschap* (Convide aos Estudos de Tradução) (1979), que representa o ápice do período inicial. Pretendo mostrar um duplo movimento do paradigma: enquanto tentavam evitar prescrição e foco na descrição pura, os primeiros estudos de tradução favoreciam uma metodologia de tradução em grande parte

determinada por suas raízes no formalismo russo. Além disso, enquanto limitavam o campo de investigação a traduções concretas, existentes, esses primeiros estudos incluíam as sementes para uma teoria abrangente, abordando, por necessidade, não apenas dados fora de um texto, além da tradução, mas fenômenos que não tinham nenhuma realização textual específica e fugiam à análise tradicional.

James Holmes foi um poeta/tradutor americano que dava aulas de estudos de tradução na Universidade de Amsterdã, até sua recente morte. Sua obra descrevendo o processo de tradução, que descartava noções tradicionais de equivalência, foi talvez a maior responsável pela formação dessa nova área de estudos. Embora seus primeiros ensaios estivessem espalhados em publicações menores e difíceis de encontrar, a maior foi compilada na antologia *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies* (1988). Em *Forms of Verse Translation and the Translation of Verse Form* (1970, 1988), vemos a introdução de nova terminologia e metodologia que abordam o tema. A mudança mais visível na abordagem de Holmes foi sua alteração da natureza do referente: ele argumentava que a tradução não se refere ao mesmo objeto no mundo real a que o texto-fonte alude, e sim a uma fórmula linguística. A linguagem da tradução é diferente da linguagem da literatura primária, e, para designar essa distinção, Holmes adotou o termo “metalinguagem”, emprestado, nesse caso, de Roland Barthes, que dividiu a literatura em duas classes: a classe de poesia, ficção e drama que “trata de objetos e fenômeno, imaginários ou não, que são externos e anteriores à linguagem”; e a classe que “lida não com ‘o mundo’, mas com as formulações linguísticas feitas por outros – um comentário em cima de um comentário” (Barthes, 1964: 126; citado por Holmes, 1970: 91; 1988: 23). Holmes expandiu a definição do termo de Barthes, que se limitava a comentários críticos de literatura, e incluiu uma variedade de formas metaliterárias, sendo a tradução de versos apenas uma delas.

Holmes argumentava, ademais, que a tradução de verso é diferente de outras formas de comentários ou de metalinguagem porque usa o meio do verso para aspirar a ser um poema em si. Enquanto a tradução de verso é uma espécie de metaliteratura, pois comenta e interpreta outro texto, ela também gera um novo corpo de metaliteratura em torno de sua literariedade. Portanto, o objeto a que se refere a tradução não só é diferente de outras formas de escrita criativa, mas o tipo de literatura escrita sobre tradução também difere de outras espécies de escrita crítica, ganhando assim uma posição exclusiva em termos de crítica literária. Ao mesmo tempo fazendo

referências e produzindo, a tradução de verso é um comentário crítico do texto-fonte e, no entanto, oferece interpretação crítica como se fosse um texto primário. A respeito da natureza dual da tradução, Holmes escreveu:

Toda tradução é um ato de interpretação crítica, mas há algumas traduções de poesia que diferem de todas as outras formas interpretativas, no sentido de que elas também têm o objetivo de ser atos de poesia (...), seria útil, para essa forma literária específica, com seu propósito duplo de metaliteratura e literatura primária, introduzirmos a designação de “metapoema”. (Holmes, 1970: 93; 1988: 24)

Diante dessa redefinição de tradução de verso, a teoria de tradução também deve ser redefinida. Os estudos de tradução, enfim, tornaram-se menos interessados na identidade e no velho problema da referência e mais em analisar (a) a relação entre o texto traduzido (como texto secundário) e o texto-fonte dentro de uma estrutura das práticas significantes inerentes a essa tradição literária em particular e (b) a relação entre o texto traduzido (como texto primário) e as práticas significantes em uma estrutura da tradição da cultura-alvo.

Como Holmes estava menos interessado na identidade e mais preocupado com a relação entre a tradução e outros sistemas significantes, outra mudança em sua abordagem se torna visível: ele começa uma descrição de textos traduzidos, não com afirmações universais acerca da validade (ou invalidade) de soluções específicas propostas para tradução, mas descrevendo diversas metodologias de tradução e o modo como elas foram usadas historicamente. O objetivo não era perpetuar alguma alegação metafísica sobre a natureza da língua ou conhecimento conceitual, mas compreender melhor as várias espécies de tradução, de “metapoemas”, como forma única de prática significativa. Ele definiu quatro tipos de traduções, cada uma relacionando-se de maneira diferente do texto original e pertencendo a diferentes tradições teóricas. O primeiro tipo retém a forma do original; Holmes sugere que a forma idêntica é impossível, mas podem ser criados padrões que se assemelhem, e também podem ser combinadas estruturas de verso formais, como os hexâmetros miméticos de Richmond Lattimore, a partir do grego de Homero. O segundo tipo tenta discernir a função do texto na cultura receptora e procura uma função paralela dentro da tradição da língua-alvo, criando formas análogas que produzem efeitos semelhantes, como, por exemplo, a tradução em verso branco feita por Robert Fitzgerald de Homero. O terceiro tipo deriva do conteúdo, apropriando-se

do significado original do texto primário e permitindo-lhe desenvolver-se em uma forma própria na língua-alvo, como a tradução em verso livre de Ezra Pound do primeiro Canto de Homero. O quarto tipo inclui o que Holmes chama de “formas desviantes” não derivadas do poema original, mas deliberadamente retendo uma semelhança mínima para outros fins, não exemplificadas por Holmes, mas para as quais *The Killing of Lykaon*, de Robert Lowell, dos livros 1 e 21 da *Ilíada*, pode servir de exemplo. Holmes se absteve de favorecer um dos quatro tipos de tradução, alegando que cada um, “por sua natureza, abre certas possibilidades para o tradutor escolher e ao mesmo tempo fecha outras” (Holmes, 1970: 97). O reconhecimento, consciente ou inconsciente, por parte do tradutor do tipo de tradução e a compreensão de sua teoria correspondente permitem ao leitor compreender o que texto traduzido significará na cultura receptora.

O trabalho inicial de Holmes culminou em *The Name and Nature of Translation Studies* (1972/5; 1988), geralmente aceito como a afirmação fundadora do campo de estudos. No ensaio, ele estabeleceu o escopo e a estrutura para a nova disciplina. Mais importante, ele concebe a abordagem como uma prática empírica, que vê o texto traduzido como ele aparece em determinada cultura. Como área de estudo, Holmes subdivide os estudos de tradução em três áreas de enfoque: (1) o ramo descritivo: para descrever fenômenos de tradução conforme se manifestam no mundo; (2) o ramo da teoria: para estabelecer princípios pelos quais esses fenômenos podem ser explicados; e (3) o ramo aplicado: para “usar” informações obtidas de (1) e (2) na prática de tradução e no treinamento de tradutores (Holmes, 1972/5: 9-10; 1988: 71-2). Assim, o ramo teórico era subordinado ao ramo descritivo; à medida que os estudos de casos eram descritos e os dados, coletados, a teoria evoluía. A meta final dos estudos de tradução era desenvolver uma teoria da tradução total e abrangente, que estivesse “acima”, sendo capaz de olhar para baixo e ver as teorias parciais existentes, as quais, Holmes sentia, costumavam ser específicas no escopo e lidavam com apenas um ou alguns dos conceitos de um interesse maior. Holmes percebeu que, na realidade, o desenvolvimento da teoria não seria unidirecional, porém mais “dialético”, com cada um dos três ramos fornecendo informações para os outros dois (Holmes, 1972/5: 20; 1988: 78-9).

É importante observarmos que, nessa afirmação, Holmes estipula vários níveis de enfoque em cada um dos ramos. Seu ramo descritivo, por exemplo, foi dividido para incluir descrições orientadas por produto, por função e por processo (Holmes, 1972/5: 12-14; 1988: 72-3). O ramo

orientado por produto, que se tornou a abordagem mais identificada com os estudos de tradução posteriores, pedia uma descrição empírica de traduções, “focada no texto”, e em seguida um levantamento de *corpora* maior de traduções em período, língua e tipo de discurso específicos. O ramo orientado por função, que introduziu um componente cultural efetuando a recepção de um texto traduzido; e a abordagem orientada por processo, que via o problema da “caixa preta”, ou o que se passava na mente do tradutor, tornou-se menos importante, à medida que esse campo de estudos se desenvolvia.

André Lefevere, em seu texto *Translating Poetry: Seven Strategies and a Blueprint* (1975), revelou uma posição semelhante. Experimentando com uma abordagem mais empírica, objetiva, ele pega um texto-fonte – o do 64º poema de Catulo – e descreve sete tipos diferentes de tradução, baseados em metodologias correspondentes e distintas que tendem a reger o processo de tradução. Cada um abre certas possibilidades e fecha outras: (1) a tradução fonêmica funciona bem recuperando palavras etimologicamente relacionadas e reproduzindo onomatopéia, mas dilui o significado; (2) a tradução literal pode transferir um sentido de conteúdo semântico, mas geralmente forçando uma explicação e sacrificando valor “literário”; (3) a tradução métrica pode preservar a métrica, mas distorce sentido e sintaxe; (4) versões em prosa evitam essas distorções, mas a própria forma destitui o texto de ressonância poética; (5) traduções com rimas enfrentam tantas restrições que as palavras acabam significando o que não deveriam significar, e o resultado final é enfadonho, rígido e pedante; (6) o verso branco alcança uma precisão maior e um alto grau de literalidade, mas a métrica imposta força contorções, expansão e contrações, geralmente tornando as versões traduzidas verbosas e desajeitadas; e (7) interpretação, incluindo versões e imitações, que interpretam o tema para deixar o texto mais fácil para recepção, podem comprometer a estrutura e a textura.

Embora Lefevere tentasse maior objetividade e precisão histórica em sua descrição das traduções de Catulo, não deixava de revelar suas preferências. Ele percebeu que a última categoria abrange o mínimo na tradução do conteúdo de um texto. O próprio Lefevere preferia a segunda versão de Holmes, que privilegia a função do texto sobre os leitores originais. A terminologia da “nova” prescrição de Lefevere, porém, faz lembrar o trabalho inicial de Nida e Wilss:

A tarefa do tradutor é, justamente, transmitir o texto-fonte, a interpretação original do autor de determinado tema expresso em um número de variações, acessível a leitores não familiarizados com essas variações, substituindo a variação do autor original por seus equivalentes em língua, tempo, local e tradição diferentes. Uma ênfase especial deve ser dada ao fato de que o tradutor tem de substituir todas as variações contidas no texto-fonte por seus equivalentes. (Lefevere, 1975: 99)

Assim como Nida, Lefevere queria tematizar o texto; mas, como Levý, pretendia fazer isso sem suavizar sua “literariedade”. Ele falava de “preservar distorções”, mas a que se referia, na verdade, era preservar os artifícios de *ostranenie* que parecem estranhos no original e separar este da tradição existente de um tempo e lugar específicos. Sua recomendação de um método histórico particular (o dele mesmo) comprometeu um projeto que, à parte disso, é historicamente sensível.

A contradição característica desse período inicial nos estudos de tradução era o fato de que tentava ser, ao mesmo tempo, objetivamente descritivo e subjetivamente prescritivo. Se contrastarmos o conceito de Holmes de equivalência da tradução, conforme revelado em seu ensaio *On Matching and Making Maps: From a Translator's Notebook* (1973-4; 1988) com o de Raymond van den Broeck no ensaio *The Concept of Equivalence in Translation Theory: Some Critical Reflections* (1978), o problema se torna evidente. A teoria de tradução tradicional se baseava em premissas de significado original, treinando tradutores para interpretar o significado corretamente e reproduzi-lo da maneira apropriada, resultando em regras e leis acerca do procedimento pelo qual o produto poderia ser comparado e avaliado de forma “objetiva”. Enquanto Richards, Nida e Wilss se empenhavam em educar os tradutores para produzir reproduções únicas, unificadas e coerentes do original, ou pelo menos alcançar um consenso a respeito da reprodução única ideal, Holmes argumentava que, se partíssemos dessa premissa, perderíamos algo essencial da natureza da tradução. Ele afirmava que nenhuma tradução de um poema é “a mesma” ou “equivalente” ao seu original (Holmes, 1973-4: 67; 1988: 53). Para ele, esperar a equivalência é estender-se além das limitações pragmáticas que cercam a situação:

Peça a cinco tradutores que façam uma versão de um poema de imagens simples, sintática objetiva e metricamente irrestrito, como *Fog* de Carl Sandberg, para o holandês, por exemplo. As chances de pelo menos duas das cinco traduções serem idênticas são muito pequenas. Em seguida, peça a

outros 25 tradutores que vertam as cinco versões holandesas de volta para o inglês, cinco tradutores para cada versão. O resultado será, novamente e com quase certeza total, tantas versões variadas quanto o número de tradutores. Chamar a isso de equivalência é perverso. (Holmes, 1973-4: 68; 1988: 53)

Holmes insistia que o foco dos estudos de tradução deveria ser o processo de tradução, analisando as escolhas em meio a uma miríade de possibilidades disponíveis ao tradutor. Uma vez feitas as escolhas iniciais, a tradução começa a gerar regras próprias, determinando outras escolhas. Holmes introduziu dois elementos que a teoria da tradução tinha evitado, historicamente: decisões subjetivas e acidentais. Quanto aos últimos, escreveu Holmes:

Duas línguas podem por acaso “se entrelaçar” em pontos específicos, acidentalmente, de modo que a tradução pareça se desenrolar mais ou menos como um único corpo. Isso é raro, mas, quando acontece, a tradução parece quase se escrever sozinha. (Holmes, 1973-4: 78; 1988: 59)

Holmes observou que o processo de tradução envolve frequentemente decisões iniciais que determinam decisões posteriores. Nenhuma escolha é feita sem custos; mudanças serão necessárias no decorrer da tradução, que serão desvios deliberados do texto original. Bastante influenciado pelo artigo de Jiří Levý, *Translation as a Decision Process* (1967), Holmes argumenta que a tradução estabelece uma hierarquia de correspondências, dependente de certas escolhas iniciais, que por sua vez predeterminam os passos seguintes. Por exemplo, se o tradutor favorecer qualidades expressivas em detrimento da mensagem original, rima no lugar do verso livre ou função apelativa em vez de conteúdo semântico, essas escolhas serão restritas e determinarão o tipo de correspondência disponível por todo o resto da tradução. Tais decisões não são certas nem erradas, e sim ambas as coisas, limitando e abrindo, fechando alguns caminhos e possibilidades, mas ao mesmo tempo criando novas relações e possíveis alternativas.

Van den Broeck, que escreveu uma introdução tocante para a obra *Translated!* (1988), de Holmes, começa seu ensaio *The Concept of Equivalence in Translation Theory* concordando com Holmes; ele evitou grande parte da mesma terminologia teórica que costumava caracterizar a tradução. Chegou a citar, inclusive, o experimento de Holmes em torno das 25 versões do mesmo texto, concluindo que “devemos, a qualquer custo, rejeitar a ideia de que a relação de equivalência se aplica à tradução” (Broeck, 1978: 33). Ele compreendeu que toda especulação com o intuito de

definir equivalência, por parte de linguistas, teóricos de tradução, filósofos e filólogos contém muitas equações diferentes e contraditórias, principalmente quando aplicadas a fenômenos tão complexos como a poesia em tradução. Van den Broeck se opõe veementemente à terminologia – incluindo termos como semelhança, analogia, adequação, invariância e congruência – e às implicações teóricas que traz consigo. Entretanto, ele se empenha em redefinir e recuperar o termo “equivalência” para usá-lo em seu conceito de “compreensão verdadeira”, de como se deve considerar a tradução literária (Broeck, 1978: 29).

A redefinição de Van den Broeck de equivalência se baseava na semiótica de Charles Sanders Peirce, na filosofia de Charles Stevenson e na linguística de J. C. Catford. Em suma, Van den Broeck começa com uma reavaliação do conceito de “correspondência”, usando a distinção feita por Peirce entre “tipos” (*types*) e “símbolos” (*tokens*), na qual múltiplos símbolos podem se referir a um tipo, como em várias versões (“instâncias adicionais”) do poema original (“primeira instância”), mudando o foco dos estudos da tradução de uma noção “um a um” para a noção de correspondência “muitos a um” (Broeck, 1978: 34). Van den Broeck expande a noção de Peirce de “tipo” tomando emprestado o conceito de um “megatipo” universal da filosofia, chegando à conclusão que duas traduções, desde que tenham o significado “aproximadamente idêntico”, podem ser identificadas como representativas do “mesmo megatipo” (1978: 34-5). Assim como Holmes, Van den Broeck localizava a tradução em uma rede de várias instâncias de um “megatipo” ou “primeira instância”; o significado foi reduzido a aproximações de algo identificável, porém, sempre textualizado em “símbolos” ou “instâncias adicionais”. Ele se apegava, contudo, a um conceito formal de significado, como faziam os formalistas russos, no qual era visto como uma propriedade da língua, e não como algo extrínseco. O megatipo, portanto, era determinado por uma rede de símbolos e, ao mesmo tempo, transcendia esses tipos, transcendendo, enfim, a língua. Citando J. C. Catford, Van den Broeck chegou a uma definição de significado como “a rede total de relações acessada por qualquer forma linguística” e adotou a definição de Catford para equivalência de tradução: “a equivalência de tradução ocorre quando um texto ou item da L.F (língua-fonte) e da LA (língua-alvo) são relacionáveis (pelo menos em parte) às mesmas características relevantes da substância da situação” (Broeck, 1978: 38). Para Van den Broeck, essas características relevantes nada têm a ver com referência semântica, e sim com referência textual. Ele se refere mais uma vez a Catford,

argumentando que “ambos os textos devem ser relacionáveis apenas com as características *funcionalmente relevantes* da situação comunicativa” (Broeck, 1978: 38). Em contraste com Broeck, porém, Catford via as características funcionalmente relevantes como relativamente indeterminadas e, em grande parte, uma questão de opinião:

Podemos distinguir, enfim, entre características situacionais que têm *relevância linguística* e as que são *funcionalmente relevantes*, sendo essa relevância à função comunicativa do texto, em tal situação. Para que ocorra a equivalência da tradução, portanto, tanto o texto da LF quanto o da LA devem ser relacionáveis às características *funcionalmente* relevantes da situação. Em nosso atual estado de conhecimento, uma decisão em qualquer caso específico quanto a esse tipo de relevância deve permanecer, até certo ponto, uma questão de opinião. (Catford, 1969: 94, itálicos no original)

Van den Broeck, por outro lado, sentia que essas características funcionalmente relevantes podiam ser determinadas, padronizadas e avaliadas com precisão. Concordando com Lefevere, ele deduz que o intento do autor original e a função do texto original podem ser determinados e traduzidos por um método de tipologizar e topicalizar, para que “possua valor literário” equivalente ao texto-fonte e à função. Van den Broeck conclui: “É correto dizer, portanto, como diz Lefevere, que uma tradução só pode ser completa se e quando tanto o valor comunicativo quanto os elementos de tempo-lugar-tradição do texto-fonte forem substituídos por seus equivalentes mais próximos possíveis no texto-alvo” (Broeck, 1978: 39, ver Lefevere, 1975: 102).

A exigência de se preservar a literariedade a todo custo, enfim, influência não apenas a metodologia, mas também os padrões avaliativos. O problema com as abordagens iniciais de Holmes, Lefevere e Van den Broeck era que elas davam tamanho destaque à organização interna do texto e sua inerente estrutura que o referente desaparecia. Boa parte do problema gira em torno do uso inconsistente do termo “função”. Quando Miko, por exemplo, usa a palavra “função”, ele se refere à característica *linguística* muito sutil do texto, que lhe dá sua “literariedade”. Ele isola elementos estruturais distintos na língua e os descreve, esperando determinar um paradigma de elementos universais aplicável a todas as línguas. Miko tem em mente universos anistóricos específicos de forma, que são independentes de quaisquer culturas específicas. Os estudos da tradução usam o termo “função” para se referir ao modo como Nida usava a palavra – em termos de teoria da comunicação e para reduzir a carga de informação, levando a

mensagem a “funcionar” de maneira semelhante na cultura receptora – e também ao uso do termo por parte de Miko, características linguísticas muito sutis que só os estudiosos de linguística e críticos literários conseguem discernir. A referência de Miko à “função” presume um canal de mensagens absolutamente puro, com um leitor ideal que sabe o intento original do autor, é fluente em numerosas línguas, consegue distinguir traços linguísticos mínimos e complexos e tem habilidade poética criativa. Existem poucos leitores assim; o modelo de Miko pressupõe não só um leitor competente, mas ideal. Seu modelo de estudos de tradução, portanto, se baseia em um receptor não existente, bem como em um referente não existente. Sem vínculos precisos ao pensamento ou à comunicação, lembra os textos modernistas/futuristas da década de 1920 que se referiam a nada além de si mesmos e eram totalmente autônomos e “sem significado”.

O motivo pelo qual Van den Broeck queria aplicar a terminologia da filosofia metafísica tradicional aos estudos de tradução era que a nova abordagem, a despeito de suas tentativas de se libertar, retinha a mesma dicotomia forma x conteúdo que caracterizava o dualismo filosófico tradicional. Segundo Lefevere e Van den Broeck, o problema com as traduções que privilegiam aspectos formais – rima, métrica, fonética, sintaxe – não era o de não transferir conteúdo, mas sim de não traduzir de maneira adequada nem sequer as propriedades formais do texto original. Não enfocavam *suficientemente* a forma “total”, o tema em relação à tradição literária e as características “literárias” específicas. Embora os estudiosos de tradução neguem, a acusação de que o grupo só se ocupa de tradução literária é, até certo ponto, justificável. Sua ênfase em características puramente formais presume o mesmo dualismo forma/contéudo sem teorizar acerca da relação dos dois. Se a *efetividade* da representação formal do objeto for traduzida, então provavelmente o objeto em si será traduzido também. Os primeiros estudos de tradução defendiam uma posição cuja teoria era nova e mediadora, em vez de hermenêutica, mas se encontrava inserida em/e perpetuando muitas das dicotomias da mesma tradição metafísica.

Ostranenie como padrão avaliativo

Para demonstrar a recepção dessa fase inicial dos estudos de tradução, recorro agora ao texto *Translation Studies* (1980), escrito por Susan Bassnett, cujo livro surgiu a partir de seu trabalho com estudantes de pós-graduação na Universidade de Warwick, na Inglaterra, em extensa consulta com o grupo

de Leuven/Amsterdã. O texto foi uma das primeiras publicações sobre o projeto flamengo/holandês e tinha o intuito de servir como uma introdução à área. Tornou-se talvez o livro mais vendido de estudos de tradução até hoje, sendo reeditado pela Routledge em 1991.

Tentando alcançar um público maior, Bassnett foi deliberadamente didática e provocativa, com a intenção de estimular interesse, promover discussão e esclarecer diferenças. Ela adotou as duas premissas fundamentais, porém contraditórias, dos primeiros estudos de tradução: que não há um modo correto de traduzir um texto literário e que a interpretação da tradução seja baseada na comparação da “função” do texto como original e traduzido. Em uma análise de um histórico da tradução de diversas versões do 13º poema de Catulo, por exemplo, ela usa uma definição bastante geral do termo “função” para descrever “de maneira objetiva” as diferentes versões. Na verdade, porém, Bassnett parece se distanciar de uma tradução feita por *sir* Walter Marris, que “caiu no abismo esperando pelo tradutor que resolva se amarrar a um esquema de rima muito formal”, e preferir uma versão cheia de jargões e letras de *rock'n'roll* de Frank Copley, que ela acha “mais próxima do poema latino do que a versão literal de Marris”. Por fim, ao discorrer sobre uma versão de Ben Jonson, que traduziu o soneto em um poema de 41 versos, ela sugere que se “aproxima mais em espírito, tom e linguagem a Catulo que qualquer uma das outras duas versões” (Bassnett, 1980: 88-91). É claro que Bassnett tenta, retoricamente, decompor o conceito estreito dos leitores do que deveria ser uma tradução literária e nos ajudar a ver os fenômenos de tradução em um sentido mais amplo. Ela parece dar preferência, contudo, à inclusão de efeitos de *ostranenie*, possibilitando aos tradutores acrescentar comentários e passagens a fim de acompanhar os efeitos do original e tornar o texto relevante para o leitor contemporâneo. Seu largo uso do termo “função” e sua aplicação liberal do conceito de mudança atenuam as fronteiras entre definições tradicionais de tradução e adaptação.

Apesar da aparência radical de sua metodologia, sua poética, na verdade, reflete convenções modernistas e formalistas russas. Ela apresentou as questões teóricas levantadas pelos estudiosos flamengos e holandeses como parte dos “problemas de tradução” que têm caracterizado a teoria da tradução em toda a sua história e que são próprias das abordagens anglo-saxônicas de nossos dias. De fato, em grande medida, justifica-se Bassnett ter aplicado os estudos de tradução à sua abordagem intersemiótica, baseada em muitos anos de estudos de teatro, à tradução; com certeza, pode-se encontrar apoio teórico para suas prioridades no trabalho de Levý, Popovič,

Lefevere e Van den Broeck. Sua compreensão dos estudos de tradução era, em parte, determinada por confusão terminológica na área, inserida no dualismo filosófico tradicional, e privilegiando uma estética que se presta à apropriação, por meio de estratégias sem referências e subjetivos.

Enquanto Bassnett usa os estudos de tradução para apoiar a estratégia de tradução por ela criada, estratégia esta que implicitamente retinha padrões avaliativos baseados nas normas prevalecentes características do modernismo, James Holmes segue um procedimento diferente, de orientação menos funcional e mais “material”. Ele quer revelar primeiro o processo de tradução, para depois entender por que determinadas decisões foram tomadas, antes de julgar o resultado como bom/mau, verdadeiro/inverídico ou compreendido/mal compreendido. Referindo-se novamente a *Translation as a Decision Making Process* (1967), de Levý, Holmes argumenta que a tradução envolve a tomada de decisões, e uma decisão afeta todas as outras (Holmes, 1973-4: 79-80; ver Levý, 1967: 1171-4). Entretanto, em determinado ponto, a tradução começa a gerar regras próprias, evitando certas escolhas e permitindo certos discernimentos que talvez não fossem visíveis até então. Qualquer que seja o desenrolar da tradução, outras traduções sempre são possíveis, não melhores nem piores, mas diferentes, dependendo da poética do tradutor, das escolhas iniciais e dos pontos em que as línguas se entrelaçam e começam a desenvolver não na língua-fonte ou alvo, mas naquela área cinza entre as duas. A diferença entre as abordagens de Holmes e de Bassnett é que Holmes tenta preservar o som, o sentido, o ritmo, o “material” textual do objeto na língua e recriar essas sensações específicas – som, sentido e associação – a despeito de limitações inerentes na língua-alvo, enquanto Bassnett enfoca o tema central e o significado, deriva a “função original” e permite a substituição de grande parte do texto, com todas as particulares ressonâncias e associações, por algo novo e muito diferente, mas que, em teoria, afeta o leitor da mesma maneira. Em ambos os casos, atendo-se à definição da teoria dos estudos de tradução, podemos ver como os métodos para os tradutores em treinamento e/ou a real prática da tradução dão substância a qualquer discussão de teoria.

O lugar dos estudos de tradução na história

Enquanto James Holmes se empenhava em evitar generalizações teóricas em torno de como o objeto (o texto traduzido) deve parecer antes que o texto-fonte seja confrontado, que as incompatibilidades de línguas

sejam analisadas e as opções que determinam a metodologia, ponderadas, Raymond van den Broeck, André Lefevere e Susan Bassnett enfrentavam o problema descritivo com padrões avaliativos já sendo aplicados. As diferenças teóricas entre estes, porém, não lhes impediu a cooperação em termos de estudos da tradução. Na verdade, o mais característico desse período é o estimulante processo de colaboração em andamento, apesar de certas diferenças teóricas. Por exemplo, os estudos de tradução concordavam que o estudioso deveria analisar o sistema *tanto* das correspondências *quanto* dos desvios construídos pelo tradutor. Em seu ensaio, *Describing Literary Translations: Models and Methods*, (1978; 1988), Holmes explica:

A tarefa do estudioso que deseja descrever a relação entre o texto traduzido e o original é óbvia. Ele deve tentar determinar as características dos dois mapas do tradutor e descobrir seu sistema de regras – de desvio, projeção e, acima de tudo, correspondência –, em outras palavras, da poética do tradutor. (Holmes, 1978: 77; 1988: 87)

Por mais fácil que pareça a relação, tal descrição não é fácil, por duas razões. A primeira é que, quase invariavelmente, não existe material algum para análise, exceto os próprios textos, o original e a tradução, e o estudioso não tem acesso ao que se passa na mente do tradutor em termos do processo de tomar decisões. A segunda razão é que, mesmo que o tradutor explicita na introdução ou no prefácio os principais critérios e o sistema poético regendo o texto traduzido, essa descrição pode não corresponder à intenção original. Assim, o estudioso deve traçar a relação entre tradução e original por um caminho imaginário, pois textos documentando o caminho são quase não existentes. Até a época do início dos estudos de tradução, nenhuma das disciplinas de crítica literária apresentava uma metodologia suficiente para explicar, de forma objetiva, o processo de tradução; tentativas anteriores faziam comparações com base aleatória, caracterizada pela intuição e pelo método de estudos de influência, sendo notadamente incompletas. Os estudiosos de tradução propuseram uma abordagem mais rigorosa, tentando atingir um consenso quanto a um repertório de traços específicos a serem comparados (como os esboçados por Miko), em seguida, estabelecendo onde as mudanças determinantes ocorrem (conforme definição de Popovič) e por fim analisando de modo sistemático essas mudanças, incorporando análises textuais sincrônicas, estruturas, bem como as análises diacrônicas literárias intertextuais

e socioculturais, a fim de determinar o significado e a função de qualquer texto traduzido específico. Van den Broeck concordou, sugerindo que a variância limitada (significado aproximado) caminha de mãos dadas com as mudanças de tradução (equivalentes funcionais) (Broeck, 1978: 41). Com o intuito de analisar o original e a tradução em termos de seu núcleo estável e suas mudanças determinantes, Van den Broeck também aponta para Miko e seu sistema de propriedades expressivas (Broeck, 1978: 44-5). Lefevere, usando uma terminologia um pouco diferente, defendeu uma posição semelhante, argumentando que a literatura evolui à medida que unidades ao mesmo tempo novas e independentes vão surgindo a partir de uma unidade básica, e que as mudanças progressivas ocorrem com o passar do tempo. A tarefa do estudioso, argumenta ele, seria codificar essa evolução, bem como as instituições por meio das quais essa evolução ocorre. Só então o “significado” de uma obra pode ser estabelecido (Lefevere, 1978a: 25). Holmes, ciente da magnitude de tal tarefa, afirma que elaborar um sistema de codificação e seguir o processo de descrever a literatura da maneira exposta anteriormente é o próximo passo necessário para a área. Ele conclui, em seu ensaio *Describing Literary Translations*:

A tarefa de elaborar esse repertório seria enorme. Mas, se os estudiosos pudessem chegar a um consenso sobre ela, como, por exemplo, os botânicos desde Lineu chegam a um consenso em torno dos métodos sistemáticos para a descrição de plantas, seria possível, pela primeira vez, proporcionar descrições de textos originais e traduzidos, de seus respectivos mapas e das correspondentes redes, regras e hierarquias que seriam mutuamente comparáveis. E só com base em descrições mutuamente comparáveis, podemos produzir estudos bem fundados de uma abrangência maior: estudos comparativos das traduções de um autor ou um tradutor, ou – dando um salto maior – de período, gênero, uma só língua (ou cultura), ou histórias gerais da tradução. (Holmes, 1978: 81; 1988: 90)

Os estudos de tradução, que começaram com uma proposta relativamente modesta, a de focar as traduções em si e descrever melhor o processo de tradução, descobriram que a tarefa seria muito mais complexa do que se concebia até então. O trabalho, sem dúvida, está além do escopo de qualquer estudioso em particular, independentemente de quanto ele saiba de teoria linguística, literária e sociocultural – daí a proposta de que os estudiosos literários de variadas áreas concordem quanto a uma metodologia de trabalho e unam esforços em torno dessa enorme meta.

Um dos pioneiros no esforço para desenvolver um modelo para descrever melhor as traduções de maneira detalhada foi José Lambert, cuja abordagem difere dos primeiros estudos de tradução. Lambert sugere que o livro de Van den Broeck e Lefevere, de 1979, *Uitnodiging tot de vertaalwetenschap*, é sintomático do problema. Embora os dois autores enfatizem, na obra, a necessidade de mais estudos descritivos, afirma Lambert, eles não explicam como isso deveria ser feito (Lambert & Gorp, 1985: 42) e que os métodos gerais usados durante o primeiro período, isto é, o início da década de 1970, eram muito mais “intuitivos” que sistemáticos. Em suas tentativas de descrever uma metodologia mais sistemática para a área, Lambert e outros foram auxiliados pela contribuição de dois estudiosos de Israel. A “teoria dos polissistemas”, definida por Itamar Even-Zohar e desenvolvida por Gideon Toury, que será tratada em detalhe no capítulo seguinte, tornou-se tão identificada como a teoria subjacente aos estudos contemporâneos de tradução nos anos de 1980 e 1990 que, para muitos, as duas são indistinguíveis.

Entretanto, antes de encerrar este capítulo sobre estudos de tradução, é importante refletir sobre a natureza pioneira daqueles primeiros estudiosos e sua contribuição para os estudos literários e teorias de comunicação intercultural. Infelizmente, vários dos principais participantes durante os anos formativos já faleceram. Levý morreu em 1969; Popovič, em 1984; Holmes, em 1986; e Lefevere, em 1996. Estudos recentes acrescentaram pouco ao registro histórico do período. Entretanto, muitos dos artigos importantes, publicados originalmente em fontes obscuras, foram reunidos e se encontram, hoje, acessíveis. Os ensaios de James Holmes, como mencionado, estão na coletânea *Translated!* (1988). Retrospectivas foram mantidas, como a conferência dedicada a James Holmes em Amsterdã em 1990, apresentações que foram publicadas na subsequente antologia *Translation Studies: The State of the Art* (1991), que contém importantes ensaios de muitos admiradores de Holmes.

Isso não significa que nada novo em termos de estudo tenha sido acrescentado ao rol dos primeiros estudos de tradução. Em *Translation in Systems: Descriptive and System-oriented Approaches Explained* (1999), Theo Hermans, também pioneiro do período (ver seção sobre estudos de tradução na década de 1980, a seguir), cita a obra de John McFarlane, que em 1953 publicou um ensaio intitulado *Modes of Translation*, em *The Durham University Journal*. Holmes reconheceu a importância das ideias de McFarlane e o convidou para a conferência de Leuven em 1976. McFarlane começou seu

ensaio com conceitos relativamente tradicionais do que os tradutores tentam fazer, ou seja, transmitir com precisão o significado de um texto em uma língua para outro texto, em outra língua, mas, em seguida, passou a apontar as complexidades envolvidas nesse mesmo processo. Ele tinha total consciência da instabilidade do significado e das incompatibilidades entre as línguas, argumentando que não há como produzir uma precisão total, uma vez que não existe um meio de determinar em que consiste essa precisão. Haveria a necessidade, enfim, não de outra nova teoria de tradução, mas sim de uma abordagem que aceitasse a tradução em todas as suas imprecisões e insuficiências, que “não se preocupasse com ideais irreais e absolutos fictícios, e sim realidades concretas”, e que “não tentasse impor um padrão rígido aos fatos, como vemos no presente, mas, em vez disso, servisse como artifício para a melhor compreensão deles” (1953: 92-3; ver Hermans, 1999: 17-21). Ele concluiu o ensaio com um apelo para que sejam explorados os procedimentos da tradução, do que acontece com as traduções propriamente ditas: “Antes de começarmos a fazer julgamentos de valor da tradução, precisamos conhecer melhor sua natureza; e a sugestão é que uma análise do *procedimento* – acreditando-se que tradução é o que a tradução faz – seja a abordagem mais promissora” (1953: 93). Podemos ver a importância das ideias de McFarlane, principalmente afirmações do tipo “tradução é o que a tradução faz”, nos primeiros estudos de tradução.

Mais importante que reunir os primeiros ensaios em antologias e resgatar o registro histórico foi a tentativa de recuperar o espírito dos tempos. Estudiosos mais jovens que se deparam com esse material em épocas posteriores só podem começar a pesquisa com o registro histórico. De acordo com os participantes da época, porém, o que falta nas revistas históricas do período são as conversas, os diálogos, bate-papos tarde da noite e as ideias não publicadas, a princípio tão importantes para o movimento. Felizmente, Theo Hermans aborda esse espírito de descoberta em uma seção intitulada “An Invisible College” em *Translation in Systems* (1999). Apoiando-se em *The Structure of Scientific Revolution* (1962), de Thomas Kuhn, e *Invisible Colleges: Diffusion of Knowledge in Scientific Communities* (1972), de Diana Crane, para o vocabulário próprio para articular a energia desse período, Hermans se reflete no modo como a área de estudo se cristalizou, a partir de ideias díspares flutuando a esmo em diferentes partes do globo, em uma “matriz disciplinária” semicoerente, uma espécie de “encontro de mentes” de estudiosos das Américas, Holanda, Bélgica, Israel e Europa central. Interesses em história literária, estruturalismo, estilística, tradução e,

principalmente, insatisfação com os conhecimentos existentes se fundiram e levaram a um processo criativo de fertilização cruzada. Ideias experimentadas por pequenos grupos infectavam outros, gerando um crescimento exponencial. Contatos estabelecidos por Holmes e Popovič se difundiram pela Holanda e Bélgica, onde estudiosos como José Lambert, André Lefevere e Raymond van den Broeck se juntaram ao *momentum*, que por sua vez contaminou estudiosos como Even-Zohar e Gideon Toury em Israel, Susan Bassnett na Inglaterra e Maria Tymoczko nos Estados Unidos. Esses indivíduos altamente produtivos desenvolveram, então, um aparato teórico e uma metodologia de pesquisa, organizaram uma série de conferências, recrutaram colaboradores e começaram a treinar estudantes. A expansão estava em andamento.

Nos primeiros anos, o desenvolvimento de uma rede pessoal e o intercâmbio de ideias foram cruciais para o surgimento do novo campo. Hermans se refere a essa rede como o “colégio invisível”, o qual, a despeito de sua dispersão internacional, oferecia um lar para seus participantes. A publicação dos primeiros artigos em periódicos obscuros, afirma Hermans, acabou acrescentando o espírito combativo e inovador do grupo. Muitos interesses comuns foram compartilhados, como, por exemplo, o interesse conjunto do grupo inicial pelo formalismo russo; os participantes individuais, contudo, também trouxeram seu conhecimento e seus interesses próprios, incluindo teoria de sistemas, estudos empíricos, história literária e filosofia da ciência. Em suma, a química funcionou, e um novo paradigma foi estabelecido. Voltamos agora para os anos centrais dos estudos de tradução, nos quais as ideias mais importantes foram elaboradas e testadas: o período em que os estudos de tradução, por bem ou por mal, se uniram à teoria dos polissistemas.

Chapter 5 Capítulo 5

Teoria dos polissistemas

Em uma série de textos escritos entre 1970 e 1977, e reunidos em 1978 como *Papers in Historical Poetics*, Itamar Even-Zohar apresentava, pela primeira vez, o termo “polissistema” para o agregado de sistemas literários, incluindo tudo, desde formas “altas” ou “canônicas” (por exemplo, verso inovador) como poesia até formas “baixas” ou não canônicas (por exemplo, literatura infantil e ficção popular) em determinada cultura. Even-Zohar reconhecia tanto a importância “primária” (criar novas ideias e modelos) quanto a “secundária” (reforçar itens e modelos) da literatura traduzida em história literária (Even-Zohar, 1978a: 7-8). Gideon Toury, um colega mais jovem, adotou o conceito de polissistemas, isolou e definiu certas “normas” de tradução que influenciam as decisões no ato de traduzir e incorporou esses fatores na estrutura maior de uma teoria abrangente de tradução, publicada em *In Search of a Theory of Translation* (1980). Essas ideias não eram novas, mas sim baseadas no trabalho dos formalistas russos posteriores, e evoluíram de uma década de trabalho por parte de estudiosos na Universidade de Tel Aviv que haviam se encarregado do ambicioso projeto de descrever toda a “história da tradução literária para o hebraico”.

No início dos anos de 1970, Even-Zohar desenvolveu a hipótese dos polissistemas, trabalhando em um modelo para literatura israelita hebraica; tinha publicado suas descobertas em francês, como *Aperçu de la Littérature Israélienne*, já em 1972, embora a versão inglesa de sua teoria só surgisse em sua obra *Papers in Historical Poetics* (1978). Gideon Toury foi um dos muitos estudiosos na Universidade de Tel Aviv que participaram em vários

estudos de campo “testando” as hipóteses de Even-Zohar na década de 1970 e que tinham extensos dados em que basear suas conclusões teóricas (Yahalom, 1981; Shavit, 1981; Toury, 1980). Even-Zohar apresentou suas ideias primeiramente ao grupo holandês/belga, naquele que ficaria conhecido como o “histórico” Colóquio de Estudos de Tradução de 1976, em Leuven, Bélgica, cujos trabalhos foram publicados em uma coletânea chamada *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies* (1976). Os temas apresentados em duas conferências sobre estudos de tradução após o colóquio de 1976 – o primeiro em 1978 em Tel Aviv, cujas atas foram publicadas em uma edição especial de *Poetics Today* (verão-outono, 1981), e o segundo em 1980 em Antuérpia, cujas atas foram publicadas em uma edição especial de tradução de *Dispositio* (1982) – ilustram o casamento da teoria dos polissistemas com os estudos de tradução até o ponto em que, pelo menos nos anos de 1980, os dois eram quase indistinguíveis.

Por que essa união de trabalho sendo feito por estudiosos nos Países Baixos e em Israel ocorreu nesse momento específico? Um dos motivos certamente tinha a ver com os desenvolvimentos paralelos em suas situações sociais e históricas: os estudiosos flamengos e holandeses tinham contatos intelectuais com os círculos literários e linguísticos alemães e checos, enquanto os israelitas interagiam com estudiosos alemães, russos e, depois, anglo-americanos. Uma perspectiva semelhante para a tradução também existia em ambas as regiões: seus países poderiam ser caracterizados como tendo poucas pessoas que falassem línguas “menores”, a literatura “nacional” de ambos é bastante influenciada pela literatura “maior” à sua volta, a holandesa, pela alemã, francesa e anglo-americana, e a de Israel, pela alemã, russa e anglo-americana. A situação em Israel era mais extrema que nos Países Baixos, que possuíam sua própria tradição literária nativa, pois os hebreus não tinham um cânone de obras literárias e eram totalmente dependentes de textos em línguas estrangeiras tanto para diversidade quanto profundidade. Mais importante, porém, era a dependência da cultura, como um todo, da tradução para fins comerciais e políticos. No caso da situação holandesa/flamenga, as oportunidades econômicas, intelectuais e sociais eram, sem dúvida, melhoradas pela interação multilíngue; no caso de Israel, a sobrevivência da nação passou a depender da tradução. Se os holandeses e belgas, por sua vez, se encontravam na encruzilhada intelectual da Europa, os israelitas se viam em outra, não só entre a União Soviética e o Ocidente, mas entre as culturas ocidentais e do “Terceiro Mundo”.

No capítulo 1, observei que Paul Engle afirmara que o futuro do mundo talvez dependesse da tradução precisa de uma palavra; em nenhum lugar tal afirmação é mais evidente que na frágil situação diplomática e política do Oriente Médio. Lá, a cultura russa de fato se encontra com a anglo-americana; muçulmanos se encontram com judeus; forças sociais e históricas do passado influenciam o presente; o multilinguismo é mais dominante que o monolinguismo; os exílios são tão comuns quanto os nacionais “locais”. Para entender o próprio passado e a própria identidade, uma compreensão da tradução em si e por si é crucial; ela deixa de ser um “jogo” da elite intelectual, uma nota de rodapé dos estudos literários, e se torna fundamental para a vida e a sustentação de todos os indivíduos, em toda a região (e talvez no mundo).

Outro motivo para associarmos a teoria dos polissistemas aos estudos de tradução é a semelhança entre os dois: existe uma ligação lógica entre o que estava sendo sugerido nos Países Baixos e o que era postulado em Israel. Os estudiosos em Israel não contradiziam o trabalho dos primeiros estudos de tradução, mas o expandiam, incorporando noções teóricas anteriores de equivalência de tradução e função literária em uma estrutura maior, que lhes possibilitava historicizar os textos realmente traduzidos e ver a natureza temporal de certas pressuposições estéticas que influenciam o processo de tradução. A diferença teórica importante entre o trabalho deles e os primeiros estudos de tradução é que a direção do pensamento acerca da tradução se inverte. Os discípulos dos estudos de tradução, assim como vários teóricos da tradução antes deles, tendiam a observar relações um a um e noções funcionais de equivalência; eles acreditavam na habilidade subjetiva do tradutor de derivar um texto equivalente que, por sua vez, influenciasse as convenções literárias e culturais de determinada sociedade. Os teóricos dos polissistemas presumiam o contrário: que as normas sociais e as convenções literárias na cultura receptora (sistema-“alvo”) ditam as pressuposições estéticas do tradutor e, assim, influenciam suas subsequentes decisões.

Em muitos sentidos, porém, a teoria dos polissistemas foi uma extensão lógica das exigências feitas pelos primeiros teóricos dos estudos de tradução; os estudiosos israelitas expandiram os parâmetros do que Lefevere, Holmes e Van den Broeck pretendiam até um ponto em que a teoria da tradução parece transcender as “legítimas” fronteiras linguísticas e literárias. Na introdução de *Translation Theory and Intercultural Relations*, as atas da conferência de Tel Aviv de 1978, os editores Even-Zohar e Toury escreveram:

Tendo adotado uma vez a abordagem funcional(ista), na qual o objeto depende da teoria, a moderna teoria da tradução não pode deixar de transcender “fronteiras”. Assim como as “fronteiras” linguísticas foram transcendidas, as literárias também devem ser. Pois há ocorrências de uma natureza trasladável que requerem uma semiótica da cultura. (Even-Zohar & Toury, 1981: X)

Com a incorporação do horizonte histórico, os teóricos dos polissistemas mudaram a perspectiva que até então governara a tradicional teoria da tradução e começaram a abordar toda uma nova série de questões. Não só as traduções e as conexões interliterárias entre as culturas são mais bem descritas, mas as relações intraliterárias dentro da estrutura de determinado sistema cultural e a verdadeira evolução literária e linguística também se tornam visíveis por meio do estudo de textos traduzíveis.

O problema com os primeiros estudos de tradução, segundo os teóricos dos polissistemas, era que eles tentavam teorizar o processo de tradução e, ao mesmo tempo, avaliar o sucesso de textos individuais de maneira sincrônica (textos em termos de sua pura “literariedade”). Enquanto alegavam possuir um componente diacrônico, pois consideravam o contexto histórico, bem como a cultura-alvo (em termos da função do texto na cultura receptora), esse mesmo componente pendia para o anacrônico: a teoria aventava a possibilidade de uma importação direta de uma função isolada (a função original pretendida pelo autor) no decorrer dos séculos. Uma avaliação sincrônica, como a tentativa de Van den Broeck de recuperar o conceito de “equivalência de tradução” para os estudos de tradução, estava em contradição direta com uma descrição diacrônica abrangente, que relativizava em vez de universalizar qualquer conceito de equivalência. Qualquer tentativa de prescrever uma estética no lugar de outra em termos de abordagens à tradução seria comprometida pela extensão necessária dos parâmetros da análise histórica. Como a teoria da tradução, em seu início, era muito limitada por distinções metafísicas separando forma de conteúdo e teorias dualísticas de representação, ela não conseguia descrever de forma adequada a situação histórica condicionando sistemas específicos de representação. A contribuição israelita abandonou as tentativas de prescrever, incorporou descrições de múltiplos processos de tradução e analisou os diversos produtos históricos. Em vez de se basear em tipos de gramática/temáticos de estrutura profunda ou aspectos linguísticos com funções semelhantes, a “moderna” teoria da tradução incorporou a ideia da mudança sistêmica que compromete esses conceitos estáticos, mecanísticos.

O processo que os teóricos da tradução desejam agora descrever não era um processo de transferências de um único texto, mas de produção de tradução e mudança dentro de todo o sistema literário. Para isso, Even-Zohar e Toury se utilizaram à vontade das ideias dos formalistas russos posteriores, em particular Jurij Tynjanov, cujo projeto, em muitos sentidos, é paralelo ao desenvolvimento dos estudos de tradução. Identificando seu conceito de teoria de polissistemas na tradição do formalismo russo, Even-Zohar escreveu:

A importância para a história literária das correlações entre literatura central e periférica, bem como entre tipos “altos” e “baixos”, foi identificada pelos formalistas russos assim, tão logo abandonaram sua atitude parcialmente anacrônica, no início de sua história. A natureza dessas correlações se tornou uma das principais hipóteses para explicar os mecanismos de mudança na história literária. (Even-Zohar, 1978a: 11)

Assim como os primeiros estudos de tradução requeriam uma investigação do processo histórico, mas deixavam de especificar os pormenores, também muitos formalistas russos deixaram de interpretar seus resultados em termos de história literária. Esse processo só começou mais tarde, com Jurij Tynjanov, Boris Èjxenbaum e seus alunos.

Jurij Tynjanov: acerca da evolução literária

Os formalistas russos não eram um grupo totalmente homogêneo, e suas desavenças por conta do conceito de “forma”, isto é, se a língua era direcionada primeiramente para o signo ou para o mundo externo, foram, talvez, responsáveis pela divisão interna. Um dos formalistas russos que defendia o rompimento com obras literárias autônomas e a aproximação com a história foi Boris Èjxenbaum, que, em *Theory of the Formal Method*, descreveu o momento da cisão nos seguintes termos:

O ponto focal é que o empenho original dos formalistas em identificar algum artifício construcional específico e traçar sua unidade por meio de volumoso material cedeu lugar a uma tentativa de qualificar melhor a ideia geral, apreender a função concreta do artifício em cada instância. Esse conceito de valor funcional aos poucos ganhou destaque e obscureceu nosso conceito original do artifício. (Èjxenbaum, 1978: 29)

A cisão no formalismo russo não foi dirigida apenas contra as antigas tendências formalistas, mas também contra a história literária dominante e o conhecimento simbolista na Rússia. Tal mudança nesse pensamento conceitual forçou os formalistas posteriores a considerar fatores históricos, e mais uma vez eles entraram em conflito com as tradições de historicismo literário, então dominado por levantamentos biológicos e estudos da influência de autores canônicos sobre outros autores. Segundo Èjxenbaum, os historiadores literários da época contavam com generalidades, tais como os conceitos de “romantismo” ou “realismo” quando falavam em termos históricos, e o progresso era medido com base individual – semelhante, por exemplo, ao modo como um pai passa alguma coisa ao filho e uma mãe à filha. Não se via na literatura nenhuma importância para a evolução social. Os teóricos literários simbolistas, contra os quais os formalistas russos reagiram a princípio, afastaram o conhecimento literário ainda mais das condições culturais, desenvolvendo toda uma série de “esboços impressionistas” e “silhuetas” que modernizavam os escritores, convertendo-os em “eteros companheiros”.

Essa ruptura do formalismo russo foi uma consequência natural da abordagem formalista: na análise de uma questão literária específica, o crítico logo percebia que o problema literário não só estava emaranhado na história, mas também influenciava a história na qual se insere, abrindo o problema complexo da evolução literária. Segundo Tynjanov, qualquer nova obra literária deve necessariamente desconstruir unidades existentes ou, por definição, deixa de ser literária. A tradição literária não era mais concebida como uma linha reta contínua, mas antes como uma luta envolvendo destruição e reconstrução a partir de elementos (Tynjanov, 1921; Èjxenbaum, 1978: 31). Em termos do desenvolvimento do formalismo russo e sua relevância para os estudos de tradução, essa visão de Tynjanov marca a ruptura crítica. Em seu artigo em 1927, *On Literary Evolution*, e no ano seguinte, *Problems in the Study of Literature and Language* (ambos os artigos compilados em Matejka & Pomorska, 1978), Tynjanov repudiou oficialmente seus colegas formalistas. O projeto formalista, ele argumentava, era apenas mais um exemplo de uma abordagem “histórica” tradicional, que isolava elementos “literários” e os equiparava com elementos de um sistema oriundo de um período e tempo diferentes:

Tradição, o conceito básico da história estabelecida da literatura, provou ser uma abstração injustificável de um ou mais elementos literários de determinado

sistema dentro do qual eles ocupam o mesmo plano e desempenham o mesmo papel. São comparados com os elementos iguais de outro sistema no qual estão em um plano diferente, convergindo para um sistema aparentemente unificado, ficcionalmente integrado. (Tynjanov, 1978b: 67)

Tynjanov rejeitou as investigações de seus colegas, considerando-as superficiais e mecânicas e seus resultados ilusórios e abstratos. Ele argumenta que as características sincrônicas dependem de estruturas passadas e futuras, que o fizeram reformular o conceito formalista de diacronia e a função da literatura na história. Sempre em relação dialética com outros sistemas, as obras não poderiam mais ser estudadas isoladamente, pois aquilo que era inovador dependia do que era normal. Elementos formais adquiriam valor não quando fossem abstraídos e correlacionados a algum conceito da forma semelhante ou idêntica, mas quando eram diferentes, distanciando-se de uma forma padrão. A “literariedade” se tornou equivalente à diferença, e expressões como “inovação” nas obras e “mutação” de sistemas eram usadas para ilustrar seu argumento: “O principal conceito para a evolução literária é a mutação de sistemas e, assim, o problema das ‘tradições’ é transferido para outro plano” (Tynjanov, 1978b: 67).

Duas mudanças no pensamento de Tynjanov se tornaram evidentes: a primeira, a “literariedade” não poderia ser definida fora da história – sua existência dependia da inter-relação; e a segunda mudança, as unidades formais perdiam importância, à medida que as leis sistêmicas que regem as relações literárias eram elevadas. Tynjanov poderia, nesse sentido, ser classificado como estruturalista, em vez de formalista, pois a finalidade de seu projeto era descobrir as “leis estruturais específicas” que governam todos os sistemas, incluindo textos literários. Ele propunha um estudo da relação da função de elementos literários normais com outros elementos literários intratextuais, elementos literários intertextuais e ordens extraliterárias. A abstração formal de elementos separados de uma obra – tais como composição, ritmo, estilo, sintaxe ou paródia – era útil, porém limitada, pois, em determinado ponto, essa mesma obra acabaria revelando que a função de um elemento específico variava em diferentes sistemas. A revelação de que elementos formais eram capazes de adquirir diferentes funções em diferentes culturas (como em tradução, por exemplo) sugeria a Tynjanov que os parâmetros que governam o conhecimento literário precisavam ser expandidos para incluir o extraliterário. Ele rejeitava a “origem” não sistêmica de novos elementos, ideias e/ou gêneros, fossem eles gerados a partir

de textos literários (“influências literárias”) ou instituições extraliterárias. Por outro lado, Tynjanov e Jakobson apresentavam a tese de que a evolução estrutural determina toda mudança específica: “A história da literatura (arte), sendo simultânea a outras séries históricas, é caracterizada, como em cada uma dessas séries, por um complexo envolvido de leis estruturais específicas” (Tynjanov & Jakobson, 1978: 79).

Para compreender melhor a relação do elemento formal inovador com o texto específico e com a ordem literária existente, Tynjanov introduziu o conceito de “sistema”. Os elementos, argumenta ele, não existem isoladamente, mas sempre em uma inter-relação com outros elementos de outros sistemas. Para Tynjanov, todo o mundo literário e extraliterário poderia ser dividido em sistemas estruturais múltiplos. As tradições literárias compõem diferentes sistemas, gêneros literários formam sistemas, a obra literária em si também é um sistema único, e a ordem social compreende outro sistema, todos os quais se inter-relacionam, “dialeticamente” interagindo e condicionando o modo como qualquer elemento formal específico pode funcionar. Sem um conceito de uniformidade, de sistema, de normas, de conformação, é impossível determinar o que é novo, diferente ou “mutante”. O formalismo apresentava a tese de que era possível distinguir a “literariedade” por meio de um conceito de desfamiliarização. Essa tese, contudo, dependia da presunção de que o formalismo também era capaz de definir o que é familiar, pois a função do elemento formal podia ser vista como desfamiliarizadora somente naquele momento intertextual específico, em que a norma e o novo entravam em contato. Portanto, a principal colaboração de Tynjanov para a teoria literária foi a de estender, de uma maneira lógica, os parâmetros do formalismo para incluir normas literárias e sociais.

A ordem social no modelo de Tynjanov era tudo o que se tornara formalizado, automatizado, regularizado – a vida comum, cotidiana, banal: ele argumentava que o verso encontrado em jornais, por exemplo, usava basicamente sistemas métricos banais, extintos, já há muito rejeitados pela poesia. Assim, o extraliterário no modelo de Tynjanov não era algo que influenciava obras literárias; a obra literária influenciava o extraliterário. Textos literários introduziram uma mudança no modo como as pessoas percebiam as coisas no mundo real. Para iluminar esse conjunto de relações, Tynjanov introduziu o conceito de “complexo de normas”:

Os princípios envolvidos em relacionar essas duas categorias (isto é, a norma existente e as expressões individuais), conforme aplicado à literatura,

devem agora ser elaborados. No segundo caso, a expressão individual não pode ser considerada sem referência ao complexo existente de normas. (O investigador, ao isolar o primeiro do segundo, inevitavelmente deforma o sistema de valores artísticos em consideração, perdendo, assim, a possibilidade de estabelecer suas leis imanentes.) (Tynjanov & Jakobson, 1978: 80)

A expressão individual, portanto, foi a princípio relacionada à norma literária preexistente para medir seu “valor” e assim determinar as leis imanentes de sua produção. Em um terceiro nível, existia o mundo real, material, o mundo da “convenção social”, ou seja, aquele que existe quando os textos literários são “desgastados” e transferidos para outras formas de “vida real”. As normas sociais, enfim, eram vistas em grande parte como estagnadas, estáticas, mortas; a inovação literária era o que movia a sociedade. A função da vida real no modelo de Tynjanov era apenas a de ser a receptora para as frases cansadas, desgastadas, que perderam a vida.

Embora Tynjanov se comprometesse com uma teoria de sistemas, em vez do formalismo, suas raízes formalistas permaneciam visíveis, pois a estrutura formal de um texto ainda era privilegiada e o conteúdo era reduzido à importância marginal. A hierarquia desse modelo procedia de uma análise da relação de elementos estruturais dentro de um texto literário (“função construcional”) com a análise da relação do texto literário com a ordem literária (“função literária”) e, por fim, com a análise da relação do sistema literário com as convenções sociais (“função verbal”). A hierarquia era compartimentada de modo que uma única obra literária não pudesse ser relacionada à ordem social; somente uma ordem literária ao extraliterário (Tynjanov, 1978b: 74). O conceito de Tynjanov de como a literatura evolui se baseou no mesmo artifício de desfamiliarização tão valorizado pelos primeiros formalistas. Apesar das aclamações contrárias, mesmo no formalismo posterior, a literatura ainda era percebida como isolada do resto do mundo enfadonho, banal, automatizado; era vista como tendo um desenvolvimento autônomo, adjacente ao mundo real.

Por mais avançado que fosse o modelo de Tynjanov, o alegado modelo diacrônico, evolucionário, ainda era determinado basicamente por sua predisposição conceitual sincrônica. Uma contradição na obra de Tynjanov característica de seu projeto era a sua tentativa de ampliar a perspectiva do formalismo russo introduzindo perspectiva histórica e realidades sociais em seu modelo, ao mesmo tempo retendo categorias conceituais sincrônicas – a função “construcional” de um texto – que tradicionalmente

dirigiam o formalismo. O que tinha valor era aquilo que desfamiliarizava (verso poético); e o que não tinha era o que se conformava (jornalismo, literatura popular). Sua insistência em uma “ciência” à prova de valores da evolução literária privilegiava signos que se referiam a outros signos – a inovação de forma era o fato determinante – e não ao mundo material. A literatura, portanto, evoluía de forma autônoma de acordo com leis literárias de evolução, independentemente de fatores externos. A literatura permanecia acima do mundo normal, corriqueiro, evoluindo por um caminho próprio. Ela não mediava, apenas influenciava, por meio de algum tipo de efeito “gotejante”. O conceito de que diferentes meios culturais, condições econômicas ou instituições literárias (como a imprensa) poderiam exercer um efeito sobre a evolução de um sistema literário era inconcebível dentro da estrutura de análise de Tynjanov. No modelo dele, o mundo material, o conteúdo da obra de arte, seu referente histórico e seu significado eram todos relegados a um *status* subsidiário.

Itamar Even-Zohar: explorando relações literárias intrassistêmicas

Itamar Even-Zohar não é especificamente um teórico da tradução, mas sim teórico cultural. Por mais de uma década, ele não publicou nada sobre tradução, mas seu trabalho pioneiro continua exercendo considerável influência, principalmente no estudo de traduções em culturas emergentes ou culturas em crise. Even-Zohar adotou o conceito de Tynjanov de um sistema literário hierárquico e incorporou os dados coletados de suas observações acerca de como as traduções funcionam em diversas sociedades. Ele cunhou o termo “polissistema” para se referir a toda a rede de sistemas correlacionados – literários e extraliterários – na sociedade e desenvolveu uma abordagem chamada de teoria dos polissistemas, na tentativa de explicar a função de *todos* os tipos de escrita em determinada cultura – desde os textos canônicos centrais até os mais marginais, não canônicos. Conceitos emprestados de Tynjanov – como “sistema”, “normas” literárias e a noção de “evolução” como uma luta contínua entre vários sistemas literários – são usados para estruturar sua pesquisa: a análise das relações intrassistêmicas entre as conflitantes estruturas literárias. Embora a análise de literatura traduzida fosse apenas um aspecto de sua investigação, provou-se mais do que marginal, pois seus dados mostravam que a literatura traduzida funciona de

modo diferente, dependendo da idade, força e estabilidade do “polissistema” literário em particular. Na verdade, seu pensamento a respeito da tradução – principalmente em relação à situação única da literatura hebraica, com sua generalizada falta de textos, e o papel singular da literatura russa e iídiche traduzida em seu sistema literário – conduziu Even-Zohar a algumas de suas mais provocativas hipóteses acerca dos sistemas literários.

Even-Zohar adotou o conceito de sistema de Tynjanov, sua estrutura hierárquica de diferentes sistemas literários, seu conceito de desfamiliarização como artifício medidor de significação literária histórica e, por fim, seu conceito de mutação e evolução literária. A definição de Even-Zohar de polissistema é igual ao conceito de sistema de Tynjanov, incluindo as estruturas literárias, semiliterárias e extraliterárias. O termo “polissistema” é, portanto, global, abordando todos os sistemas literários, tanto maiores quanto menores, existentes em determinada cultura. A substância de sua pesquisa envolve sua exploração das complexas inter-relações entre os vários sistemas, principalmente os sistemas maiores e os subsistemas menores. Em um gesto mais controvertido, ciente das implicações ideológicas do sistema estruturado por hierarquia de Tynjanov, Even-Zohar, no entanto, adotou o mesmo conjunto de relações estruturais com seu correspondente e variante “valor”, dentro da estrutura como um todo:

De acordo com o que se presume acerca da natureza dos sistemas em geral e da natureza dos fenômenos literários em particular, obviamente não pode haver igualdade entre os vários sistemas e tipos literários. Esses sistemas mantêm relações *hierárquicas*, o que significa que alguns ocupam uma posição mais central que outros, ou que alguns são *primários* enquanto outros são *secundários*. (Even-Zohar, 1978a: 16)

O terceiro conceito emprestado de Tynjanov foi o de “desfamiliarização” ou, na terminologia do formalista, “desautomatização”. Como indica a passagem anterior, o modelo de Even-Zohar mais uma vez presume o *status* privilegiado dos elementos da “alta” literatura de importância “primária” para o polissistema e dos elementos automatizados “baixos”, no fim da hierarquia cultural, de importância “secundária”. Nos níveis mais baixos, os elementos, embora “materialmente” intactos, perdem sua “função original” e se tornam “petrificados” (Even-Zohar, 1978a: 16). Even-Zohar reverteu a noção de cânone como um corpo invariável e aceito de literatura que opera como norma padrão em determinada cultura e a usou para ajudar a definir aquilo que é inovador, novo e diferente:

Enquanto a literatura consagrada tenta criar novos modelos de realidade e procura iluminar as informações por ela trazidas, de uma maneira que gere, no mínimo, a *desautomatização*, como colocam os estruturalistas de Praga, a literatura não canônica tem de acompanhar os modelos convencionais, altamente automatizados. Daí a impressão de estereótipo que se obtém de obras não canônicas. (Even-Zohar, 1978a: 16)

O horizonte histórico foi introduzido segundo as diretrizes do futurismo russo também: o choque causado pelo surgimento de elementos novos e inovadores no sistema codificado existente é o que leva um sistema literário a evoluir. Por toda a história, subsistemas literários concorrentes têm desafiado e infiltrado as ordens superiores, a elas se misturando, de modo que o sistema inteiro evolui de maneira “assistemática”: uma espécie de caldeirão fervente, manifesto em um texto na forma de uma troca de paradigmas que se intersectam e competem, indicativo de sistemas heterogêneos conflitantes que lutam dentro do “polissistema” como um todo.

Tal teoria rearticula a teoria dos sistemas propostas pelos formalistas posteriores; Even-Zohar a ressuscitou após um período de silêncio parcialmente imposto por condições políticas na ex-União Soviética. Seu trabalho incorporando a tradução no modelo, porém, marcou mais um desenvolvimento no campo da poética histórica:

É necessário incluir *literatura traduzida* no polissistema. Isso raramente é feito, mas nenhum observador da história de qualquer literatura deixaria de reconhecer a importância do impacto das traduções e seu papel na sincronia e diacronia de determinada literatura. (Even-Zohar, 1978a: 15)

Nem todos os polissistemas são os mesmos, e, por meio da análise da relação entre a obra traduzida e a original, Even-Zohar atingiu uma melhor compreensão da natureza dos polissistemas. Em todos os modelos de sistemas anteriores, as traduções eram invariavelmente classificadas como sistemas secundários; os dados de Even-Zohar mostravam que tal classificação pode ser incorreta. Os polissistemas de culturas maiores, mais antigas, como a anglo-americana ou francesa, por exemplo, diferem dos polissistemas de nações mais jovens ou menores, como Israel ou os Países Baixos. Os primeiros, graças à extensão e à autossuficiência de suas tradições, segundo Even-Zohar, tendem a relegar a literatura traduzida às margens da sociedade (exceto em períodos de crise), enquanto nos últimos polissistemas, por motivos contrários, as traduções têm um papel mais crucial. Em seu ensaio *The Position of Translated Literature Within the*

Literary Polysystem, ele sugere que a relação entre obras traduzidas e o polissistema literário não pode ser categorizada como primária ou secundária, mas como variável, dependendo da circunstância específica operante no sistema literário.

Even-Zohar especifica três circunstâncias sociais que geram uma situação na qual a tradução ocuparia uma posição primária: quando uma literatura é “jovem” ou no processo de ser estabelecida; quando uma literatura é “periférica” ou “fraca” ou ambas as coisas e quando uma literatura está vivendo uma “crise” ou um momento de mudança (Even-Zohar, 1978a: 24). No primeiro caso, como é próprio da situação israelita e parece característico da cultura checa do século XIX (Macura, 1990), a tradução supre a necessidade de uma literatura jovem de usar sua língua nova para tantas e variadas espécies de escrita quantas forem possíveis. Como não podem criar todas as formas e gêneros, os textos traduzidos servem como a referência mais importante, durante certo período de tempo (embora não se limitem a essa função na hierarquia). Segundo Even-Zohar, o mesmo princípio se aplica à segunda situação, na qual uma literatura fraca, geralmente de uma nação menor, como Israel, não é capaz de produzir todas as espécies de escrita que um sistema mais forte, maior, reproduz – daí a incapacidade para produzir inovação e a subsequente dependência da tradução para introduzir textos que estabeleçam precedentes. Em tais circunstâncias, os textos traduzidos servem não apenas como um meio pelo qual novas ideias podem ser importadas, mas também como a forma de escrita mais imitada por escritores “criativos” na língua nativa. Na terceira situação, talvez análoga à situação cultural na América do Norte na década de 1960, modelos literários definidos já não estimulam a nova geração de escritores, que recorrem a outras fontes para encontrar ideias e formas. Sob tais circunstâncias históricas, ou combinação de circunstâncias, tanto escritores estabelecidos quanto de vanguarda produzem traduções, e, pelo texto traduzido, novos elementos são introduzidos em um sistema literário que, sem eles, não apareceria.

As condições sociais opostas, de acordo com Even-Zohar, governam as situações em que a tradução tem importância secundária para o polissistema. Em sistemas fortes como o francês ou anglo-americano, com tradições literárias bem desenvolvidas e muitas diferentes espécies de escrita, o texto original produz inovações em ideias e formas que não dependem de tradução, relegando as traduções a uma posição marginal no funcionamento pleno do sistema dinâmico. Nessa situação histórica, a tradução

assume frequentemente (mas não sempre) formas já estabelecidas como dominantes em um gênero específico, e a literatura traduzida tende a permanecer um tanto conservadora, aderindo a normas que as formas “mais altas” (superiores) já rejeitaram. Apesar de sua função secundária, as traduções produzidas sob tais circunstâncias podem, paradoxalmente, introduzir *novas ideias* em uma cultura, enquanto, ao mesmo tempo, preservam as formas tradicionais.

Tendo observado a posição da tradução em variados sistemas culturais, Even-Zohar explorou, em seguida, a relação entre os textos traduzidos e o polissistema literário, em dois aspectos: (1) como os textos traduzidos são selecionados pela cultura receptora e (2) como os textos traduzidos adotam certas normas e funções como resultado de sua associação com outros sistemas de língua-alvo (Even-Zohar, 1978a: 22). Em seu trabalho inicial com a teoria dos polissistemas, a dívida de Even-Zohar para com Tynjanov e os formalistas russos era muito clara, e a ausência de fatores extraliterários pode ser notada. De acordo com a pesquisa de Even-Zohar, a seleção parece ser determinada por condições dentro do polissistema receptor. Os textos traduzidos são escolhidos por causa de compatibilidade com as novas formas necessárias ao polissistema para alcançar uma completa, dinâmica e homogênea identidade. Assim, as condições socioliterárias da cultura receptora determinam, em parte, quais textos serão traduzidos, em primeiro lugar. Se faltarem características como técnicas, formas ou até gêneros – Even-Zohar fala dos “vácuos” em uma cultura literária –, há grande probabilidade de que sejam importados textos que forneçam esses elementos funcionais, para que o sistema alcance plena diversidade dinâmica. Do contrário, o polissistema receptor permanece “imperfeito”. Se, de fato, um sistema começa a se estagnar, a tradução pende mais uma vez para o inovador, passa para o centro canônico e oferece ao sistema o ímpeto necessário para ele se levantar.

Quanto ao modo como a literatura traduzida influencia as normas de tradução de determinada cultura, Even-Zohar sugere que, quando a literatura traduzida assume uma posição primária, as fronteiras entre textos traduzidos e textos originais “se difundem” e as definições da tradução se tornam liberadas, expandindo-se para incluir versões, imitações e adaptações. Governados por uma situação em que sua função é introduzir novo trabalho na cultura receptora e mudar as relações existentes, os textos traduzidos tendem necessariamente a reproduzir com maior precisão as formas e relações textuais do texto original (adequadas à língua-fonte). Se a forma do texto estrangeiro for muito radical, muito alienante, o texto traduzido

corre o risco de não ser incorporado ao sistema literário da cultura receptora; entretanto, se o novo texto for “vitorioso”, ele tende a funcionar como literatura primária, e os códigos da literatura original da cultura receptora e da literatura traduzida são ambos “enriquecidos”. Se a tradução tende a ser uma atividade secundária em determinado polissistema, a situação se inverte: as tentativas do tradutor de encontrar modelos prontos resultam em traduções que se conformam com as normas estéticas preestabelecidas na cultura-alvo, à custa da forma “original” do texto. Por exemplo, de acordo com a teoria dos polissistemas, as traduções anglo-americanas do século XIX (feitas por Rossetti, Longfellow, Fitzgerald) baseadas em abordagens (como as de Matthew Arnold) que enfatizam a “fidelidade” à forma original e às relações textuais funcionavam como primárias. Certas traduções modernas (a tradução contemporânea da Bíblia ou adaptações de teatro), usando abordagens (como a de Bassnett ou de Nida) que preferem encontrar formas existentes que funcionem como equivalentes na literatura-alvo, seriam sistemas secundários, reforçando a atual estética dominante (modernismo), em vez de importar novas ideias e técnicas.

Even-Zohar revisou a hipótese dos polissistemas em 1977 para definir melhor a relação entre um sistema literário e as forças socioeconômicas de uma sociedade. Em um ensaio intitulado *Polysystem Hypothesis Revisited*, ele escreveu:

Basta considerarmos a relação centro/periferia para podermos conciliar heterogeneidade com funcionalidade. Portanto, a noção de hierarquia, de estratos, não só é inevitável, mas também útil. Incrementá-la com a noção de um sistema de sistemas, um sistema múltiplo, ou seja, cujas interseções são mais complexas, é apenas mais um passo lógico gerado pela necessidade de elaborar um modelo “mais próximo” do “mundo real”. (Even-Zohar, 1978a: 29; ver Even-Zohar, 1990: 20-1)

A vantagem da teoria dos polissistemas é que ela permite o próprio incremento e integra o estudo de literatura com o estudo das forças sociais e econômicas da história. Even-Zohar usava o termo “poli” para possibilitar tal elaboração e complexidade sem ter de limitar o número de relações e interconexões. Os princípios que ele utilizava para descrever relações dentro do sistema literário também se aplicam às suas relações com o extraliterário (Even-Zohar, 1978a: 29-30). Seu trabalho inicial é importante para a teoria da tradução por causa da atenção e da consideração dadas ao papel da tradução em um sistema literário, papel este tradicionalmente

ignorado por teóricos literários, em geral. Entretanto, ele próprio admite que a hierarquia descrita, o meio pelo qual as traduções eram escolhidas e o modo como funcionavam no sistema literário eram simplistas demais, e a teoria precisava de reformulação. À medida que evolui, a teoria dos polissistemas entra em uma nova fase, na qual fatores extraliterários como patronagem, condições sociais, economia e manipulação industrial estão sendo correlacionados ao modo como as traduções são escolhidas e funcionam em um sistema literário. Apesar do fato de sua teoria permitir expansão, o trabalho e as hipóteses de Even-Zohar tendiam a focar o literário, como demonstra seu trabalho mais recente formulando “universais” baseados em suas descobertas.

Sendo a meta das teorias estruturais estabelecer as regras e leis que governam qualquer sistema, encontrar os padrões da manifestação superficial investigada, a abordagem de Even-Zohar, a despeito de seu aparente enfoque em heterogeneidade e diferença, e por causa de certas pressuposições teóricas, apresenta esses universais. Even-Zohar lê o texto da malha cultural e tenta descobrir aquelas regras que regulam o sistema da heterogeneidade cultural, o “polissistema”. Com isso, ele eleva a abordagem formalista a um patamar superior: sua teoria se torna um formalismo de formas. Embora ele presuma que os sistemas literários são compostos de múltiplos sistemas divergentes e sofrem mudança constante, no coração de sua teoria, há um “todo” completamente integrado e significativo. Embora os subsistemas concorrentes estejam em constante estado de fluxo, eles também se correlacionam com outros elementos e sistemas formando uma estrutura complexa, porém unificada. Even-Zohar não analisa nem classifica textos únicos; pelo contrário, ele analisa textos múltiplos e as complexas intra e inter-relações em que entram quando formam um todo altamente estratificado, mas unificado. Para ele, a cultura é a mais alta estrutura humana organizada.

A tendência a generalizar e estabelecer leis universais é uma das partes mais polêmicas da teoria de Even-Zohar. Em seu ensaio *Universals of Literary Contacts*, ele lista 13 desses universais derivados de seus dados novos, o primeiro dos quais – “*todos os sistemas literários se empenham em se tornar polissistêmicos*” (Even-Zohar, 1978 a: 43, itálicos no original) – serve para ilustrar sua abordagem. Ao observar os dados pela primeira vez, em especial a tradução, pareceu-lhe que certos polissistemas não eram estratificados ou não continham determinados elementos ou subsistemas. Uma análise mais apurada, contudo, revelou que esse não era o caso;

que, na verdade, a estratificação estava “sempre” presente e que nenhuma literatura funcionava como um todo não estratificado, levando-o à formulação do primeiro “universal” da história cultural. Tais conclusões não só se desviam perigosamente para a terminologia teórica tradicional – que se baseia na uniformidade, nas veridades eternas e nos sistemas homólogos –, mas também tendem a reforçar muitas noções tradicionais da definição de “literário” e reificar os sistemas literários dos sistemas “fortes”. O trabalho de Even-Zohar é talvez o mais importante até hoje na área de teoria da tradução; ele usa as noções de equivalência de tradução e função literária, mas não as remove da história nem prescreve um modelo de tradução que transcenda o tempo. Seu trabalho é altamente inovador e manifesta a natureza temporal de pressuposições estéticas, examinando as traduções propriamente ditas dentro do contexto sociológico maior. É uma obra que presta uma significativa contribuição não só para a teoria da tradução, mas também para a literária, pois demonstra a importância da tradução no contexto maior específico dos estudos literários e na evolução da cultura em geral.

Apesar dos avanços feitos por Even-Zohar, vários problemas menores com a teoria dos polissistemas podem ser notados. O primeiro problema, que ele reconhecia, é sua tendência a propor universais baseados em poucas evidências. Uma análise mais extensa de relações textuais e culturais deve ser feita antes que os “universais” sejam apresentados de maneira convincente. As contradições em seus dados demonstram a natureza efêmera do que ele tenta articular. Por exemplo, ele afirma, com sua habitual veemência, que “nenhuma estrutura literária em nível algum jamais foi adotada pelo sistema não canônico antes de se tornar material comum do sistema canônico” (Even-Zohar, 1978a: 17). No entanto, em sua análise da literatura francesa do fim do século XIX, por exemplo, os dados parecem indicar outra coisa: a literatura pornográfica era espalhada pela literatura não consagrada antes de quaisquer traços dela serem adotados pelo cânone. Even-Zohar talvez tenha adotado o formalismo russo posterior sem o devido senso crítico, apresentando uma hierarquia de relações na qual as ideias inovadoras gotejam, até residir, por fim, nas estagnadas formas da literatura popular. Suas evidências sugerem que geralmente ocorre ao menos uma relação mais dialética de interação mútua, ou que, em alguns casos, o movimento oposto – isto é, o popular influenciando o canônico – é, em grande parte, verdadeiro.

Isso nos remete ao problema relacionado da adoção não crítica da estrutura formalista, perpetuando conceitos como “literariedade”, que são subjacentes, mas parecem impróprios ao modelo complexo de Even-Zohar dos sistemas culturais. Apesar de seu modelo de base histórica, ele retinha um conceito de “fatos literários”, fundado em um sistema de valores formalista de desfamiliarização, talvez contradizendo sua própria tese de que os textos literários dependem da cultura. Essa pressuposição influenciou seu conceito de relações hierárquicas em uma sociedade, suas definições de “primário” e “secundário”, que ainda retêm resíduos ideológicos de um sistema anistórico de julgar a literatura, a despeito de todas as afirmações contrárias. Se a literatura traduzida parece funcionar como primária, tanto quanto secundária, o mesmo não se aplicaria à literatura infantil, aos romances policiais, aos contos folclóricos? Dentro do contexto teórico do modelo de Even-Zohar, os contos folclóricos sempre serão relegados a um *status* secundário, pois não desenvolvem a forma ou o gênero. Embora os personagens e as tramas mudem, os contos não sofrem alteração de estrutura e, por isso, nunca podem ocupar uma posição “primária” na hierarquia. Contudo, há evidências suficientes que documentam sistemas literários nos quais o conto oral é altamente valorizado.

Além disso, o problema de localizar o referente se aplica à teoria dos polissistemas de Even-Zohar tanto quanto ao formalismo. Apesar de admitir tal possibilidade, Even-Zohar raramente associa os textos às “condições reais” de sua produção, mas apenas a modelos estruturais hipotéticos e generalizações abstratas. O extraliterário continua ausente nessa análise. O *objeto* significado – o conteúdo, o significado, ainda que arbitrário – partilhado entre o autor e o leitor não está presente no modelo de Even-Zohar; sua análise enfoca o significante e o modo como ele interage formalmente com outros sistemas literários/culturais de significação. Uma teoria que aborda só a forma e a função sistemática não é completa. Em termos de teoria da tradução, o problema de referência, de como os signos são traduzidos sem ocultar ou distorcer a coisa a que os signos se referem, permanece. Em um sistema com diferentes signos tendo diferentes associações culturais, como podem ser atenuadas as perdas de referências? Será que as ideias se desenvolvem independentemente da literatura? O próprio Even-Zohar parece partilhar da crença de Èjxembaum e Tynjanov de que a literatura se desenvolve de maneira autônoma, de acordo com regras próprias; embora ele admita o incremento de sua teoria, também afirma que o sistema literário é, em grande extensão, autônomo – um “sistema autorregulador” – e

que a estratificação é realizada pelas “inter-relações dentro do sistema” (Even-Zohar, 1978a: 30). Ele tenta ler os textos múltiplos da vida cultural de uma sociedade com semelhantes pressuposições formalistas de que os formalistas russos traziam aos textos individuais.

Por fim, a metodologia e o discurso de Even-Zohar limitam o escopo de sua investigação. Ele afirma observar de maneira “objetiva” o intercâmbio de sistemas, eliminar toda parcialidade, descrever “racionalmente” e ordenar fenômenos literários. Sugere que uma abordagem “não elitista” e “não avaliativa” pode “eliminar *todos* os tipos de parcialidades” (Even-Zohar, 1978a: 28, *itálicos no original*). De alguma forma, ele situa sua teoria acima de outras teorias da tradução, o que lhe dá uma perspectiva independente dos fenômenos de tradução. Essa total objetividade, claro, é impossível, ainda mais considerando-se a natureza do tema. Sua metodologia de fazer regras, desenvolver hipóteses, testá-las, chegar a um consenso dos estudiosos históricos literários “qualificados” (aqueles que concordam com o mesmo método científico) pode, na verdade, até fechar os caminhos de investigação. Enquanto o conteúdo da teoria de Even-Zohar é “dialético” e desafiador às teorias que universalizam e homogeneizam, sua metodologia também o leva a concordar, de um modo geral, com as teses assim “comprovadas” que servem de “fatos” literários.

Embora seu argumento seja convincente e bem sustentado, a formulação de princípios de Even-Zohar às vezes contradiz aquilo que ele está tentando provar. Ele acumulou dados novos, que tendem a desacreditar as velhas teorias e exigir nova interpretação, retendo, no entanto, uma estrutura conceitual e uma abordagem científica que o forcem a fazer essas afirmações universais. Essa propensão a generalizar, principalmente com tão poucos dados em que basear uma conclusão, gera o risco de que os elementos para análise só entrem em seu modelo quando encontrarem um lugar no todo estrutural do polissistema. Com a unidade postulada desde o começo e um método científico que visa à eliminação de contradições, a metodologia pode vir a limitar e obscurecer aquilo que ela alega estar abrindo. Sistemas que não seguem as regras e leis do polissistema estrutural são vistos, portanto, como “imperfeitos”. Modelos não conformativos têm “vácuos” que precisam ser preenchidos para chegar à completude. O sistema todo se baseia em ordem, regularidade e na habilidade do investigador para explicar, de modo satisfatório, todos os fenômenos. O subtexto implícito na teoria de Even-Zohar nos lembra as formas platônicas e a estética clássica, amenizando as contradições e eliminando aquilo que não se encaixa. O que

é, afinal, aquele sistema completo, dinâmico, homogêneo com o qual todos os outros sistemas são comparados? Contradições na realidade e problemas de criação literária são “resolvidos” por sua metodologia; variações são reguladas; os textos são vistos como “mais” ou “menos” inovadores e classificados de acordo.

Apesar de tais reservas, a teoria dos polissistemas de Even-Zohar demonstra um avanço no desenvolvimento de estudos de tradução e na teoria da tradução, de um modo geral. Diferentemente dos modelos anteriores, o sistema de Even-Zohar não é específico ao texto e não analisa textos individuais, isolados de seu contexto cultural. Para ele, um texto não alcança o nível hierárquico de determinada cultura por causa de alguma beleza inerente ou verdade eterna, mas sim (1) por causa da natureza do polissistema da cultura receptora e suas circunstâncias históricas sociais/literárias, e (2) da diferença entre certos elementos do texto e normas culturais. Um texto nunca é totalmente autônomo (embora se postule que todo o sistema literário o seja); o texto já está sempre envolvido em uma miríade de relações com outros elementos de outros sistemas tanto no centro quanto às margens de um todo cultural. O avanço teórico da teoria dos polissistemas para os estudos de tradução deve ser evidente: em vez de apresentar um conceito estático de como deveria ser uma tradução, Even-Zohar varia sua definição de “equivalência” e “adequação” de acordo com a situação histórica, libertando a disciplina das restrições que tradicionalmente limitavam suas teorias anteriores. Expandindo as fronteiras teóricas da tradicional teoria da tradução, baseada, com frequência, em modelos linguísticos ou teorias literárias não desenvolvidas, e inserindo literatura traduzida em um contexto cultural maior, Even-Zohar abriu caminho para a teoria da tradução avançar e se estender além da estética prescritiva. Essa abertura foi seguida por seu colega, Gideon Toury, que enfocou o componente de tradução do modelo de Even-Zohar e começou a busca por uma nova teoria da tradução.

Gideon Toury: uma teoria da tradução voltada para o texto-alvo

A obra de Gideon Toury pode ser dividida em dois períodos: o primeiro de 1972-1976 e reportado em 1977 em *Normot šel tirgum ve-ha tirgum ha sifrut le-ivrit ba šanim 1930-1945* [Normas de tradução e tradução literária para o hebraico 1930-1945] envolve um estudo sociológico detalhado das condições culturais que afetam a tradução de novelas em língua

estrangeira para o hebraico no período 1930-1945 (ampliado, depois, para incluir literatura infantil); o segundo, de 1975 a 1980 e resumido em uma série de escritos reunidos em 1980 e publicados como *In Search of a Theory of Translation*, consiste em uma tentativa de desenvolver uma teoria de tradução mais abrangente, baseada em descobertas a partir de seus estudos de campo. O primeiro projeto foi iniciado com Itamar Even-Zohar e usou a estrutura da teoria dos polissistemas; o segundo estudo, embora ainda baseado na teoria dos polissistemas, apresenta hipóteses teóricas que distinguem o modelo de Toury daquele de seu predecessor.

O estudo de campo inicial de Toury estava no escopo de um projeto maior chamado “A história da tradução literária para o hebraico”, conduzido pela Universidade de Tel Aviv, na época (Toury, 1980: 123). Seu estudo catalogou as traduções da ficção em prosa do inglês, russo, alemão, francês e iídiche para o hebraico em um período de 15 anos e gerou dados quantitativos, por exemplo, acerca do número de escritores traduzidos, número de livros traduzidos de cada autor e o número de tradutores e editores envolvidos no processo. Uma das metas do estudo de campo era descobrir as decisões tomadas no decorrer do processo de tradução, por meio do que ele esperava discernir um sistema de regras governando a tradução nesse polissistema específico. Como já postulava Popovič, a razão esteticamente determinada para certas decisões envolvendo tradução se faziam mais visíveis nas “mudanças” entre o texto-fonte e o texto-alvo. A análise das mudanças mostrou que havia poucas alterações linguísticas em operação durante o período, e essas poucas omissões e pouquíssimas adições eram irrelevantes para a identidade do texto. Mais mudanças foram notadas quanto à escolha de palavras e ao estilo, resultando na descoberta de normas “textuais”, como, por exemplo, uma tendência para “elevar” o texto escolhendo palavras que reflitam o estilo “mais elevado” dentre as alternativas possíveis.

Ironicamente, de acordo com o estudo de Toury, a linguística e a estética tinham um papel bastante ínfimo no processo de tradução; na verdade, Toury descobriu que os textos, na maioria, eram escolhidos por razões ideológicas. Eram demonstradas preferências por obras sociais e até “socialistas”, por certos temas e assuntos e, claro, por escritores judeus, enquanto poucas escolhas baseadas em critérios estéticos foram identificadas. Toury, concordando com Even-Zohar, percebeu que os textos escolhidos por razões literárias e para os quais se encontravam equivalentes modelos literários formais tendiam a ocupar e moldar o centro do sistema de tradução

dentro do polissistema hebraico. No entanto, além da inovação formal dos textos centrais, outros elementos em comum com todos eles também foram observados: por exemplo, sua atitude “didática” e a concordância geral com as normas de tradução (e também a aplicação quase rígida delas). Os acidentes também tiveram um papel importante em termos de textos selecionados e textos publicados, bem como para os equivalentes linguísticos encontrados ou não. Todavia, apesar das mudanças nos textos e da falta de conformidade com as teorias linguísticas e literárias predeterminadas, os textos traduzidos, segundo Toury, ainda funcionavam como traduções no polissistema hebraico. Os textos que entravam no sistema hebraico na forma de tradução tinham equivalência linguística e funcional apenas *parcial* ao texto-fonte, embora fossem aceitos na cultura-alvo como traduções e ocupassem todas as posições, do centro até a periferia. Apesar dessa falta geral de conformidade com os modelos teóricos de equivalência de tradução, exemplos de “traduções errôneas”, consideradas “inadequadas” na cultura-alvo, eram considerados raros. Por outro lado, exemplos de completa equivalência linguística ao texto-fonte eram mais raros ainda, e os casos de quase adequação ao texto-fonte, quando ocorriam, costumavam ser “acidentais” (Toury, 1980: 137). O motivo para a falta geral de interesse pela “fidelidade” ao texto-fonte, conclui Toury, não era uma indiferença por parte dos tradutores às relações textuais dentro desse texto, mas sim que sua principal meta era alcançar traduções aceitáveis na cultura-alvo. As decisões operacionais eram, portanto, um resultado natural de uma preferência pela meta teleológica inicial dos tradutores; as mudanças eram ditadas pelas condições culturais do sistema receptor.

Não foi à toa, portanto, que, ao voltar a atenção para o desenvolvimento de uma teoria de tradução, Toury encontrasse defeitos nos modelos teóricos existentes, orientados pela fonte. Seguindo Even-Zohar em seu uso da tradução para descobrir regras acerca do sistema literário em geral, Toury tentou detectar e descrever melhor todas essas leis – linguísticas, literárias e sociológicas – que regem a tradução. Os resultados de seu estudo de campo o tornaram cético quanto às teorias abstratas envolvendo autores, tradutores e leitores ideais. Evitando uma predefinição de como “deveria” ser uma tradução e observando traduções reais em um contexto cultural real, ficou claro para ele que as teorias estéticas de transferência literária e mesmo as descrições “objetivas” por pares de possibilidades linguísticas não explicam os vários fatores que, sem dúvida, influenciam o produto da tradução.

O contexto teórico contra o qual Toury dirigiu seu projeto é dominado por modelos de tradução que apresentam uma definição de equivalência como sendo funcional-dinâmica. Ele sugeria que, apesar de avançadas em relação às definições linguísticas da equivalência de tradução, tais teorias ainda eram orientadas pela fonte e invariavelmente “diretivas” e “normativas” porque só reconheciam “casos corretos” e “tipos” (Toury, 1980: 39-40; 1981: 14). A acuidade da tradução, a adequação do texto equivalente na segunda língua, é, de acordo com essas teorias, sempre medida pelo grau de correspondência com o texto-fonte, tentando-se reconstruir as “relevantes” características funcionais – sejam elas elementos linguísticos ou literários – do texto-fonte. A tradição concebe que as exigências para a tradução são determinadas pelo texto-fonte e, como resultado, acabam sendo idealizadas. A teoria de Toury se opõe a teorias que se baseiam em uma única identidade unificada e abstrata ou uma devida interpretação de desempenho “igual”. Seu modelo se fundamenta na diferença e pressupõe diferenças estruturais entre as línguas: “todo sistema linguístico e/ou toda tradução textual *diferem* de qualquer outro em termos de estrutura, repertório, normas de uso, etc.” (Toury, 1980: 94, *itálicos no original*). Apresentando polos hipotéticos de total aceitabilidade na cultura-alvo em um extremo e total adequação ao texto-fonte no outro, Toury localiza a tradução sempre no meio: nenhuma tradução é inteiramente “aceitável” à cultura-alvo porque sempre apresentará novas informações e formas que desfamiliarizam esse sistema; tampouco é a tradução inteiramente “adequada” à versão original, porque as normas culturais causam desvios das estruturas do texto-fonte. No curso da história, a crítica à tradução tem sido caracterizada por sua tendência a apontar falhas do tradutor porque o texto em si nunca encontra os padrões ideais dos dois polos abstratos: sob um ponto de vista linguístico, sempre se podem apontar erros e propor soluções melhores; sob o ponto de vista literário, os elementos funcionais podem invariavelmente ser julgados como menos dinâmicos ou inovadores que as características do texto-fonte.

Considerando a tradução sob o ponto de vista da cultura-alvo, entretanto, Toury argumentava que a equivalência da tradução não é um ideal hipotético, mas uma questão empírica. A verdadeira relação entre um texto-fonte e um texto-alvo pode ou não refletir a relação abstrata postulada; no entanto, o texto traduzido existe como um artefato cultural para a substituição de um texto-fonte por uma versão aceitável na cultura receptora. Satisfeito em identificar as causas do desvio do padrão, o projeto teórico

de Toury é unificado pela aceitação de textos traduzidos sem um julgamento de suas soluções como corretas ou incorretas. Somente se analisarmos textos traduzidos a partir de seu contexto cultural-linguístico, poderemos compreender o processo de tradução. Toury argumenta que as traduções em si não têm identidade “fixa”; como estão sempre sujeitas a diferentes fatores contextuais socioliterários, elas devem ser vistas como tendo múltiplas identidades, dependentes de forças que ditam o processo de decisão em um momento específico. Distanciando-se de modelos que apresentam concepções únicas de equivalência da tradução, Toury sugere uma estrutura teórica diferente na qual se podem conceituar fenômenos considerados como tradução. Tomando emprestado de Ludwig Wittgenstein o conceito de família de semelhanças, Toury agora vê os textos “originais” contendo agrupamentos de propriedades, significados, possibilidades. Todas as traduções privilegiam determinadas propriedades/significados à custa de outros, e o conceito de uma tradução “correta” deixa de ser uma possibilidade real (Toury, 1980: 18). Efetivamente, Toury consegue projetar o conceito de uma teoria de tradução para além das margens de um modelo restrito à fidelidade ao original, ou de relações únicas, unificadas, entre o texto-fonte e o alvo. Tradução torna-se um termo relativo, dependente das forças da história e da teia semiótica chamada cultura. Em correspondência, a função da teoria da tradução é alterada, cessando sua busca por um sistema do qual se pode julgar o produto e agora se concentrando no desenvolvimento de um modelo que ajude a explicar o processo que determina a versão final.

Os estudiosos dos primeiros estudos de tradução, que tentavam ser objetivos e estudar textos efetivamente traduzidos na cultura-alvo, também se encontravam implicados no paradigma das teorias de tradução estáticas, orientadas pela fonte, as quais Toury rejeita. Por trás da definição de tradução, conforme definida pelos primeiros estudos, afirma Toury, está o conceito de James Holmes de “metatexto”, e, embora tal conceito tenha sido elaborado por Anton Popovič (e outros) e revisado por Van den Broeck (e outros), os textos traduzidos ainda eram vistos pelos primeiros teóricos como uma espécie de metatexto, medido e avaliado em comparação com o texto-fonte ou alguma interpretação idealizada daquela versão inicial (Toury, 1980: 39). Toury queria expandir as fronteiras inclusive do que os estudiosos iniciais já haviam incrementado, afastando-se ainda mais de construções hipotéticas que tendem a estudar textos traduzidos isoladamente. Em contraste com outra teoria determinada pelo texto-fonte (TF), Toury apresentou uma teoria de texto-alvo (TA) para tradução, não

enfocando uma noção de equivalência como exigência postulada, mas sim as “reais relações” construídas entre o texto-fonte e sua “substituição factual” (Toury, 1980: 39). Ele não rejeita o trabalho da linguística contrastiva nem as abordagens semiótico-funcionais; limitações linguísticas/literárias, claro, operam e condicionam a natureza do produto da tradução. Afirmar, porém, que tais regras e leis são apenas um grupo de fatores que podem ser mais poderosos que outros fatores. A meta final da teoria de Toury era estabelecer uma hierarquia de fatores inter-relacionados (restrições) que determinam (governam) o produto da tradução. Em suma, Toury exigia que a teoria da tradução incluísse “fatos” cultural-históricos, um conjunto de leis que ele chama de “normas para tradução”.

Ocupando o centro da teoria de Toury e operantes em todos os estágios do processo de tradução, essas normas se mediam entre sistemas de equivalência potencial. Em seu texto “The Nature and Role of Norms in Literary Translation”, ele explica sua definição das normas para tradução e descreve sua metodologia. Uma determinada sociedade tem normas múltiplas e conflitantes, todas interconectadas com outros sistemas em funcionamento, mas, se as situações recorrem com regularidade, alguns padrões comportamentais podem ser estabelecidos. Assim, em termos de tradução, se quisermos distinguir tendências regulares, precisamos estudar não apenas textos individuais, mas sim traduções múltiplas do mesmo texto original, à medida que ocorrem em uma cultura receptora em diferentes épocas da história. Toury distingue entre três espécies de normas para tradução: preliminares, iniciais e operacionais. “Normas preliminares” envolvem fatores, tais como aqueles que regulam a escolha da obra e a estratégia geral de tradução em um polissistema. Como a definição de tradução varia historicamente, certas perguntas preliminares precisam ser respondidas antes de estabelecermos o contexto cultural que sustenta o processo de tradução. Qual é a “política” de tradução da cultura-alvo? Qual é a diferença entre tradução, imitação e adaptação para o período específico? Que autores, períodos, gêneros, escolas são preferidos pela cultura-alvo? A tradução intermediária ou em segunda mão é permitida? Quais são as línguas mediadoras permitidas? As “normas iniciais” categorizam a escolha do tradutor individual de se submeter ou ao texto original, com suas relações textuais e normas, ou às normas linguísticas e literárias da cultura-alvo, ou a uma combinação de ambas. As normas iniciais são colocadas no topo da hierarquia de normas operacionais porque, se forem consistentes, influenciarão todas as outras decisões de tradução. “Normas operacionais” são as decisões em si, feitas durante o processo de tradução, algumas das

quais discutidas no estudo de campo de Toury de ficção em prosa traduzida em hebraico: normas “matriciais” determinando local, acréscimos e omissões e normas “textuais” revelando preferências linguísticas e estilísticas. A teoria dos polissistemas sustenta o modelo de Toury: em termos de normas iniciais, a atitude do tradutor em relação ao texto-fonte é afetada pela posição do texto no polissistema literário da cultura-fonte; em termos de normas operacionais, todas as decisões são influenciadas pela posição – central ou periférica – defendida pela literatura traduzida no polissistema da cultura-alvo.

Em meio à discussão das normas para tradução e da metodologia para determiná-las, Toury também apresenta um novo conjunto de premissas teóricas que parecem contradizer seu intento original. Semelhante à metodologia de Lefevere em *Translating Poetry: Seven Strategies and a Blueprint*, Toury define normas de tradução examinando comparativamente várias traduções de um texto original, feitas em épocas diferentes por vários tradutores. A comparação revela as diferentes definições de tradução, as prioridades dos tradutores e as regras geralmente subconscientes que influenciam o processo de decisão. Por ironia, a técnica de comparação de Toury não envolve textos reais. Com o intuito de fazer uma série de comparações e medir as mudanças reveladoras das normas que as determinam, ele invoca um terceiro texto ideal e invariante que é a “tradução apropriada”, não baseada em uma comparação com os textos originais e comprometidos com a história, mas em teoria abstrata linguística e literária (Toury, 1978: 93; 1980: 58). Toury já apresentou a hipótese de que nenhuma tradução é inteiramente aceitável à cultura-alvo por causa de seus elementos estruturais e verbais alienantes, tampouco é adequada ao texto-fonte por causa do novo contexto cultural em que se encontra. Entretanto, para determinar a posição do texto traduzido entre os polos extremos do texto-fonte e do texto-alvo, ele também afirma a necessidade de uma “invariante de comparação” ideal, subjacente ao texto em questão e a toda a sua teoria em geral:

Assim, o conceito transformado de adequação encontra seu uso principal na metodologia de comparação TA-TF. Na estrutura metodológica, ele é concebido como uma *entidade hipotética* construída sobre a base de uma análise sistêmica (em termos de texto) do TF e usada como a *invariante de comparação* (isto é, como *tertium comparationis*). (Toury, 1980: 49, itálicos no original)

Contradizendo tudo o que sua teoria parecia explicar até então, essa invariante hipotética não é concebida como alguma coisa subjetivamente determinada ou historicamente condicionada, mas sim como algo

que existe em outro reino, como uma forma literária/linguística literal, a qual os seres humanos (bilíngues) têm a habilidade para intuir. De modo surpreendente, Toury recorre ao conceito de competência e dos universais formais de Chomsky:

Eu afirmaria que a ocorrência de formas interlinguais em tradução advém da própria definição desse tipo de atividade/produto, sendo assim um “universal de tradução” formal. [Para a diferença entre as formas substantivas e formais de universais, cf. Chomsky (*Aspects of the Theory of Syntax*), 1965: 28-9.] Ademais, há situações em que a interlíngua como um todo, ou pelos certos tipos/graus dela, não está apenas *presente* na tradução como evidência viva do universal, mas ainda é *preferida* às formas “puras” da língua-alvo (LA). (Toury, 1980: 72, itálicos e parênteses no original)

O recurso dos universais formais em uma teoria até então material e orientada por performance é um passo inesperado. Todo o projeto de Toury se volta para desconstruir modelos de tradução teóricos estáticos, orientados pela fonte. No entanto, essa construção hipotética parece baseada nessa mesma teoria orientada pelo texto-fonte, completamente estática e incondicionada pela evolução literária, exatamente o oposto do que sua teoria evolucionária propõe. Por um lado, ele defende a premissa de que todo sistema literário é *diferente* de todos os outros em termos de estrutura e normas de uso; por outro lado, ele sugere que a *mesma* forma universal estrutural subjaz dois diferentes sistemas de línguas. Esse é o ponto crucial do debate teórico na atual teoria da tradução, e Toury adota as duas posições. Como isso é possível?

O trabalho de Toury se baseia na teoria dos polissistemas, que por sua vez se fundamenta no pensamento conceitual do formalismo russo. Seu uso de universais formais, de invariantes de comparação, embora surpreendente, tem um fundamento implícito na teoria. Apesar dos esforços para incluir divergentes condições sócio-históricas, há uma tendência ao formalismo “puro”, subentendida nessa teoria “historicamente determinada”. A teoria de Toury evolui a partir de seus predecessores formalistas e estruturalistas e, como tal, traz certas noções absolutas que limitam a estrutura conceitual. Seu modelo histórico inclui numerosos outros conceitos: os textos traduzidos são vistos como fatos empíricos, as normas culturais são definidas como regras estáticas, não contraditórias, que influenciam a geração dos textos em si, e as múltiplas tendências de períodos históricos são reduzidas a leis comportamentais unificadas. Tem-se a impressão, por

exemplo, quando se lê sua conclusão dos estudos da ficção em prosa traduzida para o hebraico, que suas cinco ou seis “normas” se aplicam a todos os textos incluídos no estudo. Sua análise documenta a conformidade, não as exceções; talvez mais interessante e mais reveladora da natureza da tradução fosse uma lista de todas as exceções às regras. Além disso, tanto Even-Zohar quanto Toury ainda confinam suas análises a entidades chamadas “literárias” e, apesar de afirmações contrárias, tendem a separar o subsequente polissistema literário de outros sistemas significantes em uma cultura. Toury, assim como Even-Zohar, que o precedeu, inclina-se para o estruturalismo e, embora aparentemente aceite o “fato” de que todas as línguas são diferentes, sugere que, por trás dessa diferença, há uma forma estrutural unificada e universal. Por causa de nossas diferenças linguísticas e normas culturais, não podemos articular essa forma, mas, como “competentes” falantes bilíngues, nós ainda a “conhecemos”.

Felizmente, a teoria de Toury não depende da existência do *tertium comparationis* para funcionar. Estudiosos dos estudos de tradução nas décadas de 1980 e 1990 usavam na prática o modelo de Toury, apesar das contradições teóricas. Em uma análise crítica do livro de Toury, *In Search of a Theory of Translation*, Ria Vanderauwera percebeu que o próprio Toury ignorou suas tendências formalistas ao aplicar sua teoria:

Informações acerca dessas normas também podem provir de material extratextual (afirmações de tradutores, organizadores, editores, críticos), mas em primeiro lugar e acima de tudo por meio de um estudo comparativo entre o texto-fonte e o texto-alvo. Toury insiste que isso deveria acontecer por meio de *tertium comparationis*, um hipotético terceiro texto, uma invariante de comparação. Considero isso uma complicação desnecessária e um resquício do impulso da formalização que permeou a linguística e a semiótica. Ironicamente, em seus dois valiosos estudos de caso que concluem o livro, Toury não faz uso desse *tertium comparationis*. (Vanderauwera, 1982: 52)

A parte da teoria da tradução de Toury adotada pelos estudos de tradução enfoca as normas socioliterárias que governam a cultura-alvo e influenciam diretamente o processo de tradução. Vários aspectos de sua teoria contribuíram para o desenvolvimento na área: (1) o abandono de noções um a um de correspondência, bem como a possibilidade de equivalência literária/linguística (exceto por acaso); (2) o envolvimento de tendências literárias no sistema cultural alvo na produção de qualquer texto traduzido; (3) a desestabilização da noção de uma mensagem original com

identidade fixa; (4) a integração do texto original com o texto traduzido em uma rede semiótica de sistemas culturais que se intersectam. Em princípio, os estudos de tradução adotam o aspecto da *performance* da teoria de Toury, vendo a tradução como um processo pelo qual os sujeitos de uma cultura se comunicam com mensagens traduzidas, determinadas primariamente por restrições culturais locais. Uma inescapável infidelidade é presumida como uma condição do processo; os tradutores não trabalham em situações ideais e abstratas nem desejam ser inocentes, mas possuem interesses literários e culturais próprios e querem que seu trabalho seja aceito em outra cultura. Assim, eles manipulam o texto-fonte para informar, bem como se conformar às restrições culturais existentes.

Estudos de tradução na década de 1980

Desde o livro de Toury publicado em 1980, o enfoque dos estudos de tradução passou da teoria para o trabalho descritivo. Um grupo bem definido, com interesses semelhantes, começou a se reunir com regularidade (geralmente em encontros da Associação Internacional de Literatura Comparada). A maior parte das discussões girava em torno de como melhorar os métodos para descrever a tradução literária e determinar comportamento normativo cultural e traducional. Só assim, afirmavam eles, poder-se-ia retornar à teoria. Infelizmente, muitas das discussões se perderam ou nunca foram publicadas, o que torna a coletânea de 1985 publicada por Theo Hermans e intitulada *The Manipulation of Literature* um registro valioso. Na introdução, resumindo as premissas básicas do grupo, Hermans argumenta que o “trabalho de Itamar Even-Zohar, em particular, está diretamente associado à nova abordagem” e sugere que os estudiosos participantes compartilham de “uma visão de literatura como um sistema complexo e dinâmico”; uma convicção de que deveria haver um contínuo intercâmbio entre modelos teóricos e estudos de casos práticos; uma abordagem de tradução literária descritiva, orientada para o alvo, funcional e sistêmica; e um interesse nas normas e restrições que determinam a produção e a recepção da tradução” (Hermans, 1985: 10-11; ver Hermans, 1999: 31-45).

Essa abordagem empírica orientada para o alvo dependia e derivava de estudos de casos, motivo por que os interesses metodológicos em descrever traduções se tornaram cada vez mais importantes. José Lambert e Hendrik van Gorp ofereceram um relato de seus esforços, esboçando um modelo muito complexo em *On Describing Translations*,

em *The Manipulation of Literature*. Em suma, eles sugeriam que todos os aspectos relevantes funcionais da atividade de tradução em seu contexto histórico precisavam ser observados com cautela. Assim, o autor, o texto, o leitor e as normas literárias em um sistema literário deveriam ser justapostos a um autor, texto, leitor e normas literárias em outro sistema literário. O elo, ou a relação, entre os dois sistemas era aberto, e Lambert e Van Gorp argumentavam que as predições em torno das relações deveriam, a princípio, se ater a um nível mínimo. Só após um cuidadoso estudo e a análise das normas dominantes do sistema-alvo, a natureza da relação poderia ser determinada. Lambert e Van Gorp invocavam não apenas a necessidade de um estudo da relação entre autores, textos, leitores e normas nos dois sistemas divergentes, mas também das relações entre autores e as intenções dos tradutores, entre autores e outros escritores no sistema-fonte e alvo, entre os diferentes sistemas literários e até entre os diversos aspectos sociológicos, incluindo publicação e distribuição (Lambert e Van Gorp, 1985: 43-5). Apesar de admitir que o processo é “utópico” – é impossível resumir todas as relações geradas –, Lambert e Van Gorp sugeriam que o estudioso, estabelecendo prioridades, pode encontrar um meio de ser sistemático em vez de intuitivo.

A vantagem da abordagem sistêmica sobre as anteriores é mais bem demonstrada, talvez, por sua aplicação. Desenvolveu-se em Leuven, Bélgica, uma escola centrada nesses estudos de caso e no trabalho descritivo. Lambert, Lieven D’Hulst, Katrin van Bragt e estudantes de pós-graduação na Universidade de Leuven, por exemplo, têm pesquisado *Littérature et Traduction en France, 1800-1850* (D’Hulst, Lambert & Bragt, 1979; ver também D’Hulst, 1982; Lambert, 1982; Bragt, 1982). Vários outros estudantes têm escrito teses de mestrado baseando-se em modelos descritivos. Lefevere, Hermans e Van den Broeck estavam pesquisando a tradução para o holandês em um período semelhante ao do estudo francês. Outros ainda enfocavam relações intraculturais das *literaturas* na Bélgica. Quase nada, porém, foi publicado; e esse silêncio é, em si, problemático. Dois livros prometidos a respeito da pesquisa em Leuven – um resumo detalhado do projeto de pesquisa sobre “Literatura e Tradução na França em 1800-1850” e outro de Van Bragt acerca de seu estudo das traduções de *The Vicar of Wakefield* – nunca se materializaram.

Há artigos, contudo, indicando o rumo da pesquisa. Lambert fala de *insights* obtidos a partir da pesquisa de traduções para o francês no século XIX, em um artigo de 1986 intitulado *Les Relations*

Littéraires Internationales Comme Problème de Réception e em seu artigo de 1988 *Twenty Years of Research on Literary Translation at the Katholieke Universiteit Leuven*. No desenvolvimento do sistema literário francês, Lambert argumentava que a motivação por trás da escolha de texto e política de tradução estava diretamente relacionada com o sistema de gênero na cultura-alvo (Lambert, 1988: 131). Regras e políticas de gênero ocupavam um papel claro e central na política literária da época, na qual a literatura traduzida ocupava a função de importação literária, influenciando, assim, as complexas relações de importações e exportações na tradição literária. Em seguida, ele comparava tais “interferências” literárias com uma situação diferente na literatura belga/francesa em busca de regularidades em comportamento sistêmico. Ele vê a possibilidade de verificar melhor tais hipóteses estudando a situação em outros países europeus. Enfocando “normas” e “modelos”, diz ele, os estudiosos são capazes de encontrar o “fundamento para a comparação” que estão procurando (Lambert, 1988: 132). As normas determinam o tipo de relações traducionais; cada passo do processo de tradução é regido por normas. Só quando os pesquisadores/estudiosos conhecem as normas preliminares e operacionais, conseguem ver os princípios que moldam o texto subsequente. A contribuição teórica na década de 1980 por parte da teoria dos polissistemas e dos estudos de tradução pode ter sido a descoberta de como é importante estabelecer, em primeiro lugar, quais normas ditam o comportamento da tradução, antes de analisar traduções específicas (cf. Hermans, 1991). Para Lambert e o grupo belga/holandês, as normas determinam o modo como o material estrangeiro é “importado” e “domesticado”. Assim, a própria definição de tradução passa a depender de normas e do modo como estas funcionam em qualquer sistema/sociedade.

Kitty van Leuven-Zwart, ex-presidente do Departamento de Estudos de Tradução na Universidade de Amsterdã, também começou com o argumento de Toury, segundo o qual o ramo descritivo deve focar a investigação das normas e estratégias, mas argumenta que a comparação sistemática de traduções e fontes-texto foi negligenciada pelos seguidores de Toury em Leuven. Ela sentia que muitos pesquisadores não tinham um sistema de descrição, o que tornava suas afirmações a respeito de normas e estratégias inverificáveis. Ela, então, elaborou um sistema para a comparação e descrição de traduções que detecta mudanças em um nível microestrutural (palavras, frases e orações), relaciona as consequências dessas mudanças no nível macroestrutural (personagens, eventos, tempo e outros componentes

“significativos”) e os categoriza (Van Leuven-Zwart, 1984; 1989: 154-55). Em contraste com boa parte do trabalho “macro para micro” em andamento na Alemanha, a abordagem de Van Leuven-Zwart pode ser caracterizada como sendo “micro para macro”. Começando com o conceito neutro de “mudança” de Popovič e estendendo o inventário de Miko para categorizar eventos que incluam não só alterações estilísticas, mas sintáticas, semânticas e pragmáticas, ela desenvolveu um modelo muito complexo e difícil, com grandes números de categorias e subcategorias, que seus estudantes – cerca de 70 participaram (a maioria trabalhando em traduções de prosa do espanhol do século XX para o holandês) na década de 1980 – usavam para descrever a tradução. Seu método, na verdade, não apenas mostrou que toda palavra contém mudanças, mas que frequentemente as palavras ou frases traduzidas mostram múltiplas alterações. Essas mudanças eram vistas não como erros de tradução ou violações de regras de equivalência, mas sim como a própria regra. De acordo com o estudo de Amsterdã, 70% das traduções *chegavam* a um número de 100% de mudanças (Van Leuven-Zwart, 1990: 88). Essas mudanças, ela alega, não deixariam de causar impacto no texto, em nível macroestrutural. Elaborada basicamente para ajudar os tradutores praticantes a compreender melhor o processo de tradução e contribuir para os estudos descritivos, a pesquisa de Leuven-Zwart também documentou certas complexidades não vistas do processo de transferência cultural, promovendo um valioso *insight* não quanto à natureza da tradução, mas sim da própria natureza da língua. Infelizmente, a pesquisa teve vida curta, pois Kitty van Leuven-Zwart adoeceu e teve de se afastar. Além disso, sua metodologia era tão complexa que os estudantes em outras universidades não conseguiam aprendê-la e implementá-la.

Podemos ver, porém, como o ramo descritivo dos estudos de tradução da década de 1980, por sua vez, influenciou a teoria. Na busca por regularidades em fenômenos de tradução em situações culturais reais, as próprias definições dos fenômenos investigados mudaram; conceitos tradicionais foram abalados e a teoria evoluiu. Muita discussão se seguiu, no sentido de reavaliar a definição de um texto traduzido. O grupo holandês/flamengo compreendeu que as traduções às vezes “se escondem” dentro do modelo estrangeiro. No cotidiano, por exemplo, as pessoas ocasionalmente recorrem a uma tradução sem se conscientizar disso. Casos limítrofes como as pseudotraduções (tradução quando não existe um texto original; Toury, 1984, 1995) e traduções por meio de uma língua mediadora (traduções secundárias; Toury, 1988) foram estudadas. Traduções não identificadas

como tais por uma cultura, incluindo casos extremos de atividade traducional, como adaptações de filmes, versões, imitações ou falsas traduções, foram incluídas nas pesquisas (Lambert, 1989a). Termos não traduzíveis em uma tradução (nomes próprios, etc.) pareceram ser bem mais predominantes do que se previa no início.

À medida que a pesquisa se expandia para incorporar novos fenômenos, maiores campos de referências se faziam necessários para a realização de mais investigações. Os dados indicavam que as traduções eram muito mais difíceis de identificar do que aparentavam, no começo. Como resultado, não podiam ser investigadas sem o recurso de uma investigação de outros tipos de discurso. Definições do que é a sociedade e os elos entre sociedade e língua também estavam sendo discutidas. Perguntava-se se as traduções deveriam ser estudadas como textos, como conceitos ou como sistemas (Toury, 1986). As relações traducionais entre o texto-fonte e o texto-alvo foram substituídas por redes de relacionamentos e conceitos de intertextualidade (Toury, 1986; Lambert, 1989a). Se havia um ponto de concórdia quanto à teoria de estudos de tradução, era que o campo requer uma teoria “aberta”, menos envolvida em definições *a priori* e mais envolvida em questionar. Se em qualquer momento a teoria em uso não se mostrasse produtiva, excluindo certos fenômenos traducionais ou limitando certos discernimentos, os pesquisadores dos estudos de tradução tendiam a rejeitá-la ou revisá-la. As perguntas ou questões levantadas, por sua vez, influenciavam projetos de pesquisa para o acúmulo de mais dados. O apelo de Holmes em *The Name and Nature of Translation Studies* (1972/5) para que houvesse uma teoria dialética evolucionária interagindo com pesquisa descritiva tinha sido escutado.

O trabalho da teoria de sistemas de Even-Zohar e de Toury ajudou os estudos de tradução a derrubarem certas barreiras conceituais e encontrar um método para descrever melhor as traduções. Os dados oriundos da pesquisa descritiva sustentam uma maior especulação teórica. Even-Zohar não só nos permitiu entender melhor o processo de tradução, mas também foi o único teórico de sistemas que reconheceu a importância da tradução no estudo de qualquer literatura individual. Entretanto, em muitos aspectos, ele parecia quase dogmaticamente comprometido com a teoria dos polissistemas, que, como outra forma de estruturalismo, limita aquilo que ela pode conceituar. A afirmação empírica sobre a qual se fundamentou a teoria dos polissistemas, isto é, a de que ela observa textos reais em um sistema-alvo, parece estar se dissolvendo à luz das recentes investigações. A premissa de Even-Zohar

para análise “objetiva” de fatos “literários” parece ainda menos sustentável. Surpreendentemente, ele se manteve em silêncio durante a década de 1980, e suas contribuições teóricas tiveram uma notável ausência. Embora seu método seja útil para estudar os textos traduzidos, Van Bragt, Lambert, Van Leuven-Zwart e outros parecem abertos a diferentes interpretações teóricas dos dados e outras possibilidades teóricas acerca da natureza da tradução. Toury e Even-Zohar parecem sempre inserir características e normas sistêmicas em sistemas cada vez mais abrangentes, cuja hierarquia é concebida a partir de suas pressuposições iniciais. Lambert e Hermans, por outro lado, embora partam de uma posição semelhante dentro da teoria dos sistemas, mostram-se mais inclinados a observar os dados e ver como eles se encaixam sem pressuposições, reconhecendo que os fatos observados podem ou não se enquadrar na estrutura hierárquica. Enquanto retém uma abordagem sistêmica e mantém um raciocínio indutivo, Lambert pode estar sugerindo que o sistema concebido talvez não funcione como o estudioso investigador pensava, e se abre para o estudo de “outro” comportamento padronizado que pode ajudar a explicar os fenômenos traducionais. Apesar de ser um dos maiores defensores da teoria dos polissistemas na década de 1980, Lambert e seus colegas de Leuven estão, ao mesmo tempo, reavaliando a terminologia, as estruturas hierárquicas, as noções fixas do que é uma tradução.

Estudiosos de tradução na Inglaterra e na América, como Bassnett, Lefevere (que se mudou para a América no início dos anos de 1980), David Lloyd e Maria Tymoczko parecem estar se distanciando ainda mais do modelo de polissistemas de Even-Zohar, o qual eles consideram demasiado formalístico e restritivo. Adotando um modelo de estudos culturais, eles enfocam tanto as instituições de prestígio e poder em determinada cultura quanto os padrões na tradução literária. Enquanto a hipótese da teoria dos polissistemas é “usada” por esse ramo anglo-americano dos estudos de tradução, estes também sugerem que outras considerações devem ser incluídas. Em uma série de artigos nas últimas duas décadas, todos escritos desde sua mudança para os Estados Unidos, Lefevere, por exemplo, abandonou a abordagem indutiva e científica, em favor de um método mais dedutivo e menos formalista. Embora se distanciasse do vocabulário dos polissistemas, ele introduziu um novo conjunto de termos para analisar melhor a influência do extraliterário sobre o literário.

Em 1981, no artigo *Beyond the Process: Literary Translation in Literature and Literary Theory*, Lefevere argumentou que os sistemas literários não ocorrem em um vácuo, e à sua lista de predecessores ele acrescenta o nome de Pavel Medvedev, que localizava o sistema literário dentro do

meio “ideológico” de uma era (Lefevere, 1981a: 56). O livro de Medvedev, publicado em 1928, *The Formal Method in Literary Scholarship*, que se tornou o modelo para a “ciência” da ideologia, talvez tenha sido escrito, na verdade, por Mikhail Bakhtin. No artigo, Lefevere começa não só a examinar mudanças lexicais e a introdução de artifícios literários por intermédio da tradução, mas também a fazer perguntas a respeito das pressões ideológicas sobre o tradutor e das estratégias que o tradutor usa para influenciar o meio intelectual. Por “ideologia”, Lefevere entende “um conjunto de discursos que disputam por interesses que, de alguma forma, são relevantes para a manutenção ou interrogação de estruturas de poder vitais para toda uma forma de vida social e histórica” (Eagleton, 1985: 116; citado por Lefevere, 1988-9: 59). O conjunto dominante de discursos podia ser manifesto, como foi o caso no Leste da Europa por muitos anos, mas geralmente funcionava oculto, como talvez seja a situação em muitos países ocidentais. Enquanto vários subsistemas – inclusive o literário – se digladiam por interesses conflitantes, todos se submetem, consciente ou inconscientemente, a uma ideologia predominante, própria da sociedade em determinado ponto da história.

Em outro artigo de 1981, *Translated Literature: Towards an Integrated Theory*, Lefevere se expressa menos em termos de teoria dos polissistemas e mais em termos de estudar as traduções existentes e construir “gramáticas históricas para descrever fenômenos traducionais”. Com o intuito de mostrar como o componente ideológico limita o discurso literário, ele introduziu o conceito do “texto refratado”, pelo qual se refere a “textos que foram processados para determinado público (crianças, por exemplo) ou adaptados para determinada poética ou ideologia” (Lefevere, 1981b: 72). Versões condensadas e adaptadas de clássicos para o público infantil ou para a televisão podem ser caracterizadas como as formas mais óbvias de refrações. Na Alemanha, durante o período nazista e no que era a Alemanha Oriental, muitos textos de escritores como Heine e Schiller costumavam, com frequência, ser refratados para se adequar a uma poética ou ideologia específicas. Tais refrações, porém, são menos óbvias. Lefevere, por exemplo, escreveu um artigo chamado *Mother Courage's Cucumbers: Text, System and Refraction in a Theory of Literature* (1982b), que mostra como a obra de Brecht foi refratada no Ocidente para se conformar melhor às predominantes normas artísticas e ideológicas no mundo anglo-americano. Outro bom exemplo de como as restrições ideológicas influenciam a produção de textos literários pode ser encontrado no artigo de David Lloyd, *Translator as Refractor; Towards a Re-reading of*

James Clarence Mangan as Translator (1982), no qual ele aplicou o conceito de refração de Lefevere não só a grande parte dos escritos de Mangan, mas também ao campo mais amplo da literatura irlandesa em geral no século XIX. As questões levantadas pelo ramo anglo-americano nesse ponto não ignoram o fato de que os textos traduzidos introduzem novos artifícios literários em outros sistemas literários, mas também sugerem que as refrações estão muito mais presentes em fenômenos sociológicos maiores. Em 1984, no artigo *That Structure in the Dialect of Man Interpreted*, Lefevere definiu e acrescentou o conceito de “patronagem” ao seu modelo, a fim de investigar melhor tais pressões ideológicas. Por “patronagem”, ele se refere a “qualquer espécie de força que possa ser influente em encorajar e propagar, mas também em desencorajar, censurar e destruir obras de literatura” (Lefevere, 1984: 92). Patronos, diz ele, podem ser indivíduos, como os Médici ou Luís XIV; grupos, como um órgão religioso ou partido político; ou instituições, como editoras ou sistemas escolares.

Quando seu artigo *Why Waste our Time on Rewrites* foi publicado na coletânea de Hermans de 1985, *The Manipulation of Literature*, o tom de Lefevere era muito mais acessível ao leitor, e ele evitou o vocabulário científico característico do discurso da teoria dos polissistemas. Também parou de tentar ser puramente objetivo em suas investigações, argumentando que ninguém pode escapar à própria ideologia e sugerindo que as disciplinas que alegam objetividade são “desonestas”. Ele levantou questões em torno das distinções entre literário e não literário, em especial as que são feitas por aqueles que ditam o discurso literário em determinada sociedade. Lefevere se distanciou de qualquer teoria que visse a literatura como determinista e que fizesse previsões a respeito de sua evolução. Ele introduz, por outro lado, o termo “estocástico”, palavra grega que se refere tanto ao procedimento quanto à conjectura e, literalmente, o procedimento por meio da “objetivação habilidosa”, para descrever um sistema cuja evolução envolve probabilidade e variáveis aleatórias. Lefevere sentia também que o estudo de sistemas literários não podia ser separado do estudo de outros sistemas de poder, tais como o educacional. E, mais importante, pela primeira vez dentro da perspectiva de estudos de tradução, ele reconhecia que o estudo de sistemas literários não pode ser restrito ao seu desenvolvimento euro-americano.

O melhor exemplo de um estudioso usando a metodologia e a nova terminologia de Lefevere foi o artigo de Maria Tymoczko, de 1986, *Translation as a Force for Literary Revolution in the Twelfth-Century Shift from Epic to Romance* (Tymoczko, 1986). Ela não apenas examinou

novos artifícios literários introduzidos à cultura francesa por intermédio da tradução, mas ainda usou conceitos como patronagem e forças socioeconômicas em ação durante o período para explicar a evolução sistêmica. Ela usou a hipótese dos polissistemas para examinar as alterações no sistema literário introduzidas pela tradução e reconheceu mudanças em gênero, métrica e estratégias de rima. Mas também viu mudanças adicionais que não podiam ser explicadas por meio de uma metodologia formalista: as inovações no século XII de fato incluíam novas estruturas de valores, mudanças no papel das mulheres e a introdução do amor romântico. Usando a terminologia de Lefevere, ela traçou a evolução do sistema de patronagem, mostrando que, no fim do século XII, a posição dos cantores épicos havia caído e os patronos passaram a favorecer, no lugar deles, os tradutores letrados, adaptadores e autores. Tymoczko explicou tais mudanças contextualizando o sistema literário dentro do sistema socioeconômico, incluindo fatores como o poder crescente da classe clerical, as universidades emergentes e a importância da tradução para facilitar a comunicação entre regiões francesas, inglesas, escandinavas, irlandesas, galesas e outras específicas da cultura francesa (Tymoczko, 1986: 18-19). A tradução, portanto, tinha um papel crucial, formal e ideológico, no emergente sistema escrito. A sociedade da classe alta se tornou mais segura durante esse período, e as traduções serviam tanto para oferecer trabalho aos subempregados como para satisfazer a demanda das classes aristocráticas de novas ideias. Os tradutores, argumenta Tymoczko, não eram partes desinteressadas, mas tentavam garantir vantagem no sistema de patronagem, e assim se conformavam e participavam da mutável ideologia da época. Usando raciocínio indutivo, mas também o dedutivo, ela mostrou como a literatura escrita era receptiva e refletiva de forças ideológicas, bem como poetológicas.

Gideon Toury: estudos descritivos de tradução e além

Desde a publicação de *In Search of a Theory of Translation* (1980), as versões atualizadas da teoria dos polissistemas chegaram com *Polysystem Studies* (1990), de Even-Zohar, e *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995), de Gideon Toury. Os estudiosos tinham grande expectativa da referência ao “além” dos estudos descritivos, pois, na década de 1980,

muitos projetos se estendiam na enumeração de detalhes como semelhanças, diferenças e mudanças, mas pouco explicavam por que tais características ocorriam em traduções. A teoria dos polissistemas, que alegava descrever e gerar uma teoria que explicasse e previsse, prometia suprir novas respostas. Infelizmente, os novos livros de Even-Zohar e Toury rearticulam, mas não desenvolvem, ideias da década de 1970. Em *Translation in Systems* (1999), Theo Hermans, lamentando essa perda de inovação, escreve que “ambos revisavam, refinavam e redefiniam posições anteriores, mas continham muito pouco que fosse novo em termos teóricos e metodológicos, e mal se envolviam com ideias e visões concorrentes” (1999: 14). No livro de Toury, muitos capítulos – por exemplo, “The Nature and Role of Norms in Translation” – permanecem em grande parte intactos, e a seção “além” compreende apenas 20 das 300 páginas do livro.

Embora não oferecesse grandes novidades, o livro de Toury passou por uma produtiva revisão, principalmente no aspecto do método. Pensador meticuloso e incisivo, Toury é convincente na defesa de sua abordagem do texto-alvo para estudar a tradução, argumentando que, como as traduções são invariavelmente iniciadas pela cultura-alvo, esse é, então, o ponto onde as observações devem começar. Ele também oferece estratégias para mapear o texto-alvo para os segmentos do texto-fonte, de forma mais sistemática que eclética. Toury detecta as fraquezas nas tentativas dos outros estudiosos de descrever e não hesita em apontar variáveis não consideradas. Por exemplo, em uma ilustração que permeia todo o livro, Toury discute o modo como os estudiosos descritivos tradicionais, como Dagut (1976) e Newmark (1981), classificam metáforas em três categorias: (1) metáfora para a “mesma” metáfora; (2) metáfora para metáfora “diferente” e (3) metáfora para não-metáfora (Toury, 1995: 82-3). Toury, porém, considera tal sistema de classificação incompleto, comprometido por estudiosos cuja análise procede do texto-fonte. Mesmo usando o texto-fonte como ponto de partida, ele acrescenta uma quarta possibilidade: (4) a omissão total da metáfora. E, quando consideramos a cultura-alvo, surgem mais duas possibilidades: (5) não-metáfora para metáfora e (6) a nova adição de metáfora onde antes não havia nenhuma. A abordagem do texto-alvo estende, portanto, o escopo da observação e o baseia firmemente na análise dos textos traduzidos propriamente ditos. Estudos realizados usando-se tal metodologia sistemática só podem melhorar o conhecimento na área e incrementar nosso entendimento dos fenômenos de tradução.

Entretanto, esse trabalho comparativo envolve invariavelmente a comparação com um padrão, usando certa postulação de equivalência, um problema que Toury ainda não resolveu. Em sua teoria revisada, a noção de Toury da invariante de comparação não só está presente, como foi empurrada mais para o centro do modelo. Embora Toury tenha mudado um pouco a terminologia da discussão, agora a chamando de um “postulado funcional-relacional de equivalência”, ela é citada às vezes como “invariável”, constituindo ainda não mais que uma construção hipotética. A maioria dos estudiosos usa o texto-fonte como artifício de medida, mas Toury não. Em vez disso, ele pede aos estudiosos que mapeiem todo o escopo das possibilidades de tradução para derivar – usando a metodologia apropriada – o que ele agora chama de “conceito subjacente de tradução”. Ele escreve:

Uma vez estabelecidas para uma série de segmentos em pares e agrupadas com base nos resultados das comparações em si, as relações de tradução seriam, então, referidas ao conceito de tradução subjacente ao texto como um todo. Isso será feito por meio de uma noção de equivalência de tradução, que tenha emergido como constituinte da norma para o par de textos em questão. (Toury, 1995: 37)

Assim, o artifício de medida para o trabalho comparativo é derivado pelos próprios tradutores e estudiosos, na medida em que produzem traduções consideradas mais ou menos “aceitáveis”, “adequadas”, “ótimas” e “apropriadas”. Apesar de questionar noções de equivalência entre todo o campo de estudos da tradução, e dos paradigmas históricos invocados pelo próprio Toury para estudar evolução cultural, o livro continua ignorando a subjetiva e potencialmente incestuosa derivação do conceito-chave de sua teoria. Com certeza, grupos marginais logo compreenderão a dificuldade de fazer com que qualquer grupo de estudiosos e tradutores se mobilize, após um consenso ter sido alcançado em torno desse conceito subjacente.

Mais perturbador é o desejo de Toury de estabelecer um novo conjunto de “leis” coerentes que possam ser usadas para explicar e prever o comportamento da tradução. A terminologia e as formulações de Toury se fundamentam fortemente em *Polysystem Studies* (1990), de Even-Zohar, no qual as leis de interferência literária (“Laws of Literary Interference”) (1990: 53-72) foram elaboradas pela primeira vez. Essas leis, chamadas em tom presunçoso de “universais” no trabalho anterior de Even-Zohar, e agora, em tom ainda mais presunçoso, de “leis”, são teoricamente geradas

a partir de descobertas descritivas que constituem a meta da teoria dos polissistemas. Toury escreve:

As descobertas cumulativas de estudos descritivos deveriam possibilitar a formulação de uma série de leis coerentes que afirmariam as relações inerentes entre todas as variáveis consideradas relevantes para a tradução. (Toury, 1995: 16)

Relembrando a descrição tripartite de James Holmes dos estudos de tradução (ver seção sobre Holmes), que envolvia interação mútua entre os ramos aplicados, descritivos e teóricos, o modelo de Toury coloca os estudos descritivos na posição central, ou em seus termos, de “pivô”. Das descrições, os estudiosos derivam a teoria, ou as generalizações, ou as “leis” que governam a atividade de tradução. Em reciprocidade, portanto, as leis efetuam futuras descrições e se estendem ao ramo aplicado, influenciando tanto a prática quanto o treino para a tradução. Assim, o conceito de Toury de teoria deriva das ciências, particularmente das ciências exatas, tais como física e química, e é muito diferente de teoria segundo a definição nos campos da filosofia, da literatura e dos estudos culturais. Podemos ver a natureza formulaica das leis de Toury. Ele escreve: “Cada lei relacional, quando descoberta e devidamente formulada, terá uma forma **condicional inequívoca** do seguinte tipo: **se X, então maior/menor a probabilidade de Y**” (1995: 265, negrito no original).

O capítulo “Além” cita apenas duas leis derivadas de “décadas de pesquisa baseada em texto” e que são altamente controvertidas. A primeira diz: “em tradução, textemas do texto-fonte tendem a se converter em ‘reportemas’ na língua-alvo (ou cultura-alvo)” (268). Como a linguagem dessa lei é particularmente densa, Toury reformula: “em tradução, relações textuais obtidas no original costumam ser modificadas, às vezes a ponto de ser totalmente ignoradas, em favor de opções [mais] habituais oferecidas pelo repertório-alvo” (268). Embora essa formulação seja mais clara, os tradutores praticantes talvez não acreditem no que veem. Alguns tradutores podem “modificar” o original por necessidade, mas a maioria não “ignora totalmente” aspectos do texto original. Como a língua ainda é críptica – “relações textuais obtidas” –, Toury reformula a oração mais uma vez: “em tradução, itens tendem a ser escolhidos em um nível que é inferior àquele no qual as relações textuais foram estabelecidas no texto-fonte” (268). Essa versão dá uma ideia melhor do que Toury quer dizer: os tradutores, quando procuram equivalentes, costumam generalizar quando

não conseguem encontrar o termo específico, extraindo de opções disponíveis na cultura-alvo. Embora muito mais aceitáveis, as exceções, com certeza, existem. Os tradutores nem sempre ignoram aspectos do texto-fonte, mas às vezes não há termos disponíveis; por isso, fazem o melhor que podem. Mesmo assim, as pressuposições hierárquicas sugeridas pela palavra “inferior” continuam perturbadoras. Com a formulação final de Toury, podemos ver como o sistema opera, garantindo o *status* marginal da tradução: “quanto mais periférico esse *status*, mais a tradução se acomodará aos modelos e repertórios estabelecidos” (271). Embora tal afirmação possa ser verdadeira com relação a muitas culturas europeias ocidentais no século XX, poucos estudiosos dos estudos da tradução estariam dispostos a fazer tais generalizações entre todas as culturas de seu tempo.

A segunda lei oferecida por Toury diz, de início: “Em tradução, os fenômenos pertencentes à composição do texto-fonte tendem a ser transferidos para o texto-alvo” (275). Tal noção parece verdadeira, podendo inclusive servir como definição da própria atividade da tradução; entretanto, a generalidade dessa formulação pode não dar um novo *insight* aos estudiosos. Se reformulada, podemos enxergar melhor o intento de Toury: “quanto mais a composição de um texto for vista como um fator na formulação de sua tradução, mais se pode esperar que o texto-alvo mostre traços de interferência” (276). Toury está discutindo a interferência da tradução, ou, nos termos de Venuti, como os elementos “estranheiros” entram no texto-alvo. Essa lei foi apresentada pela primeira vez como hipótese por Itamar Even-Zohar em *Papers in Historical Poetics* (1978a) e reformulada como uma série de dez leis em *Polysystem Studies* (1990: 53-72). Quanto mais os tradutores levam em conta o texto-fonte, mais elementos eles são capazes de transferir, uma noção que a maioria dos tradutores consideraria lógica e válida. Uma formulação posterior, no entanto, afirma: “Mesmo considerando o texto-fonte um fator crucial na formulação de sua tradução, os tradutores sérios seriam menos afetados por sua composição” (277). Ironicamente, parece que Toury não acha bom levar o texto-fonte em consideração, pois pode provocar uma maior interferência. Por trás, alguns dos melhores tradutores devem estar se remoendo: tradutores “sérios” são aqueles menos afetados pela composição do texto original? Não há algo fora de ordem aqui? E como se identifica um tradutor sério? Existe uma forte tradição de tradução, incluindo muitos tradutores sérios que se empenham em transmitir aspectos do original. As leis de Toury parecem mais apropriadas para os

tradutores funcionalistas no mundo de língua alemã. Na verdade, em *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995), a maior parte do material acrescido reflete o envolvimento de Toury com os estudiosos de tradução alemães, principalmente da escola funcionalista.

Toury termina a seção discutindo sua segunda lei com a formulação final: “a tolerância de interferência – e daí a durabilidade de suas manifestações – tende a aumentar quando a tradução é feita de uma língua/cultura ‘maior’ ou altamente prestigiosa, ainda mais se a língua/culturalvo for ‘menor’ ou ‘fraca’ em qualquer outro sentido” (278). Vemos aqui seu princípio de interferência inserido na estrutura da teoria de sistemas, quando ele experimenta generalizações entre as culturas. Permanecem as minhas objeções às hierarquias sugeridas pela terminologia de maior/menor, superior/inferior, prestigiosa/não prestigiosa. O problema é que Toury está formulando “leis” baseadas em hipóteses ventiladas no início da década de 1970, e essas hipóteses não mudaram muito com o passar dos anos. Embora os dados de Toury pareçam sustentar suas afirmações, dados recentes oriundos dos Estados Unidos divergem muito. Por exemplo, as editoras nos Estados Unidos – um país cuja cultura não é “fraca” ou “menor” – são muito mais propensas a publicar um texto maia/guatemalteco ou norte-africano/berbere aberto à interferência, que contenha elementos “estrangeirizantes” e seja diferente do *status quo*, do que uma tradução que amenize as diferenças culturais e adapte textos a gêneros e estilos aceitáveis. E esse não é um fenômeno recente. Como argumentei em *Translation, Counter-culture and The Fifties in the USA* (1996), a década de 1950 nos Estados Unidos foi um período de grande estabilidade e conservadorismo. Eisenhower era o presidente, a América suburbana crescia, o país estava em paz, a prosperidade econômica subia e o nível de desemprego era baixo. Os Estados Unidos constituíam uma das duas superpotências militares e desfrutavam de um rico espectro de gêneros literários. Entretanto, havia uma intensa atividade de tradução de resistência, a partir da importação de escritores surrealistas e experimentais da Europa e da América Latina, incluindo Pablo Neruda, Antonio Machado, Cesar Vallejo, Federico Garcia Lorca, Gunnar Ekelöf, Georg Trakl, Henri Michaux e René Char. Esses autores estavam sendo traduzidos por prestigiosos escritores e tradutores como Robert Bly, James Wright, Gary Snyder, Rolfe Humphries, Langston Hughes, W. D. Snodgrass, W. S. Merwin e Willis Barnstone, que evitavam conscientemente a poesia convencional e as convenções literárias do período.

Nesse período, a tradução servia não como fator conservador, refletindo normas culturais e literárias da época, mas sim como fator progressivo, desafiando e tentando mudar aquelas mesmas normas, importando novas normas e ideias. Se a revolução dos anos de 1960 for um indicativo, a tradução foi uma das ferramentas mais importantes que conduziam à mudança cultural. Esses dados contradizem as descobertas de Toury e, com certeza, mais estudos precisam ser realizados antes que tais generalizações possam ser feitas.

As leis de Toury baseadas em “décadas” de pesquisa também não consideram com seriedade as pesquisas conduzidas por estudiosos canadenses, latino-americanos ou estudiosos de países em desenvolvimento; tampouco levam em conta o conhecimento marxista, feminista, pós-colonial ou pós-estrutural. Como a antropologia e a etnologia vêm revelando, as tradições abordagens e metodologias “científicas” e “objetivas” só podem observar o que seus métodos lhes permitem, empobrecendo, em muito, sua “ciência”. O que a teoria de Toury revela tem menos a ver com fenômenos de tradução e mais com a cultura dos pesquisadores usando seus métodos. Embora Toury tente não ser prescritivo em sua análise de tradução, sua preferência por traduções funcionais, por tradução orientada para o texto-alvo, é facilmente visível em suas conclusões.

No capítulo seguinte, veremos como os estudiosos mais versados nas teorias de desconstrução e pós-coloniais expõem as limitações da teoria dos polissistemas e oferecem novas alternativas. Apesar da tentativa de Toury de mostrar que os estudiosos estão chegando a um consenso, a maioria das descobertas dos estudos de tradução na década de 1980 parecia divergir das suas. Embora ele afirme o contrário, os estudiosos da tradução tendiam a ver as traduções menos como um fato empírico – um texto concreto, definido pela cultura-alvo – e mais como um complexo conjunto de relações traducionais em qualquer situação. O texto traduzido passou a ser visto, cada vez mais, como dependente de famílias e semelhanças, bem como se autoescrevendo em outras famílias e semelhanças. Pesquisas descritivas dos estudos de tradução na década de 1980 mostraram como o texto traduzido está inscrito na teia mutável de intertextualidade e como os “fatos” da tradução parecem ser mais construídos que materiais. Enquanto os estudos de tradução se definiam como uma ciência institucional com o intuito de ganhar apoio do governo, da academia e até de setores privados, as pesquisas do grupo belga/holandês e do ramo tangencial anglo-americano pareciam estar preparando o terreno para a análise pós-estruturalista. Como

fenômeno, a tradução parece subverter qualquer abordagem sistemática de seu próprio estudo e pode, de fato, subverter-se a si mesma, continuamente evoluindo, à medida que são articuladas afirmações que a categorizam. O capítulo seguinte abordará uma possibilidade para maior consideração – a de desconstrução, que oferece meios de ver os fenômenos de tradução que os estudiosos, até pouco tempo atrás, sistematicamente evitavam.

Chapter 6

Capítulo 6

Desconstrução

As teorias da tradução examinadas até agora dependem, todas, de alguma noção de equivalência: a mesma experiência estética (capítulo 2), equivalência linguística estrutural/dinâmica (capítulo 3), função literária correspondente (capítulo 4) ou semelhante correlação formal governada por aceitabilidade social na cultura-alvo (capítulo 5). Apesar das diferentes abordagens, cada teoria é unificada por uma estrutura conceitual que assume presença original e uma representação desta na sociedade receptora. Even-Zohar e Toury tentaram escapar da camisa-de-força epistemológica que o poder do texto original impõe sobre a tradução, avaliando o problema da tradução em termos do produto real, e não do ideal de uma versão “fiel”; mas, no fim, tiveram dificuldade para fugir às limitações impostas por suas raízes formalistas, sua abordagem científica e pressuposições epistemológicas dualísticas. Continua a dúvida se é ou não possível pensar nos fenômenos de tradução em outros termos que não os tradicionais. Até hoje, todas as teorias de tradução têm feito distinções rígidas entre textos originais e suas traduções, distinções estas que determinam subseqüentes afirmações a respeito da natureza da tradução. Os desconstrucionistas, porém, estão se encarregando de reformular, de maneira radical, as questões sobre as quais a teoria da tradução se fundamenta. Embora alguns praticantes se distanciem do termo “desconstrução”, preferindo “produtividade afirmativa” (Vance, 1985: 135-6), por questão de clareza, usarei o termo desconstrução.

Algumas das questões apresentadas pelos desconstrucionistas são: o que aconteceria se, teoricamente, alguém invertesse a direção do pensa-

mento e apresentasse a hipótese de que o texto original depende da tradução? E se alguém sugerisse que, sem tradução, o texto original deixaria de existir, que a própria sobrevivência do original depende não de qualquer qualidade em particular que ele contenha, mas daquelas qualidades que sua tradução contém? E se a própria definição do significado de um texto fosse determinada não pelo original, mas pela tradução? E se o “original” não tiver identidade fixa que possa ser estética e cientificamente determinada, e sim mudar a cada vez que passar por uma tradução? O que existe *antes* do original? Uma ideia? Uma forma? Uma coisa? Nada? Podemos pensar em termos de condições pré-originais, pré-ontológicas? Os desconstrucionistas não só fazem essas perguntas desafiando noções fundamentais predominantes em todas as teorias discutidas antes, mas também questionam a própria natureza do ato de fazer tais perguntas. Foucault, como veremos mais adiante, questiona o questionador, sugerindo que essa época específica não é caracterizada como um período em que o homem faz perguntas, e sim como a era na qual surgem perguntas a partir de algo inerente à própria língua. Os desconstrucionistas chegam a sugerir que talvez seja o *texto traduzido que nos escreve*, e não nós que escrevemos o texto traduzido.

A desconstrução desafia os limites da língua, da escrita e da leitura, apontando para o fato de que as definições dos próprios termos usados para discutir conceitos impõem barreiras às teorias específicas por elas descritas. Apesar de não oferecer uma “teoria de tradução” própria, a desconstrução, contudo, “usa” a tradução tanto para questionar a natureza da língua e do “estar-na-língua” quanto para sugerir que, no processo de traduzir textos, podemos nos aproximar ao máximo daquela elusiva noção ou experiência de *différance*, que “subjaz” à sua abordagem. Esse modo de pensar na natureza da tradução e na natureza da língua, portanto, torna-se importante para os teóricos da tradução, não por definir necessariamente outra abordagem, mas porque aprofunda e amplia a estrutura conceitual pela qual nós definimos o próprio campo. Eu sugiro que a mudança para uma posição mais filosófica, da qual toda a problemática da tradução pode ser vista, talvez não só seja benéfica para a teoria da tradução, mas, depois de tal confronto, talvez o discurso que limitou o desenvolvimento da teoria da tradução sofra uma transformação, permitindo novas visões e renovadas abordagens interdisciplinares, rompendo um impasse de noções e termos estagnados.

Nos círculos anglo-americanos, a desconstrução não é uma abordagem normalmente associada com a teoria da tradução, seja por tradutores literários ou por linguistas; na Bélgica e na Holanda, poucos pesquisadores

mencionam sua existência, muito menos a consideram apropriada para suas discussões. Eu gostaria de sugerir, porém, que todo o projeto dos desconstrucionistas é intricadamente relevante às questões da teoria da tradução e que seu pensamento é seminal para qualquer entendimento dos problemas teóricos do processo de tradução. Jacques Derrida, por exemplo, sugere que a desconstrução e a tradução estão inexoravelmente interligadas, indicando que, no processo de tradução, aquela elusiva presença possível a que ele se refere como *différance* pode, até o mais alto grau, ser visível: “Nos limites aos quais é possível ou pelo menos *parece* possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante” (Derrida, 1981: 21). Todo o escrito de Derrida, independentemente do “tema” ou texto em questão, revolve-se em torno de problemas pertinentes à possibilidade ou impossibilidade de tradução. Segundo Derrida, *toda* a filosofia tem como centro de interesse a noção de tradução: “a origem da filosofia é a tradução ou a tese da traduzibilidade” (Derrida, 1985b: 120). Ele desafia o leitor (e principalmente o tradutor) a pensar e repensar cada momento em que uma solução de tradução é apresentada, um item denominado, uma identidade fixada ou uma oração inscrita. A cada gesto de denominação, Derrida sugere que uma nota de rodapé, uma nota à margem ou um prefácio também servem para invocar aqueles sutis significados suplementares divergentes e noções tangenciais perdidas no processo de transcrição. Com o foco da investigação filosófica redirecionado da identidade para a diferença, da presença para o suplemento, do texto para o prefácio, a tradução assume uma posição mais central que secundária, pois é aqui que Derrida cria tensão, lança dúvidas e oferece alternativas. O processo de tradução oferece, dentro do possível, um modo de divergir/procrastinar que subverte os modos de pensamento metafísico tradicional que dominam as premissas acerca da tradução, em um sentido específico, e da filosofia, no aspecto geral.

Em contraste com todas as teorias discutidas neste estudo, na base do pensamento de Derrida, encontra-se a pressuposição de que não há *nenhum* núcleo (*kernel*) ou estrutura profunda ou invariante de comparação, nada que possamos discernir – muito menos representar, traduzir ou em que fundamentar uma teoria. Derrida, de fato, “baseia” sua “teoria” de desconstrução ou não identidade, ou não presença na não representatividade. O que existe, segundo Derrida, são diferentes correntes de significação – incluindo o “original” e suas traduções em uma relação de simbiose – suplementando-se mutuamente, definindo e redefinindo uma fantasmagoria de igualdade, que nunca existiu nem jamais existirá como algo

fixo, compreensível, conhecido ou entendido. Essa fantasmagoria, produzida por um desejo de alguma essência ou unidade, reprime a possibilidade de haver sempre alguma coisa em movimento, em fluxo, “em ação”, fugidia no próprio processo de tentar se definir, falar de si ou se fazer presente. O sujeito da teoria da tradução tem tradicionalmente envolvido algum conceito de significado determinável que pode ser transferido para outro sistema de significação. A desconstrução questiona essa forma de definir a tradução e usa a prática da tradução para demonstrar a instabilidade de sua própria estrutura teórica. A desconstrução resiste aos sistemas de categorização que separam o “texto-fonte” do “texto-alvo” ou “língua” de “significado”, nega a existência de formas subjacentes independentes da língua, questiona premissas teóricas que pressupõem seres originais, em qualquer molde ou forma. Em tradução, o que é visível é a língua em referência a si mesma, e não às coisas. Portanto, a corrente de significação é de infinito regresso – o texto traduzido se torna uma tradução de outra tradução anterior e de palavras traduzidas, embora vistas pelos desconstrucionistas como significantes “materiais”; representam nada mais que outras palavras representando nada mais ainda que outras palavras representando.

A alternativa desconstrucionista se desenvolveu, de modo especial, na França, no fim da década de 1960, durante um período de revolução social e política. Ao mesmo tempo em que os eventos de maio de 1968 ameaçavam derrubar o regime de De Gaulle, um grupo de formalistas se juntava a um grupo de esquerdistas e começava a publicar, coletivamente, seus trabalhos no jornal parisiense *Tel Quel*, o nome que ficou associado ao grupo (ver Sollers & Hayman, 1981; Kristeva, 1983; Bann, 1984). *Tel Quel*, no fim dos anos de 1960, era composto de publicações dos membros centrais Philippe Sollers, Julia Kristeva, Marcelin Pleynet, Jean Pierre Faye, Jacqueline Risset e Jean Ricardou, bem como de membros mais temporários, como Roland Barthes, Tzvetan Todorov, Pierre Boulez, Jean-Louis Houdebine, Guy Scarpetta e Derrida. Todorov, que viera da Bulgária, também era versado no estudo do formalismo russo. Vindo de outra direção, Louis Althusser, embora não considerado um membro do grupo, praticava uma forma de desconstrução, ainda que retivesse uma dialética marxista e uma metodologia científica, exercendo enorme influência. Os membros de *Tel Quel* leram ao mesmo tempo Jakobson e Marx, nem rejeitando nem se identificando com um ou com outro, deliberadamente se recusando a resolver a contradição de tal postura, a fim de abrir novas vias de pensamento.

O fato de essa evolução refletir o tumulto político e social na França no fim da década de 1960 é mais que coincidência. Em seu livro *Readings and Writings: Semiotic Counter-Strategies*, Peter Wollen sugere que maio de 1968 “trouxe consigo *Tel Quel*” (Wollen, 1982: 210), mas, com certeza, o modo alternativo de pensamento dos jovens radicais serviu para provocar os eventos de maio também. Em 1965, Tzvetan Todorov publicou *Théorie de la Littérature*, a primeira tradução de uma seleção de ensaios formalistas russos a surgir na França, que teve impacto enorme sobre o grupo. Julia Kristeva, que entrou para o conselho editorial de *Tel Quel* em 1970, era bem versada tanto na linguística chomskiana quanto na da escola de Praga. Ela admirava muito o trabalho de Bakhtin, por exemplo, mas sugeria, em seu ensaio *The Ruin of a Poetics* (1973), que, embora o trabalho dele fosse, em essência, correto, não se aprofundava, principalmente ao introduzir aspectos sociológicos e ideológicos no arcabouço estruturalista (Kristeva, 1973). Derrida também admite o estágio necessário de estruturalismo para a atividade da desconstrução. Em *Of Grammatology*, ele sugere que Saussure não se estendeu em seu projeto até as conclusões finais; que aquilo que fora “rechaçado” por sua tentativa de limitar e conter acabou voltando para “perseguir a língua” (Derrida, 1974: 43-4).

Os desconstrucionistas, assim como os estudiosos da tradução, analisam as diferenças, falhas, mudanças e elisões que fazem parte de todo texto. De fato, é nessa noção de comparação que se podem ver fatores sociais e subjetivos atuando como restritivos. Assim como as raízes formalistas ajudaram os estudos de tradução a focar os textos em si, em vez de textos hipotéticos, também a desconstrução é atrelada ao texto que ela lê. Uma vez que as duas “áreas” convergem para uma posição que tenta evitar conceitos independentes, preconcebidos, dos quais se podem categorizar, interpretar e avaliar textos, o valor da desconstrução para uma teoria pós-estruturalista da tradução agora se torna evidente. Entretanto, o formalismo russo, bem como a linguística saussuriana, baseia-se em distinções forma/conteúdo, distinções significado/significante que fundamentam a filosofia metafísica tradicional; e o formalismo russo ainda perturba os estudos de tradução. Esse pensamento dicotomizado e as hierarquias geradas por tais distinções (privilegiando o literário sobre o não literário, o metafísico sobre o referencial ou o pensamento puro sobre a estrutura de superfície) são as mesmas distinções que a desconstrução considera limitantes e contra as quais ela atua. Em termos de teoria da tradução, que invariavelmente apresenta algum significado determinável como algo que deve ser reconstituído em

outra língua, a própria separação da língua de um significado identificável, ou de uma estrutura profunda, torna-se o alvo das perguntas da desconstrução, sendo assim um lugar frutífero para começar o reexame da teoria da tradução em geral. Derrida faz constante referência a “algo que nunca é falado” – algo impensado ou, conforme meus argumentos, a língua falando por si, uma noção tradicional que está além do escopo da teoria da tradução. Neste capítulo, sugiro que a teoria da tradução não pode mais evitar tais perguntas.

Foucault: desestruturando o original

Na epígrafe de *Language, Counter-memory, Practice* (1977), Michel Foucault cita Jorge Luis Borges, que teria dito: “O fato é que todo escritor cria seus próprios precursores. Sua obra modifica nosso conceito do passado, assim como modificará o futuro” (Foucault, 1977: 5). A noção de que o tradutor cria o original é introduzida pelos desconstrucionistas e serve para corromper a noção de autoria e, com ela, a autoridade em que se basear uma comparação de subsequentes versões traduzidas de um texto. Os desconstrucionistas argumentam que os textos originais estão sendo constantemente reescritos no presente e cada leitura/tradução reconstrói o texto-fonte. Em seu ensaio *What is an Author?* em *Language, Counter-memory, Practice*, Foucault aborda esses problemas, observando que as noções tradicionais de autoria original, de atos originais de criação, da unidade de um texto original, de equivalência de tradução ou semelhança e de sistemas de valorização constituem o fundamento de nossa compreensão de literatura e tradução. Ele sugere que, ao concedermos *status* primordial ao texto escrito, nós reinscrevemos em termos transcendentais uma afirmação da origem sagrada do texto. A teoria da tradução tradicional valoriza as noções de autoria e do *status* primordial de um texto original. Qualquer tradução de um original para uma segunda língua envolve uma violação do original, daí a impossibilidade de criar equivalentes “puros”. Foucault tenta contestar a noção tradicional do autor e sugere que pensemos em termos de “função do autor” (Foucault, 1977: 130-1). No lugar de uma identidade originária fixa, ele recomenda que enfoquemos as relações de textos com outros textos e que vejamos o discurso específico de um texto em particular dentro de sua situação histórica. Segundo Foucault, o trabalho do autor não é

o resultado de inspiração espontânea, mas está atrelado aos sistemas institucionais da época e do lugar dos quais o autor tinha pouco controle ou percepção. Portanto, o “ato de criação” é, na realidade, uma série de complexos processos que a designação “autor” serve para simplificar. Ele prefere não pensar no autor como um indivíduo real, mas como uma série de posições subjetivas, determinadas não por uma única harmonia de efeitos, mas por lacunas, descontinuidades e rupturas. O discurso do texto mostrará como essas descontinuidades desestruturam a noção de um texto original unificado, anistórico e transcendental. Com tal abordagem histórica, argumenta Foucault, os críticos aprenderão a rir das “solenidades” da verdade e se concentrarão, por outro lado, na interação de forças, de subjetividades, de posições e possibilidades. Lacunas, reversões, diferenças, contradições e silêncios são tão importantes para determinar “significado” quanto aquilo que é coerente, unificado e explicitamente articulado.

Uma definição e um conceito do que Foucault chama de Era Moderna *versus* Era Clássica são cruciais em seu argumento desenvolvido em *What is an Author?* A teoria tradicional da tradução, baseada em conceitos de harmonia, textos unificados, uma ideia original que pode ser capturada por um texto análogo, pode ser vista como fundamentada no que ele chama de um conceito “clássico” de representação. No século XVIII, segundo Foucault, a língua estabelecia relações de identidade – era percebida como uma forma de saber, e o saber já era discurso. Assim como os cientistas – como Lineu, por exemplo – pesquisavam as ciências naturais no decorrer desse período, também a “teoria” do mundo poderia ser vista como estando entrelaçada em uma teoria de palavras. A história natural, por exemplo, sempre tentou revelar a verdadeira ordem, as verdadeiras fundações por trás da cena da vida cotidiana, usando nomes para dar às coisas sua verdadeira denominação. No capítulo “Classifying” de *The Order of Things* (1973), Foucault sugere que, durante o século XVIII, “conhecer” a natureza era “construir” sobre a base da língua uma língua “verdadeira”, que revelasse as condições nas quais toda a língua era possível (Foucault, 1973: 161-2). Padrões de realidade foram descobertos, taxonomias, iniciadas, características abstratas, definidas e essências, descritas; foram estabelecidos ordens e gêneros que continuam até os dias atuais, incluindo algumas das teorias de tradução discutidas neste livro. Para tal empreendimento, a língua exigia a similaridade de impressões, daí a pressuposição de um arranjo de realidade que se conformasse com o discurso do período – que

apresentasse universais de ser, a primazia do sujeito conhecedor e uma língua capaz de descrever esses universais.

Essa visão harmoniosa do mundo sofreu um choque no fim do século XVIII. No capítulo intitulado “Labor, Life and Language”, de *The Order of Things*, Foucault se aprofunda no tema, sugerindo que, no século XIX, o discurso se tornou o sujeito do discurso. O autor já não usa mais a língua e se posiciona fora dela; mas a língua é concebida como também estando “dentro” do sujeito em criação, tendo seu próprio efeito produtor. Humboldt, Bopp, Grimm e outros começam suas investigações e comparações de línguas; a filologia entra em cena e as estruturas gramaticais são descritas. Foucault sugere que uma dupla ruptura ocorreu nesse período: as línguas romperam seus vínculos com a coisa representada e quebraram o elo com a continuidade geral da ordem natural, ganhando, assim, vida própria. Enquanto a “descontinuidade” dos subsistemas revelava estruturas “orgânicas” em toda a sua diversidade, também as línguas foram desatreladas de um sistema amplo, unificado, e a heterogeneidade de vários sistemas gramaticais veio à tona (Foucault, 1973: 292-3). Segundo Foucault, enquanto a língua se separa do objeto representado, ela permanece paradoxalmente o único meio pelo qual tal objeto pode se tornar conhecido. A língua, portanto, torna-se ao mesmo tempo elevada e demovida nesse período, e as estruturas gramaticais são vistas como uma prioridade do que pode ser expresso. As verdades filosóficas são, assim, enredadas na teia do discurso, e a análise deve funcionar de trás para a frente, a partir de opiniões, verdades e até ciências, chegando às palavras que as tornam possíveis. A produção de qualquer coisa – desde bens de consumo até textos literários – já não é mais concebida como estruturada em torno da consciência individual, mas sim da época ou, segundo Foucault, do discurso da época, que realmente cria o indivíduo. A língua, principalmente a língua “literária”, portanto, assume um novo modo de existência; deixa de desempenhar o papel do revelador/mediador metafísico de verdades filosóficas e se torna cada vez mais autorreferencial, uma mera manifestação de sua existência “precipitada”. Foucault afirma que ela rompe com toda a definição de gêneros e se converte em uma mera manifestação de língua que “não tem outra lei além daquela de afirmar” (Foucault, 1973: 300). Nesse período, enfim, formas de autoridade deixam de impor leis; gêneros e formas param de ser vistos como eternos, e a estrutura de qualquer noção de originalidade se quebra.

Na “Era Moderna”, a língua se tornou uma autoridade em si. O próprio autor se torna uma “função” de discurso, dissolvendo-se no texto que

se autoescreve. Em *What is an Author?*, Foucault cita Samuel Beckett tratando da pergunta nietzschiana “O que importa quem está falando?”. Tanto o homem quanto Deus desapareceram na evolução da língua que se autoescreve. A pergunta fundamental da Era Moderna, segundo Foucault, não é mais como alguém acumula conhecimento para se tornar autoridade e julgar o mundo, mas sim como nós pensamos aquilo que não podemos pensar. Em “Man and his Doubles”, de *The Order of Things*, ele argumenta que aquilo que é impensado, que escapa à própria língua, mas que, entretanto, nos forma e forma nossa fala e nossos padrões de pensamento, tornou-se o objeto da inquirição desconstrucionista:

A pergunta não é mais: como a experiência da natureza deu origem aos julgamentos necessários? E sim: como o homem pode pensar o que ele não pensa; habitar, como que por uma ocupação muda, algo que dele escapa; animar, com uma espécie de movimento congelado, aquela figura de si mesmo que toma a forma de uma exterioridade obstinada? Como o homem pode ser essa vida cuja teia, cujas pulsações e energia soterrada constantemente excedem a experiência que ele recebe imediatamente delas? (Foucault, 1973: 323)

Embora Foucault não faça previsões quanto às respostas às suas perguntas, ele nos indica uma direção: a reflexão sobre o que é silencioso, uma iluminação do que estava até então obscuro e uma restauração à língua daquilo que era mudo. Esse “Outro” não foi nem poderia ser iluminado no sentido de um conhecimento positivo, mas sim como um ponto cego ou região obscura que acompanha o pensamento consciente. Ele concebe o “Outro” como o duplo do homem porque, “como uma sombra”, o tem acompanhado, “mudo e ininterruptamente” desde o século XIX (Foucault, 1973: 326-7). A desconstrução, portanto, redireciona as perguntas acerca do trabalho literário e seu significado, do audível para o mudo. O papel criativo do autor é reduzido, e novas questões são levantadas em torno da origem do discurso de qualquer texto específico ou até do próprio autor. A originalidade do texto inicial também é questionada, e outros fatores determinantes emergem em relação ao que pode e não pode ser pensado dentro de um discurso em particular. Mais importante, o “significado” de um texto é reconsiderado, e os elementos silenciosos retornam à língua de um texto, visível em contradições, lacunas e omissões. Além disso, significados (im)possíveis retornam às palavras, significados estes que sempre as acompanharam, mas eram encobertos pela natureza da evolução do discurso na cultura ocidental em geral e no século XVIII em particular. Assim, na prática, os desconstrucionistas

tendem a exibir uma grande indiferença para com autores e significados explícitos, focando, ao contrário, a língua falando por si, escutando o inaudito, o incompreensível – aquilo que está lá e ao mesmo tempo não está, perdido naquele espaço entre significado e significante.

Os desconstrucionistas são atraídos pelos textos traduzidos, nos quais, alegam, a troca afirmativa de palavras em si e de si mesmas pode ser vista e os significados reprimidos podem retornar, e de fato retornam, geralmente de maneira implícita, ao presente. Por meio de sua prática de escrever – mesmo seus textos mais “filosóficos” com todas as notas de rodapé, prefácios, suplementos, *double entendres* e notas nas margens, podem ser vistos como uma espécie de tradução –, os desconstrucionistas estão desafiando a teoria da tradução tradicional a expandir suas fronteiras, encorajando-a a considerar suas próprias limitações, psicologia, restrições inconscientes e as implicações de sua retórica. Em tradução, a possibilidade de que *nada* exista por trás da língua, exceto seu próprio padrão de infinita regressão, pode ser confrontada, e o mero jogo da língua em si e por si pode ser revelado. Essa abertura para o nada absoluto, para a morte, para a finitude, é característica do pensamento de Martin Heidegger, que desestruturou as teorias metafísicas de tradução e abriu o caminho para se pensar naquilo que a língua nega.

Heidegger: os limites da denominação

Uma das primeiras tentativas de romper as amarras das abordagens conceituais metafísicas da tradução foi a obra *Sein und Zeit* (1927) (*Ser e o Tempo*), em que se pode localizar o início da prática de desconstrução. Ironicamente, não foi uma alusão a nenhuma verdade filosófica que permitiu a Heidegger escapar das limitações metafísicas, mas sim o ato de escrever sobre questões de língua, poesia e tradução, que revelou novas vias de pensamento. Em um retorno à pergunta mais básica e concreta sobre a qual se fundamenta toda a filosofia ocidental, Heidegger se absteve de uma discussão do “significado” de ser e, no lugar dela, perguntou acerca das próprias condições para a possibilidade do pensamento ontológico. *Ser e o Tempo*, portanto, é menos uma descrição filosófica que uma investigação pré-ontológica. A língua que enquadra tais questões, porém, é paradoxal, uma vez que o ser (o objeto) investigado é definido exatamente por aqueles termos que estão

sendo lançados em dúvida. Entretanto, por causa da natureza provisional de seu texto – ele não tentava responder à pergunta, mas apenas “mexê-la”, proporcionar um local e um contexto para que a pergunta pudesse ocorrer –, Heidegger evitou quaisquer noções conceituais e, com isso, conseguiu contornar temporariamente o paradoxo. O texto não oferece uma prova, não expõe um argumento nem chega a conclusão alguma, mas elabora um processo de descentralização, de recomeçar diversas vezes, de fazer as perguntas do ser (*Seiende*) que está fazendo a pergunta de ser (*Sein*). O processo de pensar de fato na pergunta, de experienciar a pergunta de uma maneira existencial (não escapando das noções preconcebidas ou definições históricas do ser fora de si mesmo) desestrutura a história da ontologia e de como o ser tem sido tradicionalmente interpretado.

Em *Ser e o Tempo*, Heidegger sugere que o ser não existe fora de coisa alguma, muito menos do lugar onde ocorre a pergunta. A pergunta só acontece na pergunta; só ocorre quando são formadas relações em língua, poesia e pensamento. Ser não é uma resposta a coisa alguma, pois não é uma entidade, uma coisa, um conceito, uma ideia compreensível; mas sim uma dúvida, uma falta de presença, uma ansiedade que assinala o nada absoluto, sempre além da compreensão. Heidegger evita verdades filosóficas que sirvam apenas para obscurecer essa experiência pré-ontológica e tenta pensar na ausência de preconceitos, na ausência de veracidades atemporais. Seu pensamento, enfim, se volta cada vez mais para a língua, no desenrolar do ensaio, continuamente levantando a questão do ser, vendo qualquer traço de resposta desaparecer enquanto ele se aproxima de uma estruturação coerente da pergunta. Ambos se tornam intricadamente ligados e exclusivos, enquanto Heidegger tenta pensar por meio do discurso no qual sua pergunta é formulada, e a pergunta *sem uma resposta* se torna aquela que vai guiar seu pensamento a partir de então.

Por meio das tentativas de estruturar uma pergunta da qual se pode começar a procurar uma resposta, Heidegger viu que as restrições de língua/pensamento limitavam seu pensar, e ele começou a desestruturar ou desconstruir tais limites. Seu método envolvia mais e mais o jogar com a língua, deixando-a falar por si por meio de suas variações e distorções. Em um processo muito semelhante ao da tradução e que se tornou a metodologia imperativa da desconstrução, Heidegger – deixando a língua falar por si, deixando-a adquirir energia própria e ressonância etimológica – conseguiu indicar um modo pelo qual o pensamento físico poderia ser superado. Nos escritos de Heidegger, há uma noção de que, uma vez

varridos os escombros filosóficos, é possível um retorno a um momento pré-original, e aquele pensamento pré-ontológico pode ser experimentado. No duplo movimento de desconstrução – como uma limpeza de estruturas que congestionam e uma entrada possibilitada por um salto de gerações de pensamento tradicional –, a tradução entra na teoria (ver Bernasconi, 1985: 15-17; Krell, 1986: 80-94). A tradução passa a ser compreendida em termos de um retorno ao pré-originário, permitindo ocorrer a experiência virginal da língua. Para se produzir uma fala original, pensar o “Outro” em termos foucaultianos – isto é, pensamento pré-metafísico –, é preciso *fazer* uma tradução. A tradução é vista como ação, uma operação de pensamento, uma tradução de nosso eu para o pensamento da outra língua, e não uma transferência linguística, científica, de uma coisa para o presente.

O movimento do pensamento de Heidegger em *Ser e o Tempo*, portanto, torna-se importante para a teoria da tradução. Em *Ser e o Tempo*, Heidegger discute questões cardeais para a metafísica ocidental, lidando com a ideia de que o homem é o ser que levantou a questão do ser. Distanciando-se de sua ideia da importância do sujeito como um ser sabedor, o pensamento de Heidegger logo se volta para a importância da língua como a força que desestrutura o sujeito e, assim, usando terminologia foucaultiana, o homem se torna o sujeito da língua. O ser, como Heidegger o idealizou, desaparece na língua: o discurso de *Ser e o Tempo* aponta para um meio de transgredir os limites do próprio texto literário. Heidegger avança até o ponto em que Foucault sugere ser característico de certo tipo de pensamento do século XX: em vez de uma pessoa falar, a língua está falando por si e o homem escuta. Se esse tipo de escutar é possível, o que o homem ouve? Heidegger afirma que não ouvimos tudo, pois há algo essencial à natureza da língua que não pode ser ouvido ou lido. Algo que é retido quando a língua fala. As palavras não revelam o que está aí* – “língua é a casa do ser” –, mas a língua também se retrai. Se deixarmos a língua falar por si, o que se revela é algo acerca da natureza da língua: as palavras não mostram apenas o que existe, mas o que existe e ao mesmo tempo não é (*was es gibt und gleichwohl nicht ist*) (Heidegger, 1971a: 88).

Em *The Anaximander Fragment*, em *Early Greek Thinking*, Heidegger nos permite vislumbrar sua teoria da tradução nas traduções que ele mesmo fez do Fragmento de Anaximandro, o mais antigo do pensamento ocidental, cuja interpretação se torna crucial para as afirmações filosóficas de Heidegger.

*N.T.: ou o *ser-aí* heideggeriano.

Ele faz uma releitura do antigo pensamento grego, com o intuito básico de descobrir uma forma alternativa de ver o mundo, de desenterrar modos pré-platônicos e pré-aristotélicos de discurso. Faz um pequeno estudo de caso, analisando, primeiro, duas traduções definitivas já feitas para o alemão – uma de Nietzsche em 1873 e outra de Herman Diels em 1903 – e, em seguida, oferece sua tradução (Heidegger, 1975: 13-14). Apesar das diferentes intenções e métodos dos dois tradutores, Heidegger observa a semelhança das traduções, não apenas em termos de sua “fidelidade” literal, mas também quanto ao “conceito” de Anaximandro que subjaz às duas versões. O padrão para julgar a filosofia pré-platônica ou pré-aristotélica é o mesmo, oriundo dos próprios filósofos que o estabeleceram. Heidegger argumenta que essa visão se tornou firmemente inserida na filosofia ocidental (e na teologia cristã) como “convicção universal” (Heidegger, 1975: 14).

Heidegger pergunta se o fragmento pode falar conosco, após todos esses anos. Será que o tradutor pode, de alguma maneira, contornar o peso da história e o domínio da explicação histórica? Para desvelar o significado do fragmento, o tradutor não tem a ajuda da filologia clássica, da interpretação histórica ou da psicologia. Em vez disso, para que haja uma sintonia com a língua, desenvolve-se um “elo” que é “mais amplo e mais forte, mas muito menos evidente”; e, nesse “diálogo pensativo”, o fragmento pode ser traduzido (Heidegger, 1975: 19). Ele oferece; então, sua versão, permitindo, segundo afirma, a manifestação da essência do ser em sua retirada. Desassociando-se das conexões literais e das associações preconcebidas, ele abre a mente para outros significados possíveis. Não traduz, por exemplo, *adikia* literalmente como “injustiça”, mas escuta, por outro lado, *a-dikia*, sugerindo que *dikia* está ausente, que nem tudo está certo e que há algo fora do lugar, desajuntado, oferecendo “disjunção” como outra possibilidade. Heidegger está claramente usando a tradução para alcançar uma espécie de dupla escrita: primeiro, para deslocar e perturbar certas noções preconcebidas que os leitores ocidentais trazem à língua para deixar que outra coisa ocorra; segundo, para mais uma vez abordar a questão de ser, como em *Ser e o Tempo*. Se aceitamos ou não sua tradução não é a meta do ensaio; o que importa é a recuperação/retorno da ressonância silenciosa do que é dito. Se essa atividade ocorre, língua e pensamento cedem lugar a algum outro significado, não a alguma entidade definitiva fora da língua, mas algo que habita suas estruturas e, ao mesmo tempo, é por elas encoberto.

Apesar das evidentes diferenças, a teoria de tradução de Heidegger não é diferente dos primeiros estudos de tradução. Ele presume que

as traduções são condicionadas pelas categorias conceituais que governam cada época, a despeito das tentativas de contorná-las. Ele também acredita que, com estudo e contextualização histórica, pode-se chegar a algum tipo de conclusão quanto ao intento do autor, descobrindo-se camadas de ofuscação para que se chegue a um tipo de intento originário ou presença antes de sua distorção. Escolhe palavras que desfamiliarizam, que funcionam de maneira diferente na sociedade de hoje, para tentar obter o mesmo efeito ou resposta que a versão original evocou, no processo de decompor as categorias conceituais de seu leitor. No ensaio citado, ele presume uma intangibilidade que foi encoberta pelos gregos; o poeta/tradutor é capaz de traduzir/transportar-se para a cultura original e recuperar aquela denominação original que é obscurecida pela denominação linguística. A falácia intencional não se aplicaria menos às traduções de Heidegger dos antigos gregos do que a qualquer teoria de orientação puramente funcional.

Apesar das restrições feitas quanto aos resíduos da presença original, a teoria de tradução de Heidegger marca uma significativa mudança, pois ele não está descobrindo a intenção original de nenhum autor, e sim recuperando uma propriedade da língua em si. Heidegger lida com aquilo que a *língua* nega e que nenhuma teoria exposta neste livro sequer remotamente aborda. O que se revela, quando Heidegger deixa a língua falar por si, é que “a palavra implica a relação entre o ‘é’ que não é e a obra, que é no mesmo caso de não ser um ser” (Heidegger, 1971a: 59). Heidegger aponta para um novo tipo de pensamento – não pensar no ser-aí, o que é denominado, mas pensar no ser-aí que ao mesmo tempo ainda não é denominado e que nunca pode ser denominado, porque não é. Poderíamos associar essa não entidade silenciosa trazida pela língua ao que Foucault chama de O Outro, o irmão gêmeo do homem, que é sempre carregado pelo homem e que passou a definir o modo de ser do homem moderno (pós-moderno?). Pensar no que nunca pode ser denominado é difícil – Heidegger afirma que é uma situação “simplesmente incompreensível” –, mas, apesar de toda a dificuldade, a situação se tornou teórica e “devidamente digna do pensamento” (Heidegger, 1971a: 88) e pode forçar uma reconsideração por parte de qualquer teoria contemporânea da tradução. A pergunta de como o homem desapareceu como sujeito falante e como se pode iluminar aquilo que é silencioso na língua não é respondida, mas usada por Derrida, como tentarei mostrar na seção seguinte, com a finalidade de dismantelar tentativas anteriores de chegar a uma teoria da tradução.

Derrida: tradução e *différance*

O pensamento acerca da tradução começa com o “conceito” heideggeriano de mostrar que ser-aí ao mesmo tempo não “é”. Em seu ensaio *Différance*, de *Margins of Philosophy* (1982a), Derrida cunha o neologismo “*différance*” para se referir não ao que existe (língua), e sim ao que não existe, questionando qualquer abordagem ontológica que tente determinar uma noção de ser baseada em presença. O termo *différance* deriva do verbo latino *differe* – que significa procrastinar, atrasar (sugerindo um horizonte temporal) e ao mesmo tempo divergir (sugerindo um horizonte espacial) – com uma alteração distinta, porém: Derrida deliberadamente altera uma letra, cometendo um erro, embora inaudível: em vez de escrever *différence* – o substantivo derivado do verbo de acordo com as regras de gramática –, ele escreve *différance*, que soa parecido, mas graficamente força o leitor a pensar em termos do inaudito – invadindo, portanto, o subconsciente do leitor com um som não existente. Derrida, entretanto, faz mais que alterar uma letra para obter um mero efeito formalístico de alienação. O termo também evoca o gerúndio derivado do particípio presente *différant*, que não existe na língua francesa atual. Assim, ele coloca um não-termo entre um verbo e um substantivo não existente, sugerindo um verbo/substantivo entre sujeito e objeto, algo que foi perdido (ou reprimido) no desenvolvimento da língua. Derrida associa o termo a algo como a voz do meio, uma operação nem passiva nem ativa, nem temporal nem espacial (Derrida, 1982a: 9; ver também Heidegger, 1962: 51; Scott, 1987: 67), uma voz, para todos os fins, perdida no discurso metafísico ocidental.

Relembrando a definição de Foucault de “O Outro” como o gêmeo mudo do homem, a estratégia retórica de Derrida no ensaio *Différance* não só usa um termo que se refere de maneira explícita a cisão e divisão, mas também, por causa de sua violação das leis de escrita com seu erro inaudível e por lembrar subconscientemente um modo conceitual esquecido, utiliza ironia “muda” para criar um discurso de desordem gráfica e teórica abaixo da superfície da conformidade audível e retórica. Para sermos francos, seus tradutores para o inglês não lidaram muito bem com o neologismo. Deixando-o em francês, ele fica tão evidente que se perdem a ironia muda e as referências sutis. A técnica de Derrida funciona para procrastinar noções tradicionais de referência e atrasar sua subsunção no discurso em que ocorrem – não permitindo que sejam vistas, subsumidas,

compreendidas e, por fim, silenciadas. O método não é diferente de certas teorias formalistas de tradução, mas a estratégia de Derrida é ligeiramente divergente. Enquanto as abordagens formalistas são muito limitadas pelas leis da gramática e calculadas para alcançar precisão gráfica e referência precisa, a de Derrida é, antes, um desvio empírico, não comprometido com a responsabilidade da filosofia, da tradição, da evolução da língua ou de sistemas de pensamentos, enfatizando, por outro lado, um movimento ao longo de uma superfície da língua escrita, jogando sem cálculo, vagando sem um fim ou *telos*.

Enquanto Heidegger fala de um aspecto da língua que se retrai ou se retira, Derrida sugere o pensamento em termos de *différance*, de procrastinar/divergir, de um jogo indeterminado sem um fim, um referente ou uma função específica. Derrida também ventilava a hipótese de que tal pensamento é impossível em nossos dias, mas sugere que podemos começar pensando às margens do pensamento categórico metafísico e, especulativamente, seguir os desvios da língua em vez do caminho central estabelecido. Em termos de tradução, ele sugere não olhar a mensagem original nem sua codificação, mas as múltiplas formas e interligações que ele deve sofrer para falar, para se referir. Derrida, portanto, especula, “supondo um jogo de formas sem substância determinada e invariável, e também supondo, na prática desse jogo, uma retenção e proteção de diferenças, um espaçamento e temporização, um jogo de rastros” (Derrida, 1982a: 15). Por extensão, também poderíamos projetar uma teoria de tradução visando proteger as diferenças, revigorar a língua com ressonâncias etimológicas perdidas, abrindo, assim, novas vias de pensamento.

Essa é, claro, a tal “situação incompreensível” que Heidegger dizia ser mais antiga que a escrita, mais antiga que as perguntas pré-ontológicas feitas por ele e, com certeza, mais antiga que a “verdade” do ser conforme perseguida pela investigação filosófica greco-ocidental. Essa abordagem é alheia ao discurso moderno que rege nosso pensamento, que nos força a fazer referência a objetos, estreita os significados e bloqueia possibilidades alternativas. O projeto de Derrida tenta desvelar esse jogo de rastros encobertos, porém subconscientemente discerníveis, sem se referir a algum tipo de significado subjacente profundo. O problema, segundo Derrida, é que o rastro (daquela coisa específica que não é) nunca pode ser apresentado como se fosse um fenômeno. (Ele) está sempre divergindo e se adiando, apagando-se no ato da exposição. Apesar da dificuldade de pensar esse pensamento

“inaudível”, Derrida nos dá algumas diretrizes valiosas de como podemos abordar o “conceito” de compreender um pensamento inaudito:

Talvez devamos tentar esse pensamento inaudito, esse rastreamento silencioso: que a história do ser, cujo pensamento envolve o *logos* greco-ocidental conforme produzido por meio da diferença ontológica, é apenas uma época do *diapherein*. (...) Uma vez que o ser nunca teve um “significado”, nunca foi pensado ou dito como tal, exceto em se dissimular em seres, então *différance*, de uma maneira estranha, (é) “mais velho” que a diferença ontológica ou que a verdade do ser. Quando tem essa idade, pode ser chamado de rastro. O jogo do rastro que não pertence mais ao horizonte do ser, mas cujo jogo transporta e encerra o significado do ser: o jogo do rastro, ou *différance*, que não tem significado e que não é. O que não pertence. Não há sustentação nem profundidade nesse tabuleiro de xadrez sem fundo sobre o qual o ser é posto em jogo. (Derrida, 1982a: 22)

Assim como Heidegger antes dele, Derrida sugere que toda a “história” do pensamento greco-ocidental – onde quer que a metafísica “normalize”, como no discurso ocidental – pode ser considerada uma única época produzida por *diapherein* interpretada como diferença ontológica.

Derrida também suspeita da tradução dos textos gregos e oferece outra interpretação. Referindo-se ao jogo heraclítico de *hen diapheron heautoi* como algo que diverge de si mesmo, na superfície, agora, neste momento, *enquanto* se presencia, Derrida sugere que a margem de referência para o termo “divergir” se perdeu assim que a definição como diferença ontológica chegou ao primeiro plano (Derrida, 1982a: 22). Derrida está interessado tanto na ressonância literal quanto metafórica da expressão heraclítica: o verbo *diapherein* se baseia na raiz *diaphero*, que significa “levar de um para outro, carregar, portar, transportar”. Além disso, os gregos usavam o termo metaforicamente para transmitir a ideia de “pôr a língua em movimento, falar”, e Derrida relaciona a frase à linguagem, de modo especial à linguagem oral (e inaudível). Heráclito, por sua vez, usava o termo para se referir a “lançar de um lado para outro, romper”; Aristóteles o empregava com o sentido de “dilacerar, desajuntar”; e, para Plutarco, o termo transmitia a noção de “desviar” (Liddel & Scott, 1925: 417). Só muito tempo depois, o termo se solidifica em seu significado literal de “fazer uma diferença”. Derrida está tentando restaurar ao termo um sentido do antigo uso grego, revitalizando a palavra para transmitir a ideia de movimento ao longo de uma superfície, ao mesmo tempo transmitindo e eliminando significado, desviando e

procrastinando significado. O jogo do rastro, portanto, “transporta” e “encerra”, sempre revelando e escondendo. Derrida escuta o aspecto de voz do meio do verbo – ressuscitando o sentido de algo que é desajuntado ou rompido de *dentro* – na própria língua – ao contrário de algo separado e distinto dos outros, visto de *fora* – com distância “objetiva” – e tentando reinstaurar aquela voz ou modo perdido de discurso ao modo corrente.

Em termos de contribuição para a teoria da tradução, o “jogo do rastro” de Derrida não pertence a uma tradução que carrega significado identificável entre as fronteiras, mas sim a um movimento ao longo de uma estrada ausente, que se disseminou ou evaporou, de uma voz que fala, mas não pode ser capturada, um eco que desaparece enquanto é ouvido. É uma referência por meio de “uma noção de moção” que é melhor transmitida pelo movimento da prosa de Heidegger e das invenções retóricas de Derrida do que aquilo que eles estão tentando expressar literalmente. Entretanto, embora as técnicas sejam relacionadas, não são as mesmas. Pois, para Heidegger, principalmente em suas traduções, há sempre o sentido de estar buscando alguma espécie de presença pré-ontológica, a qual, se pudessemos decompor nossa estrutura conceitual fechada, compreenderíamos como (mais) significativa do que como culturalmente aceita, quanto ao significado. Derrida, por outro lado, parece sugerir que o jogo do rastro nunca pode ser apresentado, pois, quando é denominado, quando alguém tenta deter-lhe o movimento e segurá-lo, ele se dissemina, separa e continua se movendo, chegando por fim a outro lugar.

A tradução também pode ser redefinida de um modo correspondente. Em vez de definida como uma mera travessia de um lugar para outro, para que algo seja compreendido, a tradução também pode oferecer um lugar ou fórum para a prática de uma travessia que se dissemina e escapa. Em vez de fixarem o mesmo significado, as traduções podem dar espaço para o jogo, para estender fronteiras e abrir novos caminhos para mais diferença. A tradução pode ser concebida como uma ação na qual o movimento ao longo da superfície da língua se torna visível, o jogo sem cálculo se manifesta. O foco de tal redefinição se desvia do “significado” de um texto, pois, segundo Derrida, o *jogo* não tem significado. Não existe uma *différance de sustentação* – é metaforicamente concebido como “esse tabuleiro de xadrez sem fundo sobre o qual o ser é posto em jogo”.

As diferenças entre as visões de Heidegger e Derrida em torno da tradução podem ser notadas de modo mais claro na resposta de Derrida a uma pergunta feita por Rodolphe Gasché em uma mesa-redonda de tradu-

ção, apresentada em *The Ear of the Other* (1985b). Gasché pergunta como Derrida se situa em relação a Heidegger, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento deste de uma ausência fundamental em toda língua mãe (nesse caso, a língua grega e, por extensão, todas as línguas ocidentais, incluindo o francês). Derrida responde, sugerindo que a diferença entre sua teoria de tradução e a de Heidegger é que este presume uma espécie de “intangibilidade arquioriginária”, um “núcleo” (*kernel*) intacto, o qual, apesar de encoberto, esquecido e traduzido erroneamente pelos gregos, se presume existir. Essa resposta indica, de maneira justificável, o tom quase religioso assumido pelos escritos de Heidegger, do qual Derrida deve se distanciar se o projeto desconstrucionista for o de desafiar a filosofia tradicional. Todavia, sua posição diante de Heidegger não é tão distante quanto pode parecer. Na verdade, Derrida historia o discurso de Heidegger dentro de um paradigma greco-ocidental que sempre desejou – e, em teoria, presumiu –, uma presença originária intacta, esteja ela lá ou não. Se o “núcleo” unificado é ou não ficção, Derrida reconhece que o *desejo* por tal entidade é muito real, e é precisamente *aquilo* sobre o que toda frase, todo apelo – incluindo o da literatura e da filosofia – se baseiam (Derrida, 1985b: 116).

Chamando à questão aquilo em que se fundamenta a língua, Derrida, na verdade, dá um passo à frente de Heidegger. Derrida questiona qualquer definição de tradução como transporte, reprodução, representação ou comunicação do “significado” do original. Sugere, por outro lado, que a tradução poderia ser vista mais corretamente como um caso em que a língua está sempre no processo de modificar o texto original, de procrastinar e afastar para sempre qualquer possibilidade de compreender aquilo que o texto original deseja denominar. De fato, a partir da posição desconstrucionista, a tradução é vista como uma atividade que continuamente esconde a presença e frustra *todo* o desejo. Reforçando a posição de Derrida, por ironia, há o fato de que essa própria frustração de desejo é uma condição necessária para que o desejo se desenvolva, o gêmeo já sempre silencioso acompanhando a emoção como a definimos, e a presença correspondente impossível se manifesta/esconde de maneira misteriosa, de acordo com o argumento de Derrida. De modo semelhante, a tradução pode ser interpretada como um adorável operador de *différance*, um processo necessário que distorce o significado, enquanto, ao mesmo tempo, revela uma rede de textos que tanto possibilitam quanto proíbem a comunicação interlingual.

Elaborando melhor essa redefinição de tradução em seu ensaio de 1985, *Des Tours de Babel*, Derrida adota o conceito de Walter Benjamin

de *Überleben*, a “sobrevivência” da língua, para explicar como a tradução modifica ou suplementa o original. O título do ensaio novamente ilustra a força gráfica do texto de Derrida, o toque estranho, a ambiguidade sobre-determinada, a sobrecarga semântica que Derrida vê sempre presente em toda palavra. “Des”, para ele, ressoa com “algumas”, com “das” ou “vindo das”, ou “acerca de” (ver nota do tradutor, Derrida, 1985a: 206). Mais importante, carrega a conotação de “prolongar” ou de “sobre-vivência” (Derrida, 1979: 76). “Tours” evoca noções de torres, distorções, truques e viravoltas. Juntos, “Des” e “Tour” formam *détour*, que faz lembrar as conotações de procrastinar/atrasar importantes para o neologismo *différance*, bem como a escrita tangencial, suplementar, que Derrida vê implícita em parte de qualquer texto estático. “Babel” é ainda mais complexo, contendo uma referência a “pai” (*Ba* em línguas orientais) e “Deus” (*Bel*, nas mesmas), pai, nesse caso, da Babilônia. Derrida sugere que até os nomes próprios sempre têm ressonância polissemântica, pois esse nome próprio já traz consigo noções de “confusão”, como em um “palavreado incoerente” ou uma “confusão de línguas” e como em um “confuso estado mental” quando uma estrutura permanente é interrompida (Derrida, 1985a: 166-7). Para Derrida, Deus é visto como um desconstrucionista, pois Ele interrompe a construção da Torre de Babel (Derrida, 1985b: 102). Nesse ato, Deus interrompe-se a si mesmo e produz “*disschemination*”, que uma nota do tradutor de Joseph Graham nos explica significar disseminação, desesque-matização, desemitização e desvio de um *chemin* (caminho). Dirigindo-se à tribo de Sem, Deus está dizendo, segundo Derrida: “Vocês não imporão seu significado ou sua língua, e eu, Deus, portanto, os obrigo a se submeterem à pluralidade de línguas das quais vocês nunca sairão” (Derrida, 1985b: 103).

Assim, só por considerar quatro palavras no título do ensaio, vemos como o texto de Derrida faz mais que apenas alienar ou distanciar: ele inter-fvém ativamente em esquemas conceituais metafísicos, religiosos, e oferece uma alternativa. A “tarefa” do tradutor, diz ele, adotando o argumento de Benjamin, consiste em garantir a sobrevivência da língua e, por extensão, da vida. Derrida afirma que o prefácio de Benjamin – pois *The Task of the Translator* (ou A Tarefa do Tradutor) é um prefácio das traduções feitas por Benjamin em 1923 de *Tableaux Parisiens*, de Baudelaire – fala de doar vida, transformar o texto-fonte, para que ele “continue vivendo”, que “viva mais e melhor”, que viva “além dos meios do autor” (Derrida,

1985a: 178-9). Ele cita e explica em parênteses sua leitura de Benjamin, nos seguintes termos:

Assim como as manifestações da vida estão intimamente ligadas com a vida, sem significar coisa alguma para ela, uma tradução procede do original; na verdade, não tanto de sua vida quanto de sua sobrevivência [*Überleben*]. Pois a tradução vem do original, e, para as obras importantes que nunca encontram seu tradutor predestinado na época de seu nascimento, ela caracteriza o estágio da sobrevivência delas [*Fortleben*, dessa vez, sobre-vivência como continuação da vida, em vez de vida *post-mortem*]. (Derrida, 1985a: 178)

Portanto, para Derrida e Benjamin, o “original” sempre contém outra estrutura ou forma – um “estágio” para a futura sobrevivência –, mesmo que o texto em si nunca seja traduzido. Essa estrutura não é visível, não é algo completo e unificado; ela tem mais a ver com o estado de estar incompleta em relação a possibilidades futuras, uma abertura que não é mudada por nenhuma versão estática ou definitiva. Psicologicamente, essa entidade não realizada poderia ser expressa como o interminável desejo de vida por parte do texto e um desejo por tradução. Derrida argumenta que essa estrutura meio completa, cuja completude só podemos imaginar, está relacionada como a “lei” que governa a tradução e que Benjamin também vê como uma “dívida” (*Aufgabe*) constitutiva da “tarefa” do tradutor. O original se entrega (*aufgeben*) na própria modificação de si mesmo; sobrevive graças à sua mutação, à sua transformação. Como em sua renovação, o original é também modificado – ele cresce, amadurece. O crescimento por meio da tradução responde ao original, preenchendo aquela estrutura aberta do texto-fonte (Derrida, 1985a: 188).

Em tal processo, não só os textos, mas também as línguas rejuvenescem. A tradução, para Derrida e Benjamin, marca ou “remarca” – no sentido de “expressar” – a afinidade de um único texto com outras línguas. Para Derrida, as línguas não são desligadas e abstraídas umas das outras, mas sim sempre inter-relacionadas e mutuamente derivativas. A tradução põe o autor em contato com o conceito de Benjamin de “língua pura” (*reine Sprache*). Transgredindo os limites da língua-alvo, transformando textos originais da língua-fonte, o tradutor estende, aumenta ou faz as línguas crescerem. O aumento não é linear, sistemático, mas fragmentário, acontecendo apenas em “pontos infinitesimais”, semelhantemente ao conceito de Pound de fragmentos de língua, de escultura, tendo “detalhes luminosos”.

A metáfora usada por Benjamin e citada por Derrida é de aumento por meio da junção das linhas quebradas de um fragmento. Derrida cita Benjamin:

Pois, assim como os fragmentos da ânfora, se formos capazes de reconstituir o todo, devem ser contíguos nos menores detalhes, mas não idênticos entre si, também, em vez de se assemelhar ao significado do original, a tradução, em um movimento de amor e detalhe pleno, deve passar para a sua língua o modo de intenção do original: portanto, assim como os cacos se tornam reconhecíveis como fragmentos da mesma ânfora, o original e as traduções se tornam reconhecíveis como fragmentos de uma língua maior. (W. Benjamin, 1955; citado por Derrida, 1985a: 189-90)

Para Derrida, não existem formas platônicas subjacentes às nossas noções conceituais. Não temos uma espécie de Conhecimento Original do que é a “vida” ou do que são “famílias”. Não há nada, nenhum significado puro por trás das palavras ou por trás da língua. Em vez disso, para ele, a vida – ou o “continuar a viver”, sobrevivência (*Überleben*) – está essencialmente presente no termo “tradução” (*Übersetzen*) e se torna o ponto de partida de onde ele começa a compreender o que significam vida e família. O texto de Derrida nunca é desprovido de um senso de amor pela vida, pela língua e pelo jogo da língua. Afirmando a vida, seus escritos são quase religiosos, o que poderia explicar sua atração por Benjamin e Heidegger. A desconstrução é concebida como uma força positiva estendendo o corpo da língua não só em um sentido simbólico, mas também físico. Por meio de um processo físico, material, que toca e abre, em vez de um processo abstrato que segura e fecha, reconstituindo e não representando, a desconstrução permite receber e dar, permite que o amor cresça. A tradução, mais que qualquer outro modo ou forma, complementa e reafirma, regulando a sobrevivência por meio de um processo de nascimento e renascimento; daí a importância da tradução no esquema desconstrutivo das coisas. Benjamin escreve que, na tradução, o original se torna maior; Derrida acrescenta que a tradução se comporta como uma “criança” que não é apenas um “produto” sujeito à lei da “reprodução”, mas tem, além disso, “o poder de falar por si” de uma maneira nova e diferente, suplementando a língua, fazendo soar o “tom babilônico” (Derrida, 1985a: 191) que faz a língua crescer. O processo de tradução assegura o renascimento, a regeneração, a emergência, “o crescimento sagrado” das línguas em geral e, para Derrida, o meio pelo qual nós compreendemos a nós mesmos.

A tradução, assim concebida, nos põe em contato não com algum tipo de significado original, mas com a pluralidade de línguas e significados. Segundo Derrida, ninguém jamais escreve em uma única língua, mas está sempre já escrevendo em múltiplas línguas, compondo novos significados enquanto erradica outros. Até as correções “corretas” e as próprias replicações exatas carregam consigo significados diferentes. A intangibilidade originária se dissolve à medida que o tradutor aumenta e modifica o original. Áreas cinzentas entre as línguas – as fronteiras – começam a aparecer. Traços, marcas de um significado que se dissipou, mais uma vez se tornam visíveis – nem intactos nem objetificados –, mas, de alguma maneira, ainda vivendo ou sobrevivendo.

A “teoria” da tradução de Derrida não é uma teoria no sentido tradicional – não é prescritiva, tampouco propõe um modelo melhor de transporte. Indica, isso sim, que nós pensamos menos em termos de cópia e reprodução e mais em termos de relacionamento entre as línguas. Marcas, traços, afinidades com outras línguas estão presentes simultaneamente com a apresentação daquilo que o texto alega tratar. Pois, na tradução, as línguas se tocam, ainda que de maneira minúscula e tangencial, antes de se separarem de novo; as possibilidades se apresentam antes que o ato de denominar e identificar interrompa o jogo interativo. Momentos transitórios aos quais Heidegger se refere como a situação incompreensível talvez possam ser misteriosamente sentidos pelo tradutor durante a atividade da tradução. O interesse de Derrida em tradução é pelo processo antes da denominação, enquanto o “objeto” ainda não é. Portanto, o processo de tradução desconstrói textos e retorna ao ponto antes de um objeto ser nomeado, tornando visível um caminho pelo qual o significado foi redirecionado ou desviado.

O principal ponto teórico de Derrida parece ser o de que não existe significado puro, nada a ser apresentado por trás da língua, *nada* (no sentido absoluto) a ser representado. Aí é que se encontra o radicalismo do projeto desconstrucionista. Semelhantemente à posição formalista, aquilo que existe, segundo os desconstrucionistas, é uma corrente contínua de significação composta de línguas em um estado constante de interação, suplementando-se mutuamente. Entretanto, além dessa corrente contínua, os formalistas tendem a apresentar obras de arte unificadas como uma meta dentro do sistema, uma premissa muito frágil, segundo Derrida. Ademais, os formalistas imputam algum tipo de estrutura subjacente ao sistema linguístico e algum tipo de ordem à evolução da língua, enquanto Derrida implica tabuleiros de xadrez sem fundo e aleatórios,

um desenvolvimento acidental, sem fim. Assim, ele demitologiza as formas subjacentes ao formalismo.

Desse modo, a tradução deixa de ser vista como uma mera operação executada entre duas línguas separadas, e sim como um processo em constante operação também em línguas sem par. Limites entre as línguas desaparecem. Em cada sistema linguístico, várias línguas já se encontram sempre em operação – todas as línguas contêm elementos de outras línguas, bem como uma instabilidade, uma ambiguidade, dentro de seus próprios termos. Historicamente, as teorias da tradução – tanto antes quanto depois de Jakobson – presumem sistemas divergentes e distintos. Segundo Derrida, na tradução, as impurezas se manifestam, os acidentes ocorrem e o processo de desesquemática se torna visível. Há paralelos entre “traduzir” e “divergir/procrastinar”, dos quais Derrida e os tradutores praticantes estão cientes. Em termos etimológicos, “traduzir” deriva da palavra latina *translatus*, “transportado”. *Translatus* é o particípio passado de *transfere*. Se dividido em *trans* e *ferre*, vemos a proximidade da palavra a *dia* e *pherein*. O termo latino *ferre* significa “conduzir” ou “transportar”, como transportar um escudo, e costumava ser usado no sentido de portar ou transmitir, com a noção de moção (ou de movimento) (Homero), referindo-se, por exemplo, a navios levados pela força do vento. Significava também resistir, sofrer, como em suportar um peso mental, e sobrevive em algumas expressões inglesas como “you’re not faring very well” – você não está indo muito bem (*farine* dando a ideia de ir no sentido de viajar, mas também de *desempenhar*, conduzir um empreendimento). Significativo para os desconstrucionistas é o fato de que a tradução se refere a um sentido de estrada ou caminho que conduz a um lugar, como uma porta que se abre para um jardim ou uma estrada que leva a uma cidade, transmitindo uma impressão de prolongamento ou extensão (Liddel & Scott, 1925: 1922-3; Klein, 1966: 157). Por meio de experimentação com possíveis escolhas de palavras, o que se torna evidente são as diminutas diferenças entre palavras muito semelhantes, uma prática que expõe os limites das línguas. Essa própria exposição dos limites e impossibilidades também dá origem a novas alternativas em uma área cinzenta que não é uma língua nem outra, mas um espaço divergente silencioso não limitado por nenhuma das duas. Colocando a caneta no papel, escolhendo uma possibilidade, o que ocorre é que o pensamento silencioso que parecia possível entre as línguas é postergado, atrasado, apagado pelo termo delimitador escolhido.

O trabalho de Derrida sugere que a teoria da tradução pode ser o melhor “campo de estudo” para começarmos a explorar esses rastros inauditos, essas possibilidades que são encobertas enquanto falamos. A teoria da tradução está equipada, como demonstrou Popovič, para seguir o jogo “sujo” de todos os erros, problemas, acidentes, insuficiências, divergências e diferenças. Embora ainda não seja aquilo a que Derrida alude com seu termo *différance* – que não se pode manter ou compreender –, tal análise pode chegar o mais perto possível de revelar essa propriedade silenciosa da língua. Ignorar tais possibilidades, como a teoria da tradução tem feito no decorrer da história, só faz perpetuar a própria insuficiência. Derrida prefere o termo “transformação regulada” ao termo tradução, pois argumenta que nunca teremos o transporte de puros significados de uma língua para outra:

A diferença nunca é pura, tampouco é a tradução; é, para a noção de tradução, teríamos de substituir por uma de *transformação*: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. Jamais teremos – na verdade, nunca tivemos – de lidar com algum “transporte” de puros significados de uma língua para outra, ou dentro de uma mesma língua, que o instrumento significante deixaria virgem e intocada. (Derrida, 1981: 20)

Com certeza, tal abordagem tenderia a solapar o poder do significado transcendental e libertar o campo das traduções avaliativas em termos de sua proximidade à equivalência pura. Talvez também libertasse os estudiosos literários das constrições de denominação para poderem escutar e pensar – não em termos apenas de uma língua para outra, mas naquela área cinzenta que ainda não tem fronteiras, que mal é visível, que não tem nome e não é.

Discussões de tradução pós-Derrida

As repercussões da alternativa desconstrucionista às abordagens tradicionais de tradução são grandes e se acumulam, tornando tal alternativa difícil de caracterizar. Nesta seção, quero tratar brevemente de quatro áreas nas quais tem havido discussão: a primeira, de dentro do *Tel Quel*; a segunda, nos estudos de tradução; a terceira, na teoria literária anglo-americana; e a quarta, na filosofia da língua.

Nos círculos franceses, grande parte da discussão em torno de desconstrução, tradução e natureza da língua enfoca o texto de James Joyce e as estratégias preferidas por seus tradutores. Talvez o melhor exemplo da prática de “produtividade afirmativa” como preferida pelos descon-

trucionistas seja a própria tradução de James Joyce de duas passagens de *Finnegans Wake*. Seu último trabalho antes de falecer demonstra como uma tradução ilumina e esclarece o original, dando aos estudiosos um melhor sentido da natureza transitória do original. Jacqueline Risset, a primeira a publicar a tradução de Joyce no periódico *Tel Quel* em 1973, sugere que o texto demonstra a tese de Derrida de que a tradução transforma o original quando o transpõe para uma segunda língua. Ela argumenta que o texto italiano de *Finnegans Wake* não pode ser chamado de tradução, mas sim uma “reescrita”, uma “elaboração”, que não se opõe ao original, mas constitui uma “obra em andamento” (Risset, 1984: 3). Claramente, o texto em inglês de *Finnegans Wake* é um exemplo das múltiplas possibilidades linguísticas dentro de (uma) língua em geral, desafiando, assim, a tradução como o mundo ocidental a compreende. Em algumas línguas, *Finnegans Wake* não foi traduzido, sendo disponível apenas no original, não só por causa da dificuldade de tradução, porém mais ainda porque o texto não é visto como sendo inglês, e sim plurilíngue. Quase todas as palavras no livro são tão ricas de referências de línguas estrangeiras que a obra força os parâmetros do monolinguismo ao extremo. Em teoria, já parece representar o último grau de fragmentação de apresentação; assim, qualquer tradução se torna sem sentido ou, em outras palavras, só serve para encaixar o jogo livre das unidades léxicas em alguma estrutura que produza e, assim, limite o sentido. A estratégia de tradução empregada por Joyce, porém, aumenta exponencialmente mais uma vez as opções para a tradução, se isso pode ser imaginado, não por reter a estrutura multilinguística, importando morfemas da língua estrangeira, mas sim explorando os limites da língua a partir de dentro. Em vez de cunhar novos termos e neologismos, Joyce conta com múltiplos níveis já existentes na língua italiana – diversas expressões idiomáticas, dialetos e arcaísmos – com o intuito de obter as múltiplas ressonâncias do original.

Em um artigo intitulado *Joyce Translates Joyce* (1984), Risset argumenta que Joyce não buscava equivalentes hipotéticos do original, mas estendia o original a um novo estágio, “uma variação mais audaz sobre o texto em processo” (Risset, 1984: 6). Não por coincidência, Risset também é poeta e tradutora, tendo como mais recente projeto uma tradução da *Divina Comédia*, de Dante para o francês, cujos dois primeiros volumes já estão completos e foram publicados pela Flammarion. Sua estratégia de tradução parece ser “desconstruir” o Dante canonizado na França e, em sua versão, tornar acessível o Dante divertido e coloquial, que qualquer

criança na Itália pode ler e apreciar. Ela afirma que Joyce, ao recorrer às capacidades heterogêneas em uma língua, realiza semelhantes efeitos alusivos e níveis de significado no italiano; porém, sem a ofuscação. Risset sugere que Joyce eliminou de modo sistemático toda alusão em língua estrangeira, substituindo-a por uma versão monolíngue na qual todas as deformações são passadas em italiano. Por exemplo, na frase “Annona gebroren aroostolat Nivia, dochter of Sense and Art, with Spark’s pirryphlichthims funkling her fran”, Joyce elimina todas as referências ao latim, alemão e grego e escreve “Annona genata arusticrata Nivea, laureolata in Senso e Arte, il ventaglio costellato di filgettanti” (Risset, 1984: 9). Por causa da extensão e da profundidade da história da cultura italiana, com todas as suas auras aristocráticas e ares clássicos que combinam tão bem com as cores e os tons regionais, incultos e rurais, a língua italiana desfruta de uma ressonância tão rica quanto o inglês distorcido por língua estrangeira. Tal estratégia de italianização radical revela as qualidades plurilinguísticas inerentes a qualquer língua, e de uma maneira ainda mais dramática que o *Wake* original. Risset conclui que a estratégia de tradução de Joyce revela algo acerca da natureza da língua e da “liberdade de dialeto”. A criação de novas palavras está sempre em processo, e o estudo do dialeto, portanto, é seminal para compreendermos melhor os fenômenos de tradução. A estratégia de Joyce envolve mais que o uso e a citação de vários dialetos; em sua abordagem, a “língua em si” é “tratada como dialeto”. Risset argumenta que, na “operação” de tal estratégia, nos tornamos cientes de “algo mais”, isto é, “da língua cujo campo é perturbado, mexido de acordo com uma criatividade esquecida” (Risset, 1984: 13). É justamente esse “algo mais” que Risset quer “devolver” a Dante em suas traduções.

Joyce, na atividade de escrever e na atividade de tradução, forçou os limites da língua além das margens até então contempladas. O inglês se exterioriza e o italiano se interioriza; entretanto, ambos estão sempre desfazendo e questionando a estabilidade e a definição, criando novos termos e abrindo novas vias de pensamento. Em sua atividade de tradução, porém, Joyce enfatizava, com maior veemência que no original, o sentido de algo destrutivo na natureza da língua, que brota de dentro e não é oriundo de uma fonte estrangeira. Assim como Derrida tende a cometer erros deliberados para criar desordem gráfica, também Joyce deliberadamente deforma a língua em um contexto coloquial e muito falado para obter resultados semelhantes, atrasando/procrastinando sua própria subsunção e silêncio. Esse aspecto subversivo da língua e da tradução empregado por Joyce é

perigoso sob o ponto de vista político e social, o que talvez explique por que sua tradução se tornou o artifício de medida para avaliar o grau de liberdade de publicação de que certas culturas desfrutam. Quando e sob quais condições Joyce é traduzido constitui fato de relevância histórica.

A ameaça política e institucional dessa alternativa a qualquer teoria da tradução baseada em dualismo metafísico é relativamente clara, o que pode explicar por que os estudiosos dos estudos de tradução se mantêm em silêncio diante das perguntas apresentadas pelos desconstrucionistas. A única tentativa séria nos estudos de tradução de falar de teoria de tradução em termos pós-derrideanos foi o artigo de Raymond van den Broeck, *Translation Theory after Deconstruction*, publicado em 1988. Van den Broeck leu as seções pertinentes de Derrida que tratam de tradução e, com a ajuda do texto *On Deconstruction*, de Jonathan Culler, de 1983, reconhece que em toda tradução há uma perda substancial de significado, concordando com a substituição que Derrida faz do termo tradução por transformação. Para Van den Broeck, concordando com Culler, a desconstrução não é um ato de destruição, mas de deslocamento, um ato que desafia as oposições tradicionais ou até inverte tais oposições (Culler, 1983: 150; Broeck, 1988: 274). Ele cita Derrida, que teria dito que a desconstrução deve, “por meio de um gesto duplo, uma oração dupla, uma escrita dupla, pôr em prática uma inversão da oposição clássica e um deslocamento geral do sistema” (Derrida, 1977: 195; Broeck, 1988: 278). Essa inversão e esse deslocamento geral podem ser realizados, segundo Van den Broeck, quando a língua do texto-alvo é transformada por meio da tradução forte, eficaz, que experimenta e mexe com o uso convencional. Ele cita Derrida em *Living On*, quando este diz que essa espécie de transferência envolve “a transgressão simultânea e a reapropriação de uma língua” porque “força o tradutor a transformar a língua para a qual ele está traduzindo” (Derrida, 1979: 87-9; citado por Broeck, 1988: 280-1). Continua citando Derrida a partir de *Des Tours de Babel* na garantia da sobrevivência do original, argumentando que Derrida afirma que o tradutor deve empregar uma estratégia de tradução “abusiva” que “aplica o movimento duplo de violar e sustentar os princípios de uso” (Broeck, 1988: 283).

Van den Broeck, então, tenta subsumir Derrida sob a abordagem dos estudos de tradução, argumentando que, subvertendo as teorias orientadas pelo texto-fonte, Derrida deve reforçar as afirmações das abordagens orientadas pelo texto-alvo, ou seja, dos estudos de tradução. Para ele, a abordagem dos estudos de tradução, principalmente a teoria

de Gideon Toury, desenvolve paralelos com as teorias de desconstrução e, na verdade, precede-as. Assim como a desconstrução desafia teorias de determinação, as teorias que defendem o significado como propriedade de um texto, também os estudos de tradução – no argumento de Van den Broeck – podem explicar a diversidade dos modos e tipos de tradução (Broeck, 1988: 276). Van den Broeck chega a dizer que a obra *In Search of a Theory of Translation* (1980), de Toury, principalmente sua insistência em desvendar as normas que regem a tradução, pode explicar melhor por que a abordagem desconstrutiva de Derrida, que exige transgressão e deformação, teve um sucesso apenas relativo. Ele argumenta que a teoria de Derrida é menos uma nova teoria da língua que uma teoria antiga e “altamente prescritiva”. “A desconstrução favorece apenas a norma que, na oposição clássica, ocupa a posição inferior hoje em dia” (Broeck, 1988: 281). Van den Broeck não “confia” na posição de Derrida porque ela não oferece uma “base objetiva” ou um “ponto de partida para pesquisa” (Broeck, 1988: 281), como faz o modelo dos polissistemas.

Com sua leitura, Van den Broeck coloca Derrida nos mesmos termos metafísicos, féis/livres que tradicionalmente regem a teoria da tradução. Ele conclui que: “No fim, a teoria da tradução não é como gostaríamos que fosse. Provavelmente, é apenas uma teoria no sentido tradicional do termo, ou seja, prescreve como *deveria* ser a tradução” (Broeck, 1988: 286). Considerar que Derrida oferece apenas outra prescrição para uma tradução melhor, ou seja, que importa efeitos alienantes ou abusivos para a língua-alvo, é uma atitude redutiva e enganosa. Derrida advoga, de fato, o deslocamento gráfico, mas também usa desordem gráfica com atenção e precisão, visando a abrir o pensamento categórico e a dar um espaço para outros termos de pensamento, dentro do possível. Van den Broeck não tentou seguir o raciocínio de Derrida nem estender o jogo da língua até tais fronteiras, motivo por que comete o erro de sugerir que a exigência de uma inversão de oposições tradicionais pode ser comparada com uma abordagem orientada para o alvo. Uma abordagem empírica é aquela que tenta reforçar o pensamento conceitual dualístico, que reforça distinções sujeito/objeto e perpetua distinções abstratas/materiais que Derrida constantemente tenta derrubar. Derrida faz mais que tentar escrever *différance* com a; ele também evoca um termo de voz do meio, que não é sujeito nem predicado, que foi perdido ou reprimido no curso da história e que elude a observação empírica. Até hoje, nem Van den Broeck nem qualquer um dos estudiosos dos estudos de tradução levaram a sério a alternativa, e esse silêncio por parte deles empobrece suas observações sistêmicas.

Nos círculos euro-americanos, a discussão pós-derrideana acerca da tradução gira em torno de um debate contínuo a respeito de *The Task of the Translator*, de Walter Benjamin. Em *Resistance to Theory* (1986), Paul de Man chega a dizer “que você não é ninguém a menos que tenha escrito sobre esse texto” (Man, 1986: 73). A primeira leitura desconstrucionista do ensaio de Benjamin provavelmente será encontrada no ensaio de Carol Jacobs (1975), *The Monstrosity of Translation*, no qual ela argumenta que as teorias miméticas, abordagens que afirmam a objetividade do conhecimento, não ajudam muito a ler Benjamin. Seu conceito de língua, afirma a autora, baseia-se em diferença, e ele abandonou toda e qualquer crença de que a língua se refere a uma realidade objetiva. As traduções, por outro lado, são tecidas em uma história textual que está sempre transformando termos, traduzindo outras traduções. O texto de Benjamin “desloca definições” em vez de estabelecê-las e, por esse motivo, seus escritos costumam ser irônicos e enganosos, cheios de reverberações, mas com uma fonte não localizável. Ela lê o ensaio de Benjamin menos como um prefácio, menos como uma peça crítica e mais como um ato de tradução – já no paradigma de traduções da tradução.

Em termos da estratégia de Benjamin nessa (re)escrita, Jacobs afirma que, para vislumbrarmos a natureza da língua formada no fluxo da intertextualidade, substituímos a oração e a proposição pela palavra, como unidade fundamental. O resultado não será uma reprodução natural, completa e unificada; ao contrário, a “monstruosidade” da tradução mostrará o rosto. Emerge, então, uma heterogeneidade que “desmancha” toda a sintaxe e “desmembra” as formas convencionais, naturais. A tradução não visa ao leitor – o conceito de um leitor ideal, segundo Benjamin, é prejudicial na consideração teórica de arte. A tradução “deixa radicalmente diferente aquela língua que julgávamos ser a nossa” (Jacobs, 1975: 756). Traduções do tipo palavra por palavra são preferidas àquelas que sintetizam e unificam. Ela cita Benjamin dizendo: “A literalidade derruba toda a reprodução de significado com relação à sintaxe e ameaça diretamente conduzir à incompreensibilidade. Aos olhos do século XIX, as traduções que Hölderlin fez de Sófocles eram exemplos monstruosos de tal literalidade” (Jacobs, 1975: 761). Jacobs argumenta que essa monstruosidade é o que Benjamin elogia.

Jacobs ressalta que essa ênfase em diferenciação, em vez de igualdade, esse foco em palavras e não em coisas ou objetos, criou problemas para o tradutor de Benjamin para o inglês, Harry Zohn, cujas versões menos que literais costumavam refletir mais seu conceito de língua que o de Benjamin. Ela apresenta sua própria tradução de várias passagens, não como crítica de

Zohn ou para estabelecer uma versão mais “correta”, e sim para oferecer uma leitura alternativa no jogo do espaço entre as duas traduções. Por exemplo, ela sugere que a versão de Zohn, lógica, porém, não literal da metáfora do fragmento da ânfora (citada por Derrida), pode criar confusão. O desejo de Zohn por unidade, coerência e ligações lógicas o levam a sugerir que o texto pode ser lido da seguinte maneira: como fragmentos de um vaso podem “ser colados e devem combinar nos menores detalhes” para formar um vaso maior e inteiro, também as traduções podem ser vistas como fragmentos de uma língua maior (itálicos meus, Benjamin, tradução de Zohn, 1969: 78). A alternativa de Jacobs sugere que, como fragmentos, assim como “as partes quebradas” de um vaso, “para ser articuladas em conjunto, devem seguir umas às outras nos menores detalhes”, também a tradução deve tornar reconhecível a parte quebrada de uma língua maior (itálicos meus, Jacobs, 1975: 762). Não sendo tentada pela urgência de um “texto” consistente, inteiro, Jacobs faz uma tradução literal, palavra por palavra, e sua versão deixa a passagem incompleta, no sentido ocidental. Ela não une a tradução ao original e oferece a tradução como um *Bruchstück*, condizente não apenas com a metáfora de Benjamin, mas também com o que ela vê como o “estranho” ou “monstruoso” modo de articulação de Benjamin. Jacobs compreende, mas não julga a leitura historicamente condicionada de Zohn; seu ensaio oferece uma alternativa, que gerou uma pletera de subseqüentes interpretações de Benjamin favoráveis à dela.

O melhor exemplo é, sem dúvida, o ensaio de Paul de Man, *Conclusions: Walter Benjamin's "The Task of the Translator"*, compilado em *The Resistance to Theory* (1986). De Man segue claramente o pensamento de Derrida como qualquer outro e demonstra sua habilidade para confrontar o tabuleiro de xadrez sem fundo ao qual Derrida se refere, e continua seu trabalho sob tais condições. Entretanto, enquanto a leitura de Derrida joga de modo afirmativo com o texto de Benjamin, a leitura desconstrutiva de De Man é impregnada de terminologia negativa e niilismo. Começando, por exemplo, com as traduções de Hölderlin de Sófocles, tão elogiadas por Benjamin por causa de sua radical alternativa, De Man cita Benjamin argumentando que as traduções de Hölderlin expandiram a língua a tal ponto que ameaçaram encerrar o tradutor em silêncio, e que o significado corria risco de se perder nas “profundezas infinitas da língua”. De Man argumenta que a tradução assim concebida acaba sendo atraída para algo “essencialmente destrutivo”, isto é, a própria língua. Enquanto o conceito de Derrida de desconstrução é, de um modo geral, promovedor de vida, positivo e regenerativo,

o de Man – o projeto de desconstrução articulado na “Conclusão” é, em grande parte, negativo:

Todas essas atividades – filosofia crítica, teoria literária, história – têm em comum o fato de não serem parecidas com aquela da qual derivam. Mas são todas intralinguísticas: relacionam-se àquilo que no original pertence à língua, e não ao significado como um correlato extralinguístico suscetível de paráfrase e imitação. Elas desarticulam, desfazem o original, revelam que o original já estava desarticulado. Mostram que sua falha, que parece se dever ao fato de serem secundárias em relação ao original, exhibe uma falha ou desarticulação essencial que já existia no original. Elas matam o original, descobrindo que, na verdade, ele já estava morto. (Man, 1986: 84)

Poderíamos efetivamente argumentar que os dois conceitos são o mesmo, assim como a vida e a morte na formulação de Heidegger estão tão entrelaçadas que se tornam, para todos os fins e propósitos, indistinguíveis. Contudo, em termos do projeto de desconstrução como um todo, a diferença não pode ser negligenciada. Para De Man e outros desconstrucionistas euro-americanos, a desconstrução tem sido usada para tentar remover uma geração mais velha, convencional, de estudiosos e críticos e estabelecer a deles mesmos no lugar. O tratamento às vezes é cruel, e tal atitude costuma comprometer-lhes o próprio argumento. O artigo de De Man, por exemplo, é cruel ao abordar o tradutor Harry Zohn. Diferentemente de Jacobs, que historiou o trabalho de Zohn e ofereceu alternativas, De Man trata Zohn e Maurice de Gandillac, o tradutor de Benjamin para o francês, como garotos em idade escolar, afirmando que eles “parecem não ter a menor ideia do que Benjamin está dizendo” (Man, 1986: 79). De Man diz que o original é “absolutamente não ambíguo” em alguns lugares e os tradutores têm dificuldade para acompanhar Benjamin; não captam “o espírito”. Ele cita exemplos não só de negativas mal colocadas, mas também de escolhas “certas” e “erradas”. “Nachreife”, por exemplo, da expressão de Benjamin, “Nachreife des fremdes Wortes”, um conceito importante no argumento, é traduzido de uma maneira lógica por Zohn como “processo de maturação”. Isso perturba De Man, que sente que a palavra traz conotações de melancolia, sentimento de exaustão, as uvas podres e a morte do original, que Zohn não percebe. A interpretação de De Man, porém, deve ter uma relevância maior com sua visão pessoal do mundo que com a qualidade da escolha da tradução.

Mais vívido no ensaio de De Man é o modo abominável como trata Zohn pela “tradução errônea” dos fragmentos da metáfora da ânfora.

Comparando a versão de Jacobs com a de Zohn, ele afirma que Zohn errou mais uma vez, e só o que precisamos fazer para compreender o que Benjamin diz é “traduzir corretamente, em vez de traduzir como Zohn”. De Man quer demonstrar que entende a diferença entre metáfora e metonímia, a diferença entre “combinar” (*match*) e “seguir” (*follow*) (*gleichen e folgen*), uma distinção que é útil para a interpretação do prefácio. Ele acrescenta ainda que os fragmentos que seguem um ao outro nunca constituirão uma totalidade. Para ele, toda obra é fragmentada e todas as traduções são fragmentos de fragmentos. Como Derrida, ele nega o conhecimento do todo, de um vaso intacto, ou qualquer senso de significado original. “O significado”, escreve De Man, “sempre se desloca em relação ao significado ideal pretendido – este nunca é alcançado” (Man, 1986: 91). Embora o raciocínio de De Man quanto à metáfora seja útil e convincente em relação ao ensaio de Benjamin, sua insistência em afirmar que compreende melhor que Zohn ou De Gandillac ou outros o “significado” do texto de Benjamin nos faz lembrar das estratégias de leitura empregadas por I. A. Richards e os Novos Críticos. A própria noção de “captar o espírito” e “entender melhor” na verdade contradiz a tese principal de De Man, que sugere que nenhum leitor, incluindo ele mesmo, tem acesso ao significado original. A retórica culta de De Man, portanto, não condiz com suas afirmações teóricas. Sua rejeição de outras leituras, seu tom condescendente e a crença de que sua visão está “correta” servem apenas para revelar suas próprias visões anistóricas e subjetivas. “Certo” e “errado” deixaram de ser termos teóricos produtivos para os estudiosos dos estudos de tradução, bem como para os desconstrucionistas.

Em termos de uma discussão pós-Derrida da teoria da tradução, as contribuições dos filósofos pós-iluministas da língua têm sido mais produtivas que as dos críticos literários americanos. O texto mais esclarecedor já publicado até agora é *Translation and the Nature of Philosophy* (1989), de Andrew Benjamin. Ele também discorre sobre *The Task of the Translator*, de Benjamin, mas localiza a discussão em um contexto que se estende desde a filosofia do Iluminismo, resíduos da qual ainda afetam o discurso de nossa época, até uma discussão minuciosa das contribuições de Heidegger, Freud e Derrida para a nossa compreensão da natureza da língua em geral e da tradução em particular. O tratamento que Benjamin dá a Heidegger, em especial a seus escritos tardios acerca da natureza da língua e o problema da ocultação, é particularmente forte e estabelece os fundamentos para a sua subsequente discussão de Derrida. Embora não concorde com Derrida,

Andrew Benjamin, com muita propriedade, apresenta as possibilidades de leituras duplas, de *différance* em todos os seus sentidos divergentes, procrastinadores e conflituosos. Para Andrew Benjamin, a discussão pós-Derrida deixa de ser compreendida como qualquer atividade simples, definível, e passa a ser vista como uma pluralidade de atividades com uma pluralidade de significados (A. Benjamin, 1989:35). O livro de Andrew Benjamin começa com questões sobre o “fundamento” da diferença, que ele encontra na própria palavra “tradução”, ou seja, o termo sugere tanto “fundamento” do original quanto diferença “infundada”. Se não há origem e não há nada que seja original, a pluralidade é, então, “anoriginal”. Sua subsequente discussão aborda maneiras pelas quais essa anoriginalidade pode ser compreendida.

Andrew Benjamin não concorda com Derrida nem com De Man, e encontra uma saída do labirinto com Donald Davidson. Em uma discussão muito útil a respeito do trabalho de Davidson, *On the Very Idea of a Conceptual Scheme* (1984), que estuda a tradução como um meio de enfocar critérios de identidade para esquemas conceituais, Andrew Benjamin argumenta que a mútua compreensão é “quase inescapável”. Uma série complexa de precondições interligadas precede o processo de expressar “coisas” equivalentes em outra língua. Benjamin cita Davidson:

A ideia, enfim, é que algo consiste em uma língua e é associado a um esquema conceitual, passível de tradução ou não, se tiver certa relação predicando, organizando, encarando ou se enquadrando na experiência da natureza, da realidade e das estimulações sensoriais. O problema é dizer qual é a relação e ter uma clareza quanto às entidades relacionadas. (Davidson, 1984: 191; citado por A. Benjamin, 1989: 65)

A abordagem de Davidson, portanto, é mediadora entre o original e um movimento de língua inteligível, ou pelo menos indica aqueles “objetos” que se colocam em relação ao texto-fonte e ao texto-alvo e possibilitam a comunicação. Davidson retoma conceitos da universalidade kantiana que “superam” a ameaça da diversidade das línguas humanas e as questões postas pelos desconstrucionistas. É apresentado um conceito humanístico de “natureza” que fornece a base que possibilita a universalidade. “A racionalidade do homem”, argumenta Andrew Benjamin, “é uma consequência dos dotes da natureza e, por conseguinte, diversidade e diferença podem ser explicadas e exprimidas como uma digressão e um desvio da forma apropriada ao homem, em virtude de ele ser humano” (A. Benjamin, 1989: 78-9).

Nesse ponto, Andrew Benjamin discute *The Task of the Translator*, de Walter Benjamin. Ele concorda com a leitura de De Man, segundo a qual os fragmentos de um vaso quebrado não pressupõem um vaso inicial, ou seja, que a língua original já é sempre uma língua deslocada e que, portanto, não existe língua original. Em seguida, porém, pergunta como podemos entender o vaso futuro (postulado) e quais são as condições (a totalidade) que nos levam a pensar implicitamente em termos de fragmentos “pertencentes uns aos outros”, e a partir daí, em línguas “pertencentes umas às outras”. Andrew Benjamin e outros filósofos pós-iluministas não pensam no abismo nem nas condições pré-ontológicas, mas nas condições teóricas que permitem interpretação e mútua compreensão, que Andrew Benjamin chama de condições ontológico-temporais. Procuram identificar e descrever os elementos que possibilitam o pensamento afirmativo em torno de potencial semântico e interpretativo inerente às palavras; e argumentam que podemos pensar na tradução sem uma origem passível ou não de ser resgatada. Significados e interpretações emergem a partir de condições reais – são reais bem como conflituosos – e podem ser descritos de modo positivo e empírico. Andrew Benjamin afirma: “O significado emergente é a concretização do potencial para o significado e não a emergência do não-significado” (A. Benjamin, 1989: 180). Em contraste com De Man e Derrida, ele argumenta que nunca há uma diferença pura, mas que a diferença sempre tem uma especificidade. Walter Benjamin, argumenta Andrew Benjamin, localiza a “pós-vida”, a sobrevivência, identificando o potencial para essa pós-vida no próprio texto. As palavras incorporam um local de conflito, um local de interminável pós-vida, que adia o fim, ou uma interpretação definitiva. Interpretando o texto de Walter Benjamin à luz das leituras em voga da desconstrução, Andrew Benjamin argumenta que, em Walter Benjamin, “a possibilidade de uma compreensão diferente da tradução e da filosofia começa a ter lugar” (A. Benjamin, 1989: 108).

Desconstrução e tradução pós-colonial

Tradutores experimentando com estratégias desconstrutivas também se tornam cada vez mais numerosos (ver capítulo 7). Mas em nenhum outro lugar a desconstrução teve maior impacto sobre os tradutores praticantes que na área de tradução pós-colonial. Em vez de usar a tradução como uma ferramenta para apoiar e estender um sistema conceitual baseado na

filosofia e na religião ocidentais, os tradutores pós-coloniais tentam recuperar a tradução e usá-la como uma estratégia de resistência, que perturba e desloca a construção de imagens de culturas não ocidentais, em vez de reinterpretá-las usando conceitos e língua tradicionais, normalizados. Dois dos mais influentes estudiosos que defendem tal uso da desconstrução são Tejaswini Niranjana e Gayatri Spivak.

Em seu livro *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context* (1992), a autora, Niranjana, apoia-se em Derrida e Benjamin para apresentar uma crítica complexa de tradutores, etnógrafos e historiadores quanto ao tratamento que dão às culturas coloniais. Ela denomina a tradução de o “sítio” onde as relações desiguais entre diferentes culturas e línguas são dramaticamente perpetuadas. A adoção acrítica e ingênua dos conceitos tradicionais de tradução, isto é, transparente, objetiva e fiel, permitiu aos políticos e administradores coloniais construir o “exótico” Outro como eterno e imutável. Essa imagem do Outro teve um impacto dramático não só sobre a compreensão por parte do Ocidente das chamadas culturas do “Terceiro Mundo”, mas também sobre a compreensão que muitas nações emergentes teriam de suas próprias culturas. Relações de poder colonial se perpetuam e as estruturas sociais imperiais se verificam ainda no período pós-colonial. Niranjana argumenta que as traduções não podem ser compreendidas em termos de modelos do tipo fiel/livre ou texto-fonte/texto-alvo, mas deveriam ser vistas como um fluxo de mão dupla, reciprocamente reforçando e/ou transformando noções bem estabelecidas de cultura e identidade.

Niranjana contesta a tradução tradicional, e seu primeiro capítulo traça um histórico da tradução no Ocidente, a maior parte da qual tende a ser orientada pelo texto-fonte e presume um acesso transparente à fonte original. Ela critica, por exemplo, teóricos como George Steiner, que em *After Babel* (1975) afirma que na tradição “há, idealmente, uma troca sem perda” (Steiner, 1975: 302). A autora contesta teóricos como Louis Kelly, que em *The True Interpreter* (1979) afirma que a tradição consiste em “diálogo”, em alcançar um “equilíbrio entre eu e tu” (Kelly, 1979: 214). No contexto colonial, o intercâmbio da tradução está longe de ser equilibrado, pois as relações de poder entre os usuários de diferentes línguas não são iguais. Apresentando a tradução como um meio transparente, imparcial, transportando algo estático e imutável, tais teorias reforçam versões hegemônicas dos colonizados e apagam sua história.

De modo significativo, a história da tradução de Niranjana inclui conhecimento dos estudos de tradução; e estudiosos recentes como

Gideon Toury não se mostram muito melhores que a maioria dos teóricos tradicionais. Os estudiosos dos estudos de tradução, argumenta Niranjana, presumem um modelo de texto-alvo e afirmam que a tradução não tem impacto sobre o sistema linguístico ou cultural do texto-fonte (Niranjana, 1992: 59-60). Citando o ensaio de Toury, *A Rationale for Descriptive Translation Studies* em *The Manipulation of Literature* (1985), “do ponto de vista do texto-fonte e do sistema-fonte, as traduções quase não têm significação alguma (...), não se encontram em posição de afetar essas regras e normas linguísticas e textuais, sua história textual ou o texto-fonte como tal” (Toury, 1985: 19), uma afirmação que Toury tem feito em diferentes ocasiões no decorrer de sua carreira. Niranjana sugere que o papel desempenhado pelas traduções na subjetivação dos povos colonizados é ignorado por Toury e pelos teóricos dos polissistemas. Ela afirma também que a abordagem “empírica” reprime as relações assimétricas de poder que informam as relações entre as línguas.

Segundo Niranjana, as imagens construídas por meio da tradução, principalmente aqueles estereótipos negativos da cultura indiana – incluindo imagens de um povo preguiçoso, menos inteligente, passivo –, foram consciente e inconscientemente internalizadas pela própria população indiana. Longe de não ter impacto algum sobre a cultura-fonte, Niranjana argumenta de maneira convincente que as repercussões sobre a psique e o caráter indiano são enormes. A intertextualidade das traduções, a natureza canônica de certas traduções que participam das práticas coloniais, tais como a educação, o empréstimo de ideias e valores europeus por meio das traduções são algumas das questões maiores que não estão incluídas nos modelos de Toury e Lambert para descrever tradução. De acordo com Niranjana, qualquer teoria de tradução que ignore tais efeitos não pode ser considerada empírica nem sistemática.

A crítica de Niranjana aos estudos de tradução é semelhante à que ela faz da etnografia, e ambas se incluem no mesmo capítulo. Assim como os tradutores, os etnógrafos e antropólogos experimentam uma crise semelhante em teoria quando encontram problemas epistemológicos parecidos. Como escrevemos ou representamos outra cultura na nossa língua e em nossos termos sem que esses mesmos termos e conceitos alterem aquilo que está sendo representado? Como as noções conceituais dão cor ao que vemos e relatamos? Como podemos interpretar determinados comportamentos sem recorrer às nossas experiências subjetivas?

O problema da etnografia é, de fato, semelhante ao problema da tradução. Ambas as disciplinas devem traduzir um sistema de crença em outro, tornando coerente outro modo de pensar e conceber. Na verdade, Niranjana sente que a antropologia tem progredido mais que os estudos de tradução. Embora cite, sob um prisma favorável, estudiosos da tradução como Susan Bassnett e Roman Jakobson, que conhecem as complexidades intersemióticas e os fatores interculturais que os tradutores devem considerar, ela sente que a maioria dos estudiosos dos estudos de tradução não avançou muito. Na antropologia, porém, já-se observa uma crítica ao uso da tradução. Estudiosos como James Clifford, Clifford Geertz, Talal Asad e Steven Tyler criticam a alegada transparência da tradução em descobertas antropológicas e questionam os *tropos* da tradução que estruturam o discurso etnográfico (Niranjana, 1992: 81-86). Para Niranjana, no entanto, mesmo esses novos etnógrafos que estão reformulando o discurso de sua profissão contam demasiadamente com um “*tropo* de política em poética” e não se aprofundam nas relações de poder e nos efeitos implicativos das traduções.

Por outro lado, Niranjana recorre a Derrida, Foucault e Benjamin para explicar como as traduções funcionam em um fluxo de mão dupla, influenciando tanto a cultura-fonte quanto a cultura-alvo e, assim, desestabilizando noções de origem e *telos*. Começando com Derrida, ela escreve, “o discernimento mais profundo que a obra de Derrida nos dá é a noção de que a origem é sempre já heterogênea, que não é uma fonte pura, unificada de significado na história” (Niranjana, 1992: 39). Sem uma presença primordial a ser representada, grande parte da filosofia e da história ocidentais, com suas noções estáveis de verdade, significado, presença, *logos* e *telos*, colapsa. Para Niranjana, a obra de Derrida é de suma importância porque sugere uma crítica às noções de tradução também. Ela o cita a partir de *Sending: On Representation* (1982b), dizendo que a tradução talvez escape à “órbita da representação”, constituindo uma “questão exemplar” (Derrida, 1982b: 298, citado por Niranjana, 1992: 41) e um sinal do que Derrida chama de disseminação. Nem os estudiosos dos estudos de tradução nem os etnógrafos consideraram profundamente aquilo que não pode ser denominado, o gêmeo mudo que acompanha todo o pensamento e a escrita. As estratégias desconstrutivas da dupla escrita, da subversão vinda de dentro, de trocadilhos, distorções e reviravoltas tornam-se, enfim, importantes para os tradutores pós-coloniais, pois, nessa dupla escrita, o jogo do significante se sobrepõe ao do significado, abrindo uma nova fronteira teórica, um novo modo de revelar uma era passada ou uma cultura diferente sem se submeter a normas

de representação ou concepções originais. A prática de Derrida da dupla escrita também pode ajudar os tradutores a desafiar as práticas de dominação, oferecendo imagens e identidades alternativas menos discriminatórias e mais abertas para a mudança e evolução cultural.

Como muitos teóricos literários anglo-americanos, Niranjana é versada nas múltiplas leituras de *The Task of the Translator* de Walter Benjamin. Baseando-se principalmente na interpretação de Derrida em *Des tours de Babel*, ela critica a versão de Paul de Man, uma vez que esta recusa o conceito de Benjamin de história, ou, de uma maneira mais específica, a escrita da história. Nesse ponto, ela se fundamenta nos escritos tardios de Benjamin, como *Theses on the Philosophy of History* (1940). Quando Benjamin, por exemplo, fala de tradução como um modo próprio e questiona se sua natureza se preza, ela mesma, à tradução, Niranjana está acessando o trabalho posterior dele, sugerindo que a tarefa do tradutor é semelhante à do historiador; em particular, ao historiador que ouve o passado e o relaciona ao presente. Enquanto a maioria dos teóricos separa os primeiros temas de Benjamin, judaicos e messiânicos, de seus posteriores escritos marxistas, Niranjana justapõe as ideias e estabelece ligações. Para seu projeto de tradução pós-colonial, no qual a retradução envolve uma reescrita da história, tais ligações fazem sentido.

Por exemplo, Benjamin escreve: “É tarefa do tradutor liberar em sua própria língua aquela língua pura que está sob o encantamento de outra; libertar a língua aprisionada em uma obra, em sua recriação dessa mesma obra. Para o bem da língua pura, ele derruba as barreiras já deterioradas de sua própria língua” (Benjamin, 1960: 80). Em vez de se aprofundar no conceito de Benjamin de língua pura, Niranjana se concentra em termos como “liberar”, “recriação”, “libertar” e “derrubar”, todos os quais ela também vê na obra de Benjamin, como materialista histórico. A postura de Benjamin a faz lembrar o uso por parte de Derrida de vários artifícios para interromper seu texto e permitir que outras fontes etimológicas venham à tona. Ela ressalta a referência de Benjamin ao estilo de tradução de Rudolf Pannwitz, que defendia a prática de permitir que a língua-alvo fosse afetada pela língua estrangeira, valorizando a heterogeneidade sobre a homogeneidade e a contaminação da tradução sobre a pureza do original. Para Niranjana, não há dúvida de que Benjamin pede um tipo de tradução que comete intervenção política.

Segundo Niranjana, a tradução no contexto pós-colonial exige uma espécie de “citação” do passado (daí o jogo de palavras no título do livro),

um ato de relembrar, ou nos termos de Homi Bhabha em seu prefácio no livro de Franz Fanon, *Black Skin, White Masks* (1967), um “relembrar”, uma junção de pedaços do passado para encontrar sentido no trauma do presente (Bhabha, 1967: XXIII). Isso não significa que o passado pode ser reconstituído por inteiro – a ânfora, como nos lembramos, está fragmentada. Entretanto, em meio a esses fragmentos, o tradutor pode encontrar ligações, cumplicidades e contradições, das quais pode repensar o modo como o passado foi reconstruído e começar a imaginar alternativas. Ela escreve: “O uso do pós-estruturalismo no mundo em descolonização, embora permeado de ansiedades e desejos de representação, dá legibilidade às áreas de contradição, diferença e resistência” (1992: 173).

Em muitos sentidos, a teoria de tradução de Niranjana concorda com as de Toury e Venuti. Assim como Toury, ela argumenta que a tradução no Ocidente pende para o normativo, para a descoberta de soluções aceitáveis que os leitores ocidentais possam compreender. Como Venuti, ela defende uma estratégia “estrangeirizante”, que resista à convenção e seja aberta para o transporte de diferença. Mais influenciada que Venuti pela desconstrução, porém, as estratégias de Niranjana não só alienam, mas desafiam e suplementam interpretações tradicionais, oferecendo novos modos de repensar não apenas a tradução, mas a história, a evolução cultural e a formação de identidade. Para Niranjana, não se trata de escolher a representação fluente ou estrangeira, mas sim de questionar toda a problemática da própria representação. Como se representa a diferença sem se privilegiar o papel do intelectual ocidental (o tradutor, o etnógrafo, o crítico) ou até do intelectual pós-colonial? Como se pode estender a possibilidade de tradução e de representação e, ao mesmo tempo, questioná-la? Aqui, mais uma vez, ela vê a utilidade da desconstrução. Derrida explica que, antes de sabermos “como e o que traduzir por ‘representação’, devemos interrogar o conceito de tradução e de língua, que costuma ser dominado pelo conceito de representação” (Derrida, 1982b; 302-3; citado por Niranjana, 1992: 169). A estratégia de tradução de Niranjana não visa apenas despertar no leitor da tradução a consciência da natureza mediada do texto e das múltiplas diferenças do original, mas também usar a tradução para ilustrar as desunidades e a natureza construída do original, cuja coerência é constituída por uma operação de história e o projeto pós-colonial. Desconstruir esse discurso de essencialidade torna-se um rompimento da história, como vê Benjamin em sua obra tardia, e um rompimento de conceitos filosóficos metafísicos no sentido derrideano.

Em discussões acerca da tradução pós-colonial, há estudiosos que contestam Niranjana, pelas mais variadas razões. Em *Translation and Empire* (1997b), Douglas Robinson sugere que as estratégias de tradução dela são confusas para o tradutor prático e podem, na verdade, não levar ao rompimento suficiente. Robinson retraduz uma passagem de um texto sul-indiano do século XII, citado por Niranjana, e oferece versões utilizando várias estratégias estrangeirizantes ainda mais agressivas que as de Niranjana. Em *A. K. Ramanujan's Theory and Practice of Translation* (1999), Vinay Dharwadker lamenta a crítica injusta de Niranjana ao renomado tradutor A. K. Ramanujan, que também traduziu o mesmo texto sul-indiano. Dharwadker cita evidências de que Ramanujan usou uma versão do texto-fonte diferente da sugerida por Niranjana, sugerindo que ela manipulou os dados e que Ramanujan empregou uma estratégia de tradução diferente da de Benjamin, defendida por Niranjana. A crítica de Dharwadker, articulada tanto pelo tom quanto pelo conteúdo do ensaio, é representativa de um número crescente de estudiosos indianos que expressam insatisfação com o trabalho de Niranjana. A principal questão parece ser uma resistência a uma nova espécie de colonização ocidental, isto é, estudiosos formados no Ocidente aplicando complexas estratégias desconstrutivas a tradutores da Índia, sem de fato compreender as tradições e formas da cultura-fonte ou as estratégias que os tradutores usaram para transmitir tais formas e ideias. Dharwadker sugere que, embora as teorias de tradução de Benjamin possam funcionar para os textos europeus, são grandemente incompatíveis com o tâmil e o canarês clássicos. Segundo Dharwadker, os desconstrucionistas forçam os fatores teóricos e ideológicos a ponto de se perderem importantes elementos poéticos e culturais (1999: 128).

Entretanto, apesar das falhas, a teoria de Niranjana mostra efetivamente como a disciplina de estudos de tradução está interligada com outras disciplinas, como história e filosofia. Para qualquer teoria sistemática que tente mostrar o papel da tradução na evolução da história e/ou a influência recíproca que os textos traduzidos exercem tanto sobre a cultura-fonte quanto a cultura-alvo, o trabalho de Niranjana dá muitas ideias. Seu principal problema – um problema, aliás, que assola a teoria pós-colonial em geral – é que, se as atuais versões de tradução são incorretas, isto é, se apagam a diferença por se conformarem com imagens e ideais predominantes no Ocidente, como pode um tradutor produzir uma versão mais precisa? As estratégias desconstrutivas deslocam ou desfazem associações normativas de um modo produtivo ou destrutivo? Até que ponto podem ser aplicadas?

Quem decide, ou com quais ferramentas podemos avaliar a tradução pós-colonial? Como recuperamos aquilo que foi apagado ou encoberto? Como reescrevemos textos sem cair nas mesmas amarras epistemológicas de verdade, presença e autoridade que constroem as presentes versões?

Talvez a estudiosa que mais contribuiu para encontrar uma saída desses grilhões epistemológicos tenha sido Gayatri Spivak, tradutora de *Of Grammatology* (1974), de Derrida, e de vários contos do escritor tribal de bengali, Mahasweta Devi, publicados como *Imaginary Maps* (1995). Spivak, como a maioria dos críticos pós-coloniais, sabe que o sujeito pós-colonial já vive na tradução, ou seja, que a história, política, arte e literatura das culturas indígenas foram tão penetradas pela língua e pelas instituições do poder colonizador que suas identidades se subsumiram na história de outros. Spivak argumenta que o conhecimento pós-colonial e a tradução podem se combinar e desfazer o que ela chama de “grande metalepse histórica” (1993: 286) e ressituar o sujeito colonial, mostrando o efeito do discurso ocidental sobre a compreensão que ele tem de si mesmo. Tal projeto depende fortemente do uso da desconstrução, aplicando o conceito de Foucault de contramemória e o de Derrida de desconstrução afirmativa.

A obra de Spivak traz contínuas perguntas em torno de quais interesses são representados na pesquisa e no estudo do chamado “terceiro mundo”. Em seu ensaio *Can the Subaltern Speak?* (1988), por exemplo, ela pergunta se é ou não ao menos possível para o subalterno falar por si, à luz dos processos de colonização pelos quais passou e principalmente tendo em vista as gerações de intelectuais relatando o que dizem as minorias, como se eles, os intelectuais, fossem um meio transparente. Em nenhum outro lugar isso é tão evidente quanto na tradução: a imagem do camponês indiano (bem como do africano tribal, do índio americano, e assim por diante) projetada pela tradução foi, por sua vez, reproduzida na própria cultura indiana e exerce impactos na formação de identidade naquele país. Em seu ensaio, Spivak considera as margens da sociedade – os camponeses analfabetos, os indivíduos tribais, o nível mais baixo de subproletariado urbano e os intocáveis – e discute as descobertas do grupo de estudos dos subalternos liderado por Ranagit Guha na década de 1980 na Índia, bem como sua busca pela “consciência subalterna” (Guha, 1983, 1999; Spivak, 1988: 284).

A resposta dela, embora não completamente encorajadora, é que o estudioso/tradutor ocidental pode ter um acesso parcial à condição subalterna, não por meio do que é dito especificamente pelo grupo subalterno ou pelos

intelectuais/tradutores que os representam, mas pela leitura do que não é dito – a leitura sintomática das entrelinhas, dos silêncios e das contradições. O projeto de Spivak é, sem dúvida, influenciado pela obra de Foucault com contramemória e pelo uso de Derrida da desconstrução para ler o *non-dit*, os silêncios de determinado texto, assemelhando-se também ao conceito de Venuti de leitura do “restante” – aquilo que sobra ou que excede o uso transparente da língua (Venuti, 1995: 216). O trabalho de Foucault com contramemória sugere a existência de outra história que acompanha as versões ocidentais e versões de grupos indígenas dominantes, mas que, para todos os fins, foi silenciada. A desconstrução, afirma Spivak, é útil para analisar e medir esses silêncios e para intervir. Se o subalterno deve falar, Spivak sugere que é necessário, antes, *desaprender*, permitindo que o mudo fale. Há também um impulso marxista que subjaz à sua estratégia; diferente da desconstrução de Derrida, que desmantela textos e abre o caminho para conexões aleatórias e semiose ilimitada, a de Spivak tende para a produção afirmativa. A tentativa é menos uma revelação da consciência subalterna “verdadeira” ou “essencial” ou “original”, que segundo ela seria impossível, e mais uma compreensão dos *efeitos* da colonização exercidos sobre a consciência subalterna em situações históricas *específicas*, uma abordagem que ela chama de “uso estratégico de essencialismo positivo” (Spivak, 1993: 286). Em vez de usar a tradução para acessar algum tipo de texto “original” do sujeito, os tradutores poderiam ter como objetivo o acesso ao sujeito em desenvolvimento em situações específicas; se esse sujeito for “subalterno”, sua localização estará sempre já dentro de um registro textual, implicada em uma rede de códigos discursivos e linguísticos do colonizador.

A tradução de Spivak dos três contos de Mahasweta Devi, compilados em *Imaginary Maps* (1995), ilustra sua teoria de tradução e associa seu modo de traduzir ao seu trabalho feminista, pós-colonial. Spivak usa seu conhecimento de cultura indiana e bengali para ajudar os leitores ocidentais a “imaginar” (daí o título) não um “Outro” abstrato, politicamente correto, mas a verdadeira diferença cultural em suas formas específicas. Ela se recusa a afirmar qualquer construção metaficcional da vida indiana indígena. Além das histórias traduzidas, ela fornece informações contextuais na forma de um prefácio da tradutora, uma entrevista com o autor e um posfácio. A entrevista não só permite ao autor falar, mas também posiciona a tradutora como alguém que se envolve na mediação que se segue. Marcar a posição como tradutor, como sujeito mediador, é parte muito importante da tradução pós-colonial, como observou Niranjana, falando das novas

estratégias etnográficas. A técnica de Spivak de incluir material prefacial e fundo histórico – material suplementar no sentido derrideano – no texto traduzido vem se tornando uma técnica cada vez mais importante, usada por tradutores pós-coloniais.

As traduções em si dão continuidade às estratégias esboçadas no prefácio, relatando os contos de Devi sobre situações tribais e chamando atenção para mulheres específicas com problemas distintos. Nas traduções de Spivak, os personagens não são apresentados como exóticos – trabalho, lazer, ricos, pobres, amor, machismo, estruturas familiares, velhos rituais e resistências são todos representados como parte da vida cotidiana. A especificidade da estratégia de tradução de Spivak, portanto, também participa de sua política, mostrando como os estudos de tradução podem e de fato participam de debates teóricos em outras áreas, como feminismo, estudos étnicos e estudos culturais. Por exemplo, em um de seus primeiros ensaios, *The Politics of Translation* (1993), ela foi particularmente crítica quanto à tradução feminista ocidental e a análise feminista de textos escritos por mulheres do “Terceiro Mundo”: de acordo com as feministas ocidentais, afirma Spivak, tudo o que se escreve no Terceiro Mundo parece igual. Escritoras da Índia acabam se parecendo com escritores de Taipei. Não basta, diz ela, ter um compromisso político progressivo; também se deve prestar atenção às formas, à língua e aos contextos específicos dos textos.

A tradução, portanto, torna-se um componente-chave da teoria de Spivak, pois dá ao seu projeto a especificidade que falta em muitas discussões ocidentais de textos pós-coloniais. As exigências impostas ao tradutor como mediador são respectivamente altas: o tradutor deve estar familiarizado com a “história da língua, a história do momento do autor, a história da língua em tradução” (1993: 186). Spivak também espera que o tradutor seja versado na fala de “questões íntimas na língua do original” (1993: 187). Tais exigências não são novas para o estudioso dos estudos de tradução; em 1975, por exemplo, André Lefevere, em *Translating Poetry: Seven Strategies and a Blueprint*, argumentou que o tradutor não só tem de ser fluente na língua, mas também precisa apreender a época, o local e a tradição do texto-fonte, transmitindo todos os elementos para a cultura, língua e tradição do texto-alvo (1975: 99 em diante; ver capítulo 4). Muitos programas rigorosos de treinamento em tradução são igualmente exigentes. Mas, para os estudiosos de estudos culturais, que, de um modo geral, não

se envolvem nos estudos de tradução, e muitos dos quais não têm fluência em línguas estrangeiras, essas ideias parecem novas ou opressivas.

Embora use estratégias “estrangeirizantes” de tradução que se assemelham muito às de Venuti, em termos de política e método, Spivak hesita antes de tirar conclusões em termos da política de suas traduções. Ela sugere, por outro lado, que suas traduções são um *primeiro passo* no que chama de atenta mudança mental (cf. Spivak 1995: 197 em diante). Por exemplo, sua heroína Mary, na história *The Hunt*, não representa o coletivo, mas é um único indivíduo em uma situação particular que escolhe um ritual específico para expor sua resistência, de um modo muito pessoal. Spivak sugere que a tarefa do tradutor não consiste em redescrever e depois reinscrever relações de poder, e sim medir diferenças culturais em situações históricas culturais específicas. Ela usa estratégias pós-estruturalistas escolhidas para medir (tanto em relação ao que é representado no texto quanto ao que não é) e expõe essas diferenças, o efeito da colonização sobre o sujeito dentro da história. A língua por ela preferida é distintamente uniliterária, inteira e angular (cf. Simon, 1996: 146), incorporando artifícios de desfamiliarização brechtianos. Por exemplo, no título de um dos contos, Spivak escolhe “The Breast-Giver” (a doadora de peito), em vez do termo mais familiar “Ama-de-leite”, usado por tradutores anteriores, uma estratégia aprovada por Devi. Além disso, Spivak usa inglês norte-americano em vez de britânico em suas traduções, o que serve ao mesmo tempo para alienar o leitor indiano educado em inglês britânico e interromper o fluxo suave da língua inglesa.

Enquanto alguns estudiosos criticam as escolhas dela que desafiam a convenção e, em alguns casos, acrescentam um senso de propósito que pode ser mais de Spivak que de Devi (Mukherjee, 1991: 30-31), boa parte do trabalho de tradução de Spivak é, na verdade, *menos* abusiva às culturas-fonte ou alvo do que algumas versões que suavizaram e apresentaram com caráter exótico frases ao estilo literário ocidental. Ela usa artifícios tradicionais de tradução e representação, bem como artifícios menos que tradicionais para operar internamente como tradutora e abrir novas maneiras de pensar acerca da tradução e das próprias mulheres tribais indianas. A escolha dos contos, as caracterizações apresentadas e os artifícios literários incorporados possuem analogias estruturais com artifícios ocidentais e, no entanto, são diferentes. As ações dos personagens, embora carreguem certa semelhança com o comportamento ocidental, não podem ser facilmente subsumidas. O estilo é ao mesmo tempo fluente e não fluente, marcando

e remarcando, no processo. Como tradutora, Spivak se anula e ao mesmo tempo está sempre presente. As diferenças bastam para permitir que o texto escape à apropriação formulaica. Os artifícios desconstrutivos impedem a consumação fácil e apontam, continuamente, para a natureza mediada da comunicação, bem como da postura política de Spivak.

Em termos de teoria, portanto, Spivak realiza uma espécie de dupla escrita em sua tradução, criticando o pensamento humanista metafísico ocidental e, ao mesmo tempo, criando aberturas para imaginar diferenças culturais reais em ação. Também revela as condições polivalentes e multiculturais que caracterizam a cultura “original”. E ela tem consciência do impacto que suas traduções exercem sobre a cultura-fonte; após as traduções de Spivak, Devi passou do *status* de um escritor marginal para uma figura bem conhecida em âmbito nacional e internacional. Tanto o trabalho de tradução de Spivak quanto sua escrita teórica visam intervir e transformar. Suas traduções de Devi, portanto, suplementam seu trabalho sobre Derrida, cuja obra ela talvez ache insuficiente para abordar situações políticas específicas como as do indiano tribal. E seus escritos a respeito de Derrida suplementam seu trabalho de tradução, levantando perguntas acerca de representação, significado e traduzibilidade de culturas e textos “originais”. Ambos os trabalhos visam fornecer uma abertura para novos modos de conceber e responder.

A possibilidade de uma compreensão diferente do original e do texto traduzido em um mundo de pós-desconstrução será o tema do capítulo final. Ao contrário dos estudiosos dos estudos de tradução que tentaram descartar a desconstrução, sugiro que sua incorporação em modelos para tradução na América Latina e em outras culturas em desenvolvimento merece séria atenção por parte desses estudiosos. E, em contraste com aqueles estudiosos que se envolvem com ideias de desconstrução, como Van den Broeck, recomendo que os estudos de tradução não tentem subsumir teorias pós-estruturais de tradução sob alguma teoria orientada pelo alvo. Argumento, aqui, que os estudos de tradução já estão equipados para pesquisar e escrever a respeito dos “espaços” divergentes e procrastinadores – da *différance* em ação – e a teoria precisa acompanhar as possibilidades da metodologia. Alguns participantes dos estudos de tradução parecem que estão no limiar de tal gesto, e as repercussões teóricas podem ter um longo alcance.

Chapter 7 Capítulo 7

O futuro dos estudos de tradução

Se, como Ted Hughes afirmou, a década de 1960 foi um período que experimentou um avanço na tradução literária, a de 1990 pode ser caracterizada como a época na qual prosperou a teoria da tradução. Este livro trouxe de cinco abordagens – a oficina norte-americana de tradução, a ciência da tradução, os primeiros estudos de tradução, a teoria dos polissistemas e a desconstrução – que podem ser consideradas pioneiras na área. Hoje em dia, podemos argumentar que uma variedade de eventos acadêmicos e sociopolíticos ocorrendo em nível internacional criaram as condições apropriadas para uma “virada traducional” em várias áreas ao mesmo tempo, incluindo linguística, antropologia, psicologia, estudos da mulher, estudos culturais e estudos pós-coloniais. Além disso, em tempos recentes, a tradução tem desfrutado uma renascença em muitas partes do mundo não incluídas nos capítulos anteriores, tais como Espanha, Itália, Canadá, Brasil, China e principalmente naquelas nações nas quais as fronteiras foram abertas, incluindo países na Europa central e do Leste Europeu. Nesta era de globalização, as “línguas menos conhecidas” são particularmente ameaçadas, e a tradução e o estudo da tradução adquirem vital importância. Novos estudos sobre tradução em países menores e novas nações continuam alimentando a teoria; sugiro aqui que mal estamos tocando a superfície e que, nos anos vindouros, mais estudos oriundos de uma variedade de perspectivas, culturas e línguas emergirão.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, enquanto se desenvolviam as várias abordagens estudadas neste livro, havia pouco diálogo entre os representantes dos divergentes campos teóricos. Os estudiosos trabalhavam basicamente isolados, e o aspecto de “novidade” das respectivas teorias ameaçava os modelos existentes de investigação. As rupturas entre investigações linguísticas e literárias de tradução são bem conhecidas, assim como as lacunas entre desconstrução e qualquer outra abordagem científica. James Holmes, por exemplo, que lecionou na Holanda, mas nasceu em Iowa, retornava frequentemente à sua terra natal e visitava o *International Writing Program* na Universidade de Iowa. Em 1975, ele apresentou o trabalho *Describing Literary Translations: Models and Methods* em Iowa, contando com uma grande plateia, mas não sendo devidamente compreendido, porque, na época, o discurso e os métodos usados por Holmes para descrever traduções eram muito diferentes da linguagem e das abordagens usadas em Iowa. Derrida deu palestras no mundo todo durante esse período, incluindo Canadá, América Latina e Estados Unidos. Com frequência, seu tema primário era tradução; suas ideias, porém, eram tão ameaçadoras às disciplinas emergentes que estudavam a tradução, todas as quais dependendo minimamente da possibilidade de tradução e de certas fronteiras definíveis entre as línguas, que sua obra foi, em grande parte, ignorada.

Entretanto, já teve início um processo esperançoso para fechar as divisões internas e convidar para um diálogo maior os diferentes campos. Nos Estados Unidos, os estudiosos têm se tornado cada vez mais receptivos à consideração de novos modelos teóricos. Daniel Weissbort, editor de *Modern Poetry in Translation* (cujo título novo é *Poetry World*), uma revista dedicada à publicação de traduções literárias e problemas de tradução, convidou Romy Heylen, autora de *Translations, Poetics, and the Stage: Six French Hamlets* (1993), uma estudiosa muito influenciada pelos estudos de tradução nos Países Baixos, para fazer parte do conselho editorial e, assim, incorporar um componente teórico à revista. Rainer Schulte, editor de *Translation Review*, periódico dedicado a traduções literárias e análise de traduções, recorreu à teoria no fim da década de 1980 e início de 1990. Schulte e John Biguenet já editaram até agora duas importantes coletâneas: a primeira, *The Craft of Translation* (1989), enfoca a leitura hermenêutica e o processo de tradução e inclui contribuições de tradutores literários praticantes, como Gregory Rabassa, Edmund Keeley, John Felsteiner e Christopher Middleton; a segunda, *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida* (1992), oferece uma visão geral da história da teoria da tradução, com um enfoque especial no século

XX, incluindo ensaios de Friedrich Nietzsche, Walter Benjamin, Ezra Pound, Vladimir Nabokov, Roman Jakobson e Octavio Paz.

Marilyn Gaddis Rose, diretora do Centro para Pesquisa em Tradução (*Center for Research in Translation – CRIT*), na Universidade Estadual de Nova York em Binghamton, enfocou estudos culturais e tradução ao fundar o Instituto de Teoria da Tradução. Dois dos primeiros visitantes de Binghamton foram André Lefevere e Lawrence Venuti. Os resultados das investigações na SUNY Binghamton foram compilados em vários volumes de *Translation Perspectives*, variando entre títulos como *Hermeneutics and the Poetic Motion* (1990), *Translating Latin America* (1991), *Translation: Religion, Ideology, Politics* (1995) e, mais recentemente, *Beyond the Western Tradition* (2000). Rose contribuiu com discussões a respeito da teoria pós-moderna da tradução, em ensaios como *Translation and Le Différand: The Relation of Lyotard's Epistemology to Translations* (1990) e *Angoisse, Jouissance, e Volupté: Levinas e Translation Theory* (1995).

A própria posição do tradutor literário americano “ateórico” foi teorizada por estudiosos como Douglas Robinson, que, em *The Translator's Turn* (1991), afirma que o tradutor literário personifica uma integração de sentimento e pensamento, de intuição e sistematização. Analisando a “virada” que o tradutor faz do texto-fonte para o texto-alvo, Robinson oferece um modelo “dialógico”, que analisa o envolvimento dialógico do tradutor com a língua-fonte/original e com a ética da língua-alvo/receptor. Robinson permite ao tradutor intervir, subverter, desviar e até entreter, enfatizando o aspecto criativo da tradução literária. Os linguistas, cientistas da tradução e filósofos tiveram suas chances na teoria da tradução; agora é o momento, argumenta Robinson, de os tradutores literários fazerem sua “virada”. Ele é autor de vários livros, expandindo seu modelo teórico em *Translation and Taboo* (1996), envolvendo teóricos contemporâneos em *What is Translation: Centrifugal Theories, Critical Interventions* (1997c), revendo a história da teoria da tradução em *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche* (1997d), resumindo teorias pós-coloniais em *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained* (1997b), e jamais perdendo de vista o fato de que os avanços em teoria podem ajudar o tradutor na prática, como se vê em *Becoming a Translator* (1997a). Enquanto os teóricos às vezes têm dificuldade para categorizar o trabalho de Robinson, suas perguntas provocativas mexem com eles, e sua contínua verificação de teoria *versus* prática tornou Robinson popular entre os tradutores praticantes em organizações como a Associação Americana dos Tradutores (ATA).

As investigações de Robinson e outros tradutores praticantes começam, por sua vez, a ser ouvidas pelos “cientistas” da tradução. Talvez o diálogo mais encorajador entre os estudiosos seja aquele que está ocorrendo entre os que defendem as abordagens linguísticas e os que preferem as literárias. Além dos novos desenvolvimentos em tipologia de texto e linguística funcional, como vimos no capítulo 3, novos avanços em sociolinguística, pragmática, psicolinguística e teoria do discurso estão sendo observados cuidadosamente por teóricos da tradução, em busca de novas ideias. Os estudiosos de sociolinguística, por exemplo, examinam cada vez mais as questões de registro e dialeto, analisando a relação entre língua e funções sociais e o impacto do *status* e do poder sobre a situação de comunicação. Classe social, origem étnica, gênero, idade, origem regional e *status* profissional estão incluídos nas variações que vêm sendo observadas. Como relata Peter Fawcett em *Translation and Language: Linguistic Theories Explained* (1997), o conhecimento sociolinguístico inclui análise de textos na tradução e também em filmes (Fawcett, 1997: 119 em diante). Estudiosos pragmáticos vêm trabalhando com a teoria do ato da fala (Austin, 1962; Searle, 1975), observando tanto a informação comunicada quanto o desempenho dessa comunicação. Questiona-se se culturas diferentes têm o mesmo ato de fala em diferentes graus (polidez, palavras de baixo calão, indireção, julgamento) e a que grau os tradutores deveriam desviar do literal para comunicar o performativo (Searle, 1975: 76 em diante; Hatim & Mason, 1990: 61 em diante).

Estudiosos de psicolinguística como Ernst-August Gutt elaboraram uma abordagem denominada teoria da relevância, também chamada de teoria minímax, que se baseia no princípio de que, ao falar, as pessoas usam uma quantidade mínima de esforço para comunicar uma quantidade máxima de informação. Em *Translation and Relevance: Cognition and Context* (1991), Gutt encoraja os tradutores a usarem esse princípio em suas traduções, permitindo-lhes fazer mudanças com o intuito de maximizar a relevância da comunicação para o público pretendido (1991: 99 em diante). A teoria de Gutt desafia definições tradicionais de tradução, principalmente aquelas baseadas na transmissão da mesma mensagem, ou equivalente, reformulando definições linguísticas da estrutura do original. Estudiosos da teoria do discurso (Hatim & Mason, 1990, 1997) vêm observando a estrutura institucional-comunicativa dentro da qual as traduções ocorrem e a percepção dos tradutores das convenções disponíveis que facilitam as traduções ideais. Trabalhos mais recentes têm focado o discurso político, acadêmico e industrial no qual o significado é obscurecido para se tornar compatível com os fins sociopolíticos da cultura-alvo. A análise de

Joyce Crick (1989) de traduções da obra de Freud para o inglês, por exemplo, nas quais tradutores como James Strachey substituíram uma perspectiva mais humanista por uma forma mais clínica-médica de escrever, serve de exemplo, lembrando o leitor da leitura sintomática de Lawrence Venuti dos tradutores de Freud, exposta em *The Translator's Invisibility* (1995: 25-9; ver capítulo 2). Esse gesto, por parte dos estudiosos de linguística, de considerar áreas mais amplas de desempenho e recepção tem despertado cada vez mais o interesse dos teóricos da tradução. Mary Snell-Hornby, como mencionado anteriormente, já não define mais tradução como uma atividade que ocorre entre duas línguas, mas a vê como uma interação entre duas culturas. Ela entende cultura não apenas como as “artes”, mas em um sentido antropológico mais amplo, referindo-se a todos os aspectos socialmente condicionados da vida humana (Snell-Hornby, 1988: 39), uma perspectiva que expande os parâmetros usuais considerados pelos teóricos da tradução, prescritivos ou não.

Depois de uma década enfocada basicamente no ramo descritivo nos estudos de tradução e na teoria dos polissistemas, a teoria também parece retornar. Em 1989, Lambert e Toury fundaram o periódico *Target* para oferecer uma plataforma para discussão de ideias teóricas, metodológicas e descritivas, e eles têm publicado trabalhos de teóricos da tradução e estudiosos dos Países Baixos, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Finlândia, Israel, Canadá e Estados Unidos. Embora muito pouco dos países em desenvolvimento tenha aparecido em *Target* na década de 1990, os editores do periódico conseguiram iniciar um diálogo entre os teóricos dos sistemas e os funcionalistas, entre modelos de texto-alvo e modelos de transferência de texto. Esse diálogo provocou a derrubada de barreiras internas na área. Por exemplo, Mary Snell-Hornby desabona a abordagem dos polissistemas em *Translation Studies: An Integrated Approach* (1988), chamando-a pejorativamente de “a Escola da Manipulação” e acusando o grupo de dogmatismo – escolares só ocupados com seu método descritivo e produzindo nada mais que exercícios elitistas em história literária (1988: 25-6). Em sua edição revisada (1995) do mesmo livro, ela omitiu o parágrafo ofensivo e, em uma nova conclusão, dá as boas-vindas ao conhecimento produzido pelo grupo, sugerindo que o potencial por eles previsto foi, de fato, cumprido.

Os editores de *Target* também trocaram ideias com um grupo cuja existência foi curta, porém prolífica, em Göttingen, Alemanha, que examinava basicamente as traduções da literatura americana para o alemão e compartilhava de muitas crenças acerca da tradução literária com estudiosos e pesquisadores norte-americanos. Dirigido por Armin Paul Frank, o Centro de Göttingen para

Estudo Cooperativo de Tradução Literária, fundado em 1985, publicou uma série de volumes em *Göttinger Beiträge zur Internationalen Übersetzungsforschung*. Embora a abordagem de Göttingen seja baseada em pares e unidirecional da América para a Alemanha, na medida em que os estudiosos acumularam dados e divulgaram suas descobertas, forneceram aos estudos de tradução uma riqueza de informações valiosas que ainda precisam ser processadas. Teoricamente, o grupo de Göttingen começou com as definições descritas em *Manipulation of Literature* (1985), de Theo Hermans, e se encarregou de uma reavaliação de certas pressuposições, principalmente as que giram em torno da interação de sistemas e subsistemas, e da natureza hierárquica do polissistema. O grupo alemão chegou a uma teoria da tradução que é orientada por transferência e não pelo alvo (Frank, 1990: 54), mas não sem muitas trocas de ideias com Toury, Lambert e seus colegas. Talvez mais aliado à abordagem literária norte-americana, o grupo alemão fez mais concessões à escolha individual e geralmente criativa de cada tradutor quanto a artifícios estilísticos; suas descobertas sugerem que a evolução de um sistema literário pode ser mais irregular do que os teóricos dos sistemas previam. Questões epistemológicas são levantadas pelo referido grupo, quando afirma que a tradução de literatura significa a tradução de uma interpretação de obra literária, sujeita às traduções literárias na cultura-alvo. A tradução literária, de acordo com o grupo alemão, faz parte de uma língua literária e da cultura literária de um país. Como Snell-Hornby, o grupo de Göttingen também vê a necessidade de uma teoria integrada de tradução, que não seja derivativa nem especulativa, mas “no espírito de René Wellek e Austin Warren em *Theory of Literature*” (Frank, 1990: 55).

O diálogo entre estudiosos dos estudos de tradução levou a uma crescente troca de ideias com pesquisadores de outras áreas. Pioneiros nesses esforços são José Lambert, que vem reformulando a teoria dos polissistemas para focar mais estruturas globais, e Susan Bassnett, que se mostrou aberta para combinar recursos dos estudos de tradução com estudiosos de estudos culturais e de outras áreas. Na década de 1980, José Lambert expandiu a área de investigação para incluir muitos aspectos de fenômenos de tradução que não costumam ser associados com tradução interlingual e levantou muitas questões acerca da natureza e das definições de categorias genéricas. Como já observamos, a pesquisa descritiva de Lambert nos anos de 1980 o deixou mais ciente das complexidades culturais envolvidas em definir e descrever traduções, que por sua vez serviram para reenfocar a necessidade de pesquisa sistemática. Suas observações e conclusões iniciais,

contudo, são tão abrangentes que não é mais possível classificá-las como parte de um ramo aplicado ou descritivo. Em um artigo de coautoria de Lambert e Clem Robyns, *Translation* (a sair), que será publicado na enciclopédia *Semiotics: A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, os dois argumentam que nenhuma tradução pode ser tratada isoladamente. Pelo contrário, elas são ao mesmo tempo o resultado e o ponto de partida de onde veremos os processos semióticos em ação, na formação de práticas discursivas. As traduções, argumentam os autores, ocorrem acima de uma variedade de fronteiras sistêmicas, não só entre duas línguas. Mais próximo de uma posição joyceana do que se atreveria a admitir, Lambert agora também argumenta que todo texto, toda palavra, contém elementos “traduzidos”. Textos traduzidos também podem conter muitos elementos discursivos que não são traduzidos, e a categoria “não-tradução” está se tornando cada vez mais proeminente em obras traduzidas. Lambert vê o futuro dos estudos de tradução como uma ciência empírica orientada por texto e, ao mesmo tempo, uma prática semiótica orientada por transferência.

Lambert e Robyns, portanto, tornam supérflua a tradicional oposição entre forma e significado — qualquer interpretação do signo por meio da tradução se torna apenas outro signo na mesma corrente em evolução. Lambert e Robyns invocam o conceito de Charles Sanders Peirce de “interpretante lógico final” para intermediar entre sua abordagem orientada pelo alvo e uma abordagem semiótica. O processo de Peirce de interpretação pode, de fato, deter o fluxo semiótico em certo ponto para a interpretação de um signo específico, isto é, o interpretante lógico final, que, neste caso, é o texto traduzido (ver Gorlée, 1989, 1993). Por razões pragmáticas, isso não só permite uma análise do texto-alvo, a pedra angular da teoria de Toury, mas também faz com que o texto-fonte se dissolva em uma variedade de fontes, códigos e discursos. Lambert e Robyns veem a tradução menos como um processo interlinguístico e mais como uma atividade intracultural. Também citam Umberto Eco, para quem a tradução é idêntica à cultura (Eco, 1976: 71; ver também Eco, 1993, 1995), concebida menos como um fenômeno estático, e sim com uma interminável tradução de signos para outros signos. A tradução é redefinida por Lambert e Robyns como a “migração por meio da transformação de elementos discursivos (signos)” e como o “processo durante o qual são interpretados (recontextualizados) de acordo com diferentes códigos” (Lambert e Robyns, a sair). As traduções, enfim, ocorrem não só entre línguas fixas e literaturas nacionais, mas também entre quaisquer tipos de discursos concorrentes ou variantes. Diante de tal abordagem semiótica, não nos surpreende o fato de a recente pesquisa de

Lambert estar nos estudos de mídia e comunicação em massa (Lambert, 1994, 1995; Lambert & Delabastita, 1996; ver também Hermans, 1999: 120-24).

As implicações de tal afirmação para os estudos de tradução, literatura comparada ou qualquer departamento de língua são vastas. Em primeiro lugar, ela tenta explodir o conceito de literatura nacional como uma distinção útil; em segundo lugar, rompe as distinções entre práticas discursivas escritas e outras: e finalmente abre a possibilidade de explorar práticas discursivas não ocidentais. Susan Bassnett chegou a uma abordagem semelhante de estudos culturais/intersemióticos. Trabalhando frequentemente com André Lefevere, Bassnett se frustrou pelo fato de a análise de “mudanças” ter se tornado tão complicada que os leitores não conseguiam mais acompanhar as explicações. Lefevere e Bassnett queriam explicar as mudanças não apenas pela poética, mas observando as imagens e a ideologia representadas também. Na “Introdução: Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights; the ‘Cultural Turn’ in Translation Studies”, de sua antologia coeditada, *Translation, History and Culture* (1990), eles sugerem que os estudiosos usam termos como “patronagem”, “refração” e “ideologia” com o intuito de “divagar e entrar nas vicissitudes do exercício de poder em uma sociedade, e do que o exercício de poder significa em termos da produção de cultura, do qual a produção de traduções faz parte” (Bassnett & Lefevere, 1990: 5). Lefevere e Bassnett afirmam que os estudiosos dos estudos de tradução têm de lidar não somente com textos e/ou repertórios de textos em paradigmas históricos, mas também precisam examinar aquelas instituições que influenciam sua produção. Argumentam que “o estudante de tradução/reescrita não está participando de uma dança cada vez mais longa e mais complexa em volta do ‘que já não se encontra mais lá’”, e sim “lida com dados culturais sólidos, verificáveis, e o modo como afetam a vida das pessoas” (Bassnett & Lefevere, 1990: 12).

Esse enfoque nas questões de poder na sociedade e o papel das traduções na formação cultural e de identidade terá importância cada vez maior para o futuro dos estudos de tradução. Na introdução de seu livro *Constructing Cultures* (1998), Bassnett e Lefevere indicam o ponto a que evoluíram os estudos de tradução desde a década de 1970. Os tradutores, sugerem eles, sempre forneceram um elo vital permitindo a interação de diferentes culturas. O próximo passo lógico é estudar não apenas tradução, mas interações culturais, daí a omissão da palavra “tradução” no título do livro. Talvez os dados mais óbvios, detalhados para o estudo da interação cultural sejam os próprios documentos traduzidos. Bassnett e Lefevere também sugerem novas ferramentas críticas com as quais podemos estudar traduções, como,

por exemplo, o conceito de “grades textuais” derivado do trabalho de Pierre Bourdieu. Uma grade textual é compreendida como a coletânea de formas e gêneros literários aceitáveis nos quais os textos são expressos, causando padrões de expectativa nos respectivos públicos, padrões estes que precisam ser levados em consideração tanto pelos tradutores praticantes quanto pelos teóricos. Algumas perguntas que Lefevere e Bassnett fazem são: por que certos textos são traduzidos e outros não? Qual é a intenção por trás da tradução? Como os tradutores são usados por quem tem tal intenção? Podemos prever como uma tradução poderia funcionar em determinada cultura? Algumas áreas para futuras pesquisas, segundo Bassnett e Lefevere, são o estudo de história para revitalizar o presente, o estudo de tradução pós-colonial para reavaliar modelos eurocêntricos e o estudo de diferentes espécies de críticas, antologias e obras de referência, bem como traduções, para ver como as imagens de textos são criadas e funcionam dentro de uma cultura.

No ensaio final da coletânea, *The Translation Turn in Cultural Studies*, Susan Bassnett anuncia uma nova era de pesquisa interdisciplinar. O conhecimento dos estudos de tradução nas últimas três décadas se acumulou, produzindo dados que todo pesquisador dos estudos culturais que investiga o movimento intercultural deveria consultar. Bassnett argumenta que as traduções são o aspecto performativo da comunicação intercultural. Usando modelos desenvolvidos por Anthony Easthope em *But What is Cultural Studies?* (1997), ela traça um desenvolvimento paralelo de estudos culturais e de tradução, ambos passando por uma fase culturalista (Nida e Newmark), uma fase estruturalista (Even-Zohar e Toury) e uma fase pós-estruturalista (Derrida e Niranjana). Quando os estudos culturais entram em uma nova fase internacionalista, incorporando métodos sociológicos e etnográficos, Bassnett sugere que é chegado o momento de as duas disciplinas saírem de seus caminhos separados e se unirem. Enquanto os estudos culturais abordam raça, gênero, filme e estudos de mídia, são ainda lentos para reconhecer a pesquisa dos estudos de tradução. Os estudos de tradução passaram por uma virada cultural; agora, segundo Bassnett, os estudos culturais precisam de uma virada traducional.

Essa reavaliação de fronteiras e as investigações interdisciplinares só podem ser positivas, não apenas para os teóricos ocidentais, mas também para escritores e tradutores de origem não ocidental. O futuro dos estudos de tradução, sem dúvida, envolverá um aumento em conhecimentos sobre culturas pós-coloniais, uma tendência já iniciada. Além dos trabalhos de estudiosos como Tejaswini Niranjana e Gayatri Spivak, discutidos no capítulo anterior, estudos pós-coloniais como os de Samia Mehrez, Vicente Rafael e

Haroldo de Campos começaram a repensar a função da tradução nos processos de imperialismo ocidental. Pesquisadores dos estudos de tradução, como, por exemplo, as estudiosas Barbara Godard, Sherry Simon e Susanne de Lotbinière-Harwood do Canadá, têm explorado a dupla colonização das mulheres de Quebec, por parte do discurso patriarcal ocidental, bem como da língua padrão francesa. Essas explorações estão entre as mais estimulantes para a área e terão impacto enorme sobre os futuros estudos.

Em *Translation and the Postcolonial Experience: The Francophone North African Text* (1992), Samia Mehrez examina a natureza plurilíngue de certos textos norte-africanos francófonos e mostra como o árabe, o francês, o berbere e às vezes o espanhol interagem continuamente em um processo de reescrita que se estende além dos limites da tradução. Em sua análise de textos de romancistas como Assia Djebar, Abdelwahab Meddeb, Tahar Ben Jelloun e Abdelkebir Khatibi, ela mostra que grande parte do significado pretendido, principalmente a natureza subversiva da prosa, só é decifrada pelo leitor bilíngue, que automaticamente traduz no ato de ler o francês. O que antes se considerava uma restrição da tradução se transformou em uma oportunidade criativa. Esses escritores norte-africanos, argumenta Mehrez, transformam plurilinguismo e tradução em elementos radicais que desafiam a compartimentalização e as hierarquias preexistentes, constantemente mudando e migrando de um sistema de signos para outro. Essa teoria de tradução mostra como a tradução pertence tanto ao escrito “original” quanto à sua tradução, desconstruindo noções de que o mundo pode ser lido por meio de qualquer língua única, por mais que ela seja dominante.

Em *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule* (1988; 1993/6), Vicente Rafael discorre sobre tradução em termos de escolhas que afirmam ou evitam a ordem social (1988: 210-11). Rafael reconstrói as redes de poder envolvidas na cultura filipina entre os séculos XVI e XVIII, expondo forças de coerção, cumplicidade, violência e idealismo no processo espanhol de colonização, ao mesmo tempo apontando para elementos que “permaneceram excêntricos e excessivos a tais relações binárias” (1988: IX-XI). •

Em *The Poetics of Imperialism: Translation and Colonization from The Tempest to Tarzan* (1991/1997), Eric Cheyfitz observa a poética, a eloquência e as chamadas línguas “superiores” do colonizador inglês nas Américas, personificadas nas atitudes dos leitores de textos que variam de Shakespeare a Edgar Rice Burroughs. Entretanto, ele ilustra também como os grupos colonizados, basicamente índios americanos e escravos, por meio

de uma diferente espécie de eloquência — em suas canções e cantos nos campos, bem como em seu uso irônico da língua do colonizador —, resistiram aos *tropos* do colonizador e criaram caminhos de comunicação que costumam escapar à visão deste. Cheyfitz tem um capítulo que se estende na análise dos índios tupis do Brasil e sua prática de canibalização, um ritual considerado selvagem e bárbaro pelos colonizadores portugueses e franceses, porém nobre, heroico e de significado religioso para os tupis.

Os estudiosos brasileiros de tradução também recorreram a essa prática tupi para formular uma teoria de tradução como uma forma de “antropofagia” ou “canibalismo” (ver Vieira, 1999). Os poetas e tradutores brasileiros Haroldo e Augusto de Campos, que traduziram *Cantos*, de Pound, *Finnegans Wake*, de Joyce, além de obras de e.e. cummings, Stéphane Mallarmé e Vladimír Mayakóvski, usam Derrida para desenvolver uma abordagem pós-moderna, não eurocêntrica da tradução. Os irmãos Campos veem a tradução como uma forma de transgressão e desenvolvem um novo conjunto de termos, tais como transcriação, transtextualização, transiluminação, transluciferação e canibalização, com os quais articulam sua teoria da tradução (Campos, 1981). O canibalismo não deve ser entendido no sentido ocidental de capturar, desmembrar, mutilar e devorar, mas em um sentido que mostra respeito, um ato simbólico de apreender amor, absorver as virtudes de um corpo por meio de uma transfusão de sangue. Tradução como ato de capacitar, ou um ato de nutrir, um jogo afirmativo, é um conceito muito próximo à posição de Benjamin/Derrida, que veem a tradução como uma força vital que garante a sobrevivência de um texto literário.

Os irmãos Campos são grandes admiradores, por exemplo, de Ezra Pound, argumentando que sua invenção de Cathay foi uma forma desse tipo de canibalismo, inspirado pelo amor e pela reverência a uma cultura estrangeira. Já em 1952, os irmãos fundaram o Grupo *Noigandres*, com uma revista com o mesmo nome, que liderou um movimento brasileiro em verso e teoria experimentais franceses e anglo-americanos. “*Noigandres*” é um termo cunhado a partir do Canto XX, de Pound, em que o autor se empenha em decifrar um termo provençal, “Noigandres, eh *noi* gandres / Now what the DEFFIL can that mean!” (Pound, 1975: 90). Em 1953, os dois tinham estabelecido uma correspondência com Pound e começaram a se reunir com um grupo de pintores e escultores em São Paulo (Campos, Pignatari e Campos, 1965: 177). Ironicamente, a teoria literária de Pound e sua relação com escultura e pintura era mais bem conhecida no Brasil, naquela época, que nos Estados Unidos. De acordo com os irmãos Campos, a tradução envolve não

apenas a tradução dos signos linguísticos ou do significado semântico, mas inclui o signo em toda a corporalidade, abrangendo sons, imagens visuais e conotações (Vieira, 1999: 105). Evitando noções tradicionais de fiel/livre, a teoria dos irmãos Campos de tradução elimina um senso de perda ao participar de um ato positivo de afirmação, de prazer e de alegria.

Segundo um caminho semelhante, um grupo de tradutoras feministas em Quebec tem usado a tradução para transpor as dicotomias tradicionais de fonte/texto, primária/secundária, alta/baixa, escrever/reescrever, colonizador/colonizado que caracterizam a teoria da tradução, em termos históricos. Tais distinções, somadas a teorias anteriores de escrita, arte e sociedade, implicam a subordinação das mulheres. A questão passa a ser como superar o problema do pensamento dualista de “ou/ou” e conseguir explorar o espaço intermediário que inclui o mesmo e o outro. Para escritoras de Quebec como Nicole Brossard, autora de romances como *Mauve Desert* (1990) e *Picture Theory* (1991), a tradução serve como uma metáfora para um texto que liberta, transforma e multiplica, em vez de possuir, controlar e definir. O próprio tema de *Mauve Desert* gira em torno da tradução: na primeira seção, Brossard conta uma história relativamente tradicional de duas mulheres no deserto do Arizona, seu encontro com um homem anônimo e um assassinato; a segunda seção apresenta uma tradutora que, tendo descoberto a primeira história em uma livraria, faz um caderno de tradução registrando suas reações ao texto original; a seção final, intitulada *Mauve, the Horizon*, é uma “tradução” – uma reescrita da primeira seção simulando sua tradução para outra língua. Embora a tradução fictícia seja bastante literal – as transgressões são feitas na segunda seção do caderno –, Brossard encoraja sua tradutora para o inglês, Susanne de Lotbinière-Harwood, a intervir e transpor o original para multiplicar as ideias nele contidas. Podemos dizer que a tarefa é fazer com que a voz feminina de Quebec seja ouvida em uma segunda língua. De fato, a atividade de tradução não é vista como secundária e derivativa, mas como uma atividade primária – tradução como coautoria – e importante para articular a posição feminista de Quebec, que resiste à absorção pelo inglês e francês padrão (leia-se patriarcal) e contribui para aumentar a auto percepção.

Segundo Susanne de Lotbinière-Harwood, a tradução de textos feministas de Quebec não pode ser feita nos bastidores; precisa ser realizada de uma maneira que deixe visível o espaço não visto entre o texto-fonte e o texto-alvo. Em seu livro *Re-belle et Infidèle: La Traduction comme Pratique de Réécriture au Féminine/The Body Bilingual: Translation as a Rewriting in the Feminine* (1991), Lotbinière-Harwood sugere que a voz do tradutor pode ser vista na

tradução, e o ato da tradução é produtor, funcionando como um suplemento às metáforas do original. Tradutores de textos como os de Brossard devem ser encorajados a ser altamente inventivos em sua tradução, manusear a língua, brincar com a tipografia, romper a sintaxe, para permitir que o espaço intermedial diário frágil, híbrido venha à tona. A teoria não é apenas de tradução estrangeirizante, mas consiste em uma tentativa de articular uma nova ideia acerca da tradução. Assim como Hélène Cixous e outras feministas francesas cunharam o termo *écriture féminine* para se referir a um novo tipo de texto feminista na França, também as mulheres de Quebec criaram um novo termo, *réécriture au féminin* (reescrevendo no feminino), referindo-se à escrita/tradução que transpõe os limites das oposições binárias. Se toda feminista já é uma tradutora (traduzindo feminino para o masculino), a atividade de traduzir consiste em uma tradução dupla, ou tradução ao quadrado. Lotbinière-Harwood descreve a tradução como um cenário quadrofônico: “você está em uma sala com quatro pessoas falando: uma em inglês, uma em francês, uma no masculino e uma *au féminin*. Às vezes essa sala vaza para a página impressa e sangra. Um cenário quadrofônico” (1991: 79). Para as mulheres de Quebec, a tradução é vista como um cenário onde se ampliam os espaços semânticos mudos partilhados por outros cujas vozes têm sido abafadas pelas condições linguísticas/discursivas/culturais dominantes de uma sociedade. Estando Quebec dividida entre as línguas inglesa e francesa, exilada na terra natal, uma nação sem um Estado e lutando para dar voz à sua condição, estudiosas de Quebec, como Barbara Godard, autora de *Theorizing Feminist Discourse/Translation* (1990), Sherry Simon, autora de *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission* (1996) e *Translation and Interlingual Creation in the Contact Zone: Border Writing in Quebec* (1999), e Luise van Flotow, autora de *Translation and Gender: Translating in the “Era of Feminism”* (1997), percebem que a condição de Quebec talvez seja mais indicativa da condição pós-moderna, contemporânea, do que os estudiosos tradicionais de identidade/nação presumem.

Como as mulheres franco-canadenses e outras bem sabem, existe um elo entre a teoria feminista e a teoria pós-colonial. Talvez a virada mais estimulante para a área dos estudos de tradução seja seu interesse pós-colonial e sua abertura a novas teorias da Ásia, África e América Latina, um movimento conduzido principalmente por mulheres. Sherry Simon e Paul St-Pierre, do Canadá, editaram uma antologia intitulada *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era* (2000), que explora as fundações teóricas da tradução pós-colonial em ambientes como Malásia, Irlanda, Índia e África do Sul. Os

autores que participam da antologia desafiam noções tradicionais de tradução, bem como visões estabelecidas da teoria pós-colonial, incluindo algumas que são esboçadas neste livro. Susan Bassnett e Harish Treviði editaram o volume *Post-Colonial Translation: Theory and Practice* (1999), no qual os autores participantes analisam movimentos de tradução na Índia, Quebec, Brasil, Indonésia e África. A introdução “Of Colonies, Cannibals and Vernaculars”, de autoria de Bassnett e Treviði, enfoca as relações de poder assimétricas e o modo como a teoria da tradução pode superar barreiras interculturais e intraculturais. Maria Tymoczko, uma das autoras da antologia de Bassnett e Treviði, associa a situação da Irlanda com a teoria pós-colonial em *Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation* (1999). Em uma espécie de dupla escrita, Tymoczko não só demonstra os vários meios pelos quais os tradutores irlandeses resistiram à colonização britânica por meio de suas traduções da literatura celta, mas também traça paralelos com movimentos pós-coloniais no Brasil, na África do Norte, na Índia e outros lugares. Tymoczko e Edwin Gentzler editaram a antologia *Translation and Power* (a sair), com contribuições da Irlanda, Espanha, Canadá, Brasil, Argentina, Maori e China, entre outros. Argumentando que a tradução é uma atividade metonímica (uma parte representando o todo), os autores participantes mostram como a tradução é sempre parcial, com os tradutores enfatizando certos elementos de sua escolha – literários ou ideológicos – e demonstrando a natureza sectária de sua atividade. Anuradha Dingwaney e Carol Maier editaram a antologia *Between Languages and Cultures: Translation and Cross-Cultural Texts* (1995), que inclui ensaios sobre tradução em Porto Rico, Haiti, Martinica, Caxemira, Egito, Índia e Rússia. Os autores exploram questões de tradução, de como transmitir textos do “Terceiro Mundo” cometendo o mínimo de violência, mas também de pedagogia, como efetuar o máximo de transferência cultural, intermediando e registrando a diferença, em vez de sacrificá-la ou apropriá-la.

Essas mulheres em suas viagens, seus encontros interculturais e colaborações expandiram as fronteiras da teoria da tradução, trouxeram novas vozes à área e iniciaram uma nova fase internacionalista para esse campo de estudos. Todos esses ensaios apontam para um repensar da tradução, menos sob a luz das definições europeias e metáforas e mais em termos e conceitos não ocidentais, alguns dos quais são novos e outros empregam uma longa história própria. Enquanto uma teoria “canibalística” de tradução e/ou *réécriture au féminin* pode ser perturbadora para o estudioso de tradução ocidental, não deixa de ser condizente com a abordagem implicitamente defendida neste livro. A língua nunca é reduzível a um sistema formal, tampouco a um conceito estático, seja

literário ou linguístico, e as traduções demonstram invariavelmente a instabilidade inerente da língua em cada um de seus atos – em outras palavras, o desejo demasiado humano por unificação e fechamento tende a gerar apenas mais tradução errônea e reconhecimento enganoso. Historicamente, a crítica à tradução tem valorizado traduções que respeitam um ideal amenizando contradições e ignorado ou descartado aquelas que não parecem ter coerência. Tal prática, porém, afeta o resultado produzido. Embora, tradicionalmente, as teorias de tradução façam certas afirmações metafísicas, as traduções em si não são compatíveis com o que se afirma a respeito delas. Pois, no ato de reproduzir as relações textuais (do texto original), uma constituição dupla se torna bastante lúcida: as restrições da língua impostas pela cultura receptora são enormes; entretanto, a possibilidade de criar novas relações no presente também são vívidas – não apenas as velhas relações transportadas para um novo tempo e espaço, mas também uma miríade de práticas significantes que ao mesmo tempo reforçam e alteram as práticas significantes presentes. Na verdade, o processo de tradução e o processo de construção de nossas identidades podem ser análogos: assim como as traduções são sujeitas a no mínimo dois sistemas semióticos (línguas-fonte e alvo) e, no entanto, são capazes de mudar essas próprias estruturas, também nós, como seres humanos, somos os sujeitos de uma variedade de discursos, mas temos a liberdade de mudar essas relações que condicionam nossa existência.

Walter Benjamin entendia muito bem essa constituição dupla. Em *The Task of the Translator*, a tradução é vista como um “modo” próprio, que oferece um meio de “contornar o estrangeirismo das línguas” (1969: 75); meio este, contudo, frequentemente não aplicado. Benjamin fala em termos de uma “recriação” que “deve apaixonada e detalhadamente” transformar e renovar algo vivo – o texto original – na medida em que suplementa e assegura a sobrevivência da língua existente. Benjamin não só rompe com qualquer conceito reificado do original inviolável, mas também argumenta que nossa própria língua e nossos conceitos do que constitui um texto não deveriam ser reificados. É por isso que Benjamin, assim como Pound, traduz sem usar categorias inteiras ou unificadas, que invariavelmente reforçam distinções genéricas existentes, mas sim procedendo palavra por palavra e imagem por imagem. Só então os elementos culturais estrangeiros entram no discurso do tradutor e quebram conceitos culturais limitados, assegurando o crescimento. Benjamin é contra as traduções que convertem línguas estrangeiras em alemão e defende o tipo de tradução que se deixa afetar pela língua estrangeira; que se permite, enfim, perseguir “um curso próprio de acordo com as leis de fidelidade na liberdade

do fluxo linguístico” (1969: 80). O ensaio inteiro pode ser lido como uma tentativa de definir as leis específicas à tradução, esse “modo” de escrever que não deve aliança alguma à fonte, tampouco ao receptor, mas goza de uma espécie única de liberdade. A teoria de Benjamin é claramente liberalizante e capacitante, permitindo não apenas “liberar a língua aprisionada dentro de uma obra”, mas também fugir do “encantamento” da própria língua (1969: 80).

Enquanto esse processo de recriação é ativo em todo ato de leitura, escrita e comunicação, costuma ser desempenhado de uma maneira inconsciente, sendo, portanto, difícil de observar. Talvez o maior benefício dos estudos de tradução – o mais importante para a sobrevivência e o crescimento da área – seja a crescente percepção, por parte de estudiosos em outros campos, de que, na análise da tradução, o funcionamento do inconsciente pode ser visto. Em seu ensaio *Taking Fidelity Philosophically*, Barbara Johnson argumenta que, “no processo de tradução de uma língua para outra, a cena de castração linguística – que nada mais é que uma cena de tradução impossível, porém inevitável, e que normalmente ocorre fora do campo de visão – é representada no palco central” (Johnson, 1985: 144). Como a tradução “é representada no palco central”, certos reconhecimentos enganosos e mudanças ou “desvios” do texto-fonte nos dão acesso àquelas manipulações muito inconscientes e “fora do campo de visão” que resultam em tradução errônea e reconhecimento enganoso. Derrida sugere que a “recuperação” desse local fora do campo de visão é possível e, assim sendo, a tradução será o lugar onde ela se tornará visível.

Alguns estudiosos dos estudos de tradução parecem estar a ponto de fazer exatamente isso. Usando textos traduzidos para compreender melhor as estratégias subjetivas de tradução, os primeiros pesquisadores, como Holmes, Popovič e Lefevere, sugeriam que fossem examinados esses desvios antes de se iniciar uma investigação. A metodologia descritiva da área, baseada em textos reais, documenta tais desvios à medida que ocorrem na história da vida de um texto “original”. Essas histórias de tradução podem ser “usadas” para revelar como a mente literária, sob circunstâncias históricas reais, interpreta o mundo. Examinando textos traduzidos reais, em vez de modelos hipotéticos, Even-Zohar e Toury expõem um horizonte de cultura real e de manipulação institucional afetando o processo de evolução literária e cultural. Indo além da interpretação, teóricos como Venuti e Spivak sugerem que podemos ler esses estudos de caso de um modo sintomático para as manipulações inconscientes que também fazem parte de todo texto literário.

Em conformidade com a iniciativa de Heidegger e Derrida, a questão filosófica da tradução é estudada como um dos problemas centrais na

filosofia. E, de acordo com Foucault, o problema político de tradução na academia e na sociedade está despertando cada vez mais o interesse de críticos literários e sociólogos. No futuro, os teóricos da tradução que trabalharam com a contribuição dos desconstrucionistas serão capazes de analisar tanto o *dit* quanto o *non-dit* de qualquer texto. Em tradução, entidades ocultas se tornam visíveis, marcando silenciosamente as condições necessárias para expressões específicas e, ironicamente, eliminando qualquer noção de verdade ou significado literal. Em tal abordagem, o próprio conceito de “significado” é alterado. O que se torna visível, por outro lado, é uma entidade instável, aderindo-se na relação entre o implícito e o explícito. Se, na tradução, o *non-dit* aparece, aquilo que é dito pode ser contrastado com o que não é dito, revelando outro tipo de “significado” de um texto.

Para o estudioso que trabalha em um sentido “monolíngue”, porém, tais relações tendem a permanecer fora do campo de visão e difíceis de compreender. Atos falhos e idiosincrasias podem nos dar pistas, mas, de um modo geral, não há muito *material* para basearmos tais leituras. Como resultado, a crítica literária é dominada pela interpretação ou rearticulação “correta” do que já foi dito. A vantagem de trabalhar com textos traduzidos começa, portanto, a emergir: com um estudo cauteloso, os desvios, os reconhecimentos enganosos e as relações que os constituem se tornam ainda mais visíveis que as correspondências um a um. A teoria da tradução tradicional, baseada em noções que governam a crítica monolinguística tradicional, tendia a descartar tais desvios como “erros” e “enganos”. Como sugeri, tais padrões implicam noções de substancialismo e equivalência textual que limitam algumas outras possibilidades da prática de tradução, marginalizam traduções inortodoxas e comprometem o verdadeiro intercâmbio cultural.

Quer o procedimento seja indutivo, como em Lambert, quer dedutivo, como em Lefevere e Bassnett, para identificar as causas de “desvios” ou “enganos”, ou se a tradução é abordada por meio de estudos culturais e teoria crítica, como em Venuti ou Niranjana, os resultados são quase os mesmos. O que fica evidente quando se analisa a evolução de um texto na história não são as verdades eternas do original, mas os mecanismos da história que mascaram qualquer senso de original. Reconhecendo os limites impostos pela cultura receptora, problematizando essas restrições discursivas, os críticos não apenas abrem o discurso da teoria da tradução para sua possível transformação, mas ajudam a abrir a cultura receptora para uma possível mudança social (por meio da prática de tradução). Os estudiosos dos estudos de tradução, sem dúvida, podem aprender muito com os

estudiosos das minorias étnicas, mulheres, literaturas menores e literaturas populares. Um trabalho muito estimulante vem sendo produzido por estudiosos de “países menores” e culturas em transição – Bélgica, Holanda, Finlândia, Israel, República Checa, Eslováquia, África do Norte, Filipinas, China, Brasil e Quebec.

O objetivo deste livro foi o de eliminar os equívocos em torno de pontos de vistas conflitantes e abrir ainda mais a porta para abordagens novas e alternativas de tradução. Sinto que a primeira edição do livro ajudou a abrir o caminho para parte do trabalho que se desenvolveu na área na última década. A desconstrução das autoridades que governam a tradução, a crítica literária e a cultura em geral, foi apenas um primeiro passo. Ainda resta muito trabalho a fazer. Embora a teoria contemporânea da tradução tenha evoluído muito desde seu princípio, ela se encontra agora no limiar de uma fase nova e muito estimulante, que pode começar a desvelar as relações nas quais o significado é constituído, e assim aprimorar nosso conceito de língua, de discurso literário e identidade. Comecei este livro perguntando qual é a teoria contemporânea da tradução e recorrendo às definições de Roman Jakobson de tradução intralingual, interlingual e intersemiótica para um modelo. Espero ter mostrado como o estudante de tradução contemporânea está mergulhado em toda a rede de múltiplas línguas, discursos, sistemas de signo e culturas, todos os quais se encontram tanto no texto-fonte quanto no traduzido, que interagem no processo de tradução. O número de fronteiras sendo atravessadas em uma tradução é sempre múltiplo. Defendo, portanto, a implementação de múltiplas teorias de tradução a partir de uma variedade de disciplinas e discursos para analisar melhor a variedade que os significados e funções produziram; daí o título do livro. Tendo em vista que as fronteiras da área expandiram da análise linguística e textual para toda a rede de signos complexos que constituem a cultura, nenhum estudioso de uma disciplina específica será capaz de oferecer todas as respostas. Estamos adentrando uma excitante nova fase de pesquisa para a área, que está forçando os estudiosos a combinar teorias e recursos de uma variedade de disciplinas e que leva a múltiplas novas visões. Espero que esta segunda edição revisada contribua, de alguma forma, para apressar esse processo.

Index

Índice Remissivo

A

- Aldington, Richard 47
 Alienação. ver ostranenie
 Althusser, Louis 67, 186
 Amsterdã, Universidade de 123, 169
 Andrews, I. C. 104
 Apter, Ronnie 56
 Arion 49
 Aristóteles 199
 Arnold, Matthew 72, 153
 Arrowsmith, William 49
 Associação Americana de Estudos de Tradução (ATSA) 67
 Associação Americana dos Tradutores (ATA) 67, 231
 Atos falhos 245
 Avaliação. ver tradução, avaliação

B

- Babel, Torre de 21, 202
 Barnstone, Willis 180
 Barthes, Roland 249, 280
 Bassnett, Susan 10, 13, 19, 131, 134, 138, 220, 234, 236, 237, 242
 Beckett, Samuel 191
 Benjamin, Andrew 215, 216, 217
 Benjamin, Walter 201, 212, 213, 217, 221, 231, 243, 272
 Ben Jelloun, Tahar 238

Bettelheim, Bruno 64
 Bhabha, Homi 222
 Biguenet, John 230
 Bishop, Elizabeth 29
 Blackburn, Paul 67
 Blast 39, 40, 276
 Bly, Robert 29, 60, 180, 272, 282, 283
 Borges, Jorge Luis 188
 Boulez, Pierre 186
 Bourdieu, Pierre 237
 Bragt, Katrin van 168
 Brent, Berlin 250
 Broeck, Raymond van den 8, 122, 127, 134, 138, 210
 Brossard, Nicole 240
 Bühler, Karl 99
 Burroughs, Eggar Rice 238

C

Campos, Augusto de 239, 254, 265, 272, 273, 276
 Campos, Haroldo de 238, 265, 272, 273, 276, 284
 Características estilísticas 84
 Características expressivas; ver características estilísticas 117, 118
 Catford, J. C. 129
 Catulo 67, 126, 132
 Centro Göttingen para Estudo de Tradução Literária 233
 Char, René 180
 Cheyfitz, Eric 238
 Chomsky, Noam 7, 23, 53, 71, 76, 262, 277, 279
 Cícero 90
 Cixous, Hélène 241
 Clifford, James 220
 Congresso Nacional Africano (CNA) 103
 Conteúdo 18, 52, 54, 58, 84, 86, 92, 93, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117,
 119, 121, 124, 126, 128, 131, 142, 147, 148, 156, 157, 187, 223
 Copley, Frank 132
 Cortázar, Julio 67
 Crane, Diana 137
 Crick, Joyce 233

Culler, Jonathan 210
 Cummings, e.e. 239, 254

D

Daniel, Arnaut 39
 Davidson, Donald 216
 Davie, Donald 13, 43, 45
 Delabastita, Dirk 255
 Delos 28
 Derrida, Jacques 185, 256, 284
 Descartes, Rene 256
 Desconstrução 8, 183, 217
 Desfamiliarização; ver também ostranenie 112, 121, 146, 147, 149, 156,
 227
 Devi, Mahasweta 224, 225
 Dharwadker, Vinay 223
 D'Hulst, Lieven 168
 Diels, Herman 195
 Différance 8, 184, 185, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 207, 211, 216, 228
 Dingwaney, Anuradha 242
 Djebar, Assia 238

E

Easthope, Anthony 237
 Eco, Umberto 235, 257
 Edmonds, J. L. 47
 Èjxenbaum, Boris M. 111
 Ekelöf, Gunnar 180
 Elementos formais; ver características estilísticas 145
 Eliot, T. S. 42, 276
 Elston, Angela 58
 Energia em língua 60
 Engle, Paul 5, 27, 29, 141
 Equivalência – dinâmica, funcional, impossibilidade 35, 36, 63, 65, 81,
 82, 86, 88, 98, 100, 101, 104, 106, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 141,
 142, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 166, 170, 177, 183, 188, 207, 245

- Erros 16, 18, 23, 24, 33, 45, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 117, 161, 170, 207, 209, 245
- Escola de Leipzig 91, 97, 99
- Estrutura de superfície 90, 92, 115, 187
- Estruturalismo 22, 67, 137, 166, 171, 187, 222
- Estrutura profunda; ver também gramática gerativa; linguística, Chomsky 23, 53, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 90, 92, 94, 106, 109, 111, 112, 115, 142, 185, 188
- Estudiosos canadenses 181
- Estudiosos checos e eslovacos 110, 111
- Estudos culturais 15, 172, 178, 226, 229, 231, 234, 236, 237, 245
- Estudos de mídia 236, 237
- Estudos descritivos 8, 88, 94, 95, 136, 170, 175, 178
- Estudos de tradução e teoria dos polissistemas, futuro dos Even-Zohar, Itamar 8, 9, 10, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 62, 64, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 126, 125, 140, 141, 142, 143, 144, 158, 162, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 178, 181, 187, 195, 207, 210, 211, 215, 218, 219, 220, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 244, 245
- Evolução literária 8, 22, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 165, 244

F

- Fatores extraliterários 152, 154
- Fawcett, Peter 232
- Faye, Jean Pierre 186
- Felsteiner, John 60, 230
- Feminismo 226
- Fenollosa, Ernest 259
- Ferlinghetti, Lawrence 29
- Fitts, Dudley 67
- Fitzgerald, Robert de Homero 124
- Flotow, Luise van 241
- Formalismo russo 110, 111, 112, 113, 118, 121, 123, 138, 143, 144, 147, 155, 165, 186, 187
- Foucault, Michel 77, 188
- Fragmentos 47, 48, 203, 204, 213, 214, 215, 217, 222
- Frank, Armin Pau 233

Index

- Freud, Sigmund 64
- Fundação Ford 28
- Futurismo 40, 150

G

- Gandillac, Maurice de 214
- Gasché, Rodolphe 200
- Gaudier-Brzeska, Henri 41
- Gautier, Théophile 66
- Geertz, Clifford 220
- Gentzler, Edwin 9, 19
- Godard, Barbara 238, 241, 252
- Gorlée, Dinda 261
- Gorp, Hendrik van 167
- Graham, Joseph 71, 202
- Gramática gerativa 7, 74, 79, 89, 91
- Gramática transformacional 72, 79, 83, 84, 89, 98
- Guha, Ranagit 224
- Gutt, Ernst-August 232

H

- Harris, Zellig 262
- Heidegger 8, 24, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 214, 215, 244, 250, 267
- Heidegger, Martin 192
- Heráclito 199
- Herrnans, Theo 18, 19, 136, 137, 167, 176, 234, 283
- Heylen, Romy 230
- Hipótese Sapir/Whorf 95, 98
- História literária 24, 57, 137, 138, 139, 143, 144, 233
- Hoffman, E. T. A. 66
- Holmes, James 8, 98, 107, 110, 122, 123, 133, 136, 162, 178, 230
- Holz-Mänttari 99, 101
- Homero, Odisséia de 40
- Honig, Edwin 60
- Hönig, Hans 96

Houdebine, Jean-Louis 186
Hughes, Langston 180
Hughes, Ted 28, 29, 30, 229
Humboldt, Wilhelm von 91
Humphries, Rolfe 180

I

Ideogramas chineses 41, 48
Ideologia 24, 29, 31, 93, 173, 174, 175, 236
Illyes, Gyula 51
Imagismo 39, 41, 42
Impressionismo 40
Índios tupis 239
Intertextualidade 171, 181, 212, 219
Intuição 44, 45, 52, 56, 76, 85, 90, 93, 95, 96, 114, 134, 231
Invariante de comparação 164, 166, 177, 185
Iowa, Universidade de 11, 12, 27, 49, 51, 230

J

Jacobs, Carol 212
Jakobson, Roman 21, 24, 114, 115, 220, 231, 246, 271
Jerônimo 90
Johnson, Barbara 244
Jonson, Ben 132
Joyce, James 207, 208

K

Kandinski 41
Keeley, Edmund 27, 230
Kelly, Louis 218
Kenner, Hugh 39, 47
Khatibi, Abdelkebir 238

Index

Kinnel, Galway 29
Koschmieder, Erwin 93
Kristeva, Julia 186, 187
Kruger, Alet 104
Kuhn, Thomas 137
Kundera, Milan 57
Kußmaul, Paul 96

L

Lambert, José 136, 138, 167, 234, 263
Lattimore, Richard 269
Lecerle, Jean-Jacques 64
Lefevere, André 8, 13, 103, 107, 109, 122, 126, 134, 138, 226, 231, 236
Lenneberg, Eric H. 93
Leuven, Universidade Católica, em 13
Leuven-Zwart, Kitty M. van 264, 267, 271
Levertov, Denise 29, 261
Levine, Suzanne Jill 67
Levý, Jiří 8, 111
Lewis, Wyndham 40
Licença poética 45
Língua pura 203, 221
Linguística chomskiana 187
Li Po 41, 48, 53
Lloyd, David 172, 173
Logopoeia 43, 44, 47
Lorca, Federico Garcia 180
Lotbinière-Harwood, Susanne 252
Lowell, Amy 39
Lowell, Robert 29, 125

M

Machado, Antonio 180, 272
MacKay, Donald 53
Maier, Carol 67, 99, 242
Mallarmé, Stéphane 272

Mangan, James Clarence 174, 271
 Man, Paul de 212, 213, 221
 Massachusetts, Universidade de 13, 19, 67
 Mayakóvski, Vladimir 273
 McFarlane, John 136
 Meddeb, Abdelwahab 238
 Medvedev, Pavel 172
 Mehrez, Samia 237, 238
 Melopoeia 43, 44
 Merwin, W. S. 29, 59, 180, 259, 265
 Metaliteratura 123, 124
 Michaux, Henri 180
 Micromegas 49, 57
 Middleton, Christopher 230
 Miko, František 111, 113, 117
 Modernismo 121
 Modern Poetry in Translation 28, 230, 257, 264, 266, 284

N

Nabokov, Vladimir 231
 Neruda, Pablo 180
 Nerval, Gérard 66
 Neubert, Albrecht 97
 New Age (Nova Era) 39, 269, 276
 Nida, Eugene 7, 23, 71, 77, 79
 Nietzsche, Friedrich 231
 Niranjana, Tejaswini 218, 237
 Nord, Christiane 99, 100, 103
 Normas culturais da sociedade 68
 Nova Crítica 7, 32
 Nova York, Universidade Estadual de 231

O

Oficina norte-americana de tradução 7, 16, 22, 27, 31, 38, 60, 61, 65, 229
 Orage, A. R. 39
 Osiris 39, 40, 54
 Ostranenie 8, 131

Index

P

Palavra, tradução 58
 Pannwitz, Rudolf 221
 Paradoxo da tradução 7, 48
 Patronagem 103, 154, 174, 175, 236
 Paz, Octavio 231
 Peirce, Charles Sanders 129, 235
 Phanopoeia 43, 44
 Pleynet, Marcelin 186
 Poe, Edgar Allan 66
 Poetry 28, 42, 60, 126, 164, 226, 230, 248, 251, 257, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 270, 273, 277, 284, 285
 Poetry, World 230
 Popovi, Anton 110, 111
 Pós-estruturalismo 222
 Pound, Ezra 7, 38, 125, 231, 239, 252, 255, 259, 266, 276, 277, 281, 286
 Processo de tradução 7, 36, 37, 47, 54, 56, 59, 60, 64, 65, 84, 97, 99, 103, 109, 120, 123, 126, 128, 133, 134, 135, 141, 142, 159, 162, 163, 166, 169, 170, 171, 185, 204, 205, 230, 243, 244, 246

Q

Quine, Willard V. O. 277

R

Rabassa, Gregory 230
 Rafael, Vicente 237, 238
 Ramanujan, A. K. 223, 256
 Reescrita 21, 76, 208, 221, 236, 238, 240
 Reiss, Katharina 99
 Ricardou, Jean 186
 Richards, I. A. 7, 23, 32, 215
 Risset, Jacqueline 186, 208, 278
 Robinson, Douglas 223, 231
 Robyns, Clem 235

Rose, Marilyn Gaddis 19, 231
Rouse, W. H. D. 45

S

Saarland, Universidade de 88
Sandberg, Carl 127
Sappho 47
Schulte, Rainer 230
Semiótica 129, 142, 162, 166, 167, 235
Sextus Propertius 45, 281
Shelley, Mary Wollstonecraft 66
Shreve, Gregory 99
Simon, Sherry 19, 238, 241, 259
Sinonímia 35, 78
Smith, Barbara Herrnstein 79
Snell-Hornby, Mary 99, 104, 233
Snodgrass, W. D. 29, 180
Snyder, Gary 29, 180
Sófocles 212, 213
Sollers, Philippe 186
Spivak, Gayatri 18, 218, 224, 237
Steiner, George 22, 77, 218
Stevenson, Charles 129
St-Pierre, Paul 241
Strachey, James 233, 260

T

Tarchetti, Iginio Ugo 66, 256, 261, 280
Target 233, 252, 253, 261, 268, 271, 285
Tel Aviv 139, 140, 141, 159, 257, 282
Tel Quel 186, 187, 207, 208, 249
Teologia cristã 195
Teoria da comunicação 80, 130
Teoria dos polissistemas 8, 139
Teoria dos sistemas 150, 172
Texas, Universidade do 28, 49

Index

Texto refratado 173
Tipos de texto 88
Todorov, Tzvetan 186, 187
Toury, Gideon 8, 18, 136, 138, 139, 158, 175, 211, 219, 284
Tradução, ciência da 7, 16, 22, 71, 72, 74, 75, 104
Tradução da Bíblia 72
Tradução interlingual 21, 89, 116, 234
Tradução intersemiótica 21
Tradução intralingual 21, 89, 92, 246
Tradução literária norte-americana 18, 52
Trakl, Georg 180, 283
Translation Review 230, 279, 286
Trevidi, Harish 242
T'sui Hao 58
Tyler, Steven 220
Tymoczko, Maria 13, 19, 138, 172, 174, 242
Tynjanov, Jurij 8, 24, 143

U

Übersetzungswissenschaft 75, 88, 96, 259, 265, 266, 267, 274, 280, 281, 286
Universais 49, 54, 55, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 124, 130, 154, 155, 157, 165, 177, 190
Universidade de Kent 99

V

Vallejo, Cesar 180
Vanderauwera 166
Venuti, Lawrence 7, 18, 62, 231, 233, 248
Vermeer, Hans J. 99
Vieira, Else 19
Vorticismo 39, 40, 52, 56
Voz do meio 197, 200, 211

W

- Walker, A. K. 104
 Warren, Austin 234
 Warwick, Universidade de 19, 131
 Weiner, Norbert 53
 Weissbort, Daniel 12, 28, 60, 230
 Wellek, René 34, 234
 Wilcox, Ella Wheeler 32
 Will, Frederic 7, 48, 62, 74, 86, 94
 Wilss, Wolfram 7, 24, 77, 88, 285
 Wittgenstein, Ludwig 162
 Wollen, Peter 187
 Wright, James 180, 283

Z

- Zdanys, Jonas 23, 30
 Zohn, Harry 212, 214, 250
 Zukovsky, Celia e Louis 67

Bibliography
Bibliografia

- AALTONEN, Sirkku. *Time-sharing on Stage: Drama Translation in Theatre and Society*. Clevedon: Multilingual Matters, 2000.
- ÁLVAREZ, Román. *Translation, Power, Subversion*. VIDAL, M. Carmen-África (org.). Clevedon: Multilingual Matters, 1996.
- ANDREWS, I. C.; KRUGER, Alet; WALKER, A. K. "Translation as Transformation: A Process of Linguistic and Cultural Adaptation". *South African Journal of Linguistics*, suplemento 26, p. 99-115, 1995.
- ANGELIS, Milo de. *Finite Intuition: Selected Poetry and Prose*. Lawrence Venuti (trad. e org.). Los Angeles: Sun and Moon, 1994.
- APTER, Ronnie. *Digging for the Treasure: Translation After Pound*. New York: Peter Lang, 1984.
- ARNAULD, Antoine. *The Art of Thinking: Port-Royal Logic*. James Dickoff e Patricia James (trad.). Indianapolis: Bobbs-Merill, 1964.
- ASAD, Talal. "The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology". In CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (org.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 141-164.
- ASAD, Talal; DIXON, John. "Translating Europe's Others". In BARKER, Francis et al. (org.). *Europe and its Others: Proceedings of the Essex Conference on the Sociology of Literature, July 1984*. 2 vols. Colchester: University of Essex, 1985, p. 170-193.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BAKER, Mona (org.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination*. Michael Hoiquist (org. e trad.). Austin: University of Texas Press, 1981.

- BANN, Stephen. "The Career of *Tel Quel*: *Tel Quel* becomes *L'Infini*". In SHAFFER, E. S. (org.). *Comparative Criticism* 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 327-339.
- BANN, Stephen; BOWIT, John (org.). *Russian Formalism: A Collection of Articles and Texts in Translation*. Edinburgh: Scottish Academy Press, 1973.
- BARRY, Elaine (org.). *Robert Frost on Writing*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1973.
- BARTHES, Roland. "Criticism as Language". In *The Critical Moment: Essays on the Nature of Literature*. London: Faber and Faber, 1964, p. 123-129.
- _____. *Elements of Semiology*. Annette Layers e Cohn Smith (trad.). New York: Hill and Wang, 1967.
- BASSNETT, Susan (org.). *Beyond Translation, New Comparison* 8 (outono), 1989.
- _____. *Comparative Literature: A Critical Introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. *Feminist Experiences: The Woman's Movement in Four Cultures*. London: Allen and Unwin, 1986.
- _____. (org.). *Knives and Angels: Latin American Women's Writing*. London: Zed, 1990.
- _____. (org.). *Literature and Translation*. Cambridge: Boydell and Brewer, 1997.
- _____. *Sylvia Plath*. London: Macmillan, 1987.
- _____. *Translation Studies*. London: Methuen, 1980.
- _____. "Translation, Tradition, Transmission". In BASSNETT, Susan (org.). *Beyond Translation, New Comparison* 8 (outono), p. 1-2, 1989.
- _____. "Ways Through the Labyrinth: Strategies and Methods for Translating Theatre Texts". In HERMANS, Theo (org.). *The Manipulation of Literature*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 87-102.
- BASSNETT, Susan et al. (org.). *The Actress in her Time: Bernhardt, Terry, Duse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.
- _____. "Introduction: Proust's Grandmother and the Thousand and One Nights: The 'Cultural Turn' in Translation Studies". *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 1-13.
- BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (org.). *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge, 1999.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.
- BELLOC, Hilaire. *On Translation*. Oxford: Clarendon Press, 1931.
- BENDER, Karl-Heinz; BERGER, Klaus; WANDRUSZKA, Mario (org.). *Imago linguae: Beiträge zu Sprache, Deutung und Übersetzen: Festschrift zum 60. Geburtstag von Fritz Pöpcke*. Munich: W. Fink, 1977.
- BENJAMIN, Andrew. *Translation and the Nature of Philosophy: A New Theory of Words*. London: Routledge, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. Harry Zohn (trad.). New York: Schocken Books, 1969.
- BERLIN, Brent; BREEDLOVE, Dennis E.; RAVEN, Peter H. *Principles of Tzeltal Plant Classification*. New York: Academic Press, 1974.
- BERMAN, Antoine. *Les Tours de Babel: Essais sur la Traduction*. Maurezin: Editions Trans-Europ-Repress, 1985.
- BERNASCONI, Robert. *The Question of Language in Heidegger's History of Being*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1985.
- BETTELHEIM, Bruno. *Freud and Man's Soul*. New York: Knopf, 1983.
- BHABHA, Homi K. "Prefácio". In FANON, Franz. *Black Skin, White Masks*. Charles L. Markmann (trad.). New York: Grove Press, 1967.
- _____. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BIEMEL, Walter. *Heidegger*. J. L. Mehta (trad.). New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.
- _____. *Heidegger*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1973.

- BIGUENET, John; SCHULTE, Rainer (org.). *The Craft of Translation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- BISHOP, Elizabeth; BRASIL, Emanuel (org.). *An Anthology of Twentieth Century Brazilian Poetry*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1971.
- BLOOM, Harold et al. *Deconstruction and Criticism*. New York: The Seabury Press, 1979.
- BLY, Robert. "The Eight Stages of Translation". In FRAWLEY, William (org.). *Translation: Literary, Linguistic and Philosophical Perspectives*. Newark: University of Delaware Press, 1984, p. 67-89.
- BONNEFOY, Yves. *On the Motion and Immobility of Douve*. Galway Kinnell (trad.). Atenas: Ohio University Press, 1968.
- BORGES, Jorge Luis. "Pierre Menard, Author of *Don Quixote*". In KERRIGAN, Anthony (org.). *Ficciones*. Anthony Bonner (trad.). New York: Grove Press, 1962.
- _____. "Pierre Menard, Author of *Don Quixote*". In MONEGAL, Emir Rodriguez; REID, Alistair. *A Borges Reader*. Alistair Reid (trad.). New York: Dutton, 1981, p. 96-103.
- _____. *Selected Poems*. Alistair Reid et al (trad.). New York: Delacorte Press, 1972.
- BRAGT, Katrin Van. "The Tradition of a Translation and its Implications: 'The Vicar of Wakefield' in French Translation. In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation*. Dispositio 19-21, p. 63-76, 1982.
- BRAGT, Katrin van; D'HULST, Lieven; LAMBERT, José. *Littérature et Traduction en France, 1800-1850: Etat des Travaux*. Leuven: Preprint, Department of General Literary Studies, University of Leuven, 1979.
- _____. "Translated Literature in France, 1800-1850". In HERMANS, Theo (org.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 149-163.
- BRISSET, Annie. *A Sociocritique of Translation: Theatre and Alterity in Quebec, 1968-1988*. Rosalind Gill e Roger Gannon (trad.). Toronto: University of Toronto Press, 1996.
- _____. "In Search of a Target Language: The Politics of Theatre Translation in Quebec". In *Target 1* (1), p. 9-28, 1989.
- BROECK, Raymond van den. "Second Thoughts on Translation Criticism: A Model of Its Analytic Function". In HERMANS, Theo (org.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 54-62.
- _____. "The Concept of Equivalence in Translation Theory: Some Critical Reflections". In HOLMES, James S. et al. *Literature and Translation*. Leuven, Belgium: Acco, 1978, p. 29-47.
- _____. "The Limits of Translatability Exemplified by Metaphor Translation". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today 2* (4), p. 73-88, 1981.
- _____. "Translation Theory after Deconstruction". *Linguistica Antverpiensia 22*, p. 266-88, 1988.
- BROECK, Raymond van den; HOLMES, James S.; LAMBERT, José; (org.). *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven, Belgium: Acco, 1978.
- BROECK, Raymond van den; LEFEVERE, André. *Uitnodiging tot de vertaalwetenschap*. Muiderberg: Coutinho, 1979.
- BROSSARD, Nicole. *Mauve Desert*. Susanne Lotbinière-Harwood (trad.) Toronto: Coach House, 1990.
- _____. *Picture Theory*. Barbara Godard (trad.). Montreal: Guernica, 1991.
- BUHLER, Hildegund (org.). *Proceedings from X. Weltkongress der FIT*. Vienna: Wilhelm Braumüller, 1985.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Stuttgart: Fischer, 1965.
- BURRELL, Todd; KELLY, Sean K. (org.). *Translation: Religion, Ideology, Politics*. Binghamton: State University of New York Press, 1995.
- CAMPOS, Augusto de. "Pound (made new) in Brazil". In *Ezra Pound*. vol. 1. Paris: L'Herne, 1965.
- CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de; PIGNATARI, Décio. *Teoria da Poesia Concreta: Textos Críticos e Manifestos 1950-1960*. São Paulo: Edições Invenção, 1965.

- CAMPOS, Haroldo de. *A Arte no Horizonte do Provável*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.
- _____. *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- CARROLL, John B. (org.). *Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1962.
- CATFORD, J. C. *A Linguistic Theory of Translation: An Essay in Applied Linguistics*. London: Oxford University Press, 1969.
- CATTRYSSE, Patrick. "De Semi-Documentaire: Een Analyse in Termen van Normen en Systemen". In *Communicatie* 20 (3), p. 11-32, 1991.
- _____. "Film (Adaptation) as Translation: Some Methodological Proposals". In *Target* 4 (1), p. 53-70, 1992.
- CHAN, Sin-wai; POLLARD, David (org.). *An Encyclopedia of Translation: Chinese/English, English/Chinese*. Hong Kong: Chinese University Press, 1994.
- CHEYFITZ, Eric. *The Poetics of Imperialism: Translation and Colonization from the Tempest to Tarzan*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1965.
- _____. *Cartesian Linguistics*. New York: Harper and Row, 1966.
- _____. *Language and Mind*. 2 ed. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
- _____. "Quine's Empirical Assumptions". In *Synthese* 19, p. 53-68, 1968.
- _____. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum Press, 1980.
- CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. "Human Nature: Justice Versus Power". In ELDERS, Fons (org.). *Reflexive Water*. London: Souvenir Press, 1974.

- CLASE, Olive (org.). *Encyclopedia of Literary Translation*. London: Fitzroy Dearborn, 2000.
- CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- _____. *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (org.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CONGRAT-BUTLER, Stefan. *Translation and Translators: An International Directory and Guide*. New York: R. R. Bowker Company, 1979.
- CORBETT, JOHN. *Written in the Language of the Scottish Nation: A History of Literary Translation into Scots*. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.
- CRANE, Diana. *Invisible Colleges: Diffusion of Knowledge in Scientific Communities*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- CRICK, Joyce. "Misreading Freud". *Times Higher Education Supplement*, setembro de 1989.
- CRONIN, Michael. *Translating Ireland: Translation, Languages, Cultures*. Cork: Cork University Press, 1996.
- _____. *Travel, Language, Translation*. Cork: Cork University Press, 2000.
- CULLER, Jonathan D. *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. London: Routledge, 1983.
- _____. *Pursuit of Signs – Semiotics, Literature, Deconstruction*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- cummings, e.e. *Dez Poemas de e.e. cummings*. Augusto de Campos (trad.). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação – MEC, 1960.
- DAGUT, Menachim B. "Can 'Metaphor' be Translated?". *Babel* 22 (1), p. 21-23, 1976.

- DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- DAVIE, Donald. *Ezra Pound: Poet as Sculptor*. New York: Oxford University Press, 1964.
- _____. *Pound*. Glasgow: Fontana, 1975.
- DELABASTITA, Dirk. "Translation and the Mass Media". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 97-109.
- _____. "Translation and Mass-Communication: Film and T.V. – Translation as Evidence of Cultural Dynamics", Preprint, n. 10. Leuven: Departement Literatuurwetenschap, 1988.
- DELABASTITA, Dirk; LAMBERT, José; "La Traduction des texts audiovisuels: modes et enjeux culturels". In GAMBIER, Yves (org.). *Les Transferts linguistiques dans les médias audiovisuels*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 1996, p. 33-58.
- DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. *Translators Through History*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
- DERRIDA, Jacques. "Des Tours de Babel". In GRAHAM, Joseph F. (org.). *Difference and Translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 165-248.
- _____. *Glas*. J. P. Leavy (trad.). Lincoln: University of Nebraska Press, 1987.
- _____. "Living On" e "Border Lines". In BLOOM, Harold et al. *Deconstruction and Criticism*. James Hulbert (trad.). New York: The Seabury Press, 1979, p. 75-176.
- _____. *Margins of Philosophy*. Alan Bass (trad.). Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- _____. *Of Grammatology*. Gayatri Chakravorty Spivak (trad.). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.
- _____. *Positions*. Alan Bass (trad.). Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- _____. "Sending: On Representation". Peter Caws e Mary Ann Caws (trad.). *Social Research* 49 (2) (verão), p. 294-326, 1982.
- _____. "Signature Event Context". *Glyph* 1, p. 172-197, 1977.

- _____. *The Ear of the Other: Texts and Discussions with Jacques Derrida*. Christie McDonald (org.); Peggy Kamuf (trad.). Lincoln: University of Nebraska Press, 1985.
- _____. *Writing and Difference*. Alan Bass (trad.). Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- DESCARTES, Rene. "Notes Directed against a Certain Programme". E. S. Haldane e G. T. Ross (trad.). In *The Philosophical Works of Descartes*, vol. 1. New York: Dover, 1955.
- DEVI, Mahasweta. *Imaginary Maps*. Gayatri Chakravorty Spivak (trad.). London: Routledge, 1995.
- DHARWADKER, Vinay. "A. K. Ramanujan's Theory and Practice of Translation". In BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (org.). *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge, 1999, p. 114-140.
- D'HULST, Lieven. *L'Evolution de la Poésie en France (1780-1830): Introduction à une Analyse des Interférences Systémiques*. Leuven: University Press (Symbolai, serie D literaria, 1), 1987.
- _____. "The Conflict of Translation Models in France (End of 18th – Beginning of 19th Century)". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio 7 (19-21)*, p. 41-52, 1982.
- DICKENS, Carlo. *L'amico commune*. Iginio Ugo Tarchetti (trad.). Milano: Sonzogno, 1869.
- DINGWANEY, Anurdha; MAIER, Carol (org.). *Between Languages and Cultures: Translation and Cross-Cultural Texts*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.
- DORAN, Marci Nita; ROSE, Marilyn Gaddis. "The Economics and Politics of Translation". In ROSE, Marilyn Gaddis (org.). *Translation Spectrum: Essays in Theory and Practice*. Albany: State University of New York Press, 1981.
- DRESSLER, Wolfgang U. (org.). *Current Trends in Textlinguistics*. Berlin: W. de Gruyter, 1978.
- EAGLETON, Terry. "Ideology and Scholarship". In MCGANN, Jerome J. (org.). *Historical Studies and Literary Criticism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985, p. 114-125.

- EASTHOPE, Anthony. "But What is Cultural Studies?". In BASSNETT, Susan (org.). *Studying British Cultures: An Introduction*. London: Routledge, 1997, p. 3-18.
- ECO, Umberto. *A Theory of Semiotics*. Bloomington: Indiana University Press, 1976.
- _____. "Intervento introduttivo". In AVIROVIC, L.; DODDS, T. (org.). *Umberto Eco, Claudio Magris: Autori e Traduttori a Confronto*. Udine: Campanotto Editore, 1993.
- _____. "Riflessioni Teorico-Pratiche Sulla Traduzione". In NERGAARD, Siri. *Teorie Contemporanee della Traduzione*. Milano: Bompiani, 1995.
- ÈJXENBAUM, Boris M. "The Theory of the Formal Method". In MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. I. R. Titunik (trad.). Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 3-37.
- ELSTON, Angela. "The Golden Crane Anthology of Translation". In *Modern Poetry in Translation*, 39 (primavera), p. 11-36, 1980.
- ENGLE, Hualing Nieh; ENGLE, Paul. Prefácio de *Writing from the World: II*. Iowa City: International Books and the University of Iowa Press, 1985.
- ERLICH, Victor. *Russian Formalism: History – Doctrine*. 3. ed. rev. New Haven: Yale University Press, 1981.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. "Papers in Historical Poetics". In EVEN-ZOHAR, Itamar; HRUSHOVSKI, Benjamin (org.). *Papers on Poetics and Semiotics* 8. Tel Aviv: University Publishing Projects, 1978.
- _____. *Polysystems Studies. Poetics Today* 11 (1) (primavera), 1990.
- _____. "The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem". In BROECK, Raymond van den; HOLMES, James S.; LAMBERT, José; (org.). *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven, Belgium: Acco, p. 117-127, 1978.

- _____. "Translation Theory Today: A Call for a Transfer Theory". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today* 2 (4) (verão-outono), p. 1-8, 1981.
- EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today* 2 (4) (verão-outono), 1981.
- FAWCETT, Peter. *Translation and Language: Linguistic Theories Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- FELSTEINER, John. "Kafka and the Golem: Translating Paul Celan". In WEISSBORT, Daniel (org.). *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989, p. 35-50.
- _____. *Translating Neruda: The Way to Machu Picchu*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- FENOLLOSA, Ernest. *The Chinese Written Character as a Medium for Poetry*. Ezra Pound (ed.). San Francisco: City Lights, 1936.
- FILIPEC, J. "Der Äquivalenzbegriff und das Problem der Übersetzen". In GRAUL, Walter et al (org.). *Neue Beiträge zu Grundfragen der Übersetzungswissenschaft, vols. 5, 6, Beihefte zur Zeitschrift Fremdsprachen*. Leipzig: Enzyklopädie, 1973.
- FLOTOW, Luise von. *Translation and Gender: Translating in the "Era of Feminism"*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- FOLLAIN, Jean. *The Transparency of the World*. W. S. Merwin (trad.). New York: Atheneum, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice*. Donald F. Bouchard e Sherry Simon (trad.). Ithaca: Cornell University Press, 1977.
- _____. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Cohn Gordon (org. e trad.); Leo Marshall, John Mepham e Kate Soper (trad.). New York: Pantheon, 1980.
- _____. *The Archeology of Knowledge and The Discourse on Language*. A. M. Sheridan Smith (trad.). New York: Harper and Row, 1976.
- _____. *The Order of Things*. New York: Vintage Books, 1973.
- _____. *Théorie d'ensemble*. Paris: Seuil, 1968.

FRANK, Armin Paul. "Einleitung". In SCHULTZE, Brigitte (org.). *Die literarische Übersetzung. Fallstudien zu ihrer Kulturgeschichte, Göttinger Beiträge zur Internationalen Übersetzungsforschung*. vol. 1. Berlin: Erich Schmidt Verlag, ix-xvii., 1987.

_____. "Systems and Histories in the Study of Literary Translations: A Few Distinctions". In BAUER, Roger; FOKKEMA, Douwe (org.). *Proceedings of the XIIth Congress of the International Comparative Literature Association*. vol. 1. Munique: Iudicium, 1990, p. 41-61.

_____. "'Translation as System' and *Übersetzungskultur*: On Histories and Systems in the Study of Literary Translation". *New Comparison* 8 (agosto), p. 85-98, 1989.

FRANK, Armin Paul et al. (org.). *Übersetzung, Translation, Traduction: Ein internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung*. Berlin: de Gruyter, a sair.

FRAWLEY, William (org.). *Translation: Literary, Linguistic and Philosophic Perspectives*. Newark: The University of Delaware Press, 1984.

FREUD, Sigmund. *Beyond the Pleasure Principle*. James Strachey (org. e trad.). New York: Norton, 1920.

_____. *The Psychopathology of Everyday Life*. James Strachey (org.); Alan Tyson (trad.). New York: Norton, 1901.

FROST, Robert. "Conversations on the Craft of Poetry". In BARRY, Elaine (org.). *Robert Frost on Writing*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1973.

FROW, John. *Marxism and Literary History*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

GALAN, F. W. *Historic Structures: The Prague School Project, 1928-1946*. Austin: University of Texas Press, 1985.

GENTZLER, Edwin. "Metaphor and Translation: Beyond the Western Tradition". In ROSE, Marilyn Gaddis (org.). *Beyond the Western Tradition: Translation Perspectives XI 2000*. Binghamton: Center for Research in Translation, 2000, p. 3-22.

_____. "Translation, Counter-Culture, and *The Fifties* in the USA". In ÁLVAREZ, Román; VIDAL, M. Carmen-África Vidal. *Translation, Power, Subversion*. Clevedon: Multilingual Matters, 1996, p. 116-137.

GENTZLER, Edwin; TYMOCZKO, Maria (org.). *Translation and Power*. Amherst: University of Massachusetts Press, a sair.

GHIDETTI, E. *Tutte le opera*. Iginio Ugo Tarchetti (trad.). 2 vols. Bologna: Cappelli, 1967.

GODARD, Barbara. "Theorizing Feminist Discourse/Translation". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 87-96.

GORLÉE, Dinda. *Semiotics and the Problem of Translation with Special Reference to the Semiotics of Charles S. Peirce*. Amsterdam: Academisch Proefschrift, 1993.

_____. "Wittgenstein, Translation and Semiotics". *Target* 1 (1), p. 69-94, 1989.

GORP, Hendrik van; LAMBERT, José. "On Describing Translations". In HERMANS, Theo (org.). *The Manipulation of Literature*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 42-53.

GRAEHS, Lillebil; KORLÉN, Gustav; MALMBERG, Bertil (org.). *Theory and Practice of Translation*. Nobel Symposium 39. Bern: Lang, 1978.

GRAHAM, Joseph F. (org.). *Difference in Translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. "Theory for Translation". In ROSE, Marilyn Gaddis (org.). *Translation Spectrum: Essays in Theory and Practice*. Albany: State University of New York Press, 1981.

GRAVES, Robert. *The Crowning Privilege*. London: Cassell, 1955.

GUHA, Ranajit. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. New Delhi: Oxford University Press; 1983. Durham: Duke University Press, 1999.

GUILLEVIC, Eugene. *Selected Poems*. Denise Levertov (trad.). New York: New Directions, 1969.

GUMPERZ, John. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, John; HYMES, Dell (org.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.

GUTT, Ernst-August. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. Oxford: Blackwell, 1991.

- HAAN, Frans de; HOLMES, James S.; POPOVIĆ, Anton (org.). *The Nature of Translation*. The Hague: Mouton, 1970.
- HAMBURGER, Michael. "Brief Afterthoughts on Versions of a Poem by Holderlin". In WEISSBORT, Daniel (org.). *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989, p. 51-56.
- HARMAN, Gilbert (org.). *On Noam Chomsky: Critical Essays*. Garden City, NY: Anchor Books, 1974.
- HARRIS, Zellig. "Review of Louis H. Gray". *Foundations of Language*, *Language* 16, p. 227, 1940.
- HATIM, Basil; Ian Mason. *Discourse and the Translator*. London: Longman, 1990.
- _____. *The Translator as Communicator*. London: Routledge, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Basic Writings*. David Farrel Krell (org.). New York: Harper and Row, 1977.
- _____. *Being and Time*. John Macquarrie e Edward Robinson (trad.). New York: Harper and Row, 1962.
- _____. *Early Greek Thinking*. David Farrel Krell e Frank A. Capuzzi (trad.). New York: Harper and Row, 1975.
- _____. *Holzwege. Gesamtausgabe*. vol. 5. Frankfurt-on-Main: Vittorio Klostermann, 1977.
- _____. *Identity and Difference*. Joan Stambaugh (trad.). edição bilíngue. New York: Harper and Row, 1969.
- _____. *On the Way to Language*. Peter D. Hertz (trad.). New York: Harper and Row, 1971.
- _____. *On Time and Being*. Joan Stambaugh (trad.). New York: Harper and Row, 1972.
- _____. *Poetry, Language, Thought*. Albert Hofstadter (trad.). New York: Harper and Row, 1971.
- _____. *Sein und Zeit*. 12 ed. Tübingen: Max Niemeyer, 1972.
- HELGASON, Jón Karl. *The Rewriting of the Njáls Saga: Translation, Politics and Icelandic Sagas*. Clevedon: Multilingual Matters, 2000.

- HERMANS, Theo. "Introduction: Translation Studies and a New Paradigm". In *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 7-15.
- _____. (org.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. New York: St. Martins Press, 1985.
- _____. *Translation in Systems: Descriptive and System-Oriented Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome, 1999.
- _____. "Translation Norms and Correct Translations". In LEUVEN-ZWART, Kitty Van; NAAIJKENS, Naaijken (org.). *Translation Studies: The State of the Art*. Amsterdam: Rodopi, 1991, p. 155-170.
- HESSE-QUACK, Otto. *Der Übertragungsprozess bei der Synchronisation von Filmen: Eine interkulturell Untersuchung*. Munique: Ernst Reinhard, 1969.
- HEYLEN, Romy. *Translation, Poetics, and the Stage: Six French Hamlets*. London: Routledge, 1993.
- HOLMES, James S. "Describing Literary Translation: Models and Methods". In BROECK, Raymond Van den; HOLMES, James S.; LAMBERT, José Lambert (org.). *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven, Belgium: Acco, 1978, p. 69-82.
- _____. "Forms of Verse Translation and The Translation of Verse Form". In HAAN, Frans de; HOLMES, James S.; POPOVIĆ, Anton (org.). *The Nature of Translation*. The Hague: Mouton, 1970, p. 91-105.
- _____. "On Matching and Making Maps: From a Translator's Notebook". *Delta* 16 (4), p. 67-82, 1973-1974.
- _____. "Poem and Metapoem: Poetry from Dutch to English". *Linguistica Antverpiensia* 3, p. 101-115, 1969.
- _____. *The Name and Nature of Translation Studies*. Amsterdam: Translation Studies Section, Department of General Studies, 1972/1975.
- _____. "The State of Two Arts: Literary Translation and Translation Studies in the West Today". In BUHLER, Hildegund (org.). *Translators and their Position in Society: Proceedings from X. Weltkongress der FIT*. Viena: Wilhelm Braumuller, 1985, p. 147-153.

_____. *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi, 1988.

_____. "Translating Martial and Vergil: Jacob Lowland among the Classics". In WEISSBORT, Daniel (org.). *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989, p. 57-72.

HOLZ-MÄNTTÄRI, Justa. *Translatorisches Handeln: Theorie und Methode*. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia, 1984.

HONIG, Edwin. *The Poet's Other Voice: Conversations on Literary Translation*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1985.

HÖNIG, Hans G. "Holmes' 'Mapping Theory' and the Landscape of Mental Translation Processes". In LEUVEN-ZWART, Kitty M. van; NAAIJKENS, Ton (org.). *Translation Studies: The State of the Art*. Amsterdam: Rodopi, 1991, p. 77-90.

HUGHES, Ted. Introdução de *Modern Poetry in Translation: 1983*. New York: MPT/Persea, 1983.

_____. "Postscript János Csokits' Note". In WEISSBORT, Daniel (org.). *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989, p. 16-34.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *On Language: The Diversity of Human Language-Structure and its Influence on the Mental Development of Mankind*. Peter Heath (trad.). Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HYMES, Dell. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

JACOBS, Carol. "The Monstrosity of Translation". *Modern Language Notes* 90 (6) (dezembro), p. 755-66, 1975.

JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio* 8 (19-21), 1982.

JACKSON, Robert Louis; RUDY, Stephen (org.). *Russian Formalism: A Retrospective Glance*. New Haven: Yale Center for International and Area Studies, 1985.

JAKOBSON, Roman. "On Linguistic Aspects of Translation". In BROWER, Reuben A. (org.). *On Translation*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959, p. 232-239.

_____. "What is Poetry?" M. Heim (trad.). In MATEJKA; Ladislav; TITUNIK, e Irwin R. (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976, p. 164-175.

JAKOBSON, Roman; TYNJANOV, Jurij. "Problems in the Study of Literature and Language". In MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 79-81.

JÄGER, Gert; NEUBERT, Albrecht (org.). *Semantik und Übersetzungsissenschaft: Materialien der III. Internationalen Konferenz. "Grundfragen der Übersetzungswissenschaft"*. Leipzig: Enzyklopädie, 1983.

JOHNSON, Barbara. *A World of Difference*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

_____. "Taking Fidelity Philosophically". In GRAHAM, Joseph F. (org.). *Difference and Translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 142-148.

JONES, Sir William. *Translations from Oriental Languages*. 2 vols. Delhi: Pravesh Publications, n.d.

JOYCE, James. *Panaroma do Finnegans Wake*. Augusto de Campos e Haroldo de Campos (trad.). São Paulo: Comissão Estadual de Literatura, 1962.

JUARROZ, Roberto. *Vertical Poems*. W. S. Merwin (trad.). Santa Cruz: Kayak, 1977.

KADE, Otto. "Ist alles übersetzbar?" *Fremdsprachen*, 1964, p. 84-100.

_____. *Zufall und Gesetzmässigkeit in der Übersetzung*. Leipzig: Enzyklopädie, 1968.

KAINDL, Klaus; SNELL-HORNBY, Mary; PÖCHHACKER, Franz (org.). *Translation Studies: An Interdiscipline*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

- KATZ, Jerrold J. *Semantic Theory*. New York: Harper and Row, 1972.
- KEELEY, Edmund. "The State of Translation". *Modern Poetry in Translation* 41 (2), p. 7-18, 1981.
- KELLY, Louis. *The True Interpreter*. New York: St. Martin's Press, 1979.
- KENNER, Hugh. Introdução de *Translations*, de Ezra Pound. New York: New Directions, 1954.
- _____. *The Pound Era*. Berkeley: University of California Press, 1971.
- KITTEL, Harald (org.). *Die literarische Übersetzung: Stand und Perspektiven ihrer Erforschung*. Göttinger Beiträge zur Internationalen Übersetzungsforschung. vol. 2. Berlin: Schmidt, 1988.
- KLEIN, Ernest. *A Comprehensive Etymological Dictionary of the English Language*. Amsterdam: Elsevier, 1966.
- KLÖPFER, Rolf. *Die Theorie der literarischen Übersetzung*. *Freiburger Schriften zur Romanischen Philologie*. vol. 12. Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1967.
- _____. "Intra- and Intercultural Translation". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today* 2 (4) (verão-outono), p. 29-38, 1981.
- KOLLER, Werner. *Einführung in die Übersetzungswissenschaft, Uni-Taschenbücher* 819. Heidelberg: Quelle and Mayer, 1979.
- KORN, Marianne. *Ezra Pound, Purpose, Form, Meaning*. London: Middlesex Polytechnic Press, 1983.
- KOSCHMIEDER, Erwin. *Beiträge zur allgemeinen Syntax*. Heidelberg: C. Winter, 1965.
- KRAMER, G. "Zum Begriff der syntaktischen Invarianz in der Translation". In GRAUL, Walter et al (org.). *Neue Beiträge zu Grundfragen der Übersetzungswissenschaft*, vols. 5, 6, *Beihefte zur Zeitschrift Fremdsprachen*. Leipzig: Enzyklopädie, 1973.
- KRELL, David Farrel. *Intimations of Mortality: Time, Truth and Finitude in Heidegger's Thinking of Being*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1986.

- KRISTEVA, Julia. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. Leon S. Roudiez (ed.); Thomas Gora, Alice Jardine e Leon S. Roudiez (trad.). New York: Columbia University Press, 1980.
- _____. "Mémoire" *L'Infini* (inverno), p. 39-54, 1983.
- _____. *Revolution in Poetic Language*. Margaret Waller (trad.). New York: Columbia University Press, 1984.
- _____. "The Ruin of a Poetics". Vivienne Mylne (trad.). In BANN, Stephen; BOWLT; John E. (org.). *Russian Formalism*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1973.
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- KUNDERA, Milan. "Key Words, Problems Words, Words I Love". *The New York Times Book Review*, 6 de março, p. 1 e 24-26, 1988.
- KUßMAUL, Paul. "Creativity in the Translation Process. Empirical Approaches". In LEUVEN-ZWART, Kitty M. van; NAAIJKENS, Ton (org.). *Translation Studies: The State of the Art*. Amsterdam: Rodopi, 1991, p. 91-102.
- _____. *Training the Translator*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- LAKOFF, George. *Irregularity in Syntax*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- LAKOFF, Robin. "Auf der Suche nach literarischen und übersetzerischen Weltkarten". In FRANK, Armin Paul et al. (org.). *Übersetzen, Verstehen, Brücken Bauen*. vol. 1. Berlin: Eric Schmidt, p. 85-105.
- _____. "Ethnolinguistic Democracy, Translation Policy, and Contemporary World (Dis)order". In ERGUÍLUZ, F. et al. (org.) *Transvases culturales: Literatura, cine, traducción*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 1994, p. 23-36.
- _____. "In Quest of Literary World Maps". In FRANK, Armin Paul; KITTEL, Harald; (org.). *Interculturality: the Historical Study of Literary Translations*. Berlin: Erich Schmidt, 1991, p. 133-144.
- _____. "La Traduction, les langues et la communication de masse: Les ambiguïtés du discours international". *Target* 1 (2), p. 215-237, 1989.

- _____. "Language in Context". *Language*, 48 (4), p. 907-927, 1972.
- _____. "Les Relations littéraires internationales comme problème de réception". *Oeuvres et Critiques* 11 (2), p. 173-189, 1986. Também em RIEZ, Janos (org.). *Festschrift für Henry Remak*. Tübingen: Gunter Narr, 1986.
- _____. "Literatures, Translation and (De)Colonization". In HYUN, Theresa; LAMBERT, José (org.). *Translation and Modernization*. Tokyo: Tokyo University Press, 1995. p. 98-117.
- _____. "Translation Studies and (Comparative) Literary Studies in 1989". In *Os Estudos literários (entre) Ciência e hermenêutica*, Actas do I. Congresso da APLC. Lisboa: Associação Portuguesa da Literatura Comparada, 1989.
- _____. "Twenty Years of Research on Literary Translation at the Katholieke Universiteit Leuven". In FRANK, Armin Paul (org.). *Die Literarische Übersetzung, Göttinger Beiträge zur internationalen Übersetzungsforschung*. vol. 2. Berlin: Erich Schmidt, 1988, p. 122-138.
- LAMBERT, José. "Ethnolinguistic Democracy, Translation Policy, and Contemporary World (Dis)order". In ERGÜLUZ, F. et al (org.) *Transvases culturales: Literatura, cine, traducción*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 1994.
- _____. "How Emile Deschamps Translated Shakespeare's Macbeth, or Theatre System and Translation System in French". In LEFEVERE, André; JACKSON, Kenneth David (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio* 19-21: 53-62, 1982.
- _____. "Translation, Systems, and Research: The Contribution of Polysystem Studies to Translation Studies". *TTR* 8 (1), p. 105-52, 1995.
- LAMBERT, José; ROBYNS, Clem. "Translation" in POSNER, Roland; ROBERING, Klaus; SEBEOK, Thomas A. (org.). *Semiotics: A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*. Berlin: W. de Gruyter, a sair.
- LARSON, Mildred L. *Meaning-Based Translation: A Guide to Cross-Language Equivalence*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1984.

- LATTIMORE, Richard; PEACHY, Frederic. *The Pound Newsletter* 5; e *The New Age* (27 de novembro), 1919.
- LECERCLE, Jean-Jacques. *The Violence of Language*. London: Routledge, 1990.
- LEFEVERE, André. "'Beyond Interpretation' or the Business of (Re) Writing." *Comparative Literature Studies* 24 (1), p. 17-39, 1987.
- _____. "Beyond the Process: Literary Translation in Literature and Literary Theory". In ROSE, Marilyn Gaddis (org.). *Translation Spectrum: Essays in Theory and Practice*. Albany: State University of New York Press, 1981, p. 52-59.
- _____. *Literary Knowledge: A Polemical and Programmatic Essay on its Nature, Growth, Relevance and Transmission*. Assen/Amsterdam: Van Gorcum, 1977.
- _____. "Literary Theory and Translated Literature". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio* 7 (19-21), p. 3-23, 1982.
- _____. "Mother Courage's Cucumbers: Text, System and Refraction in a Theory of Literature". *Modern Language Studies* 12 (4) (outono), p. 3-20, 1982.
- _____. "Programmatic Second Thoughts on 'Literary' and 'Translation'". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today* 2 (4) (verão-outono), p. 39-50, 1981.
- _____. "Systems Thinking and Cultural Relativism". *Jadavpur Journal of Comparative Literature* 26 (1), p. 55-68, 1988-1989.
- _____. "That Structure in the Dialect of Man Interpreted". In SHAFFER, E. S. (org.). *Comparative Criticism* 6. Cambridge: Cambridge University Press, p. 87-100, 1984.
- _____. "Translated Literature: Towards an Integrated Theory". *Bulletin: Midwest MLA*, 14 (1) (primavera), p. 68-78, 1981.
- _____. *Translating Literature: Practice and Theory in a Comparative Literature Context*. New York: Modern Language Association, 1992.
- _____. *Translating Literature: The German Tradition: From Luther to Rosenzweig*. Assen/Amsterdam: Van Gorcum, 1977.

- _____. *Translating Poetry: Seven Strategies and a Blueprint*. Assen/Amsterdam: Van Gorcum, 1975.
- _____. "Translation: Its Genealogy in the West". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 14-28.
- _____. *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*. London: Routledge, 1992.
- _____. "Translation Studies: The Goal of the Discipline". In BROECK, Raymond van; HOLMES, James S.; LAMBERT, José (org.). *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven, Belgium: Acco, p. 234-235, 1978.
- _____. "Translation: The Focus of the Growth of Literary Knowledge". In BROECK, Raymond van; HOLMES, James S.; LAMBERT, José (org.). *Literature and Translation*. Leuven, Belgium: Acco, p. 7-28, 1978.
- _____. "What Kind of Science Should Comparative Literature Be?". *Dispositio* 4:10, 1979.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *New Essays Concerning Human Understanding*. A. G. Langley (trad.). LaSalle, IL: Open Court, 1949.
- LENNEBERG, Eric H. *Biological Foundations of Language*. New York: Wiley, 1967.
- LENTRICCHIA, Frank. *After the New Criticism*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LEUVEN-ZWART, Kitty M. van. *Vertaling en origineel*. Dordrecht: Foris, 1984.
- _____. "Translation and Original: Similarities and Dissimilarities, I". *Target* 1 (2), p. 151-182, 1989.
- _____. "Translation and Original: Similarities and Dissimilarities, II". *Target* 2 (1), p. 69-96, 1990.
- LEUVEN-ZWART, Kitty M. van; NAAJKENS, Tom (org.). *Translation Studies: The State of the Art*. Amsterdam: Rodopi, 1991.

- LEVINE, Suzanne Jill. *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction*. St Paul: Graywolf Press, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. John Weightman e Doreen Weightman (trad.). reimpressão. New York: Washington Square Press, 1977.
- LEVÝ JIŘÍ. *Die literarische Übersetzung: Theorie einer Kunstgattung*. Walter Schamschula (trad.). Frankfurt-on-Main: Athenäum, 1969.
- _____. "The Translation of Verbal Art". Susan Larson (trad.). In MATEJKA, Ladislav; TITUNIK, Irwin (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976, p. 218-226.
- _____. "Translation as a Decision Making Process". *To Honor Roman Jakobson*. vol. 2. The Hague: Mouton, 1967, p. 1171-1182.
- _____. "Will Translation Theory be of Use to Translators?". *Übersetzen: Vorträge und Beiträge vom Internationalen Kongress literarischer Übersetzer in Hamburg*. Frankfurt-on-Main, 1965, p. 77-82.
- LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert (org.). *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon, 1925.
- LLOYD, David. *Nationalism and Minor Literature: James Clarence Mangan and the Emergence of Irish Cultural Nationalism*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- _____. "Translator as Refractor: Toward a Re-Reading of James Clarence Mangan as Translator". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation*. *Dispositio* 7 (19-21), p. 141-162, 1982.
- LOTBINIÈRE-HARWOOD, Susanne de. *Re-belle et infidèle: La Traduction comme pratique de réécriture au féminin: The Body Bilingual: Translation as Rewriting in the Feminine*. Toronto: Women's Press, 1991.
- LOWELL, Robert. *Imitations*. New York: Farrar, Straus e Giroux, 1961.
- LUIS, William; RODRÍGUEZ-LUIS, Julio (org.). *Translating Latin America: Culture as Text*. Binghamton: Center for Research in Translation, State University of New York at Binghamton, 1991.

- MACHADO, Antonio. *Times Alone: Selected Poems of Antonio Machado*. Robert Bly (trad.). Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1983.
- MACHEREY, Pierre. *A Theory of Literary Production*. Geoffrey Wall (trad.). London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- MACURA, Vladimir. "Culture as Translation". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 64-70.
- MALLARMÉ, Stéphane. *Mallarmé*. Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignattari (trad.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- MAN, Paul de. "Conclusions": Walter Benjamin's 'The Task of the Translator'. *The Resistance to Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986, p. 73-105.
- MANDELBAUM, David G. (org.). *Selected Writing in Language, Culture and Personality by Edward Sapir*. Berkeley: University of California Press, 1949.
- MATEJKA, Ladislav. "Prague School Semiotics". In MATEJKA, Ladislav; TITUNIK, Irwin R. (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976, p. 265-290.
- _____. "The Formal Method and Linguistics". In MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 281-296.
- MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978.
- MATEJKA, Ladislav; TITUNIK, Irwin R. (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976.
- MATHESIUS, Vilém. "0 problémch českého překládatelství [Über die Probleme des tschechischen Übersetzerwesens]". *Přehled* 11, 1913.
- MAYAKÓVSKI, Vladimir. *Poemas de Maiacóvski*. Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman (trad.). Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1968.

- MCCAWLEY, James D. *Grammar and Meaning: Papers on Syntactic and Semantic Topics*. New York: Academic Press, 1976.
- MCFARLANE, John. "Modes of Translation". *The Durham University Journal* 43 (3), p. 77-93, 1953.
- MEDVEDEV, Pavel. *Die formale Methode in der Literaturwissenschaft*. Helmut Glück (org. e trad.). Stuttgart: J. B. Metzler, 1976.
- _____. *The Formal Method in Literary Scholarship: A Critical Introduction to Sociological Poetics*. Albert J. Wehrle (trad.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- MEHREZ, Samia. "Translation and the Postcolonial Experience: The Francophone North African Text". In VENUTI, Lawrence (org.). *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*. London: Routledge, 1992, p. 120-138.
- METTE Hjort, Anne. "Translation and the Consequences of Scepticism". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 38-45.
- MERWIN, W. S. *Selected Translations, 1968-1978*. New York: Atheneum, 1979.
- _____. "Translating Juarroz and Noren: Working Papers". In WEISSBORT, Daniel (org.). *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989, p. 138-143.
- MIKO, František. *Estetika výrazu. Teória výrazu a štýl*. Bratislava, 1969.
- _____. "La Théorie de l'expression et la traduction". In HAAN, Frans de; HOLMES, James S; POPOVIČ, Anton (org.). *The Nature of Translation*. The Hague: Mouton, 1970, p. 61-77.
- MIKO, František; POPOVIČ, Anton. *Tvorba a recepcia: Estetická komunikácia a metakomunikácia*. Tatran, 1978.
- MUKAROVSKY, Jan. "Art as a Semiotic Fact". I. R. Titunik (trad.). In MATEJKA, Ladislav; TITUNIK, Irwin R. (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976, p. 3-10.
- _____. "Poetic Reference". S. Janecek (trad.). In MATEJKA, Ladislav; TITUNIK, Irwin R. (org.). *Semiotics of Art: Prague School Contributions*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976, p. 155-163.

- MUKHERJEE, Sujit. *The Book Review*, 15 (3) (maio-junho), p. 30-31, 1991.
- NEUBERT, Albrecht. "Invarianz und Pragmatik". In GRAUL, Walter et al (org.). *Neue Beiträge zu Grundfragen der Übersetzungswissenschaft*, vols. 5, 6. *Beihefte zur Zeitschrift Fremdsprachen*. Leipzig: Enzyklopädie, 1973.
- _____. *Text and Translation*. Übersetzungswissenschaftliche Beiträge 8. Leipzig: Enzyklopädie, 1985.
- _____. "Translatorische Relativität". In SNELL-HORNBY, Mary (org.). *Übersetzungswissenschaft – eine Neuorientierung: Zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Tübingen: Franke Verlag, 1986.
- NEUBERT, Albrecht; SHREVE, Gregory M. *Translation as Text*. Kent: Kent State University Press, 1992.
- NEWMARK, Peter. *Approaches to Translation*. Oxford: Pergamon, 1981.
- NIDA, Eugene A. "A Framework for the Analysis and Evaluation of Theories of Translation". In BRISLIN, Richard W. (org.). *Translation: Applications and Research*. New York: Gardner Press, 1976, p. 69-79.
- _____. *God's Word in Man's Language*. New York: Harper and Brothers, 1952.
- _____. *Message and Mission: The Communication of the Christian Faith*. New York: Harper and Brothers, 1960.
- _____. "Science of Translation". *Language* 47, p. 483-498, 1969.
- _____. *Toward a Science of Translating: With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating*. Leiden: E. J. Brill, 1964.
- _____. *Translating Meaning*. San Dimas, California: English Language Institute, 1982.
- _____. "Translation". In SEBEOK, Thomas A. (org.). *Current Trends in Linguistics*. vol. 12. The Hague: Mouton, 1974, p. 1045-1066.

- NIDA, Eugene A.; REYBURN, William D. *Meaning Across Cultures*. American Society of Missiology Series. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1981.
- NIDA, Eugene A.; TABER, Charles R. *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: E. J. Brill, 1969.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Thus Spoke Zarathustra*. In *The Portable Nietzsche*. Walter Kaufman (trad.). New York: Viking, 1954.
- NIRANJANA, Tejaswini. *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- NORD, Christiane. *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- NORRIS, Christopher. *Deconstruction: Theory and Practice*. London: Methuen, 1982.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers*. Charles Hartshorne, Peter Weiss e Arthur W. Burks (org.). Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1931-1966.
- POMORSKA, Krystyna. "Russian Formalism in Retrospect". In MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 273-280.
- POPOVIČ, Anton. "Aspects of Metatext". *Canadian Review of Literature/ Revue Canadienne de Littérature Comparée* 3 (3), p. 225-235, 1976.
- _____. *Dictionary for the Analysis of Literary Translation*. The University of Alberta, Edmonton: Department of Comparative Literature, n. d.
- _____. "From J. Levy to Communicational Didactics of Literary Translation". In WILSS, Wolfram; THOME, Gisela (org.). *Translating Theory and its Implementation in the Teaching of Translation and Interpreting*. Tübingen: Gunter Narr, 1984, p. 98-104.
- _____. "The Concept 'Shift of Expression' in Translation Analysis". HAAN, Frans de; HOLMES, James S.; POPOVIČ, Anton (org.). *The Nature of Translation*. The Hague: Mouton, 1970, p. 78-87.

POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. Augusto de Campos e José Paulo Paes (trad.). São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *ABC of Reading*. London: Faber and Faber, 1951.

_____. *Antologia Poética de Ezra Pound*. Augusto de Campos et al (trad.). Lisboa: Ulisséa, 1968.

_____. *Cantares de Ezra Pound*. Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignattari (trad.). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-MEC, 1960.

_____. *Cathay*. London: E. Mathews, 1915.

_____. *Collected Early Poems of Ezra Pound*. Michael John King (org.). New York: New Directions, 1976.

_____. *Gaudier-Brzeska: A Memoir*. New York: New Directions, 1970.

_____. "How I Began". In *T. P.'s Weekly* 21 (6 de junho), 1913.

_____. "I Gather the Limbs of Osiris". In *The New Age* 10 (novembro-fevereiro), 1911-1912.

_____. *Letters 1907-1941*. D. D. Paige (org.). New York: Harcourt, Brace, 1950.

_____. *Literary Essays of Ezra Pound*. T. S. Eliot (org.). London: Faber and Faber, 1954.

_____. *Lustra of Ezra Pound, with earlier poems*. New York: Knopf, 1917.

_____. *Polite Essays*. London: Faber and Faber, 1937.

_____. *Selected Poems of Ezra Pound*. New York: New Directions, 1957.

_____. *The Cantos*. London: Faber and Faber, 1975.

_____. *Translations*. New York: New Directions, 1963.

_____. "Vortex". In *BLAST* 1 (20 de junho), p. 153-154, 1914.

POUND, Ezra; SPANN, Marcella (org.). *Confucius to Cummings*. New York: New Directions, 1964.

QUINE, Willard V. O. "Meaning and Translation". BROWER, Reuben A. Brower (org.). *On Translation*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959, p. 148-172.

_____. "Methodological Reflections on Current Linguistic Theory". In HARMAN, Gilbert (org.). *On Noam Chomsky: Critical Essays*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1974.

_____. "Replies". *Synthese* 19, p. 264-280, 1968.

_____. "Two Dogmas of Empiricism". *Philosophical Review* 60, 1951.

_____. *Word and Object*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1960.

RABATE, Jean-Michel. *Language, Sexuality and Ideology in Ezra Pound's Cantos*. Albany: State University of New York Press, 1986.

RAMAKRISHNAN, Shantha (org.). *Translation and Multilingualism: Postcolonial Contexts*. Delhi: Pehcraft International, 1997.

RANSON, John Crowe. *The New Criticism*. Norfolk, CT: New Directions, 1941.

RAFAEL, Vicente L. *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

RAFFEL, Burton. *The Art of Translating Poetry*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1988.

RECK, Michael. *Ezra Pound: A Close-Up*. New York: MacGraw-Hill, 1967.

REISS, Katharina. *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*. Munique: Max Hueber Verlag, 1971.

_____. *Texttyp und Übersetzungsmethode: Der operative Text*. Kronsberg: Scriptor Verlag, 1976.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Max Niemeyer, 1984.

RICHARDS, I. A. *Practical Criticism*. New York: Harcourt Brace, 1929.

_____. "Toward a Theory of Translating". In WRIGHT, Arthur F. (org.). *Studies in Chinese Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1953, p. 247-262.

- RISSET, Jacqueline. *Introduction to La Divine Comédie: L'Enfer de Dante*. Jacqueline Risset (trad.). Paris: Flammarion, 1985, p. 7-16.
- _____. "Joyce Translates Joyce". Daniel Pick (trad.). In SHAFFER, E. S. (org.). *Comparative Criticism* 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 3-21.
- ROBINSON, Douglas. *Becoming a Translator: An Accelerated Course*. London: Routledge, 1997.
- _____. *The Translator's Turn*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- _____. *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- _____. *Translation and Taboo*. Illinois: Northern Illinois University Press, 1996.
- _____. (org.). *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- _____. *What is Translation? Centrifugal Theories, Critical Interventions*. Kent: Kent State University Press, 1997.
- ROSCH, Eleanor. "Natural Categories". *Cognitive Psychology* 4, p. 328-350, 1973.
- ROSE, Marilyn Gaddis. "Angoisse, Jouissance, and Volupté: Levinas and Translation Theory". In KRAWUTSCHKE, Peter W. (org.). *Connections*. Medford, NJ: Information Today, 1995, p. 381-388.
- _____. (org.). *Beyond the Western Tradition. Translation Perspectives XI2000*. Binghamton: Center for Research in Translation, 2000.
- _____. "Foreignizing or Domesticating: Debating Norms Goes with the Territory". In LOSA, Edith F. (org.). *Keystones of Communication: Proceedings of the 34th Annual Conference of the American Translators Association*. Medford, NJ: Learned Information, 1993.
- _____. "Translation and *Le Différand*". *Meta* 35, p. 126-132, 1990.

- _____. (org.). *Translation Horizons: Beyond the Boundaries of "Translation Spectrum"*, *Translation Perspectives IX*. Binghamton: State University of New York at Binghamton, 1996.
- _____. (org.). *Translation Spectrum: Essays in Theory and Practice*. Albany: State University of New York Press, 1981.
- SAPIR, Edward. *Selected Writings in Language, Culture and Personality of Edward Sapir*. D. Mandelbaum (org.). Berkeley: University of California Press, 1949.
- SCHMIDT, Dennis J. (org.). *Hermeneutics and the Poetic Motion*. *Translation Perspectives* 5. Binghamton: State University of New York Press, 1990.
- SCHULTE, Rainer. "Poet as Translator: Correspondences and Renewal". *Translation Review* 26, p. 12-22, 1988.
- _____. "Translation Theory: A Challenge for the Future". *Translation Review* 23, p. 1-2, 1987.
- SCHULTE, Rainer; BIGUENET, John (org.). *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago: University of Chicago Press, 1985/1992.
- SCHULTZE, Brigitte (org.). *Die literarische Übersetzung: Fallstudien zu ihrer Kulturgeschichte. Göttinger Beiträge zur Internationalen Übersetzungsforschung*. vol. 1. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1987.
- SCOTT, Charles E. *The Language of Difference*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press International, 1987.
- SEARLE, John R. "Chomsky's Revolution in Linguistics". In HARMAN, Gilbert (org.). *On Noam Chomsky: Critical Essays*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1982, p. 2-33.
- _____. "Indirect Speech Acts". In COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. (org.). *Syntax and Semantics, Vol. III: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 59-82.
- _____. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. London: Cambridge University Press, 1969.
- SHAFFER, E. S. (org.). *Translation in Theory and Practice: Comparative Criticism* 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SHAVIT, Zohar. "Translation of Children's Literature as a Function of Its Position in the Literary Polysystem". In EVEN-ZOHAR; Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today* 2 (4) (verão-outono), p. 171-180, 1981.

SIMON, Sherry (ed.). *Culture in Transit: Translating the Literature of Quebec*. Montreal: Véhicule Press, 1995.

_____. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London: Routledge, 1996.

_____. *Le Trafic des langues: Traduction et culture dans la littérature québécoise*. Montreal: Editions du Boréal, 1994.

_____. "The Language of Cultural Difference: Figures of Alterity in Canadian Translation". In VENUTI, Lawrence (org.). *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*. London: Routledge, 1992, p. 159-176.

_____. "Translating and Interlingual Creation in the Contact Zone: Border Writing in Quebec". In BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (org.). *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge, 1999, p. 58-74.

SIMON, Sherry; ST-PIERRE, Paul. *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2000.

SMITH, Barbara Herrnstein. *On the Margins of Discourse: The Relation of Literature to Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

SMITH, J. F. *Fasi della vita o uno sguardo dietro le scene*. Iginio Ugo Tarchetti (trad.). Milano: Sonzogno, 1869.

SNELL-HORNBY, Mary. "Linguistic Transcoding or Cultural Transfer? A Critique of Translation Theory in Germany". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 79-86.

_____. *Translation Studies: An Integrated Approach*. Amsterdam: John Benjamins. Edição revisada, 1995.

_____. (org.). *Übersetzungswissenschaft – eine Neuorientierung: Zur Integration von Theorie und Praxis*. Tübingen: Franke, 1986.

SOLLERS, Philippe. "Le Réflex de réduction". In BARTHES, Roland et al. *Théorie d'ensemble*. Paris: Seuil, 1968.

SOLLERS, Philippe; HAYMAN, David. *Vision and New York*. Paris: Bernard Grasset, 1981.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" In GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary (org.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 271-311.

_____. *Outside in the Teaching Machine*. London: Routledge, 1993.

STEIN, Dieter. *Theoretische Grundlagent der Übersetzungswissenschaft*. Tübingen: Gunter Narr, 1980.

STEINER, George. *After Babel: Aspects of Language and Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. *On Difficulty and Other Essays*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1978.

STRAND, Mark; SIMIC, Charles (org.). *Another Republic: 17 European and South American Writers*. New York: Ecco Press, 1976.

SULLIVAN, J. P. *Ezra Pound and Sextus Propertius: A Study in Creative Translation*. Austin: University of Texas Press, 1964.

TABAKOWSKA, Elzbieta. "Linguistic Polyphony as a Problem in Translation". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 71-78.

TRIVEDI, Harish. *Colonial Transactions: English Literature and India*. Manchester: Manchester University Press, 1993.

TODOROV, Tzvetan. "Some Approaches to Russian Formalism". In BANN, Stephen; BOWLT, John E. (org.). *Russian Formalism*. Edimburgo: Scottish Academic Press, 1973.

_____. *Théorie de la littérature: Textes des formalistes russes réunis*. Paris: Seuil, 1966.

TOMLINSON, Charles (org.). *Oxford Book of Verse in English Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

TOURY, Gideon. "A Rationale for Descriptive Translation Studies". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio 7* (19-21), p. 23-40, 1982.

_____. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics. 1980.

_____. *Normot šel tirgum ve-ha-tirgum ha-sifrut le-ivrit ba-šanim 1930-1945*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1977.

_____. "The Nature and Role of Norms in Literary Translation". In BROECK, Raymond van den; HOLMES, James S.; LAMBERT, José (org.). *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven, Belgium: Acco, 1978, p. 83-100.

_____. "Translated Literature: System, Norm Performance: Toward a TT-Oriented Approach to Literary Translation". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today 2* (4) (verão-outono), p. 9-29, 1981.

_____. "Translating English Literature via German—and Vice Versa: A Symptomatic Reversal in the History of Modern Hebrew Literature". In FRANK, Armin Paul (org.). *Die Literarische Übersetzung. Göttinger Beiträge zur internationalen Übersetzungsforschung*. vol. 2. Berlin: Erich Schmidt, 1988, p. 139-157.

_____. "Translation: A Cultural-Semiotic Perspective". In BOUISSAC, Paul; SEBEEK, Thomas (org.). *Dictionary of Semiotics*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter: 1986, p. 1111-1124.

_____. "Translation, Literary Translation and Pseudotranslation". In SHAFFER, E. S. (org.). *Comparative Criticism 6*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 73-85.

_____. "What are Descriptive Studies in Translation Likely to Yield Apart from Isolated Descriptions?" In LEUVEN-ZWART, Kitty Van; NAAIJKENS, Tom (org.). *Translation Studies: The State of the Art*. Amsterdam: Rodopi, 1991, p. 179-192.

TRANSTROEMER, Tomas. *Twenty Poems of Tomas Transtroemer*. Robert Bly (trad.). Madison, MN: Seventies Press, 1971.

TREVELYAN, Charles. *On the Education of the People of India..* London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, 1838.

TRAKL, Georg. *Twenty Poems of Georg Trakl*. James Wright, John Knopf e Robert Bly (trad.). Madison, MN: Sixties Press, 1961.

TYLER, Stephen. "Post-Modern Ethnography: From Document of the Occult to Occult Document". In CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (org.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 122-140.

TYMOCZKO, Maria. "How Distinct are Formal and Dynamic Equivalence?". In HERMANS, Theo Hermans (org.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. New York: St. Martins Press, 1985, p. 63-86.

_____. "Strategies for Integrating Irish Epics into European Literature". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio 7* (19-21), p. 123-140, 1982.

_____. "The Metonymics of Translating Marginalized Texts". *Comparative Literature 47* (1), p. 11-24, 1995.

_____. "Translation as a Force for Literary Revolution in the Twelfth-Century Shift from Epic to Romance". *New Comparison 1* (verão), p. 7-27, 1986.

_____. *Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation*. Manchester: St. Jerome., 1999.

_____. "Translation in Oral Tradition as a Touchstone for Translation Theory and Practice". In BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (org.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990, p. 46-55.

TYNJANOV, Jurij. *Dostoevskij: Gogol*. Opajaz, 1921.

_____. "On Literary Evolution". C. A. Luplow (trad.). In MATJKA, Ladislav; POMORSKA, Krystyna (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 66-78.

_____. "The Meaning of the Word in Verse". M. E. Suino (trad.). In MATEJKA, Ladislav; POMORSKA, Pomorska (org.). *Readings in Russian Poetics: Formalist and Structuralist Views*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1978, p. 136-145.

VANCE, Eugene. "Translation in the Past Perfect". In MCDONALD, Christie (org.). *The Ear of the Other: Texts and Discussions with Jacques Derrida*. Peggy Kamuf (trad.). Lincoln: University of Nebraska Press, 1985, p. 135-41.

VANDERAUWERA, Ria. "Review: Gideon Toury *In Search of a Theory of Translation*". In JACKSON, Kenneth David; LEFEVERE, André (org.). *The Art and Science of Translation. Dispositio 7* (19-21), p. 177-180, 1982.

VENUTI, Lawrence (org.). *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*. London: Routledge, 1992.

_____. *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. London: Routledge, 1998.

_____. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London: Routledge, 1995.

_____. (org.). *Translation Studies Reader*. London: Routledge, 2000.

VERHAAR, J. W. M. "J. M. Edie: Speaking and Meaning. The Phenomenology of Language". *Language* 56, p. 211-214, 1980.

VIEIRA, Else R. P. "A Postmodern Translation Aesthetics in Brazil". In KAINDL, Klaus; SNELL-HORNBY, Mary; PÖCHHACKER, Franz (org.). *Translation Studies: An Interdiscipline*. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 65-72.

_____. "Liberating Calibans: Readings of *Antropofagia* and Haroldo de Campos' Poetics of Transcreation". In BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (org.). *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge, 1999, p. 95-113.

_____. "Por uma teoria pós-moderna da tradução", dissertação para Ph.D. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

WEISSBORT, Daniel. Prefácio de *Modern Poetry in Translation*. New York: MPT/Persea, 1983.

_____. *Translating Poetry: The Double Labyrinth*. Iowa City: University of Iowa Press, 1989.

WELLEK, René. *A History of Modern Criticism: 1750-1950*. vol. 5. New Haven: Yale University Press, 1986.

_____. *The Literary Theory and Aesthetics of the Prague School*. Michigan Slavic Contributions. Ladislav Matejka (org.). Ann Arbor: Department of Slavic Languages and Literature, University of Michigan, 1969.

_____. *Theory of Literature*. New York: Harcourt Brace, 1949.

WHORF, Benjamin Lee. *Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*, org. John B. Carroll. Cambridge, MA: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1962.

WILL, Frederic. *A Portrait of John*. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

_____. *Founding the Lasting*. Detroit: Wayne State University Press, 1991.

_____. *Literature Inside Out*. Cleveland: Western Reserve University Press, 1966.

_____. *Shamans in Turtlenecks*. Amsterdam: Rodopi, 1984.

_____. *The Knife in the Stone*. The Hague: Mouton, 1973.

_____. *Thresholds and Testimonies*. Detroit: Wayne State University Press, 1988.

WILSS, Wolfram. *Knowledge and Skills in Translator Behavior*. Amsterdam: Benjamins, 1996.

_____. *Kognition und Übersetzen: Zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinellen Übersetzen*. Tübingen: Max Niemeyer, 1988.

_____. *The Science of Translation: Problems and Methods*. Wolfram Wilss (trad.). Tübingen: Gunter Narr, 1982.

_____. "Towards a Multi-Facet Concept of Translation Behavior". *Target* 1 (2), p. 129-50, 1996.

_____. *Translation and Interpreting in the 20th Century: Focus on German*. Amsterdam: Benjamins, 1999.

_____. *Übersetzungswissenschaft. Probleme und Methoden*. Stuttgart: Ernst Klett Verlag, 1977.

_____. "Was ist fertigungsorientiertes Übersetzen?" *Lebende Sprachen*, a sair.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. G. E. M. Anscombe (trad.). Oxford: Basil Blackwell, 1968.

WOLLEN, Peter. *Readings and Writings: Semiotic Counter-Strategies*. London: Verso and NLB, 1982.

YAHALOM, Shelly. "Le Système littéraire en état de crise: Contacts inter-systèmeiques et comportement traductionnel". In EVEN-ZOHAR, Itamar; TOURY, Gideon (org.). *Translation Theory and Intercultural Relations. Poetics Today 2* (4) (verão-outono), p. 143-160, 1981.

YIP, Wai-lim. *Ezra Pound's Cathay*. Princeton: Princeton University Press, 1969.

ZDANYS, Jonas. "Teaching Translation: Some Notes Toward a Course Structure". *Translation Review*, 23, p. 9-11, 1987.

ZLATEVA, Palma (org.). *Translation as Social Action: Russian and Bulgarian Perspectives*. London: Routledge, 1993.

Os dois primeiros estudos de tradução predominantemente do período de 1970 eram aqueles que enfocavam basicamente os interesses literários, tratando principalmente de textos normativos e cargas linguísticas, e as que se concentravam em questões linguísticas. Alguns têm uma abordagem "quantitativa" e tratando soluções abstratas e empíricas da subjetiva.

De lá para cá, houve diversas questões que interferiram no processo da teoria da tradução, enquanto houve teorias que analisaram a estrutura profunda, particularmente seus elementos basilares, outras examinaram a estrutura da superfície e elementos estilísticos. E, de lá para cá, apareceu todo um diálogo e revolução na estrutura da teoria da tradução nos países de fora do Brasil.

